

Joana Vieira Borges

**TRAJETÓRIAS E LEITURAS FEMINISTAS  
NO BRASIL E NA ARGENTINA (1960-1980)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHST) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a obtenção do Grau de Doutora em História.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro.

Ilha de Santa Catarina  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do  
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges, Joana Vieira  
Trajetórias e leituras no Brasil e na  
Argentina (1960-1980) [tese] / Joana  
Vieira Borges; orientadora, Joana Maria  
Pedro - Florianópolis, SC, 2013.  
355p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro  
de Filosofia e Ciências Humanas.  
Programa de Pós-Graduação em  
História.

Inclui referências

1. História. 2. Feminismo. 3.  
História da leitura e do livro.  
4. Memória. 5. Ditadura. I.  
Pedro, Joana Maria. II.  
Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em História. III.  
Título



Dedico esta tese às minhas queridas  
Elisabeth, Julia e Letícia Borges, e  
Maise C. Zucco.



## AGRADECIMENTOS

Aproveito algumas linhas deste trabalho para agradecer carinhosamente ao apoio que recebi e que foram imprescindíveis para que eu pudesse concluir minha tese.

À professora Joana Maria Pedro – minha querida orientadora – agradeço por acreditar no meu trabalho e por ter me incentivado a prosseguir. Sou grata por sua amizade e orientação nesses onze anos de parceria.

Às professoras Cristina Scheibe Wolff, María Luisa Femenías, Maria Teresa Santos Cunha, Ana Rita Fonteles Duarte, Tânia Regina de Oliveira Ramos, Janine Gomes da Silva e Cristiani Beretta da Silva, agradeço por terem aceitado o convite para participarem da minha banca de defesa de tese. Em especial, às professoras Cristina e Maria Teresa pelas sugestões fundamentais fornecidas no exame de qualificação desta tese, e à professora María Luisa, por ter me recebido e orientado com tanta dedicação durante o meu estágio em Buenos Aires. Seus comentários e observações foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos e todas as minhas colegas de pós-graduação e, principalmente, às companheiras de pesquisa – professoras e alunas – do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Agradeço, com imenso carinho, a Carmem Vera Ramos, que torna mais alegres as tardes que passamos juntas.

Agradeço às amigas Taís Zucco, Soraia Carolina Mello, Claudia Regina Nichnig, Maria Cristina de Oliveira, Deusa Maria de Sousa, Juliana Miranda, Jair Zandoná, Sergio Luis Schlatter Jr., Edma Cristina Alencar de Góis e Simone Dalla Costa, pelas conversas carinhosas e fortalecedoras nos momentos de maior angústia e ansiedade. Adoro vocês!

Às “chicas” – argentinas, colombianas, e chilena – que me acolheram e dividiram comigo a “resi”, as alegrias e os momentos de saudade em Buenos Aires: Carolina, Ivana, “Natálias”, Fernanda, Catalina e, em especial, a Alexa.

Às funcionárias e funcionários do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEG), das bibliotecas da Universidad de Buenos Aires (UBA), da Biblioteca Alfonsina Storni e da Biblioteca Miguel Cané pelo empenho em agilizar a pesquisa e o acesso aos livros e periódicos necessários para esta pesquisa.

Agradeço aos colegas que conheci por intermédio de meu trabalho no Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/UFSC), em especial à Clarícia Otto, pela atenção, incentivo e compreensão durante o último ano da escrita desta tese.

À minha maior incentivadora e interlocutora, minha grande amiga Maise. Obrigada por estar sempre ao meu lado! Muito desta tese é fruto de nossas conversas regadas a café.

A meu companheiro Gleyson, sou imensamente grata por seu amor, que me manteve feliz e confiante durante essa trajetória tão difícil que decidimos por trilhar ao mesmo tempo. Parabéns pra você também!

Agradeço à minha família (sobretudo às minhas tias!). Minha gratidão especial à minha mãe, meu pai, minha irmã Júlia e meu irmão Gabriel por se fazerem sempre presentes, fornecendo todo o apoio, o incentivo e os carinhos necessários nessa trajetória. A “torcida” de vocês foi muito importante! Um grande abraço para Cláudia e Letícia, que se somaram a essa torcida e trouxeram mais afeto e alegria aos meus dias.

Ao CNPQ e à Capes PDEE pelas bolsas de estudo concedidas, que tornaram esta pesquisa viável.

“Os versos se desprendem de seu dono,  
Palpitam fora dele”  
Carlos Drummond de Andrade  
em *A visita*



## RESUMO

Estudo das leituras e dos livros feministas com ênfase em uma determinada geração de leitoras identificadas com os feminismos em discussão durante as ditaduras militares e os períodos de redemocratizações entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil e na Argentina. A partir da análise de uma série de depoimentos (memórias) e produções textuais sobre os feminismos – livros, artigos, reportagens e resenhas publicadas em jornais e revistas – o presente trabalho procura compreender as ressonâncias das leituras nas constituições dos feminismos e nas identificações pessoais das leitoras com os movimentos feministas em ambos os países, assim como (re)constituir um repertório de leituras consideradas feministas que brasileiras e argentinas elaboram e reiteram como “clássicas” do movimento. Ou seja, esta tese tem por objetivo refletir sobre a produção de um cânone de leituras feministas historicamente elaborado por uma “comunidade de leitoras feministas” onde ganham destaque *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e *Mística Feminina*, de Betty Friedan, entre os textos mais citados tanto nas falas quanto nas produções escritas. Uma que vez que a maioria das feministas entrevistadas e autoras dos textos produzidos entre os anos 1960 e 1980 estavam ligadas às instituições de ensino e/ou organizadas em movimentos feministas, considerou-se a ação institucionalizadora das leituras na esfera acadêmica, legitimando produções textuais e ajudando a formar grupos de pesquisa. Concluiu-se que a menção a um texto e/ou autora não é aleatória, mas está inscrita em um processo complexo que remonta aos paradigmas compartilhados por uma comunidade específica de leitoras.

**Palavras-chave:** Feminismo. História da leitura e do livro. Memória. Ditadura.



## RESUMEN

Estudio de las lecturas y de los libros feministas con énfasis en una determinada generación de lectoras identificadas con los feminismos en discusión durante las dictaduras militares y períodos de las redemocratizaciones entre los años 1960 y 1980 en Brasil y Argentina. A partir del análisis de un conjunto de testimonios (memorias) y producciones textuales sobre los feminismos - libros, artículos, informes y comentarios publicados en periódicos y revistas - este trabajo busca comprender las resonancias de las lecturas en las constituciones de los feminismos y en las identificaciones personales de las lectoras con los movimientos feministas en ambos los países, así como (re)establecer un repertorio de lecturas dichas feministas que brasileñas y argentinas producen y reiteran como "clásicas" del movimiento. Es decir, esta tesis tiene como objetivo reflexionar sobre la producción de un canon de lecturas feministas históricamente elaborado por una "comunidad de lectores feministas" donde se destacaron *El segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, y *La mística de la feminidad*, de Betty Friedan, entre los textos más citados, tanto en los testimonios como en las producciones escritas. Una vez que la mayoría de las feministas entrevistadas y autoras de los textos producidos entre 1960 y 1980 estaban vinculados a instituciones educativas y/u organizadas en movimientos feministas, se consideró la acción institucionalizadora de las lecturas en el ámbito académico, legitimando las producciones textuales y ayudando en la formación de los grupos de investigación. Se concluyó que la referencia a uno texto y/o a la autora no es aleatoria, sino que se inscribe en un complejo proceso que remonta a los paradigmas compartidos por una comunidad de lectoras específica.

**Palabras clave:** Feminismo. Historia de la lectura y del libro. Memoria. Dictadura.



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – *Vivendo e Aprendendo*. 2ª ed. SP: Brasiliense, 1980 [capa]  
Figura 02 – *Las mujeres dicen basta*. Bs. As.: Nueva Mujer, 1972 [capa]  
Figura 03 – *O que é feminismo*. SP: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 [capa]  
Figura 04 – *El segundo sexo*. v.1. Buenos Aires: Psique, 1954 [capa]  
Figura 05 – *El segundo sexo*. v.1. Buenos Aires: Leviatán, 1957 [capa]  
Figura 06 – *El segundo sexo*. v.2. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965 [capa]  
Figura 07 – *El segundo sexo*. v.1. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1975 [capa]  
Figura 08 – *El segundo sexo*. v.1. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1977 [capa]  
Figura 09 – *El segundo sexo*. v.1. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1987 [capa]  
Figura 10 – *El segundo sexo*. v.2. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1987 [capa]  
Figura 11 – *El segundo sexo*. 2 v. Buenos Aires: Sudamericana, 1999 [capa]  
Figura 12 – *O segundo sexo*. v.1. SP: Círculo do Livro [1970-1990?] [capa]  
Figura 13 – *O segundo sexo*. v.2. SP: Círculo do Livro [1970-1990?] [capa]  
Figura 14 – *O segundo sexo*. v.1. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1961 [capa]  
Figura 15 – *O segundo sexo*. v.2. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1967 [capa]  
Figura 16 – *O segundo sexo*. v.1. RJ: Nova Fronteira, [198-] [capa]  
Figura 17 – *O segundo sexo*. v.2. RJ: Nova Fronteira, [198-] [capa]  
Figura 18 – *O segundo sexo*. 2 v. 2ª ed. RJ: Nova Fronteira, 2009 [capa]  
Figura 19 – *La mística de la feminidad*. Madrid: Júcar, 1974 [capa]  
Figura 20 – *La mística de la feminidad*. Barcelona: Sagitario, 1965 [capa]  
Figura 21 – *Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971 [capa]

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA [ <i>Triple A</i> ]	Alianza Anticomunista Argentina
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	Ato Institucional n.º 5
ALMA	Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMAS	Asociación de Mujeres Alfonsina Storni
AP	Ação Popular
APEC	Asociación para la Promoción y Evolución Cultural
ATEM	Asociación de Trabajo y Estudios sobre la Mujer
CATW-Argentina	Coalición Contra la Trata y el Tráfico de Personas
CDMB	Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CEAL	Centro Editor de América Latina
CEDES	Centro de Estudios del Estado y la Sociedad
CEM	Centro de Estudios de la Mujer
CENEP	Centro de Estudios de la Población
CERLIS	Centre de Recherches sur les Liens Sociaux
CIA	Central Intelligence Agency
CINIG	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNMB	Conselho Nacional de Mulheres Brasileiras
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONADEP	Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas
CONICET	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
DCDP	Divisão de Censura e Diversões Públicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIFEL	Difusão Européia do Livro
DIMA	Derechos Iguales para las Mujeres Argentinas
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAL	Fuerzas Argentinas de Liberación
FAP	Fuerzas Armadas Peronistas
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FCC	Fundação Carlos Chagas

FIP	Frente de Izquierda Popular
FFyL	Facultad de Filosofía y Letras
FLM	Frente de Lucha por la Mujer
FRIP	Frente Revolucionario Indo-Americano Popular
IDAC	Instituto de Ação Cultural
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
IIEG	Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUC	Juventude Universitária Católica
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDM	Movimiento Democrático de Mujeres
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MLF	Movimiento Feminista de Liberación Femenina
MLM	Movimiento de Liberación de Mujeres / Movimento de Libertação das Mulheres
MOFEP	Movimiento Feminista Popular
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
NARAL	National Association for Repeal of Abortion Laws
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
NEM	Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher
NEMGE	Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Sociais de Gênero
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
NOW	National Organization for Women
NWPC	National Women's Political Caucus
OBAN	Operação Bandeirantes
OFA	Organización Feminista Argentina
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Revolucionário Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PO	Palabra Obrera
PRT	Partido Revolucionário de los Trabajadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESM	Seminario de Estudios Sociológicos de la Mujer
UBA	Universidad de Buenos Aires
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

UFA	Unión Feminista Argentina
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNLP	Universidad Nacional de La Plata
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>FEMINISMO SE CONJUGA NO PLURAL.....</b>	<b>39</b>
1.1 DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÕES .....	47
1.2 AS MULHERES NAS RESISTÊNCIAS ÀS DITADURAS .....	52
1.2.1 As “mães” da Anistia e da “Plaza de Mayo”.....	52
1.2.2 As mulheres na luta armada.....	56
1.3 A “SEGUNDA ONDA FEMINISTA”: SINGULARIDADES NAS FORMAÇÕES DOS MOVIMENTOS BRASILEIROS E ARGENTINOS.....	59
1.3.1 As experiências das mulheres no exílio.....	65
1.3.2 Os feminismos nas páginas da imprensa alternativa.....	68
1.3.3 Estudos da mulher, das mulheres e feministas.....	73
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>LEITURAS ENUNCIADAS, LEITURAS “LEGÍTIMAS”: OS TRABALHOS DA MEMÓRIA E A ELABORAÇÃO DE UMA "BIBLIOTECA FEMINISTA".....</b>	<b>81</b>
2.1 AS LEITORAS FEMINISTAS ARGENTINAS E AS LEITURAS DE IDENTIFICAÇÃO.....	82
2.2 MEMÓRIAS DE LEITURAS DE UMA "COMUNIDADE DE LEITORAS FEMINISTAS" NO BRASIL.....	112
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UM REPERTÓRIO DE LEITURAS FEMINISTAS: APROXIMAÇÕES.....	146
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>"CAÇADAS FURTIVAS" NOS ESCRITOS DOS FEMINISMOS: BEAUVOIR, FRIEDAN, WOOLF E SAFFIOTI NAS PRODUÇÕES TEXTUAIS.....</b>	<b>153</b>
3.1 IDENTIFICAÇÕES E SIGNIFICADOS NAS PRODUÇÕES ARGENTINAS.....	155
3.2 APROPRIAÇÕES DAS LEITURAS NOS ESCRITOS FEMINISTAS BRASILEIROS.....	190
3.3 APROPRIAÇÕES E PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS FEMINISTAS NOS ESCRITOS DE BRASIL E ARGENTINA.....	222

<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>DA (DES)CONSTRUÇÃO DO “CLÁSSICO”: <i>O SEGUNDO SEXO</i> E <i>MÍSTICA FEMININA</i> NO BRASIL E NA ARGENTINA.....</b>	<b>229</b>
4.1. SIMONE DE BEAUVOIR E <i>O SEGUNDO SEXO</i> NO BRASIL E NA ARGENTINA.....	231
4.1.1 Uma história de <i>El segundo sexo</i> na Argentina.....	243
4.1.2 Mapeando <i>O segundo sexo</i> e a repercussão de Simone de Beauvoir no Brasil.....	257
4.2 BETTY FRIEDAN E <i>MÍSTICA FEMININA</i> NO BRASIL E NA ARGENTINA.....	277
4.2.1 A circulação de <i>La mística de la feminidad</i> na Argentina: edições espanholas.....	287
4.2.2 A repercussão de Betty Friedan e da <i>Mística Feminina</i> no Brasil: marcas de uma visita polemizada.....	298
4.3 PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AUTORAS E LIVROS: SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS “CLÁSSICOS FEMINISTAS”.....	308
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>313</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>319</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>327</b>
<b>APÊNDICE 1 - TABELAS DE LEITURAS/AUTORAS.....</b>	<b>353</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese discute a possibilidade de refletirmos sobre uma história da leitura e dos livros de uma geração específica que se identificou com os feminismos no Brasil e Argentina durante as ditaduras militares e os períodos de redemocratizações na segunda metade do século XX<sup>1</sup>. A partir de uma série de depoimentos e produções textuais sobre os feminismos – livros, artigos, reportagens e resenhas publicadas em jornais e revistas – busquei perceber as ressonâncias das leituras nas constituições dos feminismos e nas identificações pessoais das leitoras com os movimentos feministas em ambos os países entre as décadas de 1960 e 80, assim como (re)constituir um repertório de livros ditos feministas que brasileiras e argentinas elaboram e reiteram até os dias de hoje como leituras legítimas para a história dos movimentos em seus países.

Nesse sentido, após desenvolver um levantamento das autoras/textos mais citadas(os) nos depoimentos concedidos pelas feministas (Apêndice 1), busquei mapear a repercussão daquelas(es) que recorrentemente eram referenciadas(os) nas narrativas como representativas(os) das leituras feministas entre os anos 1960 e 80. O objetivo foi inquirir as fontes na intenção de responder a algumas perguntas: quem são e o que viveram essas mulheres que formam uma dada comunidade de leitoras feministas? Como elas (re)significam um conjunto de leituras ditas “clássicas” para os feminismos por meio de suas memórias sobre os tempos das ditaduras? Que sentidos fornecem aos textos e às autoras? Em que circunstâncias ocorreram essas leituras e como elas foram apropriadas pelos movimentos feministas de ambos os países? Assim, em diálogo com os debates promovidos a respeito da história dos feminismos, da história da leitura e do livro, esse trabalho tornou-se um estudo sobre uma geração particular de feministas latino-americanas que tiveram participação significativa em momentos sociais e políticos cruciais nas histórias de seus países.

As leituras feministas se configuram como meu tema de interesse e pesquisa desde o momento em que iniciei meus estudos para o mestrado quando, em minha dissertação, discuti sobre as ressonâncias das leituras de *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, para os

---

<sup>1</sup> No Brasil o período referente à ditadura militar compreende os anos entre 1964 e 1985, e na Argentina os golpes se deram em 1966 e 1976, e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente.

feminismos no Brasil entre os anos de 1960 e 1990<sup>2</sup>. Nessa ocasião, tive acesso a diversos materiais através da participação no projeto coordenado pela professora Joana Maria Pedro, intitulado “Revolução do Gênero: Apropriações e Identificações com o feminismo (1964-1985)”<sup>3</sup>. Ainda durante o mestrado, participei de outro projeto desenvolvido no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), intitulado “Movimentos de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul 1964-1989”<sup>4</sup>, também coordenado pela professora Joana Maria Pedro. Esses projetos me colocaram em contato com uma série de entrevistas, periódicos e demais produções bibliográficas dos países latino-americanos que formam o Cone Sul – Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina – e, dessa forma, outras leituras, leitoras e contextos surgiram para além daqueles com os quais eu já havia trabalhado no mestrado, instigando-me a uma nova proposta de pesquisa.

Ingressei no doutorado em 2008 com a proposta de realizar uma história comparada<sup>5</sup> das leituras feministas nos países do Cone Sul entre os anos 1960 e 1980. Concomitante a isso, ingressei em novo um

---

<sup>2</sup> Na dissertação trabalhei, principalmente, com entrevistas e textos produzidos pelas feministas entre os anos 1960 e 1990. Cf. BORGES, Joana Vieira. *Para além do “tornar-se”*: ressonâncias das leituras feministas de *O segundo sexo* no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

<sup>3</sup> No desenvolvimento dessa pesquisa consultei entrevistas, livros, artigos, e periódicos sobre os movimentos feministas brasileiros do período abordado. As entrevistas com as feministas brasileiras desse projeto foram realizadas entre os anos de 2003 e 2005.

<sup>4</sup> Esta pesquisa tem por objetivo investigar a maneira como os vários feminismos e movimentos de mulheres se constituíram no Cone Sul, no período de 1964 a 1989, observando a forma como as pessoas narram suas identificações com os feminismos, a maneira como se organizaram e como atuaram, comparando com o que ocorreu no Brasil.

<sup>5</sup> A respeito dos debates sobre a história comparada e suas abordagens ver FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 09-28; PRADO, Maria L. C. Repensando a história comparada na América Latina. *Revista de História*. Departamento de História da Universidade de São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP. Número 153 (Terceira Série), p. 11-33, 2º semestre, 2005 e HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998, p. 205-216.

projeto do LEGH, “Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)”, que, em continuidade ao anterior, disponibilizou ainda mais fontes orais e escritas sobre o tema. Contudo, logo no início do curso, a pesquisa com todos os países do Cone Sul, como havia sido colocada na proposta inicial, tornou-se inviável. Ao considerar os elementos que compreendo como centrais para a realização de uma reflexão sobre a história da leitura e dos livros (produção, circulação e vestígios das apropriações), foi necessário reduzir o número de países a serem investigados.

Naquele momento, o volume de fontes, apesar de extenso, era bastante desigual entre os países abordados pela pesquisa para que houvesse uma discussão comparada sobre a leitura. Prezando pela qualidade da análise, delimitamos o foco da pesquisa a dois países que tinham uma quantidade razoável de fontes que sustentassem um diálogo comparativo, no caso Brasil e Argentina. Nesse sentido, a história comparada<sup>6</sup> se tornou um instrumento útil na investigação sobre as leitoras feministas brasileiras e argentinas – próximas no tempo e espaço –, e crucial para refletirmos sobre as convergências e divergências entre as práticas de leituras e as histórias de alguns livros ditos feministas que circularam nos movimentos de ambos os países.

Compreendemos os movimentos feministas como espaços coletivos de luta das mulheres que reconhecem a especificidade de suas pautas e as desigualdades nas relações entre homens e mulheres inscritas na sociedade (e não na natureza), logo, passíveis de transformações políticas e sociais<sup>7</sup>. Quando menciono “feminismos”, flexionado no plural, busco ressaltar a diversidade e a variabilidade nas determinações de períodos e das características que os movimentos alcançaram em diferentes lugares do mundo, construindo e se reconstruindo historicamente. Faço menção aos feminismos compreendidos no que se convencionou chamar de “Segunda Onda Feminista”, ou “Feminismo de Segunda Onda”<sup>8</sup>, movimentos iniciados principalmente após a Segunda

---

<sup>6</sup> Boris Fausto e Fernando Devoto debatem sobre as premissas discutidas por Marc Bloch para a realização de uma história comparada. Um dos requisitos abordado pelos autores seria o de considerarmos duas sociedades próximas em tempo e espaço, cujos processos históricos se desenvolvam no mesmo quadro temporal. Cf. FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Op. cit.* p. 09-28.

<sup>7</sup> FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena... [et al.]. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 144.

<sup>8</sup> Entendo por “primeira onda” feminista aquela em que as principais

Guerra Mundial, e que priorizaram as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.<sup>9</sup>

Algumas autoras discutem a separação das trajetórias feministas em “ondas”<sup>10</sup>. De acordo com Clare Hemmings<sup>11</sup>, há predominância de uma narrativa “dominante” que divide o passado em “ondas”, fornecendo uma ideia de progresso, que simplifica os processos e que se aplicaria apenas aos feminismos anglo-americanos. Ou seja, os feminismos separados por “ondas” impõem, a partir de uma mesma “concepção evolutiva” igual para todos os lugares, uma versão de feminismo sobre os demais, escamoteando as diferenças e desconsiderando a complexidade dos processos e das realidades em que estão inseridos. Falar de feminismos conjugados no plural nos permite questionar a pretensa ideia de linearidade temporal e uniformidade, “camuflada” muitas vezes em seu emprego no singular. Desse modo, tomamos-os como um lugar de disputas e negociações historicamente datado, marcado por conflitos tanto em relação à produção de teoria quanto à prática política.<sup>12</sup>

Nem todos os feminismos ditos de “Segunda Onda” se desenvolveram da mesma forma e ao mesmo tempo nos diferentes países, de modo que as formações dos movimentos feministas no Brasil e na Argentina entre as décadas de 1960 e 1980 não devem ser

---

reivindicações do feminismo estavam centradas nas questões referentes aos direitos políticos, e a “segunda onda” feminista como a surgida depois da Segunda Guerra Mundial, tendo como palavra de ordem: “o pessoal é político”.

<sup>9</sup> Patriarcado compreendido em sua acepção feminista dos anos 1970 que designa uma formação social em que os homens detêm o poder, quase como um sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Cf. DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena... [et al.]. *Op. cit.*, p. 173-178.

<sup>10</sup> Ver, a esse respeito, FEMENÍAS, María Luisa. (Comp.). *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, 2006; HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 17, n. 1, p. 215-241, jan.-abr., 2009 e ERGAS, Yasminne. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Geroges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.

<sup>11</sup> HEMMINGS, Clare. *Op. cit.*

<sup>12</sup> Ver, a esse respeito, THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: ARIES, Philippe; DUBY, George (Orgs.). *História da vida privada*. Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 547 e COSTA, Cláudia de Lima; MALUF, Sônia Weidner. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, vol. 9, n. 1, p. 147-163, 2001.

entendida simplesmente como “apêndices” dos processos ditatoriais ou ainda como meros “estrangeirismos” em relação aos feminismos europeus e norte-americanos. Buscamos pensar os feminismos brasileiros e argentinos na capacidade que tiveram de dialogar entre si e com outras formações políticas da época, e de estabelecerem discussões que permeavam os contextos em que estavam inseridos. Assim, atentei às especificidades e semelhanças entre os diferentes grupos feministas de ambos os países, bem como as diferentes formas de identificações que produzem um feminismo entendido no plural.<sup>13</sup> Quando analiso os feminismos de “Segunda Onda” no Brasil e na Argentina, é no intuito de compará-los entre si e também ao que ocorreu em outros países na mesma época, porém sem deixar de pensar as particularidades das formações feministas latino-americanas para essa designação.

Definidos os espaços e as temporalidades, como estabelecer a geração de leitoras feministas para este estudo? Deveríamos reunir as entrevistadas apenas em torno de uma mesma faixa etária? Nesse sentido, considere as discussões a respeito de geração enquanto categoria de análise, entendendo-a como um conjunto de pessoas que, sem ter necessariamente um conhecimento concreto umas das outras, compartilham um tipo particular de situação social baseado na idade, mas que não necessariamente esteja implicada nela.<sup>14</sup> Um grupo “moldado” por um “sentimento de pertencimento” a uma faixa etária com forte identidade diferencial<sup>15</sup>, sem, no entanto, restringi-lo a uma gama específica de experiências, ainda que haja uma forte tendência para isso.

A partir dessas discussões, selecionei entre as entrevistadas não apenas mulheres que tivessem idades próximas – que atualmente estejam na faixa dos 50 a 70 anos –, mas, sobretudo, aquelas que entre os anos 1960 e 1980 se identificaram com os feminismos, participaram dos movimentos de mulheres e/ou feministas e que, em seus depoimentos, informaram a respeito de suas leituras realizadas nesse período. Essas mulheres, em sua maioria, viveram as ditaduras militares

---

<sup>13</sup> Pluralidade entendida através das diferentes vertentes feministas: anarquistas, marxistas, diferencialistas, igualitaristas, etc.

<sup>14</sup> Cf. MANHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Karl Manheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

<sup>15</sup> Cf. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: (Org) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 133.

nas universidades, em organizações político-partidárias e/ou outros setores de militância como, por exemplo, os feministas. As brasileiras e argentinas selecionadas para essa análise compõem uma geração especialmente pelo fato de que todas se sentem ligadas – pelos mais diversos motivos – a esse contexto histórico latino-americano vivido em comum, ainda que muitas delas nem se conheçam pessoalmente. Essa geração forma o que denomino como uma “comunidade de leitoras feministas”, entre outras que se possam estabelecer, rejeitando a ideia de que se trata de uma geração homogênea e da única comunidade de leitoras feminista possível.

Um dos avanços na produção dos estudos historiográficos nos últimos anos foi a incorporação da história da leitura e do livro como perspectivas de análises e discussões socioculturais. O livro, os(as) leitores(as), e as leituras, passaram a ser vistas como um rico objeto de estudo para pesquisadores(as) de diferentes áreas do conhecimento, levantando as seguintes questões diante de sua prática: “o que foi lido?”, “quem foram os(as) leitores(as)?”, “quando e como ocorreu a leitura de determinado texto?”<sup>16</sup>. Maria Teresa Santos Cunha, professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em diálogo com Nelson Schapochnik, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), defende que a emergência dos estudos do livro e da leitura no Brasil ocorreu em três momentos distintos<sup>17</sup>. Inicialmente, entre os anos de 1940 e 1950, a temática começou a ser tratada por alguns jornalistas que debatiam sobre livros e leituras em suas colunas nos jornais do Rio de Janeiro, dialogando com os mercados editoriais da época. Posteriormente, na década de 1970, houve a estabilização dos estudos nos meios acadêmicos, sobretudo por meio de duas autoras que ajudaram a consolidar a área que vinha se desenvolvendo: Marlise Meyer, professora e crítica literária, e Maria Beatriz Nizza da Silva, historiadora e professora da Universidade de São Paulo (USP). E o terceiro e último momento, marcado pela especialização acadêmica dos estudos sobre o livro e a leitura e a expansão dos temas e objetos de pesquisa e abordagens interdisciplinares, e que ocorreu concomitante a

---

<sup>16</sup> Ver, a esse respeito, BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &... Reflexões, 3); e EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

<sup>17</sup> Conversa intitulada “História e historiografia do livro e da leitura” proferida por Maria Teresa Santos Cunha no LEGH em 28 de maio de 2010.



consolidação dos programas de pós-graduação iniciados na década de 1980.

A articulação com a historiografia francesa se deu com a influência dos estudos produzidos pelo historiador Roger Chartier sobre a história da leitura, do livro e da escrita – amplamente difundidos no Brasil –, e que ressaltam as relações entre “autor”, “leitor”, “editor”, “as práticas da leitura”, e os “suportes técnicos do escrito”, mostrando que a leitura é resultado de uma elaboração de sentidos e significados que transcendem o texto, ainda que não totalmente desvinculada de seus mecanismos.<sup>18</sup> Desse modo, as leituras devem ser entendidas em suas complexidades e, para tanto, devemos pensar como as pessoas resistem aos sentidos impostos, dando aos textos significações plurais e móveis de acordo com os contextos em que estão inseridas.<sup>19</sup>

A “noção de apropriação” é fundamental para a história da leitura, e “(...) tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.<sup>20</sup> A partir dessa noção é possível percebermos as condições que determinam as operações de construção de sentidos na relação das feministas com suas leituras. Uma análise dos processos de apropriação requer que essas leitoras feministas brasileiras e argentinas sejam entendidas como uma comunidade específica que compartilha tanto as mesmas habilidades, códigos, hábitos e práticas quanto a caracterização dos efeitos produzidos pelos diferentes modos de transmissão e de inscrição dos textos.<sup>21</sup> Dessa maneira, entendendo a leitura como uma invenção criativa que demanda uma interpretação, e por meio das marcas das apropriações que as leitoras e leitores deixam a respeito das autoras e dos textos, podemos observar as formas contrastantes da

---

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

<sup>19</sup> Cf. CHARTIER, Roger (Org). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 78.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, [Memória e Sociedade], p. 26.

<sup>21</sup> Ver, a esse respeito, CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 62.

produção de sentidos para uma mesma “comunidade interpretativa”.<sup>22</sup>

Chartier afirma que o importante é compreender as “transgressões” e “invenções” (do autor e do leitor) que são sempre “refreadas” pelas capacidades e normas leitoras encerradas em contextos históricos variáveis e socialmente desiguais.<sup>23</sup> Ou seja, por mais que saibamos que a leitura é variada em relação à produção de sentidos – não podendo ser simplesmente deduzida dos textos – as leitoras e os leitores seguem códigos culturais da conjuntura das quais fazem parte. Dessa maneira, ainda que me refira ao longo do trabalho às “apropriações” como um dos objetivos da minha pesquisa, estou ciente de que em minhas “caçadas furtivas”,<sup>24</sup> em terras alheias só encontrei seus vestígios e fragmentos, e foram essas determinações que possibilitaram a elaboração de uma história das leituras feministas no Brasil e na Argentina durante o período proposto.

A respeito das ligações estabelecidas entre a história da leitura e a história do livro, Robert Darnton considera a possibilidade dessa união a partir de alguns questionamentos: de um lado “quem”, “quando”, “o que”, “onde” (as bases institucionais da leitura), e de outro, os “por quês”, e os “comos” (“apropriação”).<sup>25</sup> Para Darnton, a história dos livros é uma história social e cultural da comunicação impressa, cuja finalidade é entender como as ideias são transmitidas pelos impressos e como o contato com as(os) leitoras(es) com a palavra impressa afeta o

---

<sup>22</sup> Chartier utiliza o termo *interpretive communities* de Stanley Fish, para discorrer sobre a “comunidade de leitores”, formada por um grupo de pessoas que compartilham práticas de leitura. Ver, a esse respeito, CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (O homem e a história), p. 211-238 e CHARTIER, Roger. Comunidade de leitores. In: \_\_\_\_\_. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

<sup>23</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborite*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. XII-XIII.

<sup>24</sup> Expressão de Michel Certeau ao referir-se à dimensão inventiva e criativa da leitura. Ver, a esse respeito, CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap. XII. Ler: uma operação de caça, p. 236-248.

<sup>25</sup> DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992 (Biblioteca Básica), p.199-236.

comportamento e o pensamento em momentos específicos da história.<sup>26</sup> Ou seja, as questões levantadas pela história do livro nos permitem refletir sobre os suportes materiais em que os textos são dados a ler (em formato de livros, textos fotocopiados, excertos em periódicos, etc.) e os elementos que contribuem para a circulação e apropriação dos mesmos (tradutores, editoras, críticos, periódicos, instituições de ensino, programas televisivos, etc.).

Investigar como ocorreram os processos de significações, considerando os mecanismos presentes na produção e veiculação dos textos, possibilita refletirmos sobre uma história da leitura e dos livros para os movimentos feministas brasileiros e argentinos atentando para as apropriações culturais de determinadas autoras, textos e ideias sob a ótica leitora de uma geração em particular. A partir de uma problemática voltada às leituras em relação à história dos feminismos, a proposta é refletirmos ao longo desta tese sobre os sentidos que as feministas deram a suas leituras – tanto por meio de suas falas como por suas produções textuais – entendendo que para essa “comunidade de leitoras” as práticas estão fortemente regidas pelos contextos e trajetórias vivenciadas nos planos pessoais e coletivos nas décadas de 1960 a 1980, bem como pelas formas discursivas e materialidade dos textos lidos.

Outros (as) pesquisadores têm realizado estudos sobre a leitura enfatizando noções como apropriação, produção, distribuição, suportes de leitura e subjetividade do leitor(a), como é o caso de Jean Marie Goulemot<sup>27</sup>, Jean-Yves Mollier<sup>28</sup>, Alberto Manguel<sup>29</sup>, André Belo<sup>30</sup>, Karin Littau<sup>31</sup>, e no Brasil, Maria Teresa Santos Cunha<sup>32</sup>, Márcia

---

<sup>26</sup> DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131.

<sup>27</sup> GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. *Op. cit.*

<sup>28</sup> MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 (Coleção História & Historiografia).

<sup>29</sup> MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>30</sup> BELO, André. *Op. cit.*

<sup>31</sup> LITTAU, Karin. *Teorías de la lectura*: libros, cuerpos y bibliomanía. 1ª ed. Trad. Elena Marengo. Buenos Aires: Manantial, 2008.

<sup>32</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução*: os romances de M. Dely. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 (História, 2).

Abreu<sup>33</sup>, Marisa Lajolo<sup>34</sup>, Alessandra El Far<sup>35</sup>, Margareth Brandini Park<sup>36</sup>, Nelson Schapochnik, entre outros(as).

Um dos objetivos desta tese é pensar ainda a respeito da produção de um cânone<sup>37</sup> de leituras feministas, historicamente elaborado e reiterado pelos movimentos em ambos os países, e por meio do qual as leitoras buscam administrar – através de disputas discursivas – o que é legítimo de ser enunciado e aquilo que deve ser silenciado, o que deve ser incluído e excluído em relação às suas leituras de identificação com “o feminismo”. Uma que vez que a maioria das feministas entrevistadas e autoras dos textos produzidos entre os anos 1960 e 1980 estavam ligadas às instituições de ensino e/ou organizadas em movimentos feministas, consideramos a ação institucionalizadora dessas leituras na esfera acadêmica, ao legitimar produções textuais e ajudar a formar “teoricamente” os grupos de pesquisa.

Na análise das entrevistas<sup>38</sup> utilizadas para essa reflexão, as narrativas memorialísticas foram problematizadas de acordo com alguns debates colocados para a história oral e para a questão da memória. Compartilho da concepção de Verena Alberti de que é na realização das entrevistas que se situa efetivamente o *fazer* da história oral, sendo para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa e que partem os esforços de tratamento do acervo.<sup>39</sup> Ou seja, a análise das narrativas utilizadas nessa pesquisa está ciente do tratamento

---

<sup>33</sup> ABREU, Márcia (Org). *Leitura História e História da Leitura*. Mercado das Letras, 2000 e \_\_\_\_\_. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB): SP: FAPESP, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

<sup>34</sup> LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

<sup>35</sup> EL FAR, Alessandra. *Op. cit.*

<sup>36</sup> PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção histórias de leituras).

<sup>37</sup> Cânone entendido como uma seleção de autoras e textos entendidos como legítimos (“clássicos”) para a identificação de um grupo de pessoas em um determinado momento histórico. Cf. DUARTE, João Ferreira. Cânone. In: CEIA, Carlos (Coord.). *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt>. Acesso em: 06 fev. 2013. ISBN: 989-20-0088-9.

<sup>38</sup> 39 (trinta e nove) entrevistas com feministas brasileiras e 13 (treze) com argentinas.

<sup>39</sup> Grifo da autora. ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 45.

dados às entrevistas no momento em que essas foram realizadas – e aqui entendo os cuidadosos investimentos na elaboração dos roteiros, nos mecanismos de controle de acompanhamento das entrevistas, nas transcrições, na concessão dos depoimentos e, principalmente, com as especificidades que se estabeleceram nas relações entrevistadora-entrevistada. Contudo, o que utilizei para minha reflexão foram os depoimentos já transcritos e, nesse sentido, abordo-os, especialmente, pela perspectiva da memória.<sup>40</sup>

Ao retomarmos as leitoras por meio das entrevistas realizadas sobre as militâncias feministas no contexto das ditaduras militares, não podemos esquecer que suas falas estão carregadas com as vivências atuais. Assim, levamos em conta que essas leitoras, hoje adultas, com mais leituras e outras experiências, rememoram suas juventudes e suas identificações com um olhar diferenciado, que parte do presente em que narram suas trajetórias. De acordo com Joana Maria Pedro, “as vidas que estas pessoas vivem hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem, o contexto político do país atualmente, as relações de força da atualidade configuram narrativas diferenciadas do passado”.<sup>41</sup> No momento de suas falas, as feministas entrevistadas se voltam às memórias de um passado, “olhando-o” através de uma indagação atual e de um lugar específico e, dessa forma, construindo-se na narrativa.<sup>42</sup> Do mesmo modo, percebemos ainda como essas leitoras se representam e desejam ser percebidas em relação às suas interlocutoras (tanto as entrevistadoras quanto às demais feministas de sua geração).

De acordo com o historiador Alistair Thomson, a respeito do “processo de afloramento de lembranças” e do “conteúdo das reminiscências”, as pessoas elaboram suas narrativas memorialísticas no intuito de darem sentido à vida passada em relação ao presente. Assim, as reminiscências (lembranças) variam, dependendo das alterações sofridas pelas subjetividades dos sujeitos, pois existe a necessidade

---

<sup>40</sup> Tive acesso às versões digitalizadas dos áudios da maioria das entrevistas que compõem o acervo.

<sup>41</sup> PEDRO, Joana Maria. *Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 118.

<sup>42</sup> MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 31.

pessoal de compor um passado com o qual se possa conviver.<sup>43</sup> A narrativa sobre si realizada no presente confronta as ligações entre a identidade e a memória na busca por forjar uma coerência em relação às trajetórias pessoais e aos relatos públicos sobre o passado. Nos trabalhos de construção das memórias, as pessoas se utilizam ainda de linguagens e significados que sejam (re)conhecidos pelo grupo, sociedade e cultura a qual pertençam – ou queiram se identificar –, entretanto, essa elaboração não ocorre sem que haja tensões entre as experiências pessoais e as coletivas, manifestada no uso de comparações e avaliações.<sup>44</sup> Assim, um dos objetivos propostos para esta tese é investigar as memórias que as gerações de leitoras feministas argentinas e brasileiras narram desse período, relatando suas experiências<sup>45</sup>, atuações nos movimentos sociais e políticos, histórias pessoais, etc., fornecendo uma visão histórica alternativa sobre esse momento, a partir da perspectiva da leitura.

Nesse caso, não há o que possa ser colocado fora da questão subjetiva, ou analisado apenas sobre o prisma generalizante da coletividade, uma vez que as subjetividades, sempre mutáveis, são produzidas pelo entrelaçamento de um universo interior e exterior.<sup>46</sup> Atentamos para a preponderante fração de sentimentos encobertos existentes nas situações de leitura que, mantendo sempre uma relação com o social, é também um dos elementos que configuram e orientam a construção de significados. A partir dos testemunhos, percebemos como a escolha e a apropriação dos textos que merecem ser destacados nas trajetórias são articuladas de acordo com a constituição que as entrevistadas buscam fazer de si e do momento que viveram. A recordação é fornecida por meio de um sentimento de realidade que essas têm ao discorrerem sobre seu passado, “nada é esquecido ou

---

<sup>43</sup> Cf. THOMSON, Alistair. Reacompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, vol. 15, p. 51-84, abr. 1997.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 56-57.

<sup>45</sup> A noção de experiência não é tomada neste trabalho como evidência incontestável ou autoevidente, mas como uma construção discursiva na qual os sujeitos se constituem historicamente, tecendo trajetórias e identificações distintas e mutáveis. Cf. SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da.; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 21-55.

<sup>46</sup> ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e Subjetividade: Saberes nômades*. Campinas, SP: Papius, 1997, p. 19.

lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra”<sup>47</sup>. Ou seja, o “ato de relembrar” alguns textos e autoras é uma reconstituição seletiva de um passado a partir de um lugar social e, portanto, coletivo que aquela que lembra ocupa no presente. Sendo assim, as fontes orais e memorialísticas foram apreciadas na capacidade que têm de abrir um horizonte de possibilidades para a construção de uma subjetividade socialmente compartilhada.<sup>48</sup>

Consideramos algumas variáveis em relação aos depoimentos utilizadas como fontes para essa análise como, por exemplo, as condições em que os depoimentos foram concedidos (datas, locais, relação das entrevistadas com as entrevistadoras, etc.). A maior parte dos depoimentos utilizados no decorrer da pesquisa e abordados na escrita desta tese, fazem parte do acervo do LEGH e foram concedidos às integrantes do laboratório e do IEG, em sua maioria às professoras, reconhecidas por suas produções e atuações acadêmicas a respeito dos estudos de gênero e feministas<sup>49</sup>. O LEGH conta com um vasto acervo composto por entrevistas, periódicos, artigos e livros que vêm sendo coletados por suas integrantes desde o ano de 2003. Para a realização das entrevistas, as professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff contaram com uma rede de relações acadêmicas e se basearam em um roteiro que abordava questões relativas às identificações com os feminismos no período das ditaduras militares nos países do Cone Sul,

---

<sup>47</sup> MALUF, Marina. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>48</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

<sup>49</sup> Além das entrevistas elaboradas para os projetos do LEGH coordenados pela professora Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, conto ainda com um conjunto de entrevistas realizadas por Janine Petersen para a elaboração de sua dissertação de mestrado, e algumas que foram produzidas por Claudete Beise Ulrich através de sua pesquisa de pós-doutorado intitulada *Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar e a relação com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)* e concedidas ao LEGH durante o ano de 2008. Ver, a esse respeito, PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006 e ULRICH, Claudete Beise. *Mulheres e homens luteranos: leituras feministas e identificações com o feminismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1964-1989)*. *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 59-86, jan.-dez. 2009.

iniciados nos anos 1960.<sup>50</sup> As entrevistas foram transcritas e revisadas por membros da equipe<sup>51</sup>. Por intermédio do site do IEG, na seção *Memórias do Feminismo*<sup>52</sup>, tive acesso ainda a três entrevistas realizadas em 2005 pela professora Rachel Soihet para seu projeto de pesquisa intitulado, “Zombaria como arma antifeminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)”, desenvolvido na Universidade Federal Fluminense<sup>53</sup>.

Para a elaboração dessa pesquisa, selecionei no acervo informado anteriormente 39 (trinta e nove) entrevistas realizadas com feministas brasileiras e 13 (treze) com feministas argentinas que mencionam autoras, textos e leituras em suas narrativas. Embora tenha analisado 52 (cinquenta e dois) depoimentos, apenas algumas foram utilizadas e citadas explicitamente ao longo desse trabalho. Todas as feministas entrevistadas fazem parte de uma geração de mulheres que se identificaram com os feminismos no período das ditaduras militares latino-americanas em meados do século XX, e ainda se identificam. Pelo fato do roteiro da maioria das entrevistas não tratarem especificamente das questões referentes às práticas de leitura<sup>54</sup>, dediquei atenção especial

---

<sup>50</sup> O roteiro das entrevistas realizadas abordou, entre outras questões, as seguintes perguntas: no período de 1964 a 1985 identificou-se com o feminismo? Em que circunstâncias? Como viveu o período da ditadura (o que fazia e onde) Que coisas aconteceram para que passasse a se identificar com o feminismo? Quais leituras e/ou pessoas tiveram influência? Divulgou essas ideias? Por quais meios? Em algumas falas as entrevistadoras induzem as entrevistadas a comentarem sobre determinados textos e autoras. Essas leituras foram tomadas como “leituras induzidas” – em contraposição ao que denomino como “leituras espontâneas”. Tratarei dessa questão em outros momentos nesta tese.

<sup>51</sup> Bolsistas de Iniciação Científica, mestrandas(os), doutorandas(os), e estudantes que participam voluntariamente nas pesquisas desenvolvidas no LEGH.

<sup>52</sup> MEMÓRIAS DO FEMINISMO – Entrevistas. Instituto de Estudos de Gênero. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/entrevistas.ph>. Acesso em: 10 jun. 2010. No processo de revisão desta tese, em fevereiro de 2013, constatou-se que essa seção não se encontra mais disponível para consulta no site.

<sup>53</sup> Para alguns resultados dessa pesquisa ver SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, p. 591-611, set.-dez., 2005.

<sup>54</sup> Apenas uma entrevista foi realizada no intuito de problematizar a questão as leituras feministas. Refiro-me a entrevista concedida a mim e a Maise Caroline Zucco pela professora argentina Alejandra Ciriza. CIRIZA, Alejandra.



aos momentos em que elas indicam os textos e os sentidos extraídos das leituras, observando os processos de constituição das entrevistadas como leitoras feministas no interior dos relatos sobre um contexto singular em suas vidas.

Importante atentar ao fato de que as falas das feministas apresentadas aqui são uma amostra de um conjunto de narrativas mais extenso e diverso. Ou seja, representam uma “comunidade de leitoras” específica, formada por um grupo de pessoas que compartilham algumas práticas de leitura.<sup>55</sup> A importância dessas narrativas reside no que Ana Maria de Oliveira Galvão, ao tratar metodologicamente dos “jogos de escalas”, chama de “movimento de ‘vai e vem’ entre o que, tradicionalmente, classifica-se como particular e aquilo que ultrapassa as singularidades do caso específico”<sup>56</sup>.

Além das entrevistas, utilizo ainda periódicos, livros e artigos publicados por feministas brasileiras e argentinas entre os anos 1960 e 1980, que nos permitem investigar os processos de apropriação dos textos e autoras citadas nas narrativas. Ou seja, fontes que indicam quais os textos circulavam e de que maneira foram apropriados pelas produções textuais feministas desse período, reafirmando ou contrastando com a relevância dos textos elencados atualmente por meio dos testemunhos.

Parte dessas fontes foi disponibilizada através de acervos particulares – refiro-me aos livros e materiais que adquiri por compra e aqueles que pertencem à biblioteca pessoal da professora Joana Maria Pedro –, outros fazem parte de acervos institucionais – como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e bibliotecas da UFSC – e uma parcela, sobretudo as produções argentinas, foram consultadas em diferentes acervos localizados nas cidades de Buenos Aires e La Plata, na Argentina<sup>57</sup>. A

Florianópolis: 05 mai. 2009. Entrevista concedida a Joana Vieira Borges e Maise Caroline Zucco, e transcrita por Joana Vieira Borges.

<sup>55</sup> Entendo que a geração de feministas selecionadas para esta análise forma uma comunidade de leitoras feministas entre outras que se possam estabelecer e, dessa forma, rejeito a ideia de que se trata de uma geração homogênea e da única comunidade de leitoras feminista possível.

<sup>56</sup> GALVÃO, Ana Maria de Oliveira... [et al.] (Orgs.). *História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 24.

<sup>57</sup> A pesquisa se concentrou nas publicações que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina; Biblioteca del Congreso de la Nación; das bibliotecas da Facultad de Filosofía y Letras da UBA (são elas:

obtenção de uma bolsa na modalidade Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE)<sup>58</sup>, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para a realização de doutorado sanduíche em Buenos Aires – supervisionado pela professora María Luisa Femenías –, colocou-me em contato com um grande número de fontes escritas (livros, textos fotocopiados e periódicos). Sendo assim, a relação com os documentos pesquisados se deu de modo diferenciado, especialmente no que se refere às produções analisadas durante o estágio na Argentina.

Em relação aos periódicos, analiso as seguintes publicações: os brasileiros *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), e *Mulherio* (1981), e os argentinos *Persona* (1974) e *Brujas* (1983). A imprensa escrita como fonte e ao mesmo tempo objeto para a história apresentam algumas questões de ordem metodológica em seu tratamento como, por exemplo, a necessidade de historicizar as publicações observando o público a que se destinam, as responsáveis pelas edições, e a materialidade das produções.<sup>59</sup> Outros trabalhos já abordaram esses periódicos como fontes.<sup>60</sup> Contudo, minha intenção foi analisar essas

---

Biblioteca Central “Prof. Augusto Raúl Cortazar”; Biblioteca de Filosofía; Biblioteca do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género; biblioteca de Filología e Literatura Hispánica “Dr. Amado Alonso”; Biblioteca de Literatura Argentina “Ricardo Rojas”; Biblioteca Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”; Biblioteca Literatura Hispanoamericana; e Biblioteca Historia de Arte Argentino y Latinoamericano); a biblioteca da Facultad de Ciencias Sociales também da UBA, a Biblioteca Alfonsina Storni; a biblioteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (CeDInCI) e a Biblioteca Municipal Miguel Cané. Em La Plata, investiguei as publicações que pertencem ao acervo da Comisión Providencial por la Memoria e à Biblioteca da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da UNLP.

<sup>58</sup> Bolsista da Capes – Proc. n.º. 6586/10-4.

<sup>59</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-151.

<sup>60</sup> Ver, a esse respeito, ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. *Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre os periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010; MELLO, Soraia Carolina de. *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul : problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina.

publicações como espaços onde ocorreu a circulação de leituras e autoras consideradas representativas, formando um *corpus* de textos legítimos para os movimentos feministas.

No que diz respeito às demais produções textuais – livros e artigos –, faço uma diferenciação: por um lado os textos escritos pelas feministas brasileiras e argentinas entre os anos 1960 e 1980, e por outro, textos – não necessariamente produzidos nessa época – citados de forma recorrente nas falas como leituras de identificação com os feminismos, caracterizadas como “clássicas” e “obrigatórias”<sup>61</sup>.

O ponto de partida foram os textos e as autoras que aparecem nas narrativas sobre as memórias dos feminismos em “tempos de ditadura”. Para tanto, sistematizei as leituras mencionadas em uma tabela (Apêndice 1), organizando as autoras citadas pelas entrevistadas em relação ao número de vezes que seus nomes e/ou textos aparecem nas falas.<sup>62</sup> Após esse primeiro momento de elaboração dos dados, atentei para as maneiras em que esses eram trazidos à tona nas memórias das entrevistadas. Feito isso, meu olhar se dirigiu então às produções textuais dessa geração de feministas no intuito de analisar as possíveis apropriações dos textos nas produções escritas das mulheres dessa geração ligada aos feminismos, e de que forma contribuíram para a formação de uma “biblioteca feminista”.<sup>63</sup> O objetivo foi relacionar as indicações informadas nas falas – e que compõem um repertório de leituras – com aquilo que foi possível mapear sobre a circulação e a

---

Florianópolis, 2010. VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

<sup>61</sup> Os textos considerados como de “identificação com os feminismos” – com maior recorrência nas falas – foram: *O segundo sexo*, da francesa Simone de Beauvoir (1949), *Mística Feminina*, da estadunidense Betty Friedan (1963), *Escupamos sobre Hegel*, da italiana Carla Lonzi (1974), *Um teto todo seu*, da inglesa Virginia Woolf (1928), e *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*, da brasileira Heleieth Safiotti (1976).

<sup>62</sup> Quando as entrevistadas faziam referência apenas a “O Segundo Sexo”, sem mencionar sua autora, por exemplo, considerei o nome de Simone de Beauvoir como critério para a elaboração de uma tabela com indicadores quantitativos.

<sup>63</sup> Compreendida como um conjunto de textos tomados como autênticos e relevantes para os movimentos.

utilização dos impressos pela comunidade de leitoras feministas entre os anos 1960 e 1980<sup>64</sup>.

Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema – leituras feministas – pude constatar que até o momento há poucos estudos historiográficos que contemplem uma reflexão que considere as discussões anteriormente mencionadas sobre a história da leitura e do livro. O que encontramos são trabalhos que problematizam alguns textos e autoras para os movimentos feministas na intenção de responder a outros objetivos<sup>65</sup>.

No Brasil, Claudete Beise Ulrich, pós-doutora orientada pela professora Joana Maria Pedro na UFSC entre os anos de 2007 e 2008, entrevistou mulheres e homens ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e problematizou em um artigo as leituras feministas realizadas durante o período do regime militar<sup>66</sup>. Na Argentina, Marcela Maria Alejandra Narí pesquisou a forma como Simone de Beauvoir era mencionada em algumas revistas argentinas durante as décadas de 1950 e 1960<sup>67</sup>. Para tanto, utilizou revistas culturais e literárias, e entrevistas realizadas na década de 1990 com mulheres que participaram de grupos políticos (sindicais, partidários, estudantis, guerrilheiros e feministas) desde 1955 – fins do primeiro mandato de Perón – até os anos 1980.

Sobre a divisão dos capítulos, apresento primeiramente um texto introdutório que nos permite refletir sobre o contexto das ditaduras

---

<sup>64</sup> Análise proposta em CHARTIER, Roger. *Práticas e Representações: leituras camponesas em França no século XVIII*. In: \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1990, p. 141-161.

<sup>65</sup> VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Op. cit.* e MENDEZ, Natália Pietra. Com a palavra, *O segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

<sup>66</sup> ULRICH, Claudete Beise. *Op. cit.*

<sup>67</sup> Ver, a esse respeito, NARI, Marcela María Alejandra. No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir em Argentina, 1950 y 1990. *MORA – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. Nº 8. Diciembre 2002. (Tradução livre – Joana Vieira Borges) e \_\_\_\_\_. *Feminist Awakenings*. In: NOUIZELLES, Gabriela; MONTALDO, Graciela (Editors). *The Argentina Reader: History, Culture, Politics*. 2<sup>nd</sup> printing. USA: Duke University Press, 2004. (Tradução livre).

militares vivenciado pela geração de leitoras feministas brasileiras e argentinas, destacando a formação dos movimentos feministas e atentando para as possíveis semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos nos processos de ambos os países. Proponho uma análise a respeito da constituição dessa geração, sobre os lugares sociais e políticos ocupados por essas mulheres, as atividades que desenvolviam entre os anos de 1960 e 1980, os primeiros contatos com os feminismos e com as lutas de resistência às ditaduras, etc.

No segundo capítulo, dialogo com as memórias sobre as leituras de identificação com os feminismos, percebendo quais são os textos citados como relevantes, quais as possíveis apropriações e as práticas de leitura narradas por essa geração, agora percebida como uma “comunidade de leitoras”. Analiso as narrativas das feministas brasileiras e argentinas sem definir *a priori* um grupo específico de textos, pois o objetivo para esse capítulo é perceber a diversidade das leituras que elas selecionaram e classificaram em suas memórias a respeito das identificações com os feminismos, constituindo não apenas uma “comunidade de leitoras” como ainda uma “biblioteca feminista”.

Para o terceiro capítulo a proposta é refletir sobre os vestígios das leituras (apropriações) nas produções bibliográficas elaboradas por essa geração de feministas. Ou seja, como textos e autoras – citados anteriormente nas entrevistas - foram referenciadas pelas feministas em suas produções bibliográficas da época e, em alguns casos, posteriores, buscando perceber como ocorreu a circulação dos textos e como os referenciais teóricos feministas foram utilizados.

A proposta do quarto e último capítulo foi acrescentar às maneiras do ler e do apropriar-se – analisadas nos capítulos anteriores – à presença dos textos em questão. Encerro esta tese analisando duas autoras e seus respectivos textos que apareceram como mais citados nas falas e referenciados nas produções textuais produzidas pelas feministas de ambos os países entre as décadas de 1960 e 1980: *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e *Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan. Pensando as metodologias propostas, principalmente, por Roger Chartier e Robert Darnton para pensarmos as práticas de leitura e a história dos livros – produção, circulação e apropriação – o objetivo foi focar na produção, discutindo a respeito dos textos que as feministas brasileiras e argentinas citam como importantes em suas identificações com os feminismos, quem são as autoras desses textos e quais foram os contextos de suas produções e, em relação à circulação,

problematizar a influencia da “figura das autoras” para a constituição de seus textos como “clássicos”.

## CAPÍTULO 1

### “FEMINISMO SE CONJUGA NO PLURAL”<sup>68</sup>

“Em nenhum lugar do mundo  
pode-se falar de feminismo no singular”  
(Heleieth Saffioti, 1987).

Ao longo dos últimos anos, lendo e ouvindo a narrativa de uma geração de mulheres brasileiras e argentinas a respeito de suas trajetórias feministas, interessei-me especialmente por aquilo que elas nos contam sobre suas leituras de identificação com a luta das mulheres. A partir dos sentidos atribuídos a algumas autoras e textos, procurei perceber o que essa geração de leitoras determina, por meio de suas falas e escritos, como as “leituras legítimas” dos movimentos feministas durante os anos das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Do mesmo modo, busquei compreender as práticas de leitura dessas mulheres que fazem parte de uma “comunidade interpretativa” dos feminismos latino-americanos.

Neste capítulo, não pretendo fazer uma análise das ditaduras militares em ambos os países, pois considero que existe uma extensa bibliografia a respeito do assunto produzida por pesquisadoras(es) de diferentes áreas do conhecimento e que, inclusive, tem sido enriquecida nos últimos anos por trabalhos que problematizam as organizações de mulheres e os movimentos feministas nesse período.<sup>69</sup> No Brasil, destaco as atividades e pesquisas desenvolvidas pelo LEGH e IEG, ambos sediados na UFSC, e na Argentina, os estudos e eventos promovidos pelas pesquisadoras do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEG), da UBA, sobretudo, aqueles vinculados ao grupo de estudo intitulado “Las mujeres en los 70’. Identidades, construcciones, cambios y continuidades”, e ainda os desenvolvidos pelo Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género (CINIG), da Universidad Nacional de La Plata (UNLP).

---

<sup>68</sup> Expressão utilizada por algumas autoras feministas no intuito de alertarem para a pluralidade de ideias, projetos e vertentes do movimento subentendidos no “feminismo” flexionado no singular. Ver, a esse respeito, PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, Argentina e Uruguai (1964-89). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Modernidades alternativas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 162.

<sup>69</sup> Ver bibliografia referida ao longo deste capítulo e ao final desta tese.

Minha reflexão se atém aos contextos vivenciados pelos movimentos feministas brasileiros e argentinos entre as décadas de 1960 e 1980 no intuito de compreendermos alguns elementos na formação dessa geração de leitoras feministas em uma dada configuração histórica para que, posteriormente, possamos avaliar como se constituiu um repertório de autoras e textos presentes nas produções bibliográficas da época e nas memórias recentes sobre o período. Nesse sentido, faz-se necessário situar essa geração de mulheres no tempo e no espaço, partindo da ideia de que as memórias também são determinadas socialmente, na interação das pessoas com seus afetos e desafetos, nos locais de saber e fazer, nas classes sociais, nos grupos de atuação política, etc. Precisamos nos ater, mesmo que brevemente, a alguns processos históricos compreendidos entre as décadas de 1960 e 1980, e que foram compartilhados por essas mulheres como memórias em comum, para que nos demais capítulos possamos entremeá-los com suas memórias e produções bibliográficas sobre esse tempo<sup>70</sup>.

Por intermédio das pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 2000 nos espaços acadêmicos anteriormente mencionados, percebemos que as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram expressivas na história dos movimentos feministas dos países do Cone Sul, uma vez que esse período foi marcado pelas experiências das ditaduras militares. Os movimentos feministas nesses países vivenciaram suas trajetórias em tempos<sup>71</sup> e maneiras distintas em relação a esse período<sup>72</sup>, mas, de uma maneira geral, os movimentos sociais sofreram com o regime de ameaças, censura, perseguições, prisões, torturas, e desaparecimentos praticados pelos regimes militares.

Nesse sentido, as atuações dos movimentos feministas latino-americanos combinaram muitas vezes a militância política contra as ditaduras com as reivindicações em defesa dos direitos humanos, desenvolvendo uma “dupla militância” que caracteriza a trajetória de

---

<sup>70</sup> Os acontecimentos que configuram a narrativa ao longo deste capítulo foram selecionados de acordo com eventos levantados a partir das falas das feministas entrevistadas.

<sup>71</sup> Brasil (1964-1985), Argentina (os golpes se deram em 1966 e 1976, e as redemocratizações em 1973 e 1983, respectivamente), Chile (1973-1988), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985) e Bolívia (1964-1982, com interrupções no processo ditatorial).

<sup>72</sup> Cf. PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: ROLAND, Denis; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Op. cit.*, p. 161-162.



muitas das leitoras dessa geração, ao mesmo tempo em que as diferencia em relação às atuações feministas organizadas em outros países no mesmo período<sup>73</sup>. Enquanto brasileiras(os) e argentinas(os) se reuniam clandestinamente sob o risco de serem identificadas(os) como “comunistas”<sup>74</sup> – logo, uma ameaça a ser combatida –, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, na Itália e na Inglaterra, por exemplo, as manifestações feministas por questões como o direito ao aborto e ao uso de contraceptivos – entre outras relativas ao corpo e à liberdade sexual – foram às ruas ainda nos anos 1960<sup>75</sup>.

Durante essa emblemática década o mundo assistiu a uma revolução cultural no que tange às relações entre mulheres e homens, que foi significativamente sentida, sobretudo, pelos jovens. Essa “nova cultura” tornou-se substancialmente evidente quando ligada à expressividade intelectual, como no caso do “maio de 68”, em Paris. Nesse momento, a Europa vivenciava uma crise de valores que fez com que muitas pessoas projetassem para o espaço público sentimentos e desejos individuais mantidos até então no âmbito privado. Foi então que *slogans* como “Faça amor, não faça a guerra” e “Quando penso em revolução quero fazer amor” ganharam os muros e as ruas, tornando-se a marca dos anseios de uma geração de jovens. “68” representa uma época que extrapola o âmbito francês e, nesse sentido, devemos nos ater aos múltiplos significados e disputas políticas que esse evento representa para as gerações em diferentes contextos.

Os movimentos feministas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, amparados pela atmosfera do Maio de 1968 e da Nova Esquerda, respectivamente, tiveram ampla participação na luta para que os direitos sexuais e reprodutivos fossem adotados em seus países. As chamadas “minorias” – movimentos feministas, gays e raciais –, encontraram espaço para que os direitos políticos, sociais, reprodutivos e sexuais fossem abertamente debatidos e, em alguns casos, reconhecidos legalmente nesses lugares.

---

<sup>73</sup> Ver, a esse respeito, MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las Mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madrid: Cátedra, 1994.

<sup>74</sup> Ver, a esse respeito, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>75</sup> PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 265-309.

O “68” nos países do Cone Sul foi um movimento marcado, principalmente, pelas lutas sociais contra as ditaduras militares e pelas manifestações artísticas como, por exemplo, os movimentos de contracultura – a Tropicália no Brasil –, que adotaram uma perspectiva não necessariamente restrita à militância política daquele momento. De acordo com Horacio Tarcus<sup>76</sup>, “O Maio Francês” teve dois tipos de recepção na Argentina: uma negativa, que o caracterizou como um movimento “pequeno-burguês” em comparação ao “Cordobazo”<sup>77</sup>; e outra denominada pelo autor como uma “recepção intelectual”, caracterizada pela tradução quase que imediata (com diferença de apenas alguns meses) de uma série de textos franceses sobre o evento. A “recepção intelectual” foi responsável por difundir rapidamente as ideias de autores como Jean-Paul Sartre<sup>78</sup>, Roland Barthes, Alain Touraine, André Gorz, entre outros, despertando o interesse da geração dos anos 1960 e 1970 por esse movimento:

Fueron estos hijos de la clase media los que leían los libros y las revistas del Mayo francés, los que miraban en el espejo de otras juventudes insurgentes en el mundo mientras se constituían como sujeto colectivo. Fue esa generación de los años 60, forjada en un vertiginoso proceso de modernización cultural y social, la que emergió

---

<sup>76</sup> TARCUS, Horacio. El Mayo argentino. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). 1968: 40 años después: historia e memoria. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p. 187-203.

<sup>77</sup> O “Cordobazo” foi um conflito entre o regime militar argentino e o movimento operário (Confederación General del Trabajo de los Argentinos - CGTA), com a cooperação do movimento estudantil e dos civis, que ocorreu na cidade de Córdoba, na Argentina, entre os dias de 29 e 30 de maio de 1969. O início do mês de maio daquele ano foi marcado por greves e assembleias sindicais organizadas por grupos políticos de Córdoba, e que, ao final do mês, agravou-se a partir do enfrentamento violento ocorrido nas ruas da cidade entre os manifestantes e os militares. Os manifestantes organizaram marchas, construíram barricadas e puseram fogo nas multinacionais e edifícios estatais, aumentando o clima de sublevação nos espaços da cidade. O “Cordobazo” foi um movimento popular que se estendeu a outras regiões do país. Por essa razão, Horacio Tarcus defende que apesar do “Cordobazo” ter ocorrido no ano de 1969, o evento foi mitificado como “O Maio argentino”, em comparação ao “O Maio francês”. Idem.

<sup>78</sup> Jean Paul-Sartre era autor conhecido dos leitores e leitoras argentinas desde a década de 1940.

rebelándose contra el extrañamiento respecto de los valores y las instituciones en la que se había formado.<sup>79</sup>

No Brasil, Carlos Fico cita alguns eventos que podem ser considerados correlatos brasileiros das mobilizações de “68”, destacando os comícios e as grandes passeatas ocorridas entre os meses de março e outubro como, por exemplo, aquelas que foram organizadas em razão das mortes dos estudantes Edson Luís, no Rio de Janeiro, e José Carlos, em São Paulo, ambos baleados pela polícia. Para o autor, essas manifestações ocorridas em 1968 conseguiram atrair a atenção da classe média, de artistas, de intelectuais, da Igreja e de órgãos de imprensa para uma condenação massiva da ditadura militar<sup>80</sup>. Contudo, após as revoltas populares ocorridas entre os anos de 1964 e 1968, o governo militar instituiu em 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional N. 5 – AI-5 como ficou conhecido – conferindo amplos poderes ao presidente da República e, entre eles, a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos. O AI-5 forneceu os mecanismos constitucionais necessários para o recrudescimento do sistema repressivo da ditadura brasileira.

Em meados da década de 1960, Brasil e Argentina – assim como outros países latino-americanos – vivenciavam um processo de modernização e de acelerado crescimento urbano, acompanhado por constantes mobilizações populares a favor de reformas estruturais nos setores econômicos, políticos e culturais. Diante desse contexto, consolidou-se em ambos os países uma juventude ligada às universidades, aos grupos políticos e às manifestações artísticas (cinema, teatro, artes plásticas, literatura e música), e oriunda, sobretudo, das classes médias.

Para muitas argentinas, mudar-se para os grandes centros, como Buenos Aires, ou mesmo de dividir um apartamento com uma amiga, foram experiências que se tornaram cada vez mais comuns a partir da

---

<sup>79</sup> “Foram estes filhos da classe média os que liam os livros e as revistas do Maio francês, os que olharam para a atuação de outros jovens insurgentes no mundo enquanto se constituíam como sujeito coletivo. Foi essa geração dos anos 60, forjada em um vertiginoso processo de modernização cultural e social, a que emergiu rebelando-se contra os valores e as instituições em que haviam se formado” (Tradução livre). TARCUS, Horacio. *Op. cit.*, p. 203.

<sup>80</sup> Cf. FICO, Carlos. 1968: o ano que terminou mal. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *Op. cit.*, p. 236-238.

década de 1960<sup>81</sup>. Simultaneamente, em ambos os países, muitos casais passaram a viver juntos sem a necessidade de uma cerimônia de casamento ou mesmo da legalização da união perante o Estado. No Brasil, a década de 1970 foi marcada por um aumento no número de separações. Antes mesmo de institucionalizada a lei do divórcio no país, em 1977, o número de mulheres desquitadas e separadas crescia paulatinamente.<sup>82</sup>

Nesse contexto, a censura moral ganhou a cena, mas teve que dividi-la com novos padrões, comportamentos e sensibilidades que emergiam<sup>83</sup>: saias com comprimentos cada vez mais curtos, experiências homoeróticas, maior liberdade sexual das mulheres, rechaço ao modelo de “dona-de-casa” e à maternidade compulsória, etc. Ou seja, ser jovem nesses países durante esses anos significou para muitas jovens romper com a ordem estabelecida, tentar estabelecer novas formas de ser e sentir ainda que essas entrassem em choque com o imaginário tradicional e com as demandas colocadas em relação à resistência aos contextos ditatoriais.

Brasileiras e argentinas dessa geração vivenciaram um momento em que as mulheres conquistavam mais espaços de atuação na sociedade, ocupando cada vez mais lugares, fossem eles na educação, nos postos de trabalho (formais e informais) ou em outros setores econômicos e políticos, e esses são locais de debate político por excelência em ambos os países. Ao final dos anos 1970, as brasileiras e argentinas eram quase a metade da população de estudantes matriculadas(os) nas universidades. Em 1956, as mulheres representavam apenas 26% dos estudantes que ingressavam nas universidades, em 1971, passaram para 41,5% e, em 1975, ultrapassavam a marca dos 50%, superando os homens em números de matrículas. Houve um aumento expressivo também no sistema

---

<sup>81</sup> BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos*. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 225.

<sup>82</sup> SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 27-28.

<sup>83</sup> A revista argentina *Transformaciones – Enciclopedia de los Grandes Fenômenos de Nuestro Tiempo*, editada pelo Centro Editor de América Latina em Buenos Aires, por exemplo, publicou entre os anos 1972 e 1973 ao menos seis exemplares que tiveram como temática a revolução sexual (número 25), o “gênero rosa” nas fotos e telenovelas (número 55), a condição da mulher (número 66), a crise da família (número 82) e a mulher na revolução (número 97), este último assinado por Mirta Henault e Otilia Vainstok.

produtivo brasileiro. A taxa de atividade feminina no país – número de trabalhadoras X população feminina acima de 10 anos – passou de 14,6%, em 1950, para 28,8%, em 1976<sup>84</sup>. Contudo, os homens ainda dominavam os cargos de liderança, inclusive nas mobilizações políticas tanto da direita quanto da esquerda.

A partir dos anos 1960, a introdução das pílulas anticoncepcionais forneceram subsídios para que acontecesse de fato uma revolução nos costumes e, conseqüentemente nas configurações familiares. No Brasil e na Argentina, os intensos debates sobre o uso das pílulas foram travados nos setores governamentais, eclesiásticos, entre os partidos políticos, e nos grupos de mulheres e feministas, e se caracterizaram pelo embate entre duas questões: planejamento demográfico e liberdade sexual das mulheres.<sup>85</sup> Diferente do Brasil, a chegada da pílula anticoncepcional na Argentina teve uma conotação inversa, uma vez que o país vivia um recuo nas taxas de natalidade. A princípio, a pílula gerou uma contradição em alguns setores de militância no país que se colocaram favoráveis à diminuição da taxa de natalidade entre as mulheres de classe média e alta, mas não entre as classes pobres.<sup>86</sup> Nesse sentido, os governos militares e os grupos de esquerda argentinos concordaram em relação às medidas pró-natalistas. Os setores da esquerda defendiam que a difusão das pílulas era uma ação orquestrada pelo imperialismo norte-americano no intuito de erradicar aqueles que engrossariam os grupos de esquerda latino-americanos, ou seja, os futuros “instrumentos para a revolução”.<sup>87</sup> Em relação a essa questão, o último mandato de Juan Domingo Perón – acompanhado de Isabelita Perón<sup>88</sup> na vice-presidência (1973-1974) – foi

---

<sup>84</sup> Dados extraídos de GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>85</sup> Ver, a esse respeito, FELITTI, Karina Alejandra. El placer de elegir. Anticoncepción y liberación sexual en los 60's. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al). *Historia de las Mujeres en Argentina. Siglo XX*. Buenos Aires: Taurus, 2000, p 154-171 e PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003.

<sup>86</sup> Cf. BARRANCOS, Dora. *Mujeres entre la casa y la plaza*. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 138.

<sup>87</sup> BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 232-233.

<sup>88</sup> Nome artístico de María Estela Martínez de Perón.

marcado pela proibição da venda de anticoncepcionais e da promoção de atividades relacionadas ao controle populacional<sup>89</sup>.

Esses fatores, entre outros, criaram um clima ideal para a eclosão de uma revolução cultural e sexual em diversas partes do mundo, mas que nos países latino-americanos encontrou limites nas situações políticas vividas, e essa particularidade aproxima as experiências das gerações de brasileiras e argentinas nesse período. Em ambos os países, as mulheres das classes populares e/ou oriundas de famílias caracterizadas pela afinidade com setores de esquerda, e que não tinham ligação com as instituições religiosas, tiveram maiores garantidas de liberdade do que as jovens das classes médias e altas provenientes de famílias conservadoras. Ainda que o casamento e a maternidade não tenham abalado o horizonte de expectativa para a maioria das mulheres nesse momento, a educação e a carreira profissional adquiriram gradualmente importância para essa geração ao significar uma possibilidade de autonomia financeira em relação aos homens<sup>90</sup>.

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres e à família durante as décadas de 1970 e 1980 tiveram impacto nos arranjos familiares – diminuição na quantidade de filhos, aumento no número de separações e uniões informais, etc. –, mas isso não nos permite afirmar que o período das ditaduras militares tenha assistido apenas a avanços em relação aos direitos das mulheres. Ao longo da presidência do general Juan Carlos Onganía (1966-1970) na Argentina, por exemplo, o Código Civil sofreu algumas alterações em relação aos direitos das mulheres, ora avançando ora retrocedendo. Por um lado, o código foi reformulado ampliando alguns direitos como, por exemplo, a permissão dada às mulheres de adquirir e administrar seus próprios bens, e a admissão da separação do casal com o consentimento de ambas as partes.<sup>91</sup> Por outro, não alterou as questões relativas à “pátria potestad”, tema de muitas manifestações e reportagens nos periódicos feministas argentinos durante os anos 1960 e 1970. Do mesmo modo, um artigo do código colocava para as mulheres o uso da preposição “de” anexa ao sobrenome de casada<sup>92</sup>, como em María Estela Martínez *de* Perón, por

---

<sup>89</sup> BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 235.

<sup>90</sup> AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). 2012. *Op. cit.*, p. 77-79.

<sup>91</sup> O divórcio vincular, com dissolução do matrimônio e dos bens foi sancionado somente em 1987 na Argentina e, assim como o direito das mães em relação à guarda dos filhos (“patria potestad”), foi pauta das lutas feministas no país.

<sup>92</sup> Cf. BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 236.237.

exemplo. Foi com a redemocratização em ambos os países que ocorreram mudanças maiores em relação aos direitos das mulheres, uma vez que elas mesmas construíram espaços autônomos para reivindicarem e debaterem “suas” questões, como veremos adiante.

## 1.1 DITADURAS E REDEMOCRATIZAÇÕES

No Brasil, o “golpe civil-militar”<sup>93</sup> de 01 de abril de 1964, que destituiu João Goulart da presidência do país, deu início a um período de vinte e um anos marcados pela perda progressiva das liberdades democráticas. Entretanto, o início da ditadura militar já vinha sendo delineado desde o início dos anos 1960, logo após o sucesso da Revolução Cubana em 1959, fator esse de inspiração para os movimentos de esquerda latino-americanos em suas lutas anti-imperialistas em relação aos Estados Unidos. Depois desse evento, a política norte-americana passou a acompanhar com grande atenção os acontecimentos políticos no continente, sobretudo, no Brasil, por entender o país como estratégico para a região. Nessa concepção, caso o país sucumbisse à “ameaça comunista”, a influência estadunidense no continente estaria comprometida nos demais países.<sup>94</sup>

Jânio Quadros, eleito presidente em 1961, teve como seu sucessor João Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após sete meses de mandato – de uma atuação econômica desastrosa e uma política externa que desagradou as bases militares do governo e as classes dominantes no país – Jânio Quadros renunciou ao cargo e abriu caminho para o getulista João Goulart, que assumiu o cargo mesmo tendo seus poderes presidenciais limitados. A partir dessa nova conjuntura, os Estados Unidos retiraram o apoio financeiro ao governo brasileiro e o transferiram para os grupos políticos de oposição no país.

---

<sup>93</sup> Utilizo a expressão “golpe civil-militar”, debatida pela historiografia atual sobre a ditadura militar no Brasil, para destacar a participação de setores da sociedade civil no golpe que, assim como os militares, também temiam o avanço das esquerdas e do comunismo. Cf. WASSERMANN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMANN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (Orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 40.

<sup>94</sup> Ver, a esse respeito, GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-85)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 25.

Concomitante a isso, a alta inflacionária acirrou os ânimos da classe média que, apoiada pelos setores conservadores da Igreja Católica, passou a se manifestar contra o governo “esquerdista” de João Goulart, formando um ambiente favorável para a intervenção das Forças Armadas em abril 1964.<sup>95</sup> Um dos objetivos do regime militar com o golpe era deter a ampliação dos direitos trabalhistas rurais e urbanos que vinham sendo esboçados nas reivindicações dos movimentos populares pelas reformas de base no sistema econômico e nas políticas públicas.

A partir de meados dos anos 1960, com as liberdades de expressão e opinião suspensas, constantemente vigiadas e violentamente reprimidas, os militares dirigiram suas forças na finalidade de neutralizar todos os grupos sociais adversários ao regime e que pudessem ampliar, e até mesmo estabelecer, um regime comunista no país. Entre esses grupos destaco: políticos ligados à esquerda<sup>96</sup>, sindicalistas, campesinos(as), operários(as), jornalistas, editores(as), religiosos(as) ligados à Teologia da Libertação, professores(as), estudantes, entre outros. Em 1970, a Operação Bandeirante (OBAN), instituída um ano antes em São Paulo, deu lugar ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), e foi com esse aparato que o Exército brasileiro formalizou o regime de prisões seguidas de tortura como técnica dos interrogatórios nos Departamentos de Ordem e Política e Social (DOPS) e polícias estaduais.

Ainda durante a década de 1970, quando a repressão atingiu o limite de suas forças, mulheres e homens foram perseguidos, presos, torturados, formaram grupos clandestinos – por vezes armados<sup>97</sup> –

---

<sup>95</sup> Um exemplo dessas manifestações foram as marchas organizadas por mulheres em diferentes cidades brasileiras durante o mês de março de 1964, conhecidas como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

<sup>96</sup> Embora esteja flexionado no singular, entendo o conceito de esquerda como historicamente datado, e por essa razão, intrinsecamente ligado às circunstâncias de sua enunciação. De qualquer modo, em uma acepção geral, quando menciono o conceito referindo-me ao período proposto para a análise, entendo-o por ideia, sujeito ou grupo político que defende a perspectiva da igualdade de condições sociais e econômicas, e critica enfaticamente os princípios e propostas do liberalismo econômico. Ver, a esse respeito, FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964 -...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 10-11.

<sup>97</sup> Entre as organizações brasileiras que se destacaram pelas ações de guerrilha nas cidades e nos campos cito algumas como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista



passaram a engrossar a lista dos mortos e “desaparecidos”, e/ou partiram para o exílio em outros países, entre eles os vizinhos ao Brasil que ainda não haviam sofrido os golpes militares como, por exemplo, o Chile. As violências perpetradas nas dependências dos DOPS chegaram a ser denunciadas por alguns órgãos da imprensa até 1968, mas se tornaram gradativamente mais escassas com a decretação da Lei de Imprensa em 1967, até serem totalmente silenciadas com a decretação do AI-5<sup>98</sup>. Em 1970, através do Decreto de Lei de número 1.077, o governo instituiu a censura prévia, ou seja, passou a restringir as matérias veiculadas pelos periódicos. Essa ação censora descaracterizou alguns veículos da imprensa, sobretudo, da imprensa alternativa como, por exemplo, o *Pasquim*.

O ano de 1973 é lembrado pela crise do desenvolvimento econômico – “milagre brasileiro”<sup>99</sup> – e, principalmente, pela retomada do movimento operário e a recomposição dos grupos de oposição ao regime militar. A partir desse momento, os movimentos sociais encontraram um ambiente favorável para se reorganizarem e promoverem manifestações de denúncias da violação dos direitos humanos no Brasil.

Os debates sobre a anistia dos presos políticos, iniciados antes da decretação do AI-5, foram retomados a partir de meados dos anos 1970, quando o então general Ernesto Geisel anunciou o início de uma transição “lenta, gradual e segura” rumo à democracia. Essa mudança se deu em 1985, quando Tancredo Neves – representante da Aliança Democrática –, foi eleito indiretamente como presidente do país.<sup>100</sup>

do Brasil (PCdoB) e Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ver, a esse respeito, RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Op. cit.*, p. 21-51.

<sup>98</sup> Cf. FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 265.

<sup>99</sup> O “milagre econômico” é conhecido como o período entre 1969 e 1973, caracterizado pelo bom desenvolvimento econômico do país, com taxas relativamente baixas de inflação. Esse momento de êxito econômico ajudou a manter a euforia da classe média em relação ao consumo e a popularidade do governo militar em alguns setores da sociedade. Ver, FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 405.

<sup>100</sup> Em 1984, a Câmara dos Deputados rejeitou a PEC n.º 5, de 1983, conhecida

Os movimentos pela anistia ganharam espaço a partir dos grandes centros urbanos e, inicialmente, mobilizados por mães e esposas de presos(as) e desaparecidos(as), estendendo-se, posteriormente, aos movimentos de mulheres, estudantes universitários, intelectuais, artistas e formadores de opinião. As discussões a respeito da anistia acompanharam o processo de redemocratização iniciado em 1974, e tiveram seus avanços e recuos até o encerramento da censura, a revogação dos atos institucionais, em 1978, e a decretação da polêmica Lei da Anistia (Lei n°. 6.683), em 28 de agosto de 1979, promulgada por João Baptista Figueiredo, último general do período ditatorial no Brasil.

A Argentina passou por um processo análogo, embora tenha vivenciado dois golpes militares separados por um breve e turbulento período de “democracia” entre os anos 1973 a 1976. Os autores Boris Fausto e Fernando Devoto<sup>101</sup> destacam algumas diferenças entre os regimes ditatoriais em ambos os países, das quais citarei algumas. Enquanto o Brasil viveu um período de debate em torno da redemocratização – ainda que com altos e baixos, de acordo com a conjuntura sociopolítica do país –, o regime militar na Argentina terminou de maneira abrupta, enfraquecido não só pela crise econômica, mas, principalmente, pela derrota na Guerra das Malvinas em 1982. O Brasil viveu ininterruptamente os anos de ditadura militar, enquanto o país vizinho teve dois intervalos: do ano de 1963 a 1966, com a presidência de Arturo Illia, e de maio de 1973 a março de 1976, com as presidências do peronista Héctor J. Cámpora, Juan D. Perón e Isabel M. de Perón. Os governos militares instalados a partir 1976 não tiveram a mesma conotação repressiva em relação aos governos militares posteriores, e deram início a um período que os autores denominam como “guerra de extermínio”<sup>102</sup>, ou seja, marcado pelo abandono da legalidade e aumento da ação repressiva no combate aos opositores do regime. Diferente do Brasil, os presidentes militares argentinos tinham suas ações limitadas por uma Junta de Comandantes – composta pelo Exército, Forças Armadas e Aeronáutica – com poderes para derrubar

---

como “emenda Dante de Oliveira”, deputado federal do PMDB que propôs a reinstauração das eleições diretas no Brasil através da proposta de emenda constitucional, amparado pelas manifestações do movimento Diretas Já. Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, mas morreu antes mesmo da posse, que foi então tomada por seu vice José Sarney.

<sup>101</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Op. cit.*, p. 395.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 397.

um general do poder, como o fez com Juan Carlos Onganía em junho de 1970.

Na Argentina, entre o final do ano 1973 e o início de 1976, intervalo entre os dois regimes militares mencionados anteriormente, um grupo paramilitar de extrema direita, conhecido como *Triple A* - Aliança Anticomunista Argentina, criada por José López Rega, ministro do Bem-estar Social do governo de Juan D. Perón – foi responsável por uma série de ameaças, violências, e mortes. Durante esse período, a *Triple A* publicou periodicamente uma lista com nome de pessoas que, caso não abandonassem o país, seriam assassinadas. Diante da passividade das autoridades e das forças de segurança, a *Triple A* matou aproximadamente 900 pessoas entre 1973 e 1976<sup>103</sup>. A atuação da *Triple A* evidencia a delicada situação política do país em meados dos anos 1970. A transição democrática entre os anos de 1973 a 1976 foi marcada por muitos embates entre as organizações armadas de esquerda e de direita até que em 24 de março de 1976, depois de fracassada a experiência peronista, uma junta militar assumiu o governo do país, então presidido por Isabelita Perón, dando início à ditadura militar argentina.<sup>104</sup>

De 1976 até 1981 a Argentina foi governada pelo general Jorge Rafael Videla, dando início ao período conhecido como “guerra suja”, um regime de violenta perseguição aos opositores do regime, perpetrado por militares e paramilitares, que tornaram o momento político ainda mais violento no país.<sup>105</sup> Mesmo diante da atuação da *Triple A* e das demais organizações militares, os grupos de oposição buscaram estratégias de resistência ao regime – como reuniões clandestinas – para suas articulações.

Em 1981, Roberto Viola ocupou o lugar de Videla e chegou a sinalizar um diálogo com a oposição, mas foi substituído pelo general

---

<sup>103</sup> Cf. NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. Trad. Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 105.

<sup>104</sup> ALVAREZ, Victoria. El encierro en los campos de concentración. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Op. cit.*, p. 67.

<sup>105</sup> “Guerra Suja” foi uma expressão que o general Videla começou a utilizar em 1977 perante a imprensa para designar e justificar o enfrentamento “necessário” dos militares e paramilitares frente à subversão promovida pelos então considerados “inimigos” do país. Cf. NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, p. 365.

Leopoldo Fortunato Galtiere que, buscando a unidade nacional diante do agravamento da crise econômica, fez a Argentina entrar na Guerra das Malvinas. Fragilizado politicamente pela perda para o exército britânico, Galtiere renunciou, sendo substituído pelo general Reynaldo Bignone. Após o colapso dos militares – desmoralizados pela perda das Malvinas entre outras questões – a Argentina organizou eleições gerais para dezembro de 1983.<sup>106</sup> Raúl Alfonsín foi eleito presidente, iniciando o período democrático no país.

## 1.2 AS MULHERES NAS RESISTÊNCIAS ÀS DITADURAS

Brasileiras e argentinas lutaram não apenas contras as arbitrariedades dos regimes militares – planejando manifestações e organizando grupos que tinham por objetivo a redemocratização e o respeito aos direitos humanos –, mas buscaram ainda redimensionar os papéis sociais em voga para as mulheres naquele período. Há uma extensa produção bibliográfica que discute a participação feminina na resistência ao regime militar e na atuação política entre as décadas de 1960 e 1980.<sup>107</sup> Na sequência, analisaremos alguns desses movimentos de mulheres que, apesar de dialogarem algumas vezes com os movimentos feministas, não tinham a intenção de subverter a opressão das mulheres. Posteriormente, avaliaremos a formação dos movimentos de mulheres e feministas que defenderam esse objetivo em seus horizontes de luta.

### 1.2.1 As “mães” da Anistia e da “Plaza de Mayo”

Desde o final dos anos 1960, as mulheres no Brasil já promoviam algumas reivindicações públicas organizando, por exemplo, passeatas e abaixo-assinados. Durante os anos 1970, destaco a atuação dos Clubes de Mães (1972-1974), ligados ou parcialmente ligados aos grupos feministas; dos Movimentos do Custo de Vida, que se tornaram posteriormente os Movimentos Contra a Carestia (1973-1978); dos Movimentos de Anistia (1977-1978); e do Movimento de Luta por Creches (1979), criado durante o I Congresso da Mulher Paulista. Na Argentina, as mulheres fizeram parte de diversas instituições voltadas aos direitos humanos como o Serviço de Paz e Justiça (1974); a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (1975); o grupo

---

<sup>106</sup> Ver FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Op. cit.*, p. 453-465.

<sup>107</sup> Ver bibliografia referida ao final desta tese.

Familiares de Presos e Desaparecidos por Razões Políticas e o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos (ambos criados a partir de 1976); o Centro de Estudos Legais e Sociais (1979), entre outros<sup>108</sup>. Devemos considerar ainda as brasileiras e as argentinas que atuaram nos “bastidores”, participaram individualmente da resistência, fornecendo abrigo, dinheiro e apoio aos companheiros, filhos, netos, pais, irmãos, e amigos.

As experiências extremas das ditaduras militares impeliram as mulheres a se unirem em prol dos direitos humanos e, enquanto umas tinham conhecimentos explicitamente ideológicos, outras se vincularam, inicialmente, por uma “lógica do afeto” em relação aos familiares e amigos presos ou desaparecidos<sup>109</sup>. As mulheres foram figuras centrais nos movimentos de anistia no Brasil e nos movimentos de direitos humanos na Argentina, contudo é necessário lembrar que participar desses movimentos não as tornava automaticamente feministas ou parte dos movimentos feministas. Pelo contrário, o diálogo entre as que se identificavam como feministas e aquelas que rejeitavam essa nomeação foi tenso<sup>110</sup>, e pode ser entendido como uma característica dos movimentos de mulheres em alguns países da América Latina em relação aos feminismos internacionais desse momento.

Destacarei, a título de exemplo, alguns grupos de mulheres – não necessariamente filiados a grupos políticos partidários de resistência à ditadura ou feministas – que reivindicaram coletivamente o paradeiro de seus familiares desaparecidos e à liberdade daqueles que estavam encarcerados. Utilizando um discurso de apelo humanitário apartidário, essas mulheres se reuniam para pressionar os militares a fornecerem informações sobre seus parentes presos ou desaparecidos e a anistia-rem

---

<sup>108</sup> Ver, a esse respeito, BELUCCI, Mabel. El Movimiento de Madres de Plaza de Mayo. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Op. cit.*, p. 270 e ainda BIANCHI, Susana. Madres de la Plaza de Mayo. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Op. cit.*, p. 675-699.

<sup>109</sup> Expressão utilizada por Elizabeth Jelin para caracterizar as mulheres que se ligaram aos movimentos de presos e desaparecidos políticos inicialmente pelo vínculo familiar perdido, colocando-se em prol de um objetivo pessoal e privado (ter notícias de seu parente), para somente depois estabelecerem uma luta pública e política no coletivo. Ver, a esse respeito, JELIN, Elizabeth. Perspectivas e desarrollos convergentes: derechos humanos, memorias e género en las ciencias sociales latinoamericanas. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (et. al.). (Comp.). *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. Vol. 1. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010 (Colección Humanidades), p. 63.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 64.

os exilados políticos. Algumas migraram, posteriormente, para os movimentos feministas, e por essa razão não devemos pensar que esses grupos estivessem totalmente apartados uns dos outros nesse momento. As lutas democráticas pelo respeito aos direitos humanos e, sobretudo no Brasil, por melhorias nas condições socioeconômicas das classes populares, levaram as mulheres a se organizarem e a pensarem coletivamente suas pautas, e muitas delas utilizaram essas experiências para dar continuidade às atuações políticas, inclusive nos movimentos feministas.

No Brasil, em 1975, um grupo formado por dez mulheres liderado por Terezinha de Godoy Zerbini, utilizou estrategicamente o Ano Internacional da Mulher, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, para criar em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Esse foi o primeiro movimento organizado na luta pela anistia que contestou publicamente à ordem vigente.<sup>111</sup> Os movimentos que surgiram nos primeiros anos da segunda metade da década de 1970 até o ano de 1985, quando José Sarney tomou posse como presidente da República, pode ser entendido como um período das “lutas democráticas contra a ditadura”, expressão utilizada por alguns autores e autoras para dissociar estas organizações das lutas armadas<sup>112</sup>. Ou seja, essas lutas se deram em manifestações públicas (como as marchas), através da imprensa alternativa, do movimento das “minorias” políticas, e até de campanhas como, por exemplo, as *Diretas-Já*, iniciadas no final de 1983 e realizadas massivamente durante o ano de 1984.

Na Argentina, em 30 de abril de 1977, um grupo de quatorze mulheres formado por mães de presos(as) e desaparecidos(as) políticos(as), lideradas por Azucena Villaflor, apropriaram-se da Plaza de Mayo – território de diversas manifestações políticas em Buenos Aires – no intuito de entregarem uma carta ao general Videla exigindo informações sobre seus parentes. Sob *slogans* como “*todas por todas, e todos son nuestros hijos*”, o grupo aumentou consideravelmente nos meses que se seguiram, alcançando centenas de pessoas. O grupo

---

<sup>111</sup> Cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

<sup>112</sup> Ver, a esse respeito, ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Op. cit.*, p. 323-353.

permaneceu nesse local por 250 dias sem sofrerem repressão por parte dos militares, mas nos dias 08 e 10 de dezembro do mesmo ano, três “madres” e algumas religiosas foram sequestradas pelo terrorismo de Estado<sup>113</sup>.

Durante alguns meses entre os anos de 1979 e 1980, as Madres de la Plaza de Mayo, como ficaram internacionalmente conhecidas, foram coagidas em suas atividades e muitas vezes expulsas da praça pelos policiais. Naquele momento, a reunião de pessoas em grupos era uma ação proibida pelos militares, e por essa razão a polícia repressiva passou impedir que elas se reunissem desse modo. Estrategicamente as “madres” começaram a caminhar em torno da praça, dando início às famosas marchas.

Em 1978, enquanto o regime militar buscava mostrar uma aparente tranquilidade e ordem no país por ocasião da Copa do Mundo – e grande parte da sociedade de fato “parou” para acompanhar o evento – as “madres” mantiveram suas rondas e fizeram sua luta pública para diversos repórteres internacionais que as procuravam na praça<sup>114</sup>.

Em 12 de agosto de 1980, o jornal Clarín publicou um abaixo-assinado a favor da luta das “madres” que contava com 175 assinaturas de personalidades argentinas. A partir desse ano, o grupo Madres de la Plaza de Mayo passou a publicar mensalmente o Boletín de las Madres, e conseguiram comprar o primeiro escritório com uma ajuda financeira enviada por um grupo de mulheres holandesas. Ainda nesse ano, as avós, denominadas como as Abuelas de la Plaza de Mayo, começaram a organizar-se informalmente na luta pelos netos desaparecidos<sup>115</sup>, unindo-se à luta das “madres” por justiça. Um ano depois, as “madres” iniciaram um ciclo de viagens por diversos países, ampliando cada vez mais a divulgação de suas atividades, conseguindo amplo apoio de personalidades, movimentos e organizações internacionais ligadas aos direitos humanos.

Durante as ditaduras, os governos militares buscaram consolidar o discurso das “mães” como naturalmente aptas ao sacrifício, e o mesmo discurso foi utilizado pelas “madres” e “abuelas” na luta em busca de

---

<sup>113</sup> Azucena Villaflor foi sequestrada no dia 10 de dezembro de 1977, Dia Universal dos Direitos Humanos. BELLUCCI, Mabel. *Op. cit.*, p. 270-275.

<sup>114</sup> BIANCHI, Susana. *Op. cit.*, p. 688.

<sup>115</sup> Atualmente, as “Abuelas” continuam o trabalho de identificação de seus netos, nascidos entre 1975 e 1980, que foram ilegalmente adotados por famílias ligadas aos militares durante a ditadura. Até o momento, 90 netos foram oficialmente identificados.

seus filhos e netos desaparecidos e mortos pela repressão. O uso de lenços brancos amarrados ao pescoço e cobrindo os cabelos começou em outubro de 1977, como forma das “madres” se identificarem em uma peregrinação à Basílica de Nossa Senhora de Luján<sup>116</sup>. Posteriormente, os “pañuelos” (fraldas) foram incorporados nas marchas em torno da praça, tornando-se a marca do movimento.

A utilização das representações que remetem ao lar e a maternidade foram manejadas de maneira estratégica por essas mulheres em suas práticas de resistência civil diante dos regimes repressivos, e caracterizam uma forma particular de atuação política. De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte, essas “paródias” dramatizadas e instrumentalizadas a partir das representações tradicionais da maternidade foram, inicialmente, tomadas de maneira espontânea diante do desaparecimento dos filhos, mas com o tempo foram incorporadas aos discursos e ações dos grupos na intenção de abrandar a reação das autoridades militares<sup>117</sup>. Logo, outros grupos políticos perceberam a força na atuação dessas mulheres e tentaram cooptá-las para seus partidos políticos.

Em 1983, período de intervalo entre os golpes militares, as “Madres” começaram a divergir política e ideologicamente entre si. Três anos depois, o movimento dividiu-se em dois grupos, a Asociación de Madres de Plaza de Mayo e as Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora, entretanto, ambos mantiveram as rondas na praça e outras atividades realizadas em conjunto.<sup>118</sup> Atualmente, a Asociación de Madres de Plaza de Mayo conta com uma universidade popular, uma biblioteca, um selo editorial, uma livraria, uma rádio, e um espaço cultural.

### 1.2.2 As mulheres na luta armada

As mulheres participaram da luta armada entre os anos de 1960 e 1970 em ambos os países. No Brasil, a atuação guerrilheira ocorreu, principalmente, entre os anos de 1967 e 1974.<sup>119</sup> A radicalização da

<sup>116</sup> Cf. BIANCHI, Susana. *Op. cit.*, p. 688.

<sup>117</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 233-257.

<sup>118</sup> BELLUCCI, Mabel. *Op. cit.*, p. 277.

<sup>119</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras.



militância dos grupos de esquerda na clandestinidade, com ampla participação da juventude universitária, lado a lado com operários, camponeses e religiosos, caracteriza alguns relatos das feministas entrevistadas sobre a guerrilha durante os regimes militares<sup>120</sup>. Entre os grupos armados brasileiros, destaco alguns que tiveram práticas semelhantes, ainda que divergissem politicamente entre si: Aliança Libertadora Nacional (ALN); o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA).

Para as mulheres, ingressar na luta armada representava um rompimento com os ideais de esposa, mãe, dona-de-casa, logo, uma transgressão maior em relação à entrada dos homens na guerrilha devido aos modelos familiares e sociais que compunham os papéis femininos desejados para aquele momento.<sup>121</sup> A inserção na guerrilha refletia os progressos na liberação das mulheres em relação às lutas políticas, ainda que a “revolução nos costumes” não tivesse alcançado a sociedade no geral, nem mesmo os grupos de esquerda. Nesse sentido, as pautas relativas às questões das mulheres só encontraram uma conjuntura propícia para debate a partir de meados dos anos 1970.

Alguns dos testemunhos de mulheres que participaram de grupos da esquerda armada revelam certo ressentimento em relação ao tratamento desigual que recebiam dos colegas de militância, que em grande parte as consideravam física e intelectualmente incapazes para desenvolverem cargos de liderança. As mudanças nos costumes em relação aos sexos, vivenciadas durante os anos 1960 e 1970, não foram amplamente incorporadas pela sociedade. Em alguns casos nos grupos de esquerda armada, esperava-se que as mulheres assumissem comportamentos ditos masculinos – viris –, e muitas o fizeram para não serem tomadas como inábeis por seus colegas.<sup>122</sup> Até recentemente,

---

In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). 2012. *Op. cit.*, p. 438-444.

<sup>120</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 63-73.

<sup>121</sup> Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 198.

<sup>122</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. de*

poucas mulheres que participaram na luta armada durante as ditaduras militares aceitavam narrar suas experiências na guerrilha considerando, especialmente, as relações entre os gêneros vivenciadas naquele período.<sup>123</sup>

Estima-se que a participação feminina nos grupos armados no Brasil tenha atingido aproximadamente a proporção de 20% do total de processados pela Justiça Militar, enquanto na Argentina esse percentual seria de 30%, considerando o número de desaparecidos pela Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas (CONADEP)<sup>124</sup>. No entanto, esses dados podem ser contestados se considerarmos que a maioria das mulheres não participou efetivamente das ações armadas, uma vez que suas atividades ficaram majoritariamente restritas aos “bastidores” (organização dos “aparelhos”, atividades de apoio e logística, produção de documentos, etc.)<sup>125</sup>.

Durante os anos 1960, os meios estudantis e operários argentinos adotaram como linguagem política um discurso nacionalista e popular que, com o passar do tempo, adquiria uma tônica cada vez mais revolucionária. Ao final dessa década, insuflados especialmente por eventos latino-americanos como a morte de Che Guevara em outubro de 1967<sup>126</sup>, muitos jovens perceberam na luta armada a única saída possível para acabar com o regime militar e implantar um modelo socialista. Se por um lado, a partir desse momento, o número de atentados e justicamentos aumentaram, por outro, a repressão também se tornou mais feroz. No Brasil, em 1976, a repressão militar já havia “silenciado” praticamente todos os grupos de esquerda armada e demais opositores do regime, enquanto a Argentina vivenciava seu segundo golpe militar na década, dando início à “guerra suja”.

As mulheres, que anteriormente já haviam participado dos movimentos peronistas, atuaram em diversos grupos de esquerda, sendo

---

*Hist.*, São Paulo, vol. 27, n. 55, p. 19-38, dezembro, 2007.

<sup>123</sup> Ver, a esse respeito, WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Orgs.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 95-114.

<sup>124</sup> JOFFILY, Mariana. Os *Nunca Más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). *Op. cit.*, p. 223.

<sup>125</sup> Cf. JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUCSP, 2005, p. 146-152.

<sup>126</sup> Cf. BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 211.

que alguns deles optaram pela luta armada, como as Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) e os Montoneros, por exemplo. As argentinas, principalmente das classes médias e altas, participaram da luta armada em diferentes localidades como Buenos Aires, Córdoba e Santa Fe, inclusive com algumas posições de liderança<sup>127</sup>. Outros grupos como o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) e as Fuerzas Armadas de Liberación (FAL) participaram da luta armada desde o final dos anos 1960. Assim como os Montoneros, o Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT-ERP)<sup>128</sup> definiu para as mulheres da organização ações estratégicas vinculadas aos setores populares onde atuavam. Entretanto, esses grupos armados (assim como os brasileiros) não fomentavam debates com temáticas feministas ou sobre a liberação das mulheres e, por essa razão, ou desconsideravam totalmente essas pautas ou as tinham como secundárias à revolução.

Assim como na experiência brasileira, as argentinas – em sua grande maioria –, participaram em condições de desigualdade em relação às atividades na luta armada, em espaços nos quais as relações de gênero reiteravam as concepções sociais dominantes a respeito do que era determinado para cada sexo.

### 1.3 A “SEGUNDA ONDA FEMINISTA”: SINGULARIDADES NAS FORMAÇÕES DOS MOVIMENTOS BRASILEIROS E ARGENTINOS

O período compreendido entre os anos 1960 e 1980, foram igualmente marcados pelas manifestações dos movimentos feministas latino-americanos, que denunciaram não somente às intervenções repressivas exercidas pelos regimes militares como também as amarras e imposições de uma sociedade pensada segundo os critérios do “patriarcado”<sup>129</sup>. Nesse contexto, nos países do Cone Sul, as atuações

---

<sup>127</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>128</sup> O PRT foi uma organização política que se formou em meados dos anos 1960 da articulação de duas outras organizações, a Frente Revolucionario Indo-Americano Popular (FRIP) e a Palavra Obrera (PO). Debates sobre a luta armada dentro da organização terminaram por criar o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP). Cf. CIRIZA, Alejandra. Memoria, Experiencia Política y Testimonio. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 256.

<sup>129</sup> Patriarcado entendido na época como um sistema de “dominação masculina” estruturado tanto nas instituições da vida pública quanto privada. Cf. HIRATA,

dos movimentos feministas combinaram (muitas vezes de maneira tensa) a atuação na militância política contra os regimes militares com as lutas a favor dos direitos humanos e as reivindicações de um feminismo internacional em ascensão que, posteriormente, tornou-se conhecido como a “segunda onda feminista”.

Mesmo diante das repressões orquestradas pelos regimes militares, e ainda frente à oposição de setores da esquerda que consideravam as reivindicações feministas secundárias, houve tanto no Brasil como na Argentina uma grande mobilização em benefício das questões das mulheres como, por exemplo, a organização de grupos e eventos. No início dos anos 1970, foram criadas na Argentina importantes associações feministas como a Unión Feminista Argentina (UFA), em 1970; o Movimiento Feminista de Liberación Femenina (MLF), em 1972; o Movimiento Feminista Popular (MOFEP) e a Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina (ALMA), ambos em 1974; e a Frente de Lucha por la Mujer (FLM), em 1975.<sup>130</sup> No Brasil, foram criados, a partir de objetivos semelhantes, o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB)<sup>131</sup>, ambos em 1975; o Coletivo de Mulheres, em 1979; além dos grupos de reflexão e outras organizações formadas no interior dos partidos políticos.<sup>132</sup>

---

Helena... (et al.). (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 175.

<sup>130</sup> Cf. GRAMMATICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Historia, género y política en los 70*. 1ª ed. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

p.20. Ver ainda, a esse respeito, VASSALO, Alejandra. “Las mujeres dicen basta”: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Op. cit.*, p. 61-88 e LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Op. cit.*, p. 881-902.

<sup>131</sup> O CDMB encerrou suas atividades em 1979.

<sup>132</sup> Ver, a esse respeito, PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, vol.26 n. 52, p. 249-272, dezembro de 2006; PINTO, Céli Regina. J. O novo feminismo nasce na ditadura. In:\_\_\_\_\_. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003; TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 52-166 e ALVEZ, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985, p. 57-74.

O Ano Internacional da Mulher respaldou as discussões sobre as melhorias na condição de vida das mulheres, principalmente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Nesses locais, por meio de “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, as mulheres das camadas médias promoveram encontros para debates e leituras, que, como veremos ao longo desta tese, embasaram as reivindicações feministas naquele momento.

Não há consenso entre as feministas brasileiras sobre qual seria “o marco” para os feminismos desse período no país, mas a maioria identifica o emblemático ano de 1975 instituído pela ONU<sup>133</sup>. É recorrentemente citada, por exemplo, a “Semana de Pesquisa sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira”, um encontro que reuniu várias mulheres na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre os dias 30 de junho a 06 de julho no Rio de Janeiro.<sup>134</sup> Nesse evento foi discutido o projeto de criação do CMB<sup>135</sup>, que tinha por objetivo promover na sociedade a conscientização dos “problemas da mulher”, principalmente, junto às mulheres das camadas populares. Contudo, as divergências provocadas pelas diferenças político-partidárias se tornaram cada vez mais acirradas e, em 1979, um grupo de integrantes do CMB rompe com o grupo e cria, um ano depois, o Coletivo de Mulheres<sup>136</sup>, adotando pautas feministas já discutidas internacionalmente como, por exemplo, o direito ao aborto livre e gratuito<sup>137</sup>.

---

<sup>133</sup> Cf. PEDRO, Joana Maria. 2006. *Op. cit.*

<sup>134</sup> Cf. TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, p. 34-35.

<sup>135</sup> O Centro da Mulher Brasileira encerrou suas atividades em 2003. Cf. SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Rio de Janeiro, 14 fev. 2005. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>136</sup> O Coletivo de Mulheres foi criado em 1979 por um grupo de dissidentes do CMB, responsável pela redação do “Documento das 21”, no qual afirmavam seu descontentamento do uso do grupo pelos grupos político partidários e a ausência de discussões específicas sobre as mulheres.

<sup>137</sup> Ver, sobre a criação do CMB e do Coletivo de Mulheres. GOLDBERG, Anette. *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado na sessão “A Integração da Sociedade Brasileira: Mulher e Cidadania”, do XII Congresso Mundial da IPSA – Associação Internacional de Ciência Política, Rio de Janeiro, 9 a 14 de agosto de 1982.

Outro espaço importante de organização feminista no Brasil foram os Congressos da Mulher Paulista, que ocorreram em três edições anuais. O primeiro Congresso foi realizado no ano de 1979 no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo, e contou com um número significativo de participantes – donas-de-casa, operárias e intelectuais – que discutiram, entre outros temas, o direito ao prazer sexual. Sara Torres, uma das feministas argentinas entrevistadas, veio ao Brasil para participar do congresso, e a partir desse momento passou a conhecer os periódicos publicados pelas brasileiras<sup>138</sup>.

Em 1980, ocorreu a segunda edição do evento, que atraiu um número ainda maior de participantes para discutirem temas como sexualidade, contracepção, aborto e trabalho doméstico. As participantes ligadas aos partidos políticos tentaram impor suas pautas, excluindo os temas que consideravam secundários diante daqueles vinculados às questões de classe.

Às vésperas do terceiro congresso, que aconteceu no ano de 1981, as diferenças ideológicas entre os grupos participantes se tornou ainda mais tensa. Houve uma cisão no movimento de mulheres, pois uma parcela das organizadoras do evento não queria permitir a presença das lésbicas<sup>139</sup>. As duas últimas edições do Congresso da Mulher Paulista são lembradas por esses conflitos e, principalmente, pelas discussões acaloradas entre as feministas e as feministas ligadas aos partidos de esquerda<sup>140</sup>.

Durante os anos 1970, os movimentos feministas brasileiros e argentinos ditos de “Segunda Onda” começaram a se organizar, ainda que a atuação de movimentos de mulheres tenha se iniciado anteriormente. Como forma de se diferenciar de outros movimentos sociais, as feministas adotaram a metodologia dos “grupos de reflexão”, onde passaram a organizar reuniões para a discussão de textos, entre outras atividades. Esses encontros permitiram que muitas mulheres pudessem debater as questões feministas em voga em seus países e internacionalmente.

Os “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência” surgiram da experiência feminista norte-americana em meados da década de 1970.

---

<sup>138</sup> TORRES, Sara. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, 03 jan. 2007. Transcrição Ana Maria Veiga. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>139</sup> Cf. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Op. cit.*, p. 118-120.

<sup>140</sup> CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa Feminista Brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). USP, São Paulo, 2004, p. 14.

Muitas latino-americanas exiladas em países europeus e nos Estados Unidos participaram desses grupos formados somente por mulheres e que seguiam a metodologia da “linha de vida”<sup>141</sup>. Os grupos funcionavam a partir de pequenas reuniões informais realizadas em geral na casa de uma das participantes. As conversas – compartilhadas comumente com as mulheres dispostas em círculo – giravam em torno de relatos a respeito das experiências individuais em diferentes etapas da vida como, por exemplo, infância, virgindade, aborto, prazer, casamento, etc.<sup>142</sup> Algumas mulheres haviam viajado para o exterior, onde tiveram o contato inicial com esse tipo de dinâmica e com as leituras de textos feministas que eram socializadas nesses espaços, e trouxeram essas experiências para seus países.

No Brasil, os “grupos de reflexão” foram formados em diferentes regiões do país, sendo o Grupo de Conscientização Feminista (1972-1975), formado em São Paulo por mulheres intelectualizadas e ligadas aos partidos políticos, um dos primeiros do qual se tem notícia.<sup>143</sup> Outra experiência similar foi o Grupo de Reflexão (1972-1973) formado no Rio de Janeiro a partir do método trazido dos Estados Unidos por Branca Moreira Alves. Algumas publicações foram criadas com a finalidade de divulgar as ideias e atividades desenvolvidas pelos grupos, como foi o caso dos periódicos *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Essas agrupações, por meio de suas práticas editoriais, ajudaram na circulação de autoras, textos e ideias feministas, como veremos nos capítulos seguintes.

Na Argentina, a partir de meados dos anos 1960, alguns grupos como o Movimiento de Liberación de Mujeres (MLM) e o Centro de Investigación y Conexiones sobre la Comunicación Hombre-Mujer, fundado em 1968 por Gabriella Roncoroni de Christeller, também adotaram os grupos de “conscienciación”<sup>144</sup>. Em 1970, Gabriella

---

<sup>141</sup> Consistia em falar sobre as vivências particulares na perspectiva de que “o pessoal é político”.

<sup>142</sup> Cf. PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: ROLAND, Denis; REIS Daniel Aarão (Org.). *Op. cit.*, p. 159-161.

<sup>143</sup> Cf. TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, p. 34-35.

<sup>144</sup> Enquanto no Brasil foram utilizadas as expressões de “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, na Argentina foi utilizado o termo “*grupos de conscienciación*”. Cf. BARRANCOS, Dora. 2008, *Op. cit.*, p. 155.

Christeller – feminista italiana que conhecia Simone de Beauvoir –, María Luisa Bemberg, Leonor Calvera, Nelly Bugallo, entre outras mulheres, fundaram a UFA. No mesmo ano, o grupo editorial Nueva Mujer, coordenado por Mirta Henault, ligou-se à UFA e publicou o livro *Las mujeres dicen basta* que, de acordo com Magui Bellotti, possivelmente seja “o primeiro livro feminista publicado na América Latina por um grupo editorial independente”.<sup>145</sup> Contudo, por conta da conjuntura política e das divergências entre as integrantes (“dupla militância”), o grupo se dissolveu pouco tempo depois, em 1972. De acordo com Ladis Alanis, que assim como Henault foi operária socialista, as relações no interior da UFA com as mulheres das classes altas, como María Luisa Bemberg e Gabriela Christeller, não se deram sem alguns conflitos. Ladis não se identificava como feminista naquele momento e afirma, em um artigo publicado em 2006, que havia duas identidades em conflitos naquele período, a socialista e a feminista, e em alguns momentos uma se sobrepunha a outra.<sup>146</sup>

Outro grupo formado nesse período, que também se caracteriza pelo mesmo embate entre suas integrantes, foi o MLF, liderado María Elena Oddone, figura controvertida entre as feministas e que nesse momento estava em diálogo constante com as pautas feministas internacionais, sobretudo às francesas. O MLF não se limitou às reivindicações de classe, e utilizou as páginas de seu periódico, o *Persona*, para discutir temas como o divórcio, a “patria potestad” e as denúncias de violência contra as mulheres em diferentes setores da sociedade, objetivando – assim como alguns grupos brasileiros – desenvolver uma “consciência feminista” em suas leitoras.<sup>147</sup>

Algumas organizações político partidárias, entre elas a Frente de Izquierda Popular (FIP), o ERP, e a Confederación Socialista Argentina, facilitaram o crescimento de organizações de mulheres em plena ditadura. Em 1977, a FIP, por exemplo, criou o MOFEP e a Asociación de Mujeres Argentinas (AMA) – constituída por mulheres da FIP-

---

<sup>145</sup> BELLOTTI, Magui. Feminismo Socialista en los setenta. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 67, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

<sup>146</sup> Cf. ALANIS, Ladis. Mujeres socialistas en UFA: entrevista a Ladis Alanis. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 78-82, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

<sup>147</sup> BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 242.



Corrente Nacional e antigas integrantes da UFA e do MLM –, e que um ano depois se tornaria a AMAS.<sup>148</sup>

Em 1975, na Argentina, o governo de Isabel Martínez de Perón excluiu as mulheres organizadas em movimentos feministas e não feministas dos atos oficiais em comemoração ao Ano Internacional das Mulheres no intuito de neutralizar as possíveis manifestações. A atitude do governo insuflou os ânimos e levou alguns grupos, como os citados no parágrafo anterior, a se reunirem e a formarem uma coalizão única, a FLM<sup>149</sup> para promoverem autonomamente atividades para aquele ano<sup>150</sup>.

### 1.3.1 As experiências das mulheres no exílio.

Algumas feministas brasileiras e argentinas vivenciaram experiências no exílio em países que viviam regimes democráticos como, por exemplo, Estados Unidos, Chile (antes do golpe de 1973), países da Europa Ocidental, e ainda em cidades no interior de seus próprios países<sup>151</sup>. Com os processos de redemocratização, as feministas exiladas retornaram aos seus países trazendo em suas bagagens textos, experiências e discussões, arregimentando dessa forma os movimentos feministas nacionais, e promovendo uma grande circulação de leituras. Outras feministas, não exiladas, mantiveram contato com pessoas no exílio através de correspondências, ou pelo contato com mulheres que tinham a possibilidade de viajar para exterior.

O exílio é um tema presente nos relatos de brasileiras e argentinas, uma vez que para uma parcela delas foi a partir dessa experiência que tiveram contato com os movimentos de mulheres e feministas. Para Maria Lygia Quartim de Moraes, brasileira exilada

<sup>148</sup> GRAMMATICO, Karina. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>149</sup> Compunham a FLM as seguintes entidades: UFA, o MLM, MLF, um grupo chamado “Otras”, o ALMA, o PST e a FIP. Cf. TORRES, Sara. *Mujeres socialistas en UFA: otra mirada*. Entrevista a Sara Torres. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 88, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

<sup>150</sup> BARRANCOS, Dora. 2007. *Op. cit.*, p. 243.

<sup>151</sup> Para citar algumas, entre as brasileiras, Ângela Xavier de Brito, Cecília Sardenberg, Sandra Maria da Mata Azeredo, Maria Lygia Quartim de Moraes, Danda Prado, e entre as argentinas, Blanca Ibalurcia, Nora Polido, Dora Barrancos. Sobre a experiência das mulheres brasileiras no exílio ver ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 207-227 e COSTA, Albertina de Oliveira (et. alii.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Projeto Memórias do Exílio, vol. 2).

inicialmente no Chile e posteriormente em Paris (após o golpe chileno de 1973), a França foi o centro mais ativo da militância dos exilados, fato que justificaria a grande influência do feminismo francês na formação das feministas brasileiras.<sup>152</sup> Alguns grupos foram criados nessas circunstâncias, em diálogo com os feminismos no exterior.

Um grupo de mulheres latino-americanas em Paris, muitas exiladas por conta dos regimes ditatoriais em seus países, publicou entre os anos de 1974 e 76 o Boletim *Nosotras*. Esse periódico foi criado pelo Grupo Latinoamericano de Mujeres en París, que se reuniu durante um ano e meio por meio de grupos de reflexão ou de consciência, e teve como uma de suas lideranças a brasileira Danda Prado, que também foi entrevistada pelo projeto de pesquisa desenvolvido no LEGH. Em sua narrativa, Prado comenta as atividades que eram realizadas pelo grupo como as traduções e discussões de textos. Algumas integrantes se encarregaram de traduzir o artigo *O inimigo principal* (1970), de Christine Delphy<sup>153</sup>, e o levaram para discutir com as demais colegas do grupo. Sobre a produção do boletim, Danda afirma que o mesmo era mimeografado e enviado para sua prima que morava na cidade de Campinas, em São Paulo, responsável por enviá-los envelopados às assinantes brasileiras.

*Nosotras* era escrito em português e em espanhol, datilografado, reproduzido em estêncil, e enviado para suas assinantes na França e no exterior, ainda que seu público-alvo fossem as latino-americanas. O boletim fez as informações circularem de modo que não somente as notícias da França chegavam aos países latino-americanos – como Brasil e Argentina –, mas também eram divulgadas notícias sobre o que estava ocorrendo nesses países, como a criação do *Persona*, a ocorrência dos eventos, manifestações feministas, etc.<sup>154</sup> Lucrécia Oller, uma das feministas argentinas entrevistadas e que se exilou na Europa por conta das ameaças da *Triple A*, narra que teve contato com algumas brasileiras

---

<sup>152</sup> Cf. MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Golpe de 1964: testemunhos de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Op. cit.*, p. 311.

<sup>153</sup> Christine Delphy é socióloga e feminista francesa contemporânea. Em *L'ennemi principal* (1970), articulou marxismo e feminismo na crítica ao patriarcado. Participou em 1968 de um dos grupos formadores do MLF - Mouvement de Libération des Femmes, na França.

<sup>154</sup> A respeito do Boletim *Nosotras* ver, PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne* Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Op. cit.*, p. 307-328.

como, por exemplo, Danda Prado, que forneceu a ela e às demais feministas argentinas materiais fotocopiados que eram lidos e discutidos em conjunto. Em sua entrevista, Oller afirma que teve contato com as publicações produzidas pelas brasileiras no exílio<sup>155</sup>.

Outro grupo formado por mulheres no exílio foi o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, fundado no Chile em 1972 e liderado por Zuleika Alambert<sup>156</sup>, militante do PCB encarregada pelo partido de organizar as mulheres no exílio e trabalhar junto a elas com atividades de conscientização política<sup>157</sup>. Ângela Xavier de Brito, entrevistada para o projeto e que fez parte do comitê, destaca que não se tratava de um grupo feminista com reuniões regulares, mas de um grupo formado majoritariamente por exiladas políticas de diferentes condições sociais que desejavam se mobilizar em temas relativos às mulheres.<sup>158</sup> Alambert, que cedeu seu testemunho para o livro *Memórias das mulheres do exílio*, organizado por Albertina Costa, destaca em sua narrativa que naquele momento não se interessava pelo movimento feminista, e que a identificação com o feminismo só ocorreu quando retornou ao Brasil em 1979, por intermédio da atriz e produtora cultural Ruth Escobar.<sup>159</sup>

Assim como muitas(os) outras(os) exiladas(os), Zuleika e Ângela tiveram que deixar o Chile após o golpe de 1973 e foram para Paris. Lá, outro grupo não ligado a Zuleika foi criado: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Embora tenha sido formalizado em 1976, o grupo já publicava desde um ano antes o boletim *Agora é que são elas*, que durou até 1979. Anette Goldberg, uma das integrantes desse grupo,

---

<sup>155</sup> OLLER, Lucrécia. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga, transcrita por Gabriela Marques. Buenos Aires, 24 fev. 2007. Transcrição Gabriela Marques. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>156</sup> Zuleika Alambert faleceu recentemente, em 27 de dezembro de 2012, aos 88 anos. Entre 1969 e 1979, viveu no exílio, primeiro no Chile, até o golpe de 1973, e posteriormente na França. Sua primeira atuação no campo político foi como deputada estadual pelo Partido Comunista Brasileiro em Santos, São Paulo, em 1947.

<sup>157</sup> Cf. GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCS/URFJ, Rio de Janeiro, 1987, p. 69.

<sup>158</sup> BRITO, Ângela Xavier de. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni e Veridiana Bertelli de Oliveira, e revisada por Maria Cristina Athayde. Paris: 28 nov. 2005. Acervo do LEGH/UFSC.

<sup>159</sup> Cf. ALAMBERT, Zuleika. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et alli.), *Op. cit.*, 1980, p. 48-68.

destaca que havia a atuação de “grupos de consciência” e uma forte influência do feminismo francês, ainda que as participantes fossem ligadas a partidos de esquerda.<sup>160</sup> O feminismo discutido no grupo mesclava as pautas específicas do feminismo às questões da luta de classes, bem como se propunha a denunciar as torturas cometidas pelo regime militar no Brasil, de modo a conseguir a atenção internacional sobre a violação dos direitos humanos no país.<sup>161</sup>

Outras feministas brasileiras e argentinas tiveram contato com os feminismos em seus períodos de exílio como, por exemplo, Rosiska Darcy de Oliveira (Suíça)<sup>162</sup>, Dora Barrancos (Brasil, onde participou do MFPA)<sup>163</sup>, Nora Llaver<sup>164</sup> (Suíça), e Blanca Ibarlucia<sup>165</sup> (Peru, onde participou do grupo Flora Tristan).

### 1.3.2 Os feminismos nas páginas da imprensa alternativa.

Os grupos formados por mulheres, nem sempre declaradamente feministas, elaboraram uma série de documentos e, em alguns casos, desenvolveram publicações periódicas classificadas como imprensa alternativa<sup>166</sup>. Elizabeth da P. Cardoso defende dois tipos de linhas editoriais para os periódicos feministas brasileiros produzidos nesse momento: a primeira, daqueles que circularam entre os anos 1974 a 1980 e foram marcadas por temas referentes às diferenças sociais (questão de classe), e a segunda, relativa aos publicados a partir de 1981, que priorizaram os debates em torno de temas “específicos da

<sup>160</sup> GOLDBERG, Anette. *Op. cit.*, p. 147.

<sup>161</sup> Sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris ver PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

<sup>162</sup> Cf. TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *Op. cit.*, p. 56-57.

<sup>163</sup> BARRANCOS, Dora. Entrevista concedida a Roselane Neckel. Montevideu: 15 set. 2006. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>164</sup> LLAYER, Nora; CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Argentina: 27 out. 2006. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>165</sup> IBARLUCIA, Blanca. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Buenos Aires: 26 fev. 2007. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>166</sup> Considero as publicações periódicas que não fazem parte da grande imprensa ou da imprensa oficial, e que veiculam informações, análises e comentários na maioria das vezes ignorados por estas. No período das ditaduras militares, a imprensa alternativa ficou conhecida por sua oposição à repressão e aos discursos oficiais.

mulher” (saúde, sexualidade, legislação, violência, etc.). Devemos lembrar ainda outros periódicos da imprensa alternativa que se propunham a discutir as questões da “mulher” e das “mulheres” antes de 1981: *Maria Quitéria* (1977), *Boletim do Centro da Mulher Brasileira*, *Maria Brasileira* e *Correio da Mulher* (1979), *Mulher Liberta Mulher*, *Mulher ABC*, *Boletim do Movimento de Luta por Creches*, e *Jornal da Mulher* (1980), *ChanacomChana* (1982), entre outros. Embora a grande maioria deles tenha tido uma trajetória bastante curta, um deles, o *Mulherio*, circulou entre o ano de 1981 até 1987.

Ambas as linhas editoriais apontadas por Cardoso deram espaço aos acontecimentos políticos da época, “borrando” essa divisão em vários momentos. Em relação aos periódicos, mencionarei apenas três publicações feministas brasileiras (*Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio*) e duas argentinas (*Brujas* e *Persona*), dentre aquelas que circularam durante os períodos de ditadura militar em seus países, por se tratarem dos mais representativos nas falas e trajetórias das feministas entrevistadas.

*Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, e *Persona* foram fundados em meados dos anos 1970, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Mulher. *Mulherio* e *Brujas* foram criados no início da década de 1980, ou seja, durante o período de redemocratização em ambos os países. Uma série de trabalhos acadêmicos já abordaram a trajetória e a relevância desses periódicos para a formação dos movimentos feministas em seus países<sup>167</sup>, logo, o que busco é contextualizá-los, destacando algumas de suas principais características, uma vez que esses serviram como fontes para as análises desenvolvidas nesta tese.

*Brasil Mulher* foi criado no dia 09 de outubro de 1975, impresso na cidade de Londrina, no estado do Paraná, como veículo informativo da Sociedade Brasil Mulher, mas, a partir do segundo número, transferiu-se para São Paulo, ligando-se ao CDMB. Contou inicialmente com uma equipe formada por sete mulheres e, até o ano de 1977, teve Joana Lopes como sua jornalista responsável. Após esse ano, Lopes deixou a equipe por conta de divergências internas. O primeiro número do jornal foi dedicado a uma série de reflexões sobre o Ano Internacional da Mulher.

O *Brasil Mulher* alcançou ao longo de sua trajetória a marca de vinte edições publicadas com periodicidade irregular (bimestral ou

---

<sup>167</sup> Ver PEDRO, Joana Maria. 2006. *Op. cit.*, p. 249-272.

trimestral) e tiragem que variava entre cinco a dez mil exemplares por número. Essa flutuação na periodicidade e tiragem do jornal se deu pela dificuldade do grupo em captar recursos através das vendas e doações. As mulheres que compunham o jornal eram, em sua maioria, ligadas à militância em organizações como o PC do B e o MR8, e estavam mais vinculadas à luta contra a ditadura, sobretudo a favor da anistia política, do que propriamente às questões das mulheres. Paulatinamente, o jornal adotou temáticas ligadas às lutas feministas, e passou a circular em grupos de diferentes regiões do Brasil – Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba, Maranhão e São Paulo – até o término de suas atividades no ano de 1980, em decorrência dos embates criados entre as feministas e as militantes político-partidárias<sup>168</sup>.

O *Nós Mulheres* foi fundado em São Paulo em junho de 1976, sob a supervisão da jornalista Marisa Corrêa<sup>169</sup> e editado por mais de trinta colaboradoras. Suas integrantes eram mulheres autônomas e exiladas políticas que haviam deixado a militância política de nos partidos de esquerda. No exílio, pertenciam a uma vertente formada por dissidentes da VPR, da VAR-Palmares e do PCB, que ficou conhecida como *Debate*<sup>170</sup>. Desde o início, declararam-se feministas e privilegiaram o tema da “mulher”, mas também debateram as questões referentes às desigualdades sociais e a luta contra a ditadura militar.

Tanto o *Brasil Mulher* como o *Nós Mulheres* foram utilizados para “instrumentalizar” outras mulheres, sobretudo, em clubes de mães e grupos de reflexão.<sup>171</sup> O objetivo era de conscientizá-las por meio de discussões sobre a vida cotidiana, o trabalho doméstico, sexualidade, entre outros. Maria Amélia Teles e Maria Lygia Quartim de Moraes, ambas entrevistadas para o projeto sobre as ditaduras no Cone Sul, afirmam que levavam os exemplares de ambos os periódicos para serem discutidos em clubes de mães em São Paulo.<sup>172</sup>

---

<sup>168</sup> Sobre o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* ver CARDOSO, Elizabeth da P. *Op. cit.*, p. 14 e 70; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira. Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 234-241, jan.-jun., 2003. e TELES, Maria Amélia de Almeida. 1993. *Op. cit.*, p. 87-89.

<sup>169</sup> Marisa Corrêa também participou do Conselho Editorial do *Mulherio*, anos mais tarde.

<sup>170</sup> CF. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Op. cit.*, p. 46-49.

<sup>171</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida, 1993, *Op. cit.*, p. 90-92.

<sup>172</sup> PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Op. cit.*, p. 248.

Em 1981, um grupo de feministas paulistas lançou o primeiro número do jornal *Mulherio*, com Adélia Borges como editora responsável e a Fundação Carlos Chagas (FCC) como sede. Entre as suas colaboradoras o *Mulherio* contou com jornalistas, professoras e pesquisadoras ligadas às questões das mulheres e reivindicações feministas. Foi um dos sucessos da imprensa alternativa nacional, atingindo o número de mil assinantes em seu terceiro número. Além de ser distribuído pelos grupos de mulheres – como os periódicos anteriormente citados –, o *Mulherio* foi vendido também em algumas livrarias.

O financiamento da FCC e da Fundação Ford ajudou o *Mulherio* a manter as atividades, mas não conseguiu blindar o periódico das crises financeiras, assim como ocorreu com os demais. Apesar de apresentar uma proposta de periodicidade bimestral, o *Mulherio* ficou até sete meses sem ser publicado, sendo retomado na metade do ano de 1984. De acordo com Maria Amélia Teles, quando o jornal voltou a circular, o “clima” entre os movimentos de mulheres paulistas era tenso em razão da pluralidade de interesses e perspectivas dos feminismos. Por esse motivo, a partir de seu retorno, é possível percebermos em suas páginas uma “crise do feminismo” que se fazia sentir naquele momento, tanto em outras publicações (como na referência ao conteúdo do livro *A segunda etapa*, de Betty Friedan) quanto no cotidiano dos grupos.<sup>173</sup>

Os três periódicos brasileiros em questão mencionaram em suas páginas muitas das autoras citadas pelas feministas entrevistadas como, por exemplo, as brasileiras Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Carmen da Silva, e nomes internacionais como Elena Gianini Belotti, Juliet Mitchell, Betty Friedan, Angela Davis, June Hahner, Gloria Steinen, Shulamith Firestone, Simone de Beauvoir, Virginia Woolf, Clara Zetkin, Isabel Largaú, Germaine Greer, entre outras. Heleieth Saffioti é a única autora mencionada em todos os periódicos brasileiros analisados, e Simone de Beauvoir é referência marcante no *Mulherio*, mas não aparece nas páginas de *Nós Mulheres*.

Em 1974, é criado na Argentina o periódico *Persona* que, por conta do início da ditadura, encerrou suas atividades dois anos após sua estreia, retornando à circulação somente em 1980.<sup>174</sup> Quando o grupo se dissolveu e o jornal interrompeu sua produção, em 1976, o *Persona*

---

<sup>173</sup> Cf. TELES, Maria Amélia de Almeida, 1993, *Op. cit.*, p. 93-95

<sup>174</sup> Como vimos anteriormente, a partir do golpe de 1976 muitos grupos argentinos se dissolveram como, por exemplo, a UFA.

havia publicado dez números. O jornal encerrou definitivamente suas atividades entre os anos de 1982 e 1983.

O grupo responsável pela edição do *Persona*, até 1976, foi o MLF, liderado por María Elena Oddone, lembrada por Leonor Calvera como uma mulher de personalidade centralizadora e por suas afinidades com o feminismo francês.<sup>175</sup> Nos números publicados durante a década de 1980, quando o MLF retornou como Organización Feminista Argentina (OFA), os textos que aparecem sem assinatura foram escritos por Oddone.

A dificuldade em manter um impresso alternativo durante, sobretudo, os anos 1970, não foi uma particularidade vivida apenas pelos periódicos brasileiros. Em certos momentos o *Persona* alterou sua periodicidade, que inicialmente havia se colocado como mensal, mas que em alguns momentos alternou entre bimestral e trimestral. Em 1980, quando regressou às suas atividades, o jornal adotou a publicação mensal e aprofundou seus debates sobre a sexualidade<sup>176</sup>. Para conseguir manter-se financeiramente, o *Persona* se abriu aos anúncios publicitários e pedia, através de suas páginas, a adesão de suas leitoras, sugerindo que aquelas que por ventura estivessem lendo um exemplar emprestado por outra pessoa, que comprassem o próximo número, ajudando dessa maneira a manter os custos das impressões. Em alguns períodos de sua trajetória, o jornal pode ser comprado em algumas livrarias de Buenos Aires.

O *Persona* publicou trechos traduzidos, e até mesmo capítulos de livros, de autoras que estavam circulando internacionalmente naquele momento, como Kate Millett, Alexandra Kollontai, Margareth Mead, Adrienne Rich, Betty Friedan, Susan Sontag, Juliet Mitchell, Carla Lonzi, e, principalmente, Simone de Beauvoir. Veremos como esses jornais foram importantes mediadores – e divulgadores por excelência – de um repertório de leituras construído nesse período, e que repercutiu atualmente na memória das feministas entrevistadas.

---

<sup>175</sup> Cf. CALVERA, Leonor. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01 mar. 2008. Acervo LEGH/UFSC e CALVERA, Leonor. *Mujeres y Feminismo en Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990, p. 42.

<sup>176</sup> Sobre o periódico *Persona* ver ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. *Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre os periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC. Florianópolis, 2010.



Outro periódico desse momento na Argentina foi o *Brujas*, fundado em 1983, ou seja, final da ditadura militar argentina e início do período democrático. Utilizarei esse periódico em minhas análises pela representatividade que ele teve nesse momento de abertura política e que ainda tem, visto que é publicado até os dias de hoje.

Editado pela Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer (ATEM), o *Brujas* surge no momento em que a circulação do *Personas* diminui. Em suas pautas editoriais o jornal priorizou temas como trabalho doméstico, sexualidade, discriminação das mulheres, sexo, violência, entre outros considerados como parte das lutas especificamente feministas. A ideia original, veiculada no primeiro número do jornal, era desenvolver um espaço onde todas as mulheres pudessem colaborar e compartilhar as discussões feministas correntes naquele período de abertura democrática, e da mesma maneira, lutar pelo acesso feminino às esferas públicas de poder.<sup>177</sup> Assim como *Personas*, *Brujas* também ajudou na circulação de autoras latino-americanas, como das argentinas Leonor Calvera e Gloria Bonder, da chilena Julieta Kirkwood, mas divulgou predominantemente as autoras internacionais como, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Cristine Delphy, Germaine Greer, Eva Figs, Adrienne Rich, Virginia Woolf, Kate Millett, Sheila Rowbotham, entre outras.

Nos capítulos seguintes veremos que algumas das feministas entrevistadas tiveram contato e até mesmo participaram da produção desses periódicos, como é o caso de Sara Torres, que foi uma das colaboradoras do *Persona*, e participou ainda do *Muchachas* (1970) e do *Alternativa Feminista* (1985).

### 1.3.3 Estudos da mulher, das mulheres e feministas.

Na primeira metade da década de 1980, com o restabelecimento democrático em ambos os países, novos lugares e projetos feministas foram habilitados, tanto em espaços governamentais quanto em grupos políticos e demais organizações que surgiam.<sup>178</sup> Muitas mulheres –

---

<sup>177</sup> *Brujas*, Publicación Feminista. Año 1, n. 1, p. 01, ATEM – “25 de noviembre”. 1983

<sup>178</sup> Cf. ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: \_\_\_\_\_; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

inclusive a maioria das feministas entrevistadas – começaram a ocupar cargos como coordenadoras, diretoras, professoras e pesquisadoras nas instituições de ensino superior, vereadoras, deputadas, editoras, etc.

Como vimos no início deste capítulo, a presença das mulheres nas universidades brasileiras e argentinas foi crescente a partir dos anos 1960. Na década de 1970, elas passaram a integrar substancialmente o quadro de professoras, e muitas começaram a desenvolver investigações acadêmicas sobre os estudos da mulher e os feminismos, principalmente, nos cursos de ciências humanas, a partir dos anos 1980. No Brasil, instituições como a Fundação Ford<sup>179</sup> e FCC<sup>180</sup> financiaram estudos e projetos com temáticas voltadas às questões das mulheres, fomentando a institucionalização dessas pesquisas.

De acordo com a professora María Luisa Femenías, foi a partir de meados dos anos 1980 que começaram a ser formadas numerosas equipes, institutos e pós-graduações nas universidades argentinas, suscitando uma verdadeira eclosão de “Estudios de la Mujer”, atualmente “Estudios de la/s mujer/es” e “Estudios de Género”, sobretudo, por influencia das pesquisas teóricas sobre o tema.<sup>181</sup> Diana Maffía<sup>182</sup>, também professora da UBA e pesquisadora do IIEG, afirma que a incorporação massiva desses estudos nas universidades argentinas ocorreram na primeira metade da década de 1990, a partir do

---

<sup>179</sup> Esta fundação financiou esses estudos com o objetivo de intervir nas políticas públicas voltadas para o combate das desigualdades sociais, considerando a formação de novos modelos de feminilidade e valores de vida para as mulheres como relevantes na modernização dos países latino-americanos. Ver, a esse respeito, HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELL, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 5-6.

<sup>180</sup> A Fundação Carlos Chagas, por se tratar de uma estrutura institucional consolidada no país, foi encarregada de administrar os recursos enviados disponibilizados pela Fundação Ford, fornecendo bolsas para o desenvolvimento de pesquisas na área dos estudos sobre as mulheres e, posteriormente de gênero. Ver SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). *Uma história para contar: A Pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>181</sup> FEMENÍAS, María Luisa. In: \_\_\_\_\_ (Comp.). *Perfiles del Feminismo Iberoamericano*. Buenos Aires: Catálogos, 2002, p. 231 p. 65-66.

<sup>182</sup> MAFFÍA, Diana (et alli). Feminismos Argentina y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Vol. 1. 1ª ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, p. 289.

financiamento dado por algumas agências.<sup>183</sup> Como veremos no capítulos seguintes, por intermédio dos subsídios oferecidos para o desenvolvimento das pesquisas, essas professoras adquiriram livros que ainda hoje se encontram disponíveis nos acervos das universidades. Entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, ocorreu também uma série de encontros interdisciplinares que aproximaram essas pesquisadoras que realizavam estudos feministas e sobre as mulheres de maneira isolada e sem um reconhecimento formal.

Em relação aos primeiros temas desenvolvidos pelas pesquisas nas ciências sociais latino-americanas na década de 1960 e, principalmente, durante os anos 1970, destacam-se a questão do trabalho e da educação, sobretudo, no que tange a invisibilidade socio-histórica das mulheres e a luta pela igualdade de direitos em relação aos homens. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho e as consequências do patriarcado foram marcantes nos debates da década de 1970. De acordo com Elizabeth Jelin, a incorporação dos direitos humanos nas lutas contra as ditaduras revolucionou os paradigmas, até então centrados na dominação e nas lutas sociais e políticas interpretadas a partir das lutas de classes e revoluções nacionais<sup>184</sup>. Conforme Dora Barrancos, a questão da violência doméstica também ganhou destaque nos estudos iniciais argentinos em meados dos anos 1980. Destaco dois livros publicados com esta temática, *Manual de Instrucciones para Mujeres Golpeadas*<sup>185</sup> e *La mujer y la violencia invisible*.<sup>186</sup>

Nos anos 1980, as ciências humanas rediscutiram o conceito de democracia atrelada às discussões sobre os direitos humanos, iniciando um debate que enfatizava a questão da cidadania. A luta de classes foi dando espaço para discussões a respeito da representação das diferenças nos movimentos sociais ditos alternativos. Novos sujeitos históricos foram incorporados aos estudos, tornando cada vez mais evidentes as suas demandas e as suas formas de fazer política, não necessariamente lideradas por partidos políticos.

---

<sup>183</sup> A partir de 1987, a Universidad de Buenos Aires passou a oferecer uma especialização interdisciplinar em estudos da mulher. Cf. MELER, Irene (et ali). *Feminismos Argentina y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros*. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Op. cit.*, p. 295.

<sup>184</sup> Cf. JELIN, Elizabeth. *Op. cit.*, p. 59-63.

<sup>185</sup> OLLER, Lucrécia; RAZNOVICH, Diana. *Manual de Instrucciones para Mujeres Golpeadas*. 1ª ed. Buenos Aires: Lugar de Mujer, 1987.

<sup>186</sup> GILBERTI, Eva; FERNANDEZ, Ana María (Comp.). *Las mujeres y la violencia invisible*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

Em relação à história das mulheres e aos estudos feministas, as(os) historiadoras(es) sociais entenderam, inicialmente, a categoria “mulher” como homogênea, uma vez que partiram de uma concepção de identidade coletiva que havia favorecido o movimento durante a década de 1970. Entretanto, ao final desses anos, essa suposta identidade singular, apresentada pelos “estudos da mulher”, foi questionada, e a “diferença” percebida antes em relação somente aos homens, passou a ser sentida inclusive entre as próprias mulheres.

Na década de 1980, muitas pesquisas brasileiras e argentinas adotaram a categoria “mulheres”, entendida em sua pluralidade. O caráter múltiplo das identidades que compõem os sujeitos como raça, etnia, sexualidade, geração, religiosidade entre outras, constituiu-se um novo paradigma para os estudos e movimentos feministas, que começaram a refletir sobre as diferenças existentes na diferença (mulher/homem), considerando ao mesmo tempo as relações de poder entre os sexos. Iniciou-se assim um movimento crescente de pesquisas sobre as mulheres e os feminismos, acompanhados pela formação dos núcleos nas universidades, onde a maioria das feministas entrevistadas em ambos os países desenvolveram ou ainda mantêm suas atividades de pesquisa junto a um número de alunas e alunos que vem aumentando nos últimos anos.

Alguns dos núcleos formados nessa época nos espaços acadêmicos brasileiros foram: o Núcleo Acadêmico de Estudos sobre a Mulher (NEM), criado em 1980, e considerado o primeiro grupo de estudos sobre a mulher do país; o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), de 1983; o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, fundado em 1985 e que após três anos passou a ser chamado Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), existente até os dias de hoje; o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), formado em 1991; Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, criado em 1993, entre outros.

O início das publicações acadêmicas específicas sobre os estudos de mulheres, feministas e de gênero se deram durante a década de 1990. No Brasil, destaco o trabalho desenvolvido pelo *Cadernos Pagu*, criado em 1993 pelo Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, e a *Revista Estudos Feministas*, idealizada após a realização do seminário “Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e Perspectivas”, promovido pela FCC em 1990, e que teve seu primeiro número publicado em 1992, com financiamento da Fundação Ford<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> Ver, a respeito da institucionalização dos estudos de mulheres, feministas e

Para María Isabel Santa Cruz, Margarita Roulet e Ana María Bach, professoras da área de Filosofia da UBA, a institucionalização dos estudos de mulheres e de gênero nas universidades argentinas começou tardiamente, e caracterizou-se mais como reflexo dos desenvolvimentos teóricos dos países centrais – Europa e Estados Unidos – do que propriamente como o resultado de lutas políticas dos movimentos de mulheres no país.<sup>188</sup> Em meados dos anos 1980 e início dos 90, alguns grupos começaram a se formar no intuito de desenvolver pesquisas e teorias a respeito do feminismo como, por exemplo, o Centro de Estudios de la Mujer; o Centro de Estudios del Estado y la Sociedad (CEDES); o Centro de Estudios de la Población (CENEP); a Especialización em Estudios de la Mujer, ligada à Facultad de Psicología da UBA (1987); e a criação de uma Area Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer na FFyL da UBA (1992), que cinco anos depois foi transformada no IIEG.<sup>189</sup>

Em relação às publicações feministas acadêmicas argentinas formadas nessa época, cito o *Brujas*, mencionado anteriormente, e a revista *Feminaria*, que publicou seu primeiro número em julho de 1988. Uma das características da *Feminaria* foi divulgar a produção científica sobre os estudos e teorias feministas dedicando um espaço exclusivo à publicação de contos, poemas, textos literários, charges, imagens, etc. Em 1991, foi lançado no interior da revista um caderno especial voltado somente à literatura, que se manteve até a impressão do último número. Assim como os demais periódicos analisados, as mulheres que integraram a direção da revista, como Lea Fletcher e Jutta Marx, por exemplo, mantinham contato com amigas nos Estados Unidos e na Alemanha, e por intermédio dessas ligações a *Feminaria* traduziu e publicou textos que eram sugeridos pelas colegas no exterior. A periodicidade da revista era anual – variando entre um a dois números –,

---

de gênero no Brasil, ZUCCO, Maise Caroline. *Mulheres, feminismo em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFSC. Florianópolis, 2008, p. 66-70.

<sup>188</sup> CRUZ, María Isabel Santa; ROULET, Margarita; BACH, Ana María. Filosofia feminista y utopia: una alianza poderosa. FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). *Op. cit.*, p. 231

<sup>189</sup> Cf. BARRANCOS, Dora. Feminismo y Estudios Feministas en Argentina. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 315-316.

e assim se manteve até 2002, quando suas atividades foram suspensas por cinco anos. Em 2007 as atividades do grupo foram encerradas totalmente, contabilizando trinta e uma edições publicadas no total.<sup>190</sup>

\*\*\*\*\*

Os feminismos latino-americanos foram muitas vezes acusados de ser um “estrangeirismo”, ou seja, um conjunto de concepções a respeito das mulheres “importado” dos locais considerados “centrais” – Estados Unidos e os países da Europa Ocidental – pelos ditos países “periféricos”, ou seja, países entendidos como de “Terceiro Mundo”. De acordo com a professora Joana Maria Pedro<sup>191</sup>, ao considerarmos as situações vividas pelas pessoas no contexto sociopolítico dos países do Cone Sul durante as décadas de 1960 e 70, perceberemos que as lutas específicas dos feminismos não tiveram o mesmo espaço de discussão que os países europeus e os Estados Unidos. Desse modo, os feminismos que chegaram à Argentina e ao Brasil, aportaram, especialmente, por meio do que foi compartilhado com as exiladas e/ou com aquelas que puderam viajar ao exterior – e até esse ponto podem ser considerados como “importados” – contudo, as teorias foram (re)significados de acordo com as experiências e os desafios sociais e políticos que se colocavam para brasileiras e argentinas naquele momento.

Nos movimentos feministas organizados em ambos os países a atuação das mulheres foi múltipla e vinculada, principalmente, às questões conjunturais vivenciadas por esses países latino-americanos. As práticas e atuações feministas tanto brasileiras quanto argentinas devem ser entendidas em suas particularidades, ou seja, refletindo sobre a maneira pela qual os feminismos “estrangeiros” foram apropriados, como por exemplo, na atuação nos “grupos de reflexão”, que muitas vezes se articularam aos “clubes de mães” em bairros populares; nas

---

<sup>190</sup> Maise Caroline Zucco, doutoranda em História da Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolve neste momento sua tese sobre as produções acadêmicas dos feminismos brasileiros e argentinos durante as décadas de 1960 a 90 e tem discutido, inclusive, a trajetória dos periódicos como a revista *Feminaria*. A tese, ainda em processo de escrita, intitula-se “*Viagens e permanências do feminismo: o trânsito do saber no eixo-sul do conhecimento*”.

<sup>191</sup> PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, Argentina e no Uruguai (1964-1969). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Op. cit.*

militâncias políticas de esquerda, que majoritariamente relegaram as questões subjetivas (corpo, prazer e sexualidade) em prol das lutas de classe e contra as ditaduras militares; e nas atividades das “feministas progressistas”, que reivindicavam autonomia em relação às organizações políticas e priorizaram o trabalho junto às mulheres dos setores populares, entre outros aspectos.<sup>192</sup> Se o feminismo se conjuga no plural, as identidades e práticas feministas assumidas por uma mesma geração de mulheres é igualmente variada, e perceberemos outras semelhanças e diferenças ao longo desta tese.

Nos anos 1970 e 80, as feministas brasileiras e argentinas entrevistadas foram, em sua maioria, mulheres jovens – entre seus vinte e trinta anos – que participaram das mobilizações estudantis, sindicais, político-partidárias, autônomas, etc. Mulheres que começaram a refletir sobre o que significava “ser mulher” e a respeito dos rumos de suas “lutas específicas”. Uma geração que chegou à década de 1990 militando nas universidades e/ou em outros espaços.

O feminismo para essas mulheres é defendido como um projeto político, em outros momentos como um movimento social, sendo que para a maioria delas é ainda a reflexão e formulação cotidiana de teorias próprias para o entendimento da sociedade no interior das universidades. Essas atuações e práticas são reivindicadas por grande parte das entrevistadas em seu conjunto, ou seja, como projeto político a ser desenvolvido em diálogo com os movimentos, e constantemente (re)formulado por meio das teorias feministas.

Essas mulheres, a meu ver, compartilham uma mesma geração de leitoras feministas, pois quando pensamos em uma geração não estamos apenas considerando um grupo de pessoas com idades aproximadas, mas, sobretudo, pessoas que viveram, com algumas semelhanças e diferenças, acontecimentos em comum. Essa geração em particular delineia uma “comunidade interpretativa feminista” a partir de suas capacidades de leitura: mulheres, em sua maioria de camadas médias e altas, com formação em ensino superior, bilíngues, com atuação profissional nas universidades e/ou nos movimentos sociais, com inserção nas produções bibliográficas sobre os feminismos, etc. De acordo com Chartier, o ato de ler não se refere apenas à questão física – à corporeidade do(a) leitor(a) –, mas ainda pela corporeidade social e

---

<sup>192</sup> Ver, a esse respeito, GARGALLO, Francesca. El movimiento feminista en México: de los grupos locales de autoconciencia a las redes internacionales. In: FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). *Op. cit.*, p. 104.

cultural que são construídas por meio das práticas de leitura historicamente compartilhadas.<sup>193</sup>

Para entendermos o processo de constituição dessa comunidade particular de leitoras feministas foi preciso considerar algumas questões contextuais presentes nas memórias sobre as leituras e nas trajetórias dos livros nos espaços e temporalidades em que circularam. Feito isso, poderemos avaliar, nos próximos capítulos, as capacidades leitoras dessa geração através de questões como as relações familiares e afetivas, o acesso à educação, a atuação nos grupos de resistência à ditadura, o contato com os textos feministas, as mobilizações para o compartilhamento das leituras, a seleção de determinadas autoras e seus textos, a produção escrita sobre as leituras realizadas, etc.

O interesse com esta investigação é interrogar essa comunidade de leitoras no intuito de perceber os processos de seleção e esquecimentos operados por um grupo, em um dado momento histórico, na elaboração de um repertório de leituras consideradas como legítimas; como representantes de seu arcabouço de ideias feministas.

---

<sup>193</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001, p. 31-32.



## **CAPÍTULO 2**

### **LEITURAS ENUNCIADAS, LEITURAS “LEGÍTIMAS”: OS TRABALHOS DA MEMÓRIA E A ELABORAÇÃO DE UMA “BIBLIOTECA FEMINISTA”**

Considerando que os leitores e as leitoras compreendem os textos a partir dos contextos sociais e culturais nos quais estão imersos<sup>194</sup>, pergunto: em quais circunstâncias essas mulheres se constituíram como leitoras feministas? Em que medida a leitura dos textos considerados feministas foi relevante para a formação desse grupo específico de leitoras? Quais os referenciais individuais, coletivos, históricos e subjetivos que nortearam a produção de sentidos em suas formações como leitoras feministas?

Diante de um acervo composto por 39 (trinta e nove) entrevistas realizadas com feministas brasileiras e 13 (treze) argentinas, selecionei 06 (seis) narrativas (três entrevistadas de cada país) para a elaboração da análise deste capítulo. As feministas que concederam suas entrevistas partilham algumas características: todas fazem parte de uma geração de mulheres que se identificaram com os feminismos no período das ditaduras militares em seus países, e ainda se identificam. Detive-me, especialmente, nos momentos em que elas citam os textos que liam e narram seus processos de constituição como leitoras feministas, buscando perceber as aproximações e os distanciamentos em suas trajetórias de leitura. As seis narrativas em questão foram selecionadas por apresentarem uma quantidade maior de informações sobre as leituras e, ao mesmo tempo, por serem representativas em relação às diferentes experiências narradas pelo total de feministas entrevistadas.

A minha intenção para esta análise é realizar um pouco do fazer historiográfico proposto por John Gaddis, de assumir a postura do *O Viajante sobre o Mar de Névoa* (1818), de Caspar David Friedrich.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Entendo que as construções de sentidos efetuadas nas leituras estão interligadas aos processos históricos nos quais os leitores e as leitoras estão inseridas, e que variam de acordo com o lugar, o tempo, e os grupos sociais. As leituras diferem de pessoa para pessoa, que dão aos textos significações plurais e móveis, que não são necessariamente aquelas intencionadas pelo autor(a). Cf. CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>195</sup> Cf. GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 15-31.

Ou seja, colocar-me como observadora diante da “paisagem” que pretendo representar, procurando dar-lhe um sentido, fazendo o meu olhar fluir entre as experiências históricas e pessoais, entre o geral e o particular, e, principalmente, sobre a preponderante fração de sentimentos que configuram e orientam as nossas percepções sobre os acontecimentos.

## 2.1 AS LEITORAS FEMINISTAS ARGENTINAS E AS LEITURAS DE IDENTIFICAÇÃO

Alejandra Ciriza, feminista argentina, nasceu em 23 de setembro de 1956 em Mendonza, onde atualmente é professora de Filosofia da Universidad Nacional de Cuyo e pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Sua militância no PRT começou cedo, ainda na adolescência, durante o ano de 1972, quando Perón estava exilado (1955-1973), porém exercendo efetiva influência na política argentina por intermédio de seus aliados<sup>196</sup>. Ciriza vivia em Córdoba com sua família e, ao que sua fala indica, tinham fácil acesso aos livros: “Minha família sempre teve uma biblioteca grande e meu avô tinha uma biblioteca muito importante, por exemplo, *O Capital*, a primeira versão que eu li, era uma que tinha pertencido ao meu avô materno”.<sup>197</sup>

Para além da influência familiar, que permeia toda a entrevista<sup>198</sup>, Ciriza enfatiza ainda dois fatores importantes para a sua formação como leitora logo no início da sua fala: a precoce militância política e o contato com as mulheres com as quais conviveu naquele período.

Procurei sustentar ao longo da minha vida uma relação forte entre meus interesses subjetivos e os interesses práticos políticos. Comecei a militar quando era muito jovem - tinha 16 anos - e creio que por ter militado tão jovem, e, além disso, a

---

<sup>196</sup> Ciriza narra que nessa época colaborava nas discussões dos combatentes, redigia panfletos, ajudava a organizar atos e visitava operários. CIRIZA, Alejandra; LLAVER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e transcrita por Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>197</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. Entrevista concedida a Joana Vieira Borges e Maise Caroline Zucco, e transcrita por Joana Vieira Borges.

<sup>198</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

influência da minha avó materna, das minhas primas e irmãs, creio que tenha a ver com muito das leituras que fiz, com a trajetória (...) em que vivi e com paixões profissionais, digamos, porque não posso dizer que minha profissão é algo separado da minha vida.<sup>199</sup>

Observamos nesse ponto uma intersecção entre dois espaços possíveis de leitura: a militância política, como um lugar de atuação pública, e as mulheres da família, como um ambiente de convivência de foro íntimo. Os espaços aparecem na fala de Ciriza na tentativa de conciliar público e privado, na intenção de mostrar que seus interesses subjetivos e objetivos não são vistos como elementos totalmente “separados em sua vida”.

Nós somos em quatro. Eu tenho uma irmã um ano e meio mais jovem e duas primas mais ou menos da mesma idade. Eu sempre tive outras mulheres com quem compartilhar minhas leituras, meus interesses, minhas inquietudes, minhas broncas. Essa sempre foi uma constante em minha vida: ter mulheres por perto.<sup>200</sup>

A relação com a leitura é rememorada por Ciriza sempre permeada por suas relações familiares, como uma “tradição” passada pelos parentes mais próximos. “Não se discutia comprar um livro”, diz ela. O fácil acesso aos livros por conta dos parentes e a importância das mulheres em suas práticas de leitura são evidências recorrentes em sua fala:

Bom, Juana Manuela Gorriti<sup>201</sup>, por exemplo, é uma leitura de infância. Claro, é uma leitura de quando eu tinha 13, 14 anos, quando li Juana Manuela Gorriti sem saber quem era. Não por

---

<sup>199</sup> Ibidem.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Escritora argentina do século XIX (1818-1892) que ao se separar do marido (um militar boliviano que alcançou a presidência de seu país) foi para o Peru, onde publicou romances e foi colaboradora de revistas femininas. Cf. CRUZ, Clara Agustina Suarez. Literatura e história na narrativa de autoria feminina. Os espelhos e as máscaras. *Revista de Literatura, História e Memória*, UNIOESTE/Cascavel, vol. 4, n° 4, p. 21-28, 2004.

erudita, mas porque estava na casa de minha avó e era um conto fantástico, e li sem a menor ideia do que estava lendo.

A figura da avó aparece em ambas as entrevistas realizadas e também em um artigo publicado recentemente.<sup>202</sup> De acordo com o que narra, o fato da avó ter ficado viúva muito cedo e ter sido uma mulher “muito independente”<sup>203</sup>, teria influenciado as netas, ainda que tenha sido “sexista e autoritária”.<sup>204</sup> A avó materna e o pai, oficial do Exército, justificam sua precoce aproximação com o feminismo:

Era feminista (...) por uma série de coisas, que entre outras coisas tem a ver com o fato do meu pai ter sido militar e eu passar a vida me revoltando. Eu era muito precoce desse ponto de vista; era muito madura (...). Eu tive uma avó materna que ficou viúva muito jovem e era independente. Ela era independente e assim nos queria também, por isso todas as suas netas foram feministas. Então, quando eu comecei a militar nas organizações de esquerda eu já era feminista, e o primeiro que me ocorreu foi começar a revisar Alexandra Kollontai<sup>205</sup> para levar as ideias às tradicionais reuniões de célula”.<sup>206</sup>

A caracterização dos primeiros espaços de leituras feministas narrados por Ciriza indica ainda os textos e os(as) autores(as) iniciais que leu ainda na década de 1970 em sua juventude em Córdoba. Considera como “leituras clássicas” do feminismo: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels, e *A mulher e o progresso social*, de Alexandra Kollontai. De acordo com Ciriza, esse livro de Kollontai – encontrado por ela na

---

<sup>202</sup> CIRIZA, Alejandra. Memoria, Experiencia Política y Testimonio. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Op. cit.*, p. 257.

<sup>203</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>204</sup> CIRIZA, Alejandra. *Entrevista Citada*.

<sup>205</sup> Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma revolucionária russa, teórica e crítica do marxismo, que atuou junto às mulheres operárias. Entre seus escritos estão *A nova mulher e a moral sexual*; *A sociedade e a maternidade*; *A mulher moderna e a classe trabalhadora*; *Comunismo e Família*, entre outros.

<sup>206</sup> CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. *Entrevista Citada*.

biblioteca de seu tio que havia sido militante do Partido Comunista na década de 1950 – é composto por cinco conferências proferidas pela autora após a Revolução Russa. Em sua fala destaca que essas “foram leituras feitas cruzadas com as leituras dos clássicos, e com a leitura dos clássicos do marxismo, porque esta é a minha formação teórica, política e filosófica (...)”.<sup>207</sup> As leituras feministas se entrecruzaram com os textos “clássicos do marxismo” como *O Capital* (1867), de Karl Marx e *O Manifesto Comunista* (1848), de Karl Marx e Friedrich Engels.

Percebemos que Ciriza busca evidenciar em sua fala que a produção de sentidos extraídas dessas leituras foram estabelecidas na intertextualidade<sup>208</sup> entre os textos marxistas e feministas. Sua narrativa demonstra que “não existe compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas articulação em torno de uma biblioteca do que foi lido”.<sup>209</sup> Se a cada leitura que efetuamos aquilo que foi lido anteriormente é ressignificado, tornando-se outra leitura como um processo de troca<sup>210</sup>, logo, o que lemos num dado momento é apropriado em grande parte pela carga de leituras, e pelas experiências até então vividas.

Com a proposta de levantar questões sobre o feminismo em meio à célula de esquerda na qual militava, Ciriza passou a levar textos de Alexandra Kollontai às reuniões para que o feminismo socialista fosse debatido paralelo a outras leituras do grupo, como o texto de Engels. Esses autores são apontados em suas memórias como “leituras-chave” que se encontram em constante diálogo para o entendimento de ambas as correntes de pensamento.

(...) por essa razão creio que me defini marxista e feminista quase junto; feminista praticante e marxista. E nesse contexto li *O Manifesto Comunista* e *Origem da família da propriedade privada e do Estado* mais ou menos juntos, e me

<sup>207</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>208</sup> Entendo por intertextualidade a trama tecida na intersecção entre o texto que está sendo lido com outros textos lidos anteriormente, o que inclui o exterior cultural do qual o leitor e a leitora fazem parte. A intertextualidade é compreendida, assim, como um dos elementos fundamentais no processo de produção de sentidos efetuados pela leitura. Cf. GOULEMOT, Jean Marie. GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 114.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 116.

deslumbrou Alexandra Kollontai porque sempre me pareceu muito importante saber o que se passou na vida das pessoas quando escreveram algo, e Kollontai tinha a característica das (...) dirigentes comunistas mais importantes e se dizia uma mulher sexualmente liberada, e isso era algo muito chamativo para as pautas existentes nas organizações políticas da época.<sup>211</sup>

A partir do conceito de apropriação é possível avaliarmos “as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção”.<sup>212</sup> Assim, Alexandra Kollontai não é apropriada por Ciriza apenas por seu viés feminista, mas aparece como uma leitura necessária ao seu entendimento das ideias marxistas, bem como Engels para o debate feminista. Para outras feministas esse diálogo entre os autores talvez não fosse, e ainda não seja, tão coerente como é para a entrevistada.

Alejandra Ciriza estudou Filosofia na Universidad Nacional de Córdoba até o ano de 1975, ou seja, durante o período de redemocratização na Argentina (1973 a 1976), em um momento turbulento e de transição democrática frágil, como vimos no capítulo anterior. Perón morreu em julho de 1974, e meses depois se iniciou a perseguição aos Montoneros, grupo armado da Juventude Peronista<sup>213</sup>. Neste momento, o “sonho da Argentina peronista” chegava ao fim após muitos embates e dava lugar a um violento período de intervenção militar no país<sup>214</sup>. A partir de 1975 as duas maiores organizações guerrilheiras argentinas, o ERP e os Montoneros intensificaram a “militarização” de suas ações.<sup>215</sup>

<sup>211</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>212</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.* 2001, p. 233.

<sup>213</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Op. cit.*, p. 413.

<sup>214</sup> Cf. NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. Trad. Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

<sup>215</sup> Os Montoneros atuaram principalmente entre os anos de 1970 e 1979, desenvolvendo atividades militarizadas de guerrilha urbana. O ERP, formado como extensão armada do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), foi um grupo menor que os Montoneros, mas também militarizado. Ver, a esse respeito, WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha. *Rev. Bras. de Hist.* . São Paulo, ANPUH, vol. 27, n° 54, p.19-38, jul.-dez. 2007 (Semestral), p. 22.

Em 1977, portanto, logo após o golpe de 24 de março de 1976 que levou ao poder o General Videla, a perseguição aos opositores do regime aumentou e o momento político tornou-se cada vez mais violento. Conforme Ciriza, as atividades no PRT foram se “esgotando” e se convertendo progressivamente a uma função de intendência do ERP<sup>216</sup>. Sua situação de militante tornou-se delicada. Se por um lado o fato de seu pai ser um oficial do Exército agravava sua condição, por outro, diz ela: “oferecia uma segurança enorme para os companheiros e companheiras que podiam se esconder na minha casa”<sup>217</sup>. Diante dessa situação, a família se mudou de Córdoba para Mendoza e Ciriza passou um longo período “escondida” dentro da própria casa dos pais, grávida de seu primeiro filho. Foi então que, “fora de circulação” e com severas restrições de seu pai para poder fazer qualquer coisa de ordem pública, dedicou-se ainda mais às leituras:

(...) um tempo de muitas leituras, especialmente as vinculadas ao profissional. Uma época em que o único texto feminista que li foi o texto de Mary Wollstonecraft<sup>218</sup> (...). Essa também foi uma leitura solitária, uma leitura que tem mais a ver com a busca de uma filósofa. Foi uma leitura que não foi compartilhada por ninguém, nem com minha irmã, porque neste momento minha irmã havia ficado em Córdoba e eu vivia em Mendoza, minha outra prima vivia em Córdoba ainda, e a outra vivia em San Luis. Foi uma leitura muito solitária, e foi na época em que se cortaram os vínculos. Era ler sozinha, sem ninguém para trocar.<sup>219</sup>

O livro *Em defesa dos direitos da mulher*, escrito por Mary Wollstonecraft em 1792, foi “comprado casualmente” por Ciriza em uma livraria no ano de 1975 e lido aproximadamente em 1978, ainda no período da ditadura militar. “Quando descobri este texto”, diz, “não

---

<sup>216</sup> CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. *Entrevista Citada*.

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora inglesa, autora de *A vindication of the rights of woman* (1792). No Brasil, Nísia Floresta fez uma adaptação e tradução livre do texto, publicado em 1822 sob o título *Direitos das mulheres e Injustiças dos homens*.

<sup>219</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

podia crer, porque este texto escrito no século XVIII dizia coisas sobre nós, sobre as mulheres, sobre o modo como somos tratadas em razão dos nossos corpos que me pareceram realmente muito impressionantes (...)”<sup>220</sup>.

O livro de Mary Wollstonecraft não foi o único texto que Ciriza considera como uma leitura feminista realizada nessa época de exílio<sup>221</sup>. Ela cita ainda Clara Zetkin<sup>222</sup> e Simone de Beauvoir, sendo que esta foi lida ainda na primeira metade da década de 1970. Contudo, importante observarmos a distinção que a autora faz entre os “textos de combate”, lidos e discutidos em grupos, e as “leituras mais individuais”, realizadas de forma “solitária”.

Ciriza afirma que a leitura de Engels foi uma leitura “primeiramente solitária, mas depois compartilhada e discutida muitas vezes”, com companheiros e companheiras de militância política, no intuito de demonstrar que “nos clássicos do marxismo havia uma preocupação com as mulheres e que está na interpretação”.<sup>223</sup> Do mesmo modo, a leitura de Alexandra Kollontai também foi realizada em grupo, e caracterizada como um dos “textos de combate”, ligados à prática política.

Em contraposição a essas leituras, Ciriza fala sobre as “leituras mais privadas”, como os textos de Simone de Beauvoir<sup>224</sup>, que eram ligadas à discussão com a irmã e as primas.

O que se passa em relação a Simone de Beauvoir é uma relação totalmente distinta, e uma leitura absolutamente individual (...), de uma leitura que podia explicar a subordinação das mulheres. E o texto de Simone de Beauvoir, por exemplo, *O segundo sexo* (...) é que não é um texto no sentido

---

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> Exílio aqui compreendido não por seu viés do deslocamento físico de pertencimento a um lugar, mas como um isolamento emocional, interior. Cf. GUILLÉN, Claudio. *O sol dos desterrados: literatura e exílio*. Trad. Maria Fernanda Abreu. Lisboa: Editorial Teorema, 2005, p. 138.

<sup>222</sup> Clara Zetkin (1857-1933), revolucionária, teórica do marxismo, e defensora da reivindicação das mulheres.

<sup>223</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>224</sup> Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora francesa e filósofa existencialista que se identificou como feminista na década de 1970. Autora do ensaio *O segundo sexo* (1949), e de romances como *A convidada* (1943), *Os Mandarins* (1954), *A mulher desiludida* (1967), entre outros.



de compartilhar. Não é um texto de combate. Salvo a última parte da construção onde ela evoca a solidariedade. É um texto mais erudito.<sup>225</sup>

Para Ciriza a distinção se encontra entre os “textos de combate”, debatidos nos grupos de militância, e as “leituras mais privadas”, que são realizadas individualmente e, por vezes, discutidas com as pessoas mais próximas ao seu círculo familiar. Podemos então supor como se deu a circulação dos textos de Simone de Beauvoir entre as mulheres da família durante a década de 1970. Uma prima lhe emprestou *A convidada* (1943), na mesma época em que estava lendo e discutindo com a irmã *A mulher desiludida* (1967), ambos de Simone de Beauvoir. Margareth Mead<sup>226</sup> também foi uma das autoras citadas entre as leituras que Ciriza remete ao âmbito familiar: “(...) da mesma maneira que de Beauvoir, Margareth Mead permaneceu num espaço distinto, um espaço menor (...), mais vinculado com as mulheres mais próximas e mais amadas de minha vida”.<sup>227</sup>

A partir da narrativa de Alejandra Ciriza sobre suas leituras no período da ditadura militar observamos que suas memórias desse momento são marcadas pela juventude de estudante e militante política com acesso relativamente fácil à leitura e à educação superior. Com uma ligação forte com os parentes mais próximos, sua fala nos indica que suas primeiras influências intelectuais, políticas e feministas partiram, sobretudo, das relações que mantinha com esse núcleo.

Devemos, entretanto, atentarmos às condições em que foram estabelecidas as entrevistas<sup>228</sup> e para onde se dirige o “fazer” da história oral.<sup>229</sup> A primeira entrevista com Alejandra Ciriza ocorreu em outubro de 2006, na Argentina, e foi realizada pela professora Cristina Scheibe Wolff para o projeto de pesquisa “Relações de gênero na luta da

---

<sup>225</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>226</sup> Margareth Mead (1901-1978), antropóloga norte-americana autora de *Macho e Fêmea* (1949) e *Sexo e Temperamento* (1935), entre outros.

<sup>227</sup> CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>228</sup> CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. *Entrevista Citada*.; CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>229</sup> Verena Alberti entende pelo “fazer da história oral” os investimentos empregados para a produção de um depoimento: elaboração do roteiro, acompanhamento da entrevista, transcrição, a concessão do depoimento, e a relação entrevistador(a) – entrevistado(a). ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990, p. 45.

esquerda armada”, por ocasião de um encontro entre ambas em um congresso de história das mulheres. Nesta ocasião, a entrevista foi realizada com Alejandra e Nora Llaver, também feminista argentina, e o roteiro destacava, entre outras questões, a identificação com o feminismo e a militância político partidária durante a ditadura. A segunda produção da narrativa memorialista com a entrevistada ocorreu durante um evento feminista sobre o período das ditaduras militares nos países do Cone Sul<sup>230</sup>, em 2009, e o roteiro dessa entrevista enfocou diretamente à questão das leituras feministas neste período. Nesse sentido, observamos que Alejandra, assim como as demais entrevistadas, procura dar coerência aos elementos dos quais ela estava sendo instigada a narrar: feminismos, leitura, ditadura militar, experiências pessoais e coletivas. Nesse sentido, de acordo com Alistair Thomsom, “ao narrar uma história, identificamos o que pensávamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente, e o que gostaríamos de ser.”<sup>231</sup>

Em diferentes contextos e realizadas por outras pessoas, as cinco entrevistas utilizadas a seguir, não tiveram como enfoque a questão da leitura como a segunda entrevista realizada com Alejandra Ciriza, embora o tema seja abordado. Ao serem questionadas sobre as leituras que realizaram nos momentos de identificação com os feminismos entre as décadas de 1960 e 1980, as entrevistadas citam autoras(es), livros, indicam como tiveram acesso aos textos, quais os significados que esses adquiriram em suas vidas, ou seja, reelaborando a partir do presente as ressonâncias das leituras em suas trajetórias.

Sara Torres e Mirta Henault<sup>232</sup>, ambas feministas argentinas, foram entrevistadas por Ana Maria Veiga entre os meses de fevereiro e março de 2007, na Argentina, para a elaboração de sua dissertação de mestrado sobre a formação de redes feministas e a circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires durante os anos

---

<sup>230</sup> Trata-se do *Colóquio Internacional Gênero, Ditaduras e Feminismos no Cone Sul*, realizado entre os dias 4 e 7 de maio de 2009 na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.coloquioconesul.ufsc.br/>. Acesso em 01 mar. 2009.

<sup>231</sup> THOMSOM, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Proj. História, São Paulo, (15), p. 57, abr. 1997.

<sup>232</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

1970 a meados dos anos 1980.<sup>233</sup> Ainda que o interesse central fosse de perceber os contatos e influências que aproximavam essas mulheres em termos de experiências, formando, dessa maneira, redes feministas, as entrevistas realizadas pela pesquisadora fornecem informações sobre “o que liam” em suas identificações com o feminismo, possibilitando uma reflexão sobre as práticas de leitura desse grupo em particular.

Mirta Henault, nascida em Buenos Aires na década de 1930, narra que sua identificação com o feminismo ocorreu entre os anos 1970 e 1980. Militante trotskista do partido Palabra Obrera (PO)<sup>234</sup> – em fins dos anos 1960, Mirta foi “operária têxtil e metalúrgica, delegada gremial e tinha uma extensa experiência na política sindical e partidária”.<sup>235</sup>

Mirta conta que um colega lhe pediu para que traduzisse *Mulheres: A revolução mais longa*<sup>236</sup>, da feminista inglesa Juliet Mitchell<sup>237</sup>, e que este texto teria lhe despertado a identificação com a causa feminista nos anos de 1970. De acordo com Mirta, ocorreu uma “identificação súbita” com os escritos da autora, “assim da manhã para a noite”:

Eu fui do trotskismo. Eu fui militante sindical, militante trabalhista até fins dos anos 60. Depois eu estava trabalhando com um grupo de companheiros, homens, sobre o imperialismo, sobre a questão econômica (...) isso do ponto de

---

<sup>233</sup> VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede?* Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). *Op. cit.*

<sup>234</sup> PO foi inicialmente um periódico veiculado pelo *Partido Obrero Revolucionário*, grupo trotskista fundado por Manuel Moreno, inicialmente pró-peronista. A revista, dirigida por Ángel Bengoechea, marido de Mirta Henault, deu nome ao partido em meados da década de 1950 devido à sua grande repercussão. Bengoechea morreu em 1964 ao manejar explosivos em um depósito na “Calle Posadas”. Ver, a esse respeito, COOKE, John William. *Correspondencia Perón – Cooke*, compilado por Eduardo Luis Duhalde. 1. ed. Buenos Aires: Colihue, 2007, p. 267 e VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 68.

<sup>235</sup> Cf. VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>236</sup> Este artigo, citado por algumas feministas, foi publicado em inglês e traduzido no Brasil pela *Revista Civilização Brasileira*. Ano III. Nº. 14. Julho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. Bimestral.

<sup>237</sup> Juliet Mitchell (1979-1988), psicanalista e feminista inglesa do grupo da *New Left Review*, autora de *Women's Estate* (1966) e do artigo *Mulheres: a revolução mais longa*, publicado no Brasil pela *Revista Civilização Brasileira* em 1967, e em 2006 pela revista *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*.

vista marxista. E depois um companheiro me perguntou: “Você se anima a traduzir isso do inglês?”. Eu disse que sim, tudo bem. E era *A revolução mais longa*, de Juliet Mitchell, que é uma feminista psicanalista inglesa, e trata justamente do tema das mulheres na esquerda. E então foi súbita [a identificação], assim, da manhã para noite. Eu me levantei marxista e fui dormir feminista<sup>238</sup>.

Após sua identificação com o feminismo, por meio do texto de Juliet Mitchell, narra que começou a refletir sobre o tratamento desigual dado às mulheres no cotidiano e também a própria teoria marxista a respeito das mulheres. Percebeu-se como uma das mulheres problematizadas pela autora inglesa, diferente da narrativa de outras feministas<sup>239</sup> que, em um primeiro momento, sentiram as desigualdades entre homens e mulheres, como um problema para “outras” – as donas de casa, esposas e mães – as verdadeiras oprimidas e alienadas. Simone de Beauvoir, na década de 1950, por exemplo, acreditava ter escrito sobre uma situação que não era a sua, uma vez que não se sentia uma “oprimida” em relação aos homens.<sup>240</sup> Já na década de 1970, portanto, após o debate gerado pela publicação de *O segundo sexo*<sup>241</sup>, confirma

---

<sup>238</sup> HENAUULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>239</sup> Essas falas foram percebidas tanto por Marcela María Alejandra Narí - em sua pesquisa com mulheres de classe média que nos anos 1950 e 60 tiveram alguma participação política, e que nos anos 1970 e 80 começaram a se considerar feministas –, como com algumas das brasileiras entrevistadas para as pesquisas sobre as identificações com o feminismo nos países do Cone Sul que nos últimos anos vem sendo desenvolvidas no LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História (CFH/UFSC). Sobre o trabalho de Marcela María Alejandra Narí, No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990. *MORA* – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. Nº 8. Diciembre 2002.

<sup>240</sup> BEAUVOIR, Simone de. apud NARI, Marcela María Alejandra. *Op. cit.* 2002, p. 69.

<sup>241</sup> Ver, a esse respeito, CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. CADERNOS PAGU. *Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX*. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12. 1999 e FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Trad. Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 461.

que sofreu com a opressão masculina, e que o contato com o movimento feminista “radicalizou” muitos de seus pontos de vista.<sup>242</sup>

Outro ponto a destacar na fala de Mirta é a frase “Eu me levantei marxista e fui dormir feminista”. Na narrativa de Alejandra Ciriza, vimos que essas duas esferas de militância não aparecem totalmente separadas, uma vez que ela afirma que se definiu “marxista e feminista quase junto”, e durante sua fala se preocupa em interligá-las a todo o momento. Ou seja, observamos nas falas as diferenças nas trajetórias de identificação e o reflexo que essas variantes provocam na reelaboração das memórias sobre o período, nos processos de leitura que estão sendo lembrados.

Alejandra Ciriza nos indica um entrecruzamento não somente entre as duas esferas de sua militância como também entre as leituras marxistas e feministas, enquanto Mirta sugere um distanciamento, embora a iniciativa para a tradução do texto de Juliet Mitchell tenha ocorrido no interior da militância política e sua primeira atitude tenha sido revisar a teoria marxista: “Até comecei a estudar e problematizar não somente o tratamento diário dado à mulher como também a teoria marxista a respeito das mulheres”.<sup>243</sup>

Após esse “despertar”, Mirta reuniu as amigas, “mulheres da esquerda”<sup>244</sup>, para conversarem sobre feminismo, e como resultado desses encontros pensaram em fundar uma editora feminista. Acreditavam que na Argentina daquele momento não havia nada nesse sentido, mas já havia a UFA, da qual tomaram conhecimento dias depois através do editorial de um jornal de centro-esquerda. No editorial havia uma nota com o número de telefone da organização, e foi assim que Mirta entrou em contato com o grupo. De acordo com a Mirta, no início

---

<sup>242</sup> Com relação às declarações de Simone de Beauvoir sobre o feminismo ver SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Trad. de José Sanz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1986 e BEAUVOIR, Simone de. 'Simone de Beauvoir: The Second Sex 25 years later', *Society*, Jan.-Feb. 1976, p. 79-85. Entrevista concedida a John Gerassi. Disponível em: <[http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos\\_p02.htm](http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos_p02.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2010.

<sup>243</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>244</sup> Ainda que não militasse mais no partido, Mirta mantinha contato com a maioria das mulheres ativistas que, em muitos casos, eram esposas dos políticos mais importantes dos grupos trotskistas da época. Cf. VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 74.

dos anos 1970 a UFA já estava estabelecida, tinha líderes, uma sede e uma “linda” biblioteca.

E vinham mulheres italianas, norte-americanas, um intercâmbio de conhecimentos que não se limitava ao livro. Fazíamos reuniões de conscientização, grupos de reflexão (...), e depois fizemos uma reunião muito importante sobre sexualidade, onde foram tratados temas absolutamente ignorados pela esquerda. A esquerda jamais tratava disso, era muito puritana, pelo menos na Argentina.<sup>245</sup>

Mirta narra que o grupo feminista socialista do qual fazia parte, o *Nueva Mujer*, tinha por objetivo tornar-se uma editora feminista, em suas palavras, “Queríamos ser a editora do movimento feminista”.<sup>246</sup> Esse grupo, que se tornou uma agrupação ligada a UFA, conseguiu editar dois livros, sendo um deles *A mitologia da feminilidade*, de um autor chileno. Embora na entrevista Mirta não cite o título do livro em questão, referindo-se apenas ao autor como um “psicólogo chileno”, Marcela Narí, em *Feminist Awakenings*, ao refletir sobre os grupos feministas na Argentina dos anos 1970, indica essas publicações: “Outro grupo contemporâneo foi o Nueva Mujer, que se concentrou em estudar, traduzir, desenvolver e publicar trabalhos teóricos. *Las mujeres dicen basta*<sup>247</sup> também foi publicado na época, como foi *La mitologia de la feminilidad*, de J. Gissi”.<sup>248</sup>

O Nueva Mujer teve vida curta, de 1970 a 1972<sup>249</sup>, e Mirta, sem dizer em que momento precisamente, conta que deixou o grupo. A cisão parece ter se dado pelo fato dela ter rompido com a ideia defendida pelos grupos de esquerda de que a emancipação das mulheres se daria

---

<sup>245</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>246</sup> *Ibidem*.

<sup>247</sup> *Las mujeres dicen basta* foi escrito por várias autoras, entre elas, Mirta Henault, e publicado pela Editora Nueva Mujer no início dos anos 1970. O título é uma homenagem a Gabriella Christeller, de quem Henault copiou a frase que dá título ao livro. Cf. VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>248</sup> NARI, Marcela. *Feminist Awakenings*. In: NOUIZELLES, Gabriela; MONTALDO, Graciela (Editors). *The Argentina Reader: History, Culture, Politics*. 2<sup>nd</sup> printing. USA: Duke University Press, 2004, p. 528. (Tradução livre)

<sup>249</sup> Cf. LOZANO, Fernanda Gil. *Op. cit.*, p. 885-886.

com a implantação de uma sociedade socialista e o fim da luta de classes: “Se rompe muito rápido. Eu continuei na UFA. Rompeu porque elas [as outras companheiras do grupo] não podiam deixar de ser marxistas. Então eu não voltei ao marxismo”.<sup>250</sup> Ou seja, para ela havia a necessidade de uma luta específica pelas causas das mulheres. Por muito tempo, muitas feministas sustentaram uma “dupla militância”: atuação nos grupos feministas e nos partidos políticos durante os períodos de ditadura militar, que com os anos foi se desarticulando e se direcionando para o projeto feminista<sup>251</sup>. Essa “crise” entre a militância partidária política e a militância feminista também foi vivenciada no Brasil<sup>252</sup>.

De acordo com o relato, havia uma preocupação por parte de Mirta em relação à circulação de textos feministas no cenário argentino, uma vez que para ela as feministas argentinas daquele momento eram, em sua maioria, da classe média e oriundas da esquerda, mas não tinham acesso à bibliografia feminista. Um dos motivos seria que na Argentina de meados da década de 1970 as mulheres não tinham espaço para publicação de textos, o que se justificaria pelo período repressivo da ditadura. Conforme afirma, “somente as publicações estrangeiras chegavam”, porque muitos jornais foram controlados, editoras fechadas e livros queimados pelo regime militar: “Nós podíamos editar um livro e um folheto e não mais, porque estava tudo controlado. E as editoras progressistas publicavam coisas interessantes, mas foram fechadas (...)”.<sup>253</sup> Um exemplo dessa atmosfera vivenciada pelas argentinas é a trajetória do periódico feminista *Persona*. Fundado em 1974, durante a vigência de María Estela Martínez de Perón (Isabelita Perón) na presidência do país, teve a dissolução do seu grupo e o encerramento de

---

<sup>250</sup> HENAUULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>251</sup> Cf. GRAMMÁTICO, Karin. *Op. cit.*

<sup>252</sup> Cf. GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações de gênero X Relações de sexo*. Departamento de Sociologia. Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989, p. 11 e ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998, p. 160.

<sup>253</sup> HENAUULT, Mirta. Buenos Aires, Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

suas publicações após o início da ditadura em 1976, voltando a circular apenas no período democrático<sup>254</sup>.

Assim como na entrevista com Alejandra Ciriza, a fala de Mirta Henault também evidencia a delicada situação política da Argentina em meados dos anos 1970. A transição democrática, entre os anos de 1973 a 1976, foi marcada por muitos embates entre as organizações armadas de esquerda e de direita.

Bom, depois eu recebi uma carta da AAA, ameaçando a mim e a outras companheiras que se foram. (...). Porque a AAA aparece nos anos 70 (...). Ameaçavam e cumpriam, matavam muitas pessoas. Tinha uma amiga nos Estados Unidos, então fui passar um tempo lá, e depois a gente continuou se vendo quando ela vinha a Buenos Aires. Não pude militar por muito tempo. Estou tentando me lembrar das coisas que fizemos, porque foram feitas conferências com duzentas, trezentas pessoas<sup>255</sup>.

Mirta está se referindo a atuação do grupo paramilitar de extrema direita conhecido como *Triple A* que ainda em 1974, portanto antes do golpe de 1976, começou a hostilizar com ameaças de morte as feministas para que cessassem suas atividades, sendo um dos locais da UFA invadido em 1974<sup>256</sup>. A *Triple A*, como vimos no capítulo anterior, foi responsável pelo estado de medo e violência que se instalou na Argentina, principalmente, entre os anos 1973 e 1975.<sup>257</sup>

Diante dessa atmosfera opressiva, muitas feministas tiveram que estabelecer estratégias de resistência para sustentarem suas convicções ante o cenário político que se apresentava. Nesse sentido, Alejandra Ciriza, reclusa na casa dos próprios pais, passou por um longo período acompanhada por suas leituras, e Mirta, após a carta da *Triple A*, foi aos Estados Unidos e depois ao Brasil, em 1974. Nessas viagens estabeleceu contato com pessoas e bibliografias de outros países; promovendo trocas de experiências e de leituras.

---

<sup>254</sup> Cf. ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. *Op. cit.*

<sup>255</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada.*

<sup>256</sup> VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 72.

<sup>257</sup> Cf. NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. cit.*, p. 105.



(...) estivemos mais de um mês dando voltas por tudo. Fomos a São Paulo, e depois Porto Seguro, tudo até Recife, demos a volta que queríamos chegar. Depois estivemos com umas companheiras em São Paulo que tinham feito uma pesquisa muito boa, muito boa mesmo, sobre a situação das mulheres, não me lembro muito bem porque emprestei e não me devolveram, lamentavelmente.<sup>258</sup>

Conta que teve contato com algumas produções e grupos de mulheres quando veio ao Brasil, embora negue ter tido acesso a periódicos feministas como *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, publicações de referência durante a dita “Segunda Onda” do feminismo no país.<sup>259</sup> Quando questionada sobre os periódicos feministas estrangeiros, Mirta lembra apenas de uma revista mexicana acadêmica que durou mais de dez anos e era, em sua opinião, um modelo “excelente” para o que almejavam fazer na Argentina.

No México, grupos de mulheres muito valentes, muito audazes, que conseguiram muitas coisas, começaram a ter uma revista teórica que durou mais de dez anos. Eram mulheres universitárias, era mais acadêmica. O Brasil eu não sei, me deu a impressão que além das acadêmicas havia mulheres que “fazem”, pelo que filmavam, pelo que contavam nas poucas entrevistas que vi. E na Argentina, éramos muito classe média, que vinha da esquerda na maioria. Não tínhamos nenhuma bibliografia. E não é casual, eu começo com uma inglesa, depois vieram uns livros europeus<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>259</sup> *Nós Mulheres* (1976-1978) e o *Brasil Mulher* (1975-1977). Além destes, outro periódico importante neste momento do feminismo no Brasil foi o jornal *Mulherio* (1981-1988). Ver, LEITE, Rosalina da Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 11 (1), p. 234-241, janeiro-junho, 2003 e MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

<sup>260</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires, Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

Entre os diálogos, Mirta narra que ela e outras feministas de seu grupo se reuniram com italianas e norte-americanas que estiveram na Argentina por aqueles anos de regime militar. Afirma que o interesse com esse “intercâmbio de conhecimentos” se dava pelo desejo que tinham não só em formar uma revista feminista, mas ao mesmo tempo de ter acesso às produções bibliográficas. Ela justifica ter iniciado suas leituras por Juliet Mitchell pela ausência de textos produzidos pelas feministas argentinas.

Mirta lembra ainda que uma norte-americana lhes ensinou um pouco sobre como fazer “grupos de consciência”, e que as italianas também participaram desse processo. Veremos, nas narrativas a seguir, que ocorria também nessas reuniões a troca de informações e leituras sobre os debates feministas que corriam o mundo.

Questionada sobre se teria lido especificamente *O segundo sexo* nesse momento – induzida pela entrevistadora a falar sobre esse livro –, Mirta responde dizendo que foi para ela uma leitura anterior, antes da década de 1970, e que não teria sido influenciada pelo texto de Simone de Beauvoir.

M<sup>261</sup>: Eu não fui influenciada por Simone de Beauvoir, mas fui por Virginia Woolf. Não sei por que, me parecia muito sartreana, e continuo achando (risos), mas teve seu mérito, seu grande valor, principalmente a última época (...) quando já se dizia feminista. Simone sempre teve a influência de Jean-Paul. Não sei, é isso o que eu acho.

AM: E as estadunidenses? Betty Friedan (...), você leu?

M: Sim, nós líamos, inclusive vinha uma mulher norte-americana, e aprendemos um pouco sobre conscientização, a fazer grupos de consciência.

AM: Com a norte-americana?

M: Mas também com italianas, muitas. Estavam querendo o aborto (...) e ainda mais aquele famoso livro *Escupamos sobre Hegel*, de uma italiana que era um pouco da filosofia, que se distanciava de Marx.<sup>262</sup>

---

<sup>261</sup> Nos diálogos, utilizarei as seguintes abreviações: M para Mirta Henault e AM para Ana Maria Veiga.

<sup>262</sup> HENAUULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

Marcela Narí, pesquisadora argentina que analisou a forma como Simone de Beauvoir era mencionada em algumas revistas argentinas nas décadas de 1950 e 1960, defende que *Un cuarto propio*, de Virginia Woolf, publicado em Buenos Aires pela editora Sudamericana em 1935, aparece como mais citado e comentado que Simone de Beauvoir, embora anos depois *O segundo sexo* produziu um “golpe silencioso”, obscurecendo Woolf.<sup>263</sup> A partir da narrativa de Mirta e de outras feministas argentinas entrevistadas<sup>264</sup>, observamos que esse ofuscamento de uma autora por outra, indicado por Narí, não é completo e eficaz. Woolf continua a ser citada como uma das leituras importantes nos momentos de identificação com o feminismo para algumas das entrevistadas, inclusive na comparação com Beauvoir.

Ao recordar a presença e o contato com as italianas e as norte-americanas, Mirta cita o texto *Escupamos sobre Hegel*, da Carla Lonzi<sup>265</sup>, e a *Mística Feminina*, de Betty Friedan, embora não discorra sobre os significados dessas leituras para sua trajetória feminista. Devemos nos ater para um detalhe recorrente na fala de Mirta, bem como das outras feministas entrevistadas. O texto de Carla Lonzi foi citado espontaneamente pela entrevistada, ao passo que Simone de Beauvoir e Betty Friedan foram nomes que surgiram nas perguntas levantadas pela entrevistadora. Na fala de Alejandra Ciriza, em ambas as entrevistas realizadas, todas as leituras foram citadas de maneira espontânea.

É necessário estarmos atentas(os) a essas diferenças entre as leituras que aparecem nas falas de maneira espontânea – ou seja, sem a interferência da entrevistadora – e as referências aos textos e autoras que poderíamos qualificar como “induzidas”. Em ambas as situações, as leituras surgem nas falas como uma forma de as entrevistadas se constituírem como leitoras “eruditas” – “legítimas do feminismo” –, mostrando a capacidade de dialogarem com a produção bibliográfica feminista de outros países. Entretanto, ao serem “induzidas” a responderem sobre algumas leituras pontuais – em sua maioria as identificadas como “clássicas”<sup>266</sup> para os movimentos feministas e até mesmo para algumas das entrevistadoras – as entrevistadas procuram

---

<sup>263</sup> NARI, Marcela María Alejandra. *Op. cit.*, p. 60

<sup>264</sup> Refiro-me à Adriana Boria e Dora Barrancos.

<sup>265</sup> Carla Lonzi (1931-1982), escritora, crítica de arte e teórica italiana do feminismo da diferença. Entre seus escritos está *Sputiamo su Hegel e altri scritti*.

<sup>266</sup> Como, por exemplo, Simone de Beauvoir e Betty Friedan.

fornecer uma opinião a respeito, independente da afirmação de ter lido ou não. Nas situações onde as leituras citadas aparecem de forma espontânea, percebemos uma variedade maior dos textos citados, mesmo que as leituras ditas “clássicas” também estejam presentes nessas respostas.

Observemos a fala de Sara Torres, nascida em Buenos Aires em 1940, atualmente representante da Coalición Contra la Trata y el Tráfico de Personas (CATW - Argentina), que inicia sua entrevista citando espontaneamente *O segundo sexo* como a leitura fundamental em sua identificação com o feminismo ainda no final da década de 1950.

Eu comecei a me relacionar com a problemática, que ainda não tinha o nome de feminismo, desde o ano de 1959, em que li *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir. Então, bem, isso foi um “clic” [sic] que me deu na cabeça. Eu tinha dezenove anos, e a partir daí foi como uma ferramenta para olhar a realidade de outro ângulo e me dar conta dos papéis definidos, as injustiças dos papéis (...) E quando começam os 60 [década] o movimento nos Estados Unidos, todo o tempo eu lia o que aparecia ali e em outras partes do mundo e dizia: “quando, aqui na Argentina, vamos poder fazer algo assim?” (...) no ano de 1971 aparece em um periódico uma convocatória, um volante para o dia das mães de um grupo feminista. Imediatamente escrevi à caixa postal me oferecendo para ir trabalhar na parte administrativa. Então me ofereci como voluntária e se fazia o primeiro grupo feminista local<sup>267</sup>.

Sara tem uma narrativa de identificação com os feminismos semelhante à fala de Mirta: tudo teria começado com uma leitura que adquiriu um grande significado nesse “despertar” para reflexões que até então ignoravam. Ambas atribuem a textos “clássicos” suas inserções no debate feminista, sendo a leitura apresentada em sua capacidade de abrir novos horizontes, refinar sensibilidades. O texto que surpreende uma leitora, não é percebido da mesma forma pela outra. A leitura de *O segundo sexo* adquire significados diferentes nas narrativas das entrevistadas: para Sara foi o que a fez olhar de maneira crítica as

<sup>267</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Acervo LEGH/UFSC.

relações sociais entre homens e mulheres, enquanto na lembrança de Mirta a figura de Simone de Beauvoir foi mais expressiva que o texto.

Antes de começar a fazer parte da UFA, Sara já buscava informações sobre o feminismo em outras partes do mundo, lendo “o que aparecia” e, dessa forma, demonstra um interesse anterior ao ingresso em um grupo específico. Foi através de uma convocatória em um periódico que relata ter tomado conhecimento da UFA e se oferecido como voluntária. De acordo com Sara, sobre sua inserção no grupo feminista, “(...) mudou a minha vida, me entusiasmei muito. Este é o meu lugar, era o que eu queria fazer e, desde aquele dia até hoje, digamos que o meu pertencimento principal tenha a ver com isso”.<sup>268</sup> A partir de então direcionou seus estudos acadêmicos para as questões feministas e da sexualidade, e nos aponta as leituras realizadas na universidade.

Foi nesta época que eu tive acesso ao *Relatório Hite*, a *Master & Johnson*, bem, estudei tudo isso que tinha a ver com a universidade. Comecei a trabalhar com isso e, no ano de 1972, formei parte de um grupo que se chamou *Política Sexual*, que partiu de um chamado para a liberação sexual que saiu na revista *2001*. Aí nos encontramos, neste lugar, com todos os *hippies* de distintas orientações. Neste momento conheci Néstor<sup>269</sup> e formamos este grupo *Política Sexual*, que depois formou a *Frente de Liberação Homossexual*.

Néstor é mencionado antes do início da entrevista como o amigo que trazia para Sara materiais do Brasil e de outros lugares da América Latina. O próprio nome do grupo formado por eles, *Política Sexual*, remete ao título do livro de Kate Millett<sup>270</sup>, citada mais adiante como uma de suas leituras desse período.

Nesse momento os ecos da revolução sexual<sup>271</sup>, produto de uma revolução cultural iniciada na década de 1960 na Europa, fez com que

---

<sup>268</sup> Ibidem.

<sup>269</sup> Refere-se a Néstor Perlongher (1949-1992), sociólogo e militante da Frente de Liberación Homossexual na Argentina durante os anos 1970, que em 1982 radicou-se no Brasil. Foi um dos colaboradores do periódico argentino *Persona*.

<sup>270</sup> Kate Millett, feminista e escritora norte-americana, autora de *Sexual Politics*, publicado em 1970.

<sup>271</sup> A defesa da liberação sexual como meio para acabar com a repressão social

os movimentos feministas, movimentos gays e raciais se organizassem para que os direitos políticos, sociais, reprodutivos e sexuais fossem reconhecidos. Na América Latina, temos a particularidade das ditaduras militares a reprimir os movimentos sociais que, sem o poder de manifestar-se livremente, sofreram as pressões exercidas pelos regimes de prisões e censura.

Apoiadas nas ideias de Reich<sup>272</sup> sobre a sexualidade, muitos jovens europeus na década de 1960 levantaram suas bandeiras a favor da luta pelo direito ao prazer e pelo direito de viver uma sexualidade alternativa e, embora oprimidos por um regime que coibia a livre expressão, a fala de Sara nos mostra que jovens argentinas(os) encontraram meios de debater essas questões mesmo vivenciando uma situação bastante delicada:

Seguimos lutando pelo feminismo, mas numa situação cada vez mais clandestina. Já evitávamos coisas por medo. Tudo se fazia com muita segurança. Então não podia haver discussão de ideias em um país que já estava em situação de perigo. Tivemos muitos ataques diretos (...)<sup>273</sup>

Nesse contexto, os debates sobre as questões relativas à sexualidade ganharam notoriedade por meio de publicações conclusivas de relatórios de pesquisas sobre o tema, como os produzidos por William H. Masters e Virginia E. Johnson; Shere Hite; Alfred Kinsey.<sup>274</sup> A presença desses textos na fala de Sara, bem como de outras feministas

ao sexo era a razão pela qual esse movimento passou a se organizar, originando-se em um contexto social propício: o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Cf. HOBBSAWM, E. Guerra Fria. In: \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 265.

<sup>272</sup> O austríaco Wilhelm Reich surge no cenário psicanalítico em 1919 defendendo a ideia da sexualidade como energia vital produtiva, e como fator central da vida social e privada das pessoas. Cf. REICH, W. *A revolução Sexual*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996, p. 25.

<sup>273</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>274</sup> Aqui me refiro respectivamente ao *Relatório Master & Johnson*, *Relatório Hite* e *Relatório Kinsey*. Ver, a esse respeito, NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima - a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História), PUC/SP, São Paulo, 2004.

brasileiras<sup>275</sup>, revela a circulação e a influência dessas publicações nos diálogos com os feminismos nesses países.

AM<sup>276</sup>: E o que vocês liam? Você lembra?

S: Sim, Shulamith Firestone, Kate Millett, todas as **clássicas**, Simone de Beauvoir, **obviamente**, Germaine Greer, Betty Friedan. Tudo era muito difícil. Para conseguir um livro, conseguir traduzi-lo para trabalhar em grupo, era um trabalho... com a máquina de escrever, não havia fotocópias, tínhamos que usar o estêncil.<sup>277</sup>

O testemunho de Sara nos revela não somente as autoras que eram lidas, mas, especialmente, como ocorria a circulação de textos nas leituras compartilhadas entre amigos(as). Além de Néstor, María Luísa Bemberg<sup>278</sup> – cineasta argentina e uma das fundadoras da UFA – é citada por Sara como alguém que trazia de suas viagens à Europa livros que eram partilhados com o grupo, ajudando, inclusive, a custear a impressão de volantes.<sup>279</sup> Assim como na fala de Mirta, Sara também narra a preocupação em produzir e fazer circular textos que pudessem embasar os questionamentos e as lutas do movimento.

S: (...) traziam os livros e os escrevíamos a máquina, com estêncil, e o colocávamos no mimeógrafo e fazíamos cópias. Era muito difícil. Alguns deles liamos com algumas delas lendo e traduzindo. Então, aí sim havia outro problema, porque as que falavam outros idiomas os liam diretamente. Nas discussões nos faltava, às que

---

<sup>275</sup> Refiro-me a Lourdes Maria Bandeira, Moema Toscano, Maria Odila Leite da Silva Dias.

<sup>276</sup> Nos diálogos, utilizarei as seguintes abreviações: S para Sara e AM para Ana Maria Veiga.

<sup>277</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*. [Grifos meus]

<sup>278</sup> María Luisa Bemberg (1922-1995), roteirista e diretora de cinema na Argentina. Seus filmes ganharam prêmios internacionais, sendo *Camila* premiado como melhor filme estrangeiro no Oscar de 1985. Entre seus trabalhos, escreveu o roteiro do filme *Crónica de una señora* (1970), onde a protagonista Fina, em uma das cenas, aparece lendo *O segundo sexo* e *Mística Feminina*. Cf. VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*

<sup>279</sup> TORRES Apud VASSALO, Alejandra. *Op. cit.*, p. 85.

não falavam outro idioma, informação, porque tínhamos que articular esse corpo.

AM: Por que a tradução já passa por outro sentido?

S: Exato. Então discutíamos horas sobre o sentido de uma coisa e o assunto tinha má tradução, mas o trabalho mais lindo que fizemos, mais interessante nesse sentido, foi que começamos a sistematizar (...) sobre os grupos de conscientização.<sup>280</sup>

Talvez essa dificuldade apresentada por Sara Torres tenha feito Mirta narrar, em diferentes pontos de sua entrevista, o desejo que nutriam na época por uma editora feminista, em que textos pudessem ser publicados, circulando no território argentino e divulgando as reflexões do movimento.

A fala de Sara nos permite refletir ainda sobre como se davam possivelmente os trabalhos de produção, tradução e circulação de leituras para muitos dos grupos feministas daquele momento. Tarefas realizadas no coletivo e, sobretudo, partilhadas na urgência de fazer circular textos que ao mesmo tempo as ligassem a debates mais abrangentes, extrapolando suas fronteiras territoriais, e as legitimassem como movimento feminista em seus contextos. A tradução é apontada por Sara como um divisor entre as que conseguiam ler os feminismos em outras línguas – e aqui supomos o inglês, italiano e o francês –, e dessa forma tinham mais informações para articular os textos, e aquelas que dependiam dos textos traduzidos para entrarem em contato com as produções internacionais.

Peter Burke apresenta dois princípios para a questão do que é selecionado para a tradução: o primeiro defende a tradução vista por um determinado grupo como uma forma de preencher as lacunas de sua cultura, e o segundo – oposto ao primeiro e que pode ser chamado como “princípio da confirmação” – quando o grupo utiliza a tradução como forma de sustentar ideias já presentes em sua cultura<sup>281</sup>.

Nesse sentido, as leitoras feministas analisadas a partir da narrativa de Sara, apesar de não serem tradutoras profissionais, selecionavam textos que tanto pudessem suprir as brechas teóricas

<sup>280</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>281</sup> BURKE, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter; HSIA, Po-chia R. (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 26-27.



existente em suas reflexões quanto para validar suas discussões, moldando e os adequando conforme suas necessidades. Embora Sara qualifique como “má tradução”, referindo-se, provavelmente, às transposições mais complexas, a tradução se apresenta sempre como um processo de adaptação “traíçoira”, pois é realizada no deslocamento de uma cultura a outra<sup>282</sup>. Devemos pensá-la ainda como estratégica, uma vez que, nesse deslocamento, a tradução é apropriada em diferentes contextos e por diversas comunidades leitoras que lhes darão outros sentidos.

Retornemos à fala de Sara: “[E o que vocês liam? Você lembra?] Sim, Shulamith Firestone, Kate Millett, todas as **clássicas**, Simone de Beauvoir, **obviamente**, Germaine Greer, Betty Friedan”. Sara cita não somente as autoras frequentemente destacadas como as “clássicas” para os movimentos feministas, como enfatiza a importância de Simone de Beauvoir com o emprego da palavra “obviamente”. A obviedade da leitura de textos de Simone de Beauvoir, no entanto, não foi tão significativa para Mirta como foi para Sara e Alejandra, ainda que a primeira não deixe de reconhecer seu “mérito”. Mesmo sem discorrer mais sobre as ressonâncias que essas autoras tiveram para sua trajetória, é no uso da palavra “obviamente” que percebemos a força legitimadora da leitura dos textos de Simone para muitas das feministas dessa geração nos países do Cone Sul, ainda que não seja uma constatação tão evidente para todas<sup>283</sup>.

Para além da organização dos “grupos de consciência”, também destacados na fala de Mirta, Sara atenta para outras atividades realizadas pela UFA como, por exemplo, a produção e distribuição de volantes, no intuito de que as ideias fossem então veiculadas para um público maior. Contudo, alerta para os obstáculos colocados pelo contexto repressivo:

O que podíamos fazer era que algumas saíam em reportagens sobre outras coisas e então se colocava o tema do feminismo. Fazíamos volantes para os dias das mães. Então nesses dias saíamos a distribuir volantes, com o risco que isso

---

<sup>282</sup> Ver, a esse respeito, COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: \_\_\_\_\_; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 187-196 e BALDWIN, Geoffrey P. A tradução da teoria política na Europa Moderna. In: BURKE, Peter; HSIA, Po-chia R. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 115-120.

<sup>283</sup> Simone de Beauvoir foi citada espontaneamente por 25 das 39 feministas brasileiras entrevistadas e por 05 das 13 argentinas.

implicava... fazíamos poucas ações. Digamos, tivemos doze fatos que foram doze atividades que fizemos em 1973 (...)<sup>284</sup>.

Entre 1973 e 1976, período tenso de redemocratização, como vimos nos testemunhos de Alejandra Ciriza e Mirta Henault, Sara nos apresenta um quadro com a organização dos grupos que tinham formado na época:

S: Bem, eu não deixei de trabalhar pelo feminismo em todo o período da ditadura, em grupos fechados e privados. Antes do período da ditadura [1976-1983] fizemos muitas coisas. Em 74 fizemos uma Frente de Luta pela Mulher para organizar o Congresso Nacional de Mulheres, que ia acontecer por conta do Ano Internacional da Mulher em 75, com as Nações Unidas. Aí estamos com quatro grupos feministas.

AM: Você se lembra de quais?

S: Sim. Eram UFA, ao qual eu pertencia, o Movimento de Liberação Feminista, de Maria Helena Oddone, estava um grupo que se chamava ALMA nesse momento, e estava o DIMA – Direitos Iguais para as Mulheres Argentinas. Eram os grupos que estavam trabalhando nisso. E aí nos juntamos com todas as mulheres políticas.<sup>285</sup>

Nesse momento, continuaram a “volantear”<sup>286</sup>, a se reunir com outras mulheres das comunidades, e a organizar algumas campanhas e manifestações públicas. Entretanto, vislumbra-se um problema observado tanto na Argentina como no Brasil, o embate entre as feministas e as “mulheres políticas”, a conhecida “crise” posta pela “dupla militância”, político partidária e feminista, de algumas mulheres, anteriormente evidenciada na fala de Mirta Henault. Conforme Sara, “Esse era o permanente obstáculo que havia”.

Então nos toma o golpe de 1976, e nesta atividade, trabalhando com a Frente [FLM], e

---

<sup>284</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>285</sup> Ibidem.

<sup>286</sup> De acordo com Sara, distribuir volantes e panfletos. Ibidem.

trabalhando com a Frente de Liberação Homossexual no grupo Política Sexual, e bem, a partir deste momento, de alguma maneira, todos passamos a trabalhar clandestinamente. Nesse momento passamos a tomar sérias medidas de segurança, por exemplo, nos reuníamos, celebrávamos que a “fulaninha” começou a namorar o “fulaninho”, então todas sabíamos que nos reuniríamos para tomar chá. Sempre nos reuníamos numa casa, com tortas... ou seja, porque se aparecia a polícia, sabíamos o que fazíamos juntas.<sup>287</sup>

Em 1976, inicia-se o segundo período de regime militar no país, governado por juntas militares e dirigido até 1981 por Jorge Rafael Videla, que oficializou a “guerra suja” perpetrada por paramilitares e militares. Diante desse contexto e de testemunhos como o de Sara, observamos as estratégias de resistência dos grupos para manterem suas articulações:

Seguimos trabalhando fundamentalmente Leonor Calvera e eu, fazendo grupos com psicólogas, como grupos de conscientização com mulheres líderes nesse momento, em algumas coisas que tocavam especialmente mais o mundo da psicologia. (...), a partir de 1979, com a ditadura, começamos a fazer mais ações, como a campanha pela “patria potestad”<sup>288</sup> em que estava a junta militar. Há uma anedota assim, muito especial, uma companheira, que tinha conhecimento com alguns militares, foi pedir um espaço para por uma mesa na rua para juntar assinaturas para a “patria potestad”. Foi falar com o ministro do interior neste momento, porque ela o conhecia pela relação com o marido, que era diretor de um jornal importante. E ele disse que ela teria que falar com a esposa de Videla. Quando falou com

---

<sup>287</sup> Ibidem.

<sup>288</sup> Sara se refere ao movimento que lutou para que a justiça reconhecesse legalmente a guarda compartilhada entre pai e mãe, em igualdade de direitos e deveres, como responsáveis nos cuidados com os filhos. A campanha era divulgada entre as mulheres nas páginas dos dois principais periódicos feministas argentinos da época *Brujas*, lançado em 1983, e *Persona*, em 1974.

ela, ela disse: “Ah, isso deve ser algo patriótico, “patria potestad” é algo patriótico”, e concordou. (risos). Bem, começamos a fazê-lo timidamente (...). Sempre com muito cuidado. Nos 80 fizemos muitas campanhas: o aborto (...). E aí começavam a se somar diferentes grupos de mulheres políticas.

A UFA acabou se dissolvendo em 1976, após ter vivenciado uma forte crise interna iniciada em 1973 devido à heterogeneidade política de suas participantes, que teria provocado a deserção de muitas, e por essa razão passaram a ter um número cada vez mais reduzido de associadas<sup>289</sup>. De acordo com Sara, algumas das integrantes continuaram trabalhando juntas depois do término do grupo, e com a abertura política no início dos anos 1980, outras retornaram do exílio com uma “consciência feminista” formada. Podemos pressupor que essa “consciência feminista” tenha se dado por conta do contato com outras feministas e bibliografias no exterior: “Todas as que haviam estado no feminismo em outras partes do mundo, inclusive as que aqui não queriam saber de nada com o feminismo, voltavam feministas (risos)”<sup>290</sup>.

Com a redemocratização, novos lugares e projetos feministas foram habilitados, tanto no Estado como entre os grupos políticos e nas mais diferentes organizações, e que tiveram em seus quadros muitas das feministas atuantes dos anos 1970.<sup>291</sup> Sara cita a formação de alguns grupos dos quais fez parte nesse momento, como, por exemplo, a ATEM (1982) –, que era responsável pela edição do periódico *Brujas*, e o Lugar da Mulher (1983), motivo de sua expulsão da ATEM.

ATEM se formou em 82, de dois grupos nos quais vínhamos nos reunindo desde pelo menos cinco anos antes. A expulsão, como expulsão foi só para mim. Tento me lembrar exatamente, mas não me recordo porquê. Acho que por “polígama”, pois eu estava neste grupo, mas saía para outras coisas que achava justo militar, porque me interessava... Há uma frase de Leonor Calvera em seu *História do Feminismo na Argentina* que dizia que eu era

<sup>289</sup> LOZANO, Fernanda Gil. *Op. cit.*, p. 885.

<sup>290</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>291</sup> LOZANO, Fernanda Gil. *Op. cit.*, p. 889.

como o mercúrio que corria sobre onde encontrasse algum lugar de reivindicação, me esparramava... [ri]. Sempre ia a todos. Para mim isso servia muito, porque via pessoas que tinham um material e lhes faltava esse outro olhar, eu me aproximava com outros materiais que lhes faltava (...)<sup>292</sup>

Sara se identifica como uma feminista “de ação e de recompilação de dados”<sup>293</sup>, e essas características se sobressaíram em vários momentos de seu testemunho. Mostrou-se disposta a apontar sua preocupação com a reflexão e veiculação das questões feministas daquele período, inclusive, sobre sua participação na pesquisa de Leonor Calvera para o livro *El género mujer*, publicado em 1982 pela Editora de Belgrano que, segundo conta, foi a primeira pessoa do grupo a usar o termo gênero. Interessante perceber que, mesmo responsável por realizar pesquisas bibliográficas sobre o tema, logo tendo contato com um levantamento mais diversificado de textos, Sara cita em sua entrevista apenas as autoras denominadas por ela como “clássicas”.

(...) em *El género mujer*, que foi esse livro que se fez nos anos 80, eu trabalhei para esse livro. Fiz toda a bibliografia sobre o que se tinha que trabalhar; fiz toda a seleção bibliográfica. Busquei todos os materiais de que precisava Leonor. Eu investigava que material, qual informação aparecia aqui e ali (...).<sup>294</sup>

As narrativas de Alejandra Ciriza, Mirta Henault e Sara Torres sobre suas identificações e trajetórias feministas nos permitem esboçar algumas considerações no intuito de inquiri-las como uma comunidade de leitoras argentinas em suas aproximações e distanciamentos. É importante observarmos, por meio das práticas de leitura feministas, como algumas categorias como o pertencimento social, a idade, e o gênero atravessam essas leitoras em suas constituições como tal. Ao direcionarmos o olhar a essas categorias percebemos algumas diferenças e semelhanças nas situações vividas e nas experiências com as leituras de identificação com os feminismos.

---

<sup>292</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>293</sup> Ibidem.

<sup>294</sup> Idem.

Alejandra Ciriza, nascida em 1956, era bastante jovem na época do primeiro golpe militar, e tinha por volta de dezesseis anos quando começou a militar no PRT. Acompanhou todas as mudanças da família durante a maior parte desse período, e os parentes mais próximos são apontados como suas referências em relação à leitura. Sua trajetória de militância, assim como de outras feministas que tem idades próximas a sua, como Adriana Boria<sup>295</sup>, Monica Tarducci<sup>296</sup> e Nora Llaver<sup>297</sup>, esteve intrinsecamente ligada a uma época em que ainda era uma estudante. No caso de Mirta Henault, nascida em 1930, e Sara Torres, em 1940, entre outras feministas que nasceram antes da década de 1950<sup>298</sup>, suas trajetórias de militância são narradas com relativo distanciamento do núcleo familiar mais próximo (mãe, pai, irmãos, irmãs, avós). Embora também fossem mulheres jovens na época, tinham mais idade e outras experiências que marcam suas narrativas como, por exemplo, a partida para o exílio no exterior, viagens para outros países e a participação em “grupos de consciência”.<sup>299</sup>

A questão da faixa etária produz algumas diferenças nas narrativas, entretanto não inviabiliza a inclusão desse grupo de mulheres em uma mesma geração, uma vez que podemos estabelecer para este conceito limites móveis e elásticos<sup>300</sup>. As entrevistadas narram como entraram em contato com os feminismos de maneiras diferenciadas, mostrando que embora estejam ligadas a uma mesma geração esse fator não restringe suas experiências.

Em relação ao pertencimento social e à questão de gênero na formação dessas mulheres como leitoras feministas, as semelhanças foram mais evidentes. Percebemos que todas elas tiveram acesso à educação superior, aos livros, e a espaços onde pudessem debater suas

---

<sup>295</sup> BORIA, Adriana. Córdoba: out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolf e transcrita por Juliano Malinverni da Silveira. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>296</sup> CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. *Entrevista Citada*.

<sup>297</sup> TARDUCCI, Monica. Buenos Aires, Argentina: 22 nov. 2007. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolf e transcrita por Lilian Back. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>298</sup> Refiro-me a Leonor Calvera e a Lucrecia Oller.

<sup>299</sup> Joana Maria Pedro percebe a importância das idades nas narrativas das feministas entrevistadas. Cf. PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *Op. cit.*, p. 120.

<sup>300</sup> Cf. SIRINELLI, Jean-François. *Op. cit.*, p. 134.

leituras, sendo que Sara e Mirta participaram da produção dos textos, seja traduzindo ou encontrando meios para publicá-los.

O “despertar” de Mirta para as questões feministas, por meio da leitura do texto de Juliet Mitchell, também é observado nas falas de outras feministas entrevistadas em relação a suas leituras. De acordo com Mirta, ao ler o texto de Mitchell foi que começou a problematizar o “tratamento diário dado a mulher”, e houve então uma “identificação súbita” com o conteúdo lido que a impeliu à mudança: “Quer dizer, *essa* sou eu. E como *essa* sou eu, não quero mais ser eu”.<sup>301</sup> Alejandra, referindo-se ao texto de Mary Wollstonecraft, narra: “não podia crer, porque este texto escrito no século XVIII dizia coisa sobre *nós*, sobre *as mulheres*, sobre o modo como somos tratadas em razão dos *nosso* *corpos* que me pareceram realmente impressionantes”.<sup>302</sup> Para Sara, a leitura de *O segundo sexo* ainda na juventude foi um “clic” que lhe deu na cabeça, e a fez “despertar” para as relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade.<sup>303</sup> Ou seja, ao lerem textos que problematizavam os “papéis femininos” impostos às mulheres pela sociedade, ao menos para essas três leitoras, ocorreu uma identificação que, inicialmente, perpassou suas experiências e, posteriormente, conduziu-as ao debate feminista.

Essas categorias não são as únicas que entrecruzam essas mulheres em suas formações como leitoras feministas, pois outras como etnia, religião e sexualidade, também influenciam a constituição dos sujeitos. Priorizar uma dessas categorias em detrimento de outras seria simplificar a complexidade das identidades pelas quais um sujeito é interpelado ao longo da sua vida.<sup>304</sup> Logo, as categorias selecionadas foram abordadas por estarem presentes nas narrativas das entrevistadas, e, a partir dessa constatação, seguimos com a análise das leituras nas memórias de algumas das feministas brasileiras.

---

<sup>301</sup> Grifos meus. HENAULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. *Entrevista Citada*.

<sup>302</sup> Grifos meus. CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. *Entrevista Citada*.

<sup>303</sup> TORRES, Sara. Buenos Aires: [s/data]. *Entrevista Citada*.

<sup>304</sup> Cf. BUTLER, Judith. Identificación fantasmática y la asunción del sexo. In: \_\_\_\_\_. *Cuerpos que importan*. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002. p. 174-178.

## 2.2 MEMÓRIAS DE LEITURAS DE UMA “COMUNIDADE DE LEITORAS FEMINISTAS” NO BRASIL

Em contexto diferente, a entrevista com a feminista brasileira Ângela Xavier de Brito foi realizada pela historiadora Joana Maria Pedro no escritório de Ângela em novembro de 2005 em Paris<sup>305</sup>, e teve por objetivo perceber a identificação com o feminismo durante a ditadura militar brasileira. Diante dessa questão, a leitura apareceu apenas como um dos elementos de sua trajetória.

Ângela nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1942, e atualmente vive na França, onde trabalha como pesquisadora do Centre de Recherches sur les Liens Sociaux (CERLIS), Université de Paris-Descartes/CNRS. Filha de funcionários públicos do governo federal, foi criada no Rio de Janeiro em uma casa ampla na companhia dos pais, irmãos, avó, tios (as), e primos (as). A partir de sua fala, percebemos que a família lhe propiciou os primeiros contatos intelectuais, tanto por figuras como a do avô materno<sup>306</sup> – tradutor de francês, professor e poeta – quanto pelo acesso a Notre Dame de Sion, escola católica de tradição francesa onde estudou até ingressar no ensino superior.

Sua aproximação com a militância política aconteceu na época em que estava na universidade, início da década de 1960, cursando Sociologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro. Nesse momento, Ângela conta que começou a participar das assembleias estudantis e que ingressou na Ação Popular (AP), mesmo sabendo que essa escolha não seria apoiada por seus pais.

A AP, formada em 1963, foi um movimento constituído, em sua maioria, por militantes provenientes da Ação Católica Especializada, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC), e defendia uma revolução socialista para o Brasil inspirada na ideia de “socialismo humanista” defendida por alguns pensadores católicos. A presença de jucistas (militantes da JUC) era forte na PUC do Rio de Janeiro. Em 1961, os universitários ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) redigiram um manifesto que, junto a outras ações, foi o estopim para um amplo debate que culminou com o rompimento com a

---

<sup>305</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni e Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, e revisada por Maria Cristina Athayde.

<sup>306</sup> Refere-se a Carlos Porto Carneiro, tradutor de *Cyrano de Bergerac* e *L'aiglon*, ambos os textos de Edmond Rostand, entre outros.



hierarquia católica e a criação da AP. A organização não se restringiu aos meios universitários, estendendo suas atuações aos camponeses e operários, e até 1964 foi uma das organizações de esquerda mais atuantes no movimento estudantil.<sup>307</sup> De acordo com Ângela, suas atividades na AP, estavam vinculadas à formação de militantes com leituras e discussões de textos, até que em março de 1964 foram interrompidas pelo início da ditadura militar.

Após o golpe, Ângela recorda que ficou quinze dias na fazenda de um primo, afastada das atividades na universidade, e após esse período retornou, concluindo o curso em 1965. Ângela não se manteve distante das atividades políticas, e continuou a militar, mesmo sob a ditadura e com a desaprovação dos pais. Com o passar do tempo, conta que saiu do movimento estudantil para participar do movimento operário, realizando sempre o mesmo tipo de atividade: grupo de estudos e conscientização. Indagada sobre o motivo pelo qual teria sido presa em junho de 1968, responde:

(...) eles me prenderam porque eu tinha um posto de uma certa importância na organização (...) a gente fazia jornalzinho mimeografado para distribuir no meio operário, a gente fazia pichação, fazia agitação em porta de fábrica, e tudo isso eram coisas que não eram bem vistas na época.<sup>308</sup>

Observaremos ao longo da narrativa de Ângela que sua militância, tanto política quanto feminista, sempre esteve intrinsecamente ligada às atividades intelectuais que envolviam leituras e discussões em grupo, embora ela não narre especificamente quais eram os textos lidos na militância política. Essa característica também é comum à narrativa das argentinas, como vimos anteriormente.

Após dois meses de detenção, Ângela foi demitida do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e conseguiu outro emprego que, apesar de ter durado poucos meses, também a colocava em contato com

---

<sup>307</sup> Sobre a trajetória da AP, ver ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 99-102 e RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 213-282.

<sup>308</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

a bibliografia que estava circulando entre os intelectuais da esquerda naquele momento.

Saí da cadeia e arranjei um trabalho como secretária de um cara que era trotskista amigo de um amigo meu, e que tinha fundado uma empresa onde os intelectuais encomendavam livros. A gente fazia um catalogozinho e mandava para uma lista de pessoas toda semana, e então eles passavam a lista de encomendas e aí eu fazia a gerência (...).<sup>309</sup>

Em dezembro de 1968 entrou em vigor o AI-5, e pouco tempo depois Ângela e seu marido tornaram-se procurados pela polícia, por esta razão, entraram para a clandestinidade. Sobre essa época, Ângela conta que, assim como o marido, havia se desligado da AP, no entanto, sua militância continuou na elaboração de relatórios de tortura e angariando informações para denunciar no exterior. Nesse sentido, entrou em contato com intelectuais brasileiros(as) ligados(as) à Europa para que as informações fossem enviadas e divulgadas fora do Brasil.

Ainda nesse período, no Rio de Janeiro, seu trabalho – para além dos relatórios – continuou voltado à circulação de leituras:

A<sup>310</sup>: (...) eu trabalhava fora como tradutora. Não tem fixo, não tem que dar endereço, não tem nada. Eu trabalhava numa editora em boa companhia, a mesma que acolheu Luiz Carlos Prestes e tudo quanto é revolucionário na clandestinidade.

JMP: Que editora é essa?

A: A Bruguera, no Rio. Eu traduzia um livro por dia, para poder ganhar alguma coisa. Aqueles livrinhos...

JMP: Traduzia do francês para o português?

A: Do espanhol para o português, mas eu traduzia de qualquer coisa para qualquer coisa. Sempre fui boa em línguas. Nessa época eu já tinha traduzido em outras editoras do francês para o inglês (...).<sup>311</sup>

---

<sup>309</sup> Ibidem.

<sup>310</sup> Nos diálogos, utilizarei as seguintes abreviações: A para Ângela Xavier de Brito e JMP para Joana Maria Pedro.

<sup>311</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

Mesmo sem nomear os textos traduzidos, suponho que a atividade de tradução junto à editora Bruguera a colocou em intenso contato com a produção intelectual de outros países, ao mesmo tempo em que vivenciou uma atmosfera política tensa e repressora, formando-se leitora e escritora. Em relação à tradução dos textos nos grupos feministas – e diferente da situação colocada por Sara na Argentina –, percebemos que para Ângela, com o amparo de uma editora e o domínio de algumas línguas, a tradução não foi apresentada como um desafio a ser transposto, mas como uma possibilidade de trabalho remunerado.

A editora Bruguera tinha nessa época um escritório no Rio de Janeiro que servia à divulgação de suas publicações, sobretudo livros de bolso, destinados às leituras de evasão.<sup>312</sup> Entre os autores (as) publicados durante a década de 1960 estão: Alexandre Dumas, Daniel Defoe, Lewis Carroll, Mark Twain, Fiodor Dostoyevski, Sthendal, Corin Tellado, entre outros (as).

Ao final da década de 1960, após um grave problema de saúde, Costa e Silva deixou o poder e, em seu lugar, assumiu, em 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, inaugurando um período de euforia econômica aliado a uma forte ação repressiva e violenta direcionada a todos(as) aqueles(as) que fossem considerados opositores do regime militar.<sup>313</sup> Nesse mesmo ano, Ângela foi presa novamente, ficou um ano e meio reclusa na Vila Militar do Rio de Janeiro, sendo quatro meses em uma cela solitária: “(...) os caras tinham uns oficiais interessantes, me passaram uma lanterna e uns livros”.<sup>314</sup> De acordo com Alberto Manguel, nessas circunstâncias, “os leitores não podem deixar de ser

---

<sup>312</sup> A editora foi criada, inicialmente, como o Editorial El Gato Negro, em 1910 por Juan Bruguera, e transformada em Editora Bruguera em 1936/37 por seus filhos. Especializou-se em edições populares, revistas infantis e folhetins. Cf. CUNHA, Maria Teresa Santos; GLIK, Mônica Sol. Leituras para não lembrar de (outras) guerras: a circulação das novelas sentimentais de Corin Tellado (1965-1975). Anais Eletrônico do *Muitas faces de uma guerra*: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de nacionalização no Sul do Brasil. 09 a 11 de maio de 2005. Centro de Ciências da Educação FAED/UDESC. Fpolis, SC. Disponível em:

<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/>. Acesso em 01 mar. 2010.

<sup>313</sup> Cf. DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 23-27.

<sup>314</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

subversivos”<sup>315</sup>, uma vez que os regimes totalitários exigem uma alienação da população no que concerne a politização da cultura e da vida intelectual. Ou seja, os (as) leitores (as) buscam burlar os mecanismos que os censuram e efetuar as leituras então proibidas.

Ao apresentar fraturas e desvios nas condutas censoras, Ângela nos mostra que os mecanismos de censura não são totalmente eficazes, dando espaço para a subversão da leitora. A leitura, por vezes proibida, consentida, ou clandestina – tanto na narrativa de Alejandra Ciriza como na fala de Ângela Xavier Brito – tornou-se um mecanismo de entretenimento e resistência nas adversidades e nos casos de isolamento.

A: (...) depois de um certo tempo eles (os oficiais) levaram uma luz para a cela. Não fiquei os 4 meses na escuridão completa. Começaram a me levar uma lanterninha. Eu lia de noite, botava embaixo do colchão e lembro até hoje, eu li *O jogo das contas de vidro*, do Hermann Hesse.<sup>316</sup>

JMP: E eles te levavam livros?

A: Tinha um cara lá que me passava livros clandestinamente.<sup>317</sup>

Ao ser posta em liberdade, em 1971, Ângela conta que foi para a casa dos pais do marido na Paraíba, em João Pessoa, e que ficou proibida de sair do Brasil, pois estava respondendo a um processo aberto pelo regime militar. Contudo, algum tempo depois, refugiou-se na Argentina e, posteriormente no Chile, antes do golpe ao governo de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973.

Na narrativa de Ângela, o Chile aparece como o país onde seus primeiros contatos com os movimentos organizados por mulheres foram realizados. De acordo com Ângela, Zuleika Alambert<sup>318</sup> a convidou para que participasse de um grupo de mulheres brasileiras que estavam se organizando para discutir temas como o serviço doméstico, dupla jornada de trabalho, além dos fundamentos teóricos da opressão das

---

<sup>315</sup> MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 35.

<sup>316</sup> Hermann Hesse (1877-1962) escritor alemão, prêmio Nobel de Literatura em 1946, e autor do romance utópico *O jogo das contas de vidro* (1943), entre outros.

<sup>317</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>318</sup> Zuleika Alambert, militante marxista brasileira que refletiu sobre as questões feministas e as publicou em *Feminismo: o ponto de vista marxista* (1986).

mulheres, etc. Esse grupo era o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior.

Bebel<sup>319</sup>, não. Engels. Basicamente Engels. Inclusive a Zuleika, me lembro disso, ela dizendo que o único artigo teórico que ela tinha lido sobre a opressão feminina era o do Engels. Mas era um texto que pouca gente tinha lido (...), mas esse grupo de 72, 73, se reunia no Chile muito irregularmente, não era uma coisa muito regular.<sup>320</sup>

Assim como na memória de Alejandra Ciriza sobre esse período, a leitura de Engels aparece na fala de Ângela como um teórico que – para além da análise sobre a formação da sociedade a partir do materialismo histórico – inspirou-as à reflexão sobre a “condição das mulheres”.<sup>321</sup> Essa leitura reunia a dupla reflexão e militância, questão presente no testemunho de Sara e Mirta, o que na prática muitas passariam a vivenciar entre os movimentos de esquerda e os feminismos. Posteriormente, a análise empreendida por Engels recebeu críticas por ser considerada uma reflexão limitada apenas aos fatores econômicos.<sup>322</sup>

Ângela relata que o grupo formado no Chile funcionava como um “grupo de estudos”, com mulheres que desejavam se mobilizar politicamente nas questões relativas às mulheres, mas que ainda não se identificavam como feministas.

JMP: Ou seja, era como se vocês fizessem uma discussão política, com a única diferença de que eram somente mulheres? Ou tinha homem junto?

A: Não, só mulher. Só mulher... eu tenho impressão que era uma coisa, digamos, para mobilizar as mulheres.

---

<sup>319</sup> Refere-se a August Bebel (1840-1913), autor do livro *A Mulher e o Socialismo* (1885).

<sup>320</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>321</sup> Cf. BORGES, Joana Vieira. *Op. cit.*

<sup>322</sup> Em *O segundo sexo* (1949), por exemplo, Simone de Beauvoir critica o materialismo histórico por não fornecer soluções a problemas que vão além dos fatores puramente econômicos, como, por exemplo, a constatação de que a divisão do trabalho confina a mulher nos afazeres domésticos enquanto o direito a propriedade é repassado de pai para filho. *Ibidem*.

JMP: Pra lutar pelo partido?

A: Pra fazer política. Pelo partido não, não necessariamente, porque havia gente de tudo quanto era tipo. Mas pelo fato de haver gente de tudo quanto era tipo, isso denota uma necessidade. Já estava todo mundo querendo (...) esse negócio de mulher já estava mexendo com a gente. Não era 75 ainda<sup>323</sup>, você vê, mas já havia uma necessidade.<sup>324</sup>

Além deste grupo formado por Zuleika Alambert, Ângela fez parte ainda de um “grupo de conscientização” organizado por uma brasileira que tinha vindo dos Estados Unidos e que havia conhecido o feminismo norte-americano. De acordo com o que narra, era um grupo bastante heterogêneo, formado por latino-americanas, algumas delas trabalhavam na Quimantú, editora do Estado na época do governo de Allende, e que foi destruída por Augusto Pinochet durante o regime militar.<sup>325</sup>

Podemos observar novamente, por intermédio das memórias de Ângela, uma relação constante com as esferas da produção e circulação de conhecimento que se deu através de sua atividade como tradutora e das relações de amizade que manteve com pessoas ligadas às editoras. Além disso, “o livro como a maldição das ditaduras”<sup>326</sup>, e a percepção da leitura como uma ameaça aos regimes militares que precisava ser combatida, apareceu em diferentes momentos de sua memória, assim como nas memórias de Mirta sobre a destruição de livros, jornais e editoras. Presa pela ditadura chilena em 1973, Ângela narrou a queima de seus livros pelos agentes da repressão:

(...) no dia seguinte foi a coisa mais dolorosa. Fomos obrigados a levar todos os nossos livros. Eu tinha acabado de ganhar uma biblioteca de sociologia em inglês de um amigo meu, e vi aquilo tudo queimar. Eles fizeram uma fogueira, e o único livro que eu consegui salvar foi um exemplar da Cecília Meirelles que era uma edição

<sup>323</sup> Ângela se refere ao Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU.

<sup>324</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>325</sup> Cf. BAEZ, Fernando. *História Universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Trad. Leo Schlafman Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 283-284.

<sup>326</sup> MANGUEL, Alberto. *Op. cit.*, p. 315.

Aguilar da Cecília Meirelles. Falei “esse ninguém queima!” e consegui arrancar. Quase que me bati com um cara lá. Acabei ficando com ele o tempo inteiro.<sup>327</sup>

Após a prisão o período no Chile durou pouco. Um comitê internacional da ONU conseguiu um avião para retirar os estrangeiros do Chile e levá-los à França. Ângela acrescenta que ela e aproximadamente cinquenta pessoas chegaram a Paris e foram levados para uma espécie de “albergue”. Por conta da fluência na língua francesa, conseguiu emprego em dezembro de 1973, ou seja, apenas um mês após sua chegada.

Depois de seis meses na França, Ângela conta que se separou do primeiro marido, e se distanciou da colônia de brasileiros(as), preferindo a companhia dos amigos(as) de outras nacionalidades. A retomada do contato com os(as) brasileiros(as) ocorreu no ano de 1975, quando conheceu seu segundo marido. De acordo com ela, foi a partir desse retorno que soube da existência do Círculo de Mulheres em Paris<sup>328</sup> e passou a participar uma vez por semana de um “grupo de consciência”, que era uma estrutura menor do Círculo. Percebemos, em comparação com as falas das feministas argentinas, o quanto os “grupos de consciência” estavam sendo empregados e difundidos pelos feminismos do Brasil e da Argentina.

Ângela conta que se entusiasmou bastante com as discussões e com o que lia em casa após os encontros do grupo. Contudo, relata, havia “certa rivalidade entre as mulheres”, e que em uma ocasião uma das participantes reclamou de sua animosidade alegando que ela monopolizava o debate. Questionada sobre as leituras desse momento no Círculo, respondeu:

Eu lia aquela literatura da época, Juliet Mitchell, que **era obrigado**. Adrienne Rich (...) aquele livro que era um **clássico** da literatura feminina, *A História do Feminismo Francês*, Andrée Michel<sup>329</sup>, que estava começando os estudos sobre

<sup>327</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>328</sup> Formado por feministas de esquerda e mulheres autônomas que haviam se exilado na França após a instalação da ditadura militar no Brasil Cf. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira. *Estudos Feministas*, v. 11, n.1, p. 234-241, 2003.

<sup>329</sup> Andrée Michel é socióloga e militante feminista, autora de *O Feminismo*:

as mulheres (...). Christine Delphy<sup>330</sup>, *O inimigo principal* e outros (...). Tinha uma grande biblioteca feminista da qual eu me desfiz há pouco tempo. Eu dei para a Bibliothéque Marguerite Durand<sup>331</sup> (...). Eles estão com todos os meus documentos do Círculo; dei tudo para eles (...). Tinha uma coleção enorme daquela revista feminista americana *Signs*.<sup>332</sup> Eu tinha assinatura da *Signs*.<sup>333</sup>

Assim como na fala de Sara, ao recordar Simone de Beauvoir, o emprego da palavra “obviamente” nos ilustra um dos significados possíveis atribuídos à leitura dos textos da autora francesa pela entrevistada. Semelhante situação ocorreu no testemunho de Ângela. Embora não reflita detidamente sobre os sentidos das leituras, é a qualificação do “obrigado” ao texto de Juliet Mitchell e de uma leitura “clássica” ao texto de Adrienne Rich<sup>334</sup> que iremos nos ater para pensar os sentidos que estão sendo atribuídos.

Quando Ângela se refere à “leitura obrigatória” e ao que considera um “clássico”, ela está selecionando autoras e textos que, para ela, são os referenciais básicos para a compreensão das ideias feministas daquele momento, ou seja, validando determinadas leituras como capitais para o entendimento do feminismo. Ângela delineia o que para ela não poderia deixar de ser lido nesse período, embora a leitura de algumas das autoras citadas não apareça com frequência na fala de

---

uma abordagem histórica, publicado no Brasil em 1982, pela Editora Zahar, São Paulo.

<sup>330</sup> Christine Delphy é socióloga e feminista francesa contemporânea, autora de *L'ennemi principal* (1970), onde articulou marxismo e feminismo na crítica ao patriarcado. Participou em 1968 de um dos grupos formadores do Mouvement de Libération des Femmes (MLF), na França.

<sup>331</sup> Bibliothéque Marguerite Durand, em Paris, especializada em documentação sobre mulheres e feminismo.

<sup>332</sup> *Signs: A Journal of Women in Culture and Society* foi criada em 1975 e publicada pela Chicago University Press. Cf. NAVARRO, Marysa. Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 12, n. Especial, p. 59-62, 2004.

<sup>333</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*. [Grifos meus].

<sup>334</sup> Adrienne Cecile Rich (1929) é uma escritora feminista, poeta e professora norte-americana, autora de *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* (1976).



outras entrevistadas, como é o caso da referência à Adrienne Rich. Livros que, junto a outros, possivelmente não tão emblemáticos em sua opinião, foram adquiridos ao longo de sua trajetória para formar sua “grande biblioteca feminista”.

A: (...) John Stuart Mill<sup>335</sup> sobre o feminismo eu li quando eu tinha 12 anos.

JMP: Mas isso não te balançou?

A: *O segundo sexo* me impressionou muito.

JMP: Tu leste *O segundo sexo* quando?

A: Li *O segundo sexo* quando eu (...) estava no segundo ou terceiro clássico, devia ter 18 para 19 anos. **Eu li *O segundo sexo* inteiro.**

JMP: Isso te impressionou?

A: Muito, muito. Eu achei fantástico o que a Simone de Beauvoir tinha coragem de dizer. Eu sempre li muito (...) tudo o que me passava na mão eu li. Então eu devo ter lido outras coisas que podia ter influência feminista... o que mais eu posso lembrar. (...). Eu não sei quando começou, eu sei que sou feminista até hoje. Eu me considero feminista, não sei propriamente quando começou isso.<sup>336</sup>

Mesmo a leitura não sendo o cerne central da entrevista com Ângela, no momento em que é questionada sobre quando teria ocorrido sua identificação com o feminismo, a entrevistada recorre a um repertório de textos em sua memória, procurando um momento de identificação em suas leituras da juventude. Ou seja, a leitura é eleita por Ângela como fator relevante em sua identificação, como algo que mereça ser destacado na narrativa de sua trajetória.

*O segundo sexo*, lido na juventude – assim como na fala de Sara Torres –, é apresentado como um texto impactante, sobre a qual Ângela faz questão de frisar que leu “inteiro”. Ao fazer referência à leitura total do livro, Ângela quis mostrar que o texto a envolveu de tal modo que a fez terminá-lo integralmente, superando a complexidade das teses levantadas por Beauvoir – relatada como um entrave por outras

---

<sup>335</sup> John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês, autor de *A sujeição das mulheres* (1869), entre outros.

<sup>336</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

entrevistadas<sup>337</sup> -, supostamente negando que o entendimento tivesse se dado apenas pelo conteúdo da “orelha” do livro ou de suas primeiras páginas. Além disso, ressalta que o impacto da leitura estaria marcado pela admiração à “coragem” da autora francesa: “Eu achei fantástico o que a Simone de Beauvoir tinha coragem de dizer”.

Enquanto Ângela, quando questionada sobre sua identificação com o feminismo, relata leituras que teriam feito parte desse processo, Ana Regina Gomes dos Reis<sup>338</sup>, nascida em São Paulo em 1947, e atualmente colaboradora do Ser Mulher - Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural, considera-se feminista desde a infância, e lembra quando a mãe a mandava arrumar a cama dos irmãos: “(...) eu me recusava porque achava que eles tinham que arrumar a cama deles. Não é porque eu era mulher... E ela dizia, ‘Mas você é mulher, você é menina’, e eu dizia, ‘Não, eles que têm que arrumar’, e eu não arrumava não. Depois eu li muito Simone de Beauvoir”.<sup>339</sup> Ou seja, no processo de identificação a sua experiência advém da infância, mas a instrumentalização teórica para aquilo que viveu e sentiu ocorreu posteriormente, entre os 14 e 15 anos, com a leitura de textos beauvoirianos.

JMP: Como é que foi parar Simone de Beauvoir na tua mão?

AR<sup>340</sup>: Eu não sei como é que foi parar. Eu lia Sartre também, eu era existencialista, via isso nas revistas. Eu estudava na Aliança Francesa, talvez tenha referências daí também. Não sei como é que foi. (...). E eu lia muito – eu sempre li muito –, estudei num colégio muito bom, tive uma educação burguesa sem ser burguesa. Eu curti Sartre e Simone como personagens, achava

---

<sup>337</sup> Suely Gomes da Costa, Maria Ignez Paulilo e Alda Britto da Motta, por exemplo, caracterizam suas leituras de *O segundo sexo* como “muito cerebral”, “intelectual demais”, e “psicanalítica demais”. Cf. BORGES, Joana Vieira. *Op. cit.*

<sup>338</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni, revisada por Maria Cristina Athayde, e corrigida pela entrevistada. Disponível em: [http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=53&func=startdown&id=180](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=startdown&id=180). Acesso em 20 out. 2011.

<sup>339</sup> *Ibidem.*

<sup>340</sup> Nos diálogos, utilizarei a seguinte abreviação: AR para Ana Regina Gomes dos Reis.

interessante um casal, que não era casado, não tinha filhos, e eram dois intelectuais, dois ativistas políticos<sup>341</sup>. Li a literatura da Simone de Beauvoir, mas é curioso, eu não li *O segundo sexo*, porque eu tinha muito medo de ser homossexual. E eu achava que *O segundo sexo* era sobre a homossexualidade, então não queria que ninguém me visse com aquele livro na mão porque ia achar que eu era homossexual [risos]. Eu li quase tudo dela, naquela época, mas *O segundo sexo* não. A influência francesa na nossa cultura foi muito forte para mim. Na década de 70, depois que eu me formei, passei um ano e meio na França.<sup>342</sup>

Diferente da fala da Sara, que “despertou” para o feminismo com a leitura de *O segundo sexo*, e semelhante à narrativa de Mirta e Ângela, que destacam a importância da figura da autora para o movimento, Ana – após ser induzida pela entrevistadora a falar sobre Beauvoir – atenta ainda para outro significado: a associação do livro com a homossexualidade. Ela narra que, em um primeiro momento, seu entendimento a respeito de *O segundo sexo* se deu por meio de uma analogia estereotipada que, provavelmente, foi formada por intermédio de outros suportes como, por exemplo, notícias em periódicos e na televisão, grupos de estudos, conversas informais, entre outros. É possível que a associação tenha se realizado pelo estereótipo da feminista como lésbica, daí seu medo em ser definida pelo livro que carregava; ser determinada pelo que acreditava ser a única compreensão possível para o texto em questão.

De acordo com Alberto Manguel, tratando da noção de que alguns livros são postos como destinados a certos grupos: “Aventurar-se numa literatura que a sociedade, num gesto de condescendência, põe de lado para um grupo ‘menos privilegiado’ ou ‘menos aceito’ é arriscar-se a ser infectado por associação (...)”<sup>343</sup>. No exemplo apresentado pelo

---

<sup>341</sup> Cristiane Costa, jornalista e escritora, acredita que muito do “potencial explosivo” de *O segundo sexo* não está no texto, mas na “mística” que se construiu em volta de sua autora e de sua relação com o filósofo Jean-Paul Sartre. Cf. COSTA, Cristiane. A tradição beaivorista. *Veredas*, v. 4, n. 39, p. 23, mar. 1999.

<sup>342</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>343</sup> MANGUEL, Alberto. *Op. cit.* p. 258.

autor, ao narrar sobre sua infância em Buenos Aires, se um menino fosse visto na posse de um dos livros das “séries de capa cor-de-rosa”, destinados a meninas, seria rotulado como “efeminado”.

O que a narrativa de Ana nos mostra é um exemplo de uma situação onde os livros, com as interpretações sociais que recebem, tendem a cristalizar definições aos seus leitores e leitoras. Entretanto, devemos sempre atentar ao fato de que essas demarcações também são plurais e fluídas, mudando de sentido de pessoa a pessoa e de acordo com o contexto em que estão inseridas.

Questionada sobre o seu momento de identificação como feminista, Ana responde:

AR: Aí é que tá, foi uma influência não estruturada da literatura, que talvez seja mais rica que a dos tratados de sociologia. Então eu já tinha bebido a Simone de Beauvoir, mas eu acho o seguinte: a gente aprende mesmo com o exemplo. Ela podia ter escrito tudo aquilo e ter feito botox depois...

JMP: As pessoas mudam através do tempo.

AR: Os tempos mudam, as pessoas também. Eu acho que eu sou feminista por causa da Simone de Beauvoir, por causa do exemplo dela, como era a Simone de Beauvoir como mulher. E minha mãe também que, sem teoria, era uma mulher que não dependia de homem, minha avó, que dizia pra mim desde pequena pra eu nunca me casar, que era a favor do amor livre.

Simone de Beauvoir é marcada na fala de Ana como uma autora, ou seja, para além de seus escritos, como um “exemplo” de mulher, sobretudo por ter permanecido fiel aos seus princípios. Por outro lado, na fala de outras feministas entrevistadas, a autora francesa é criticada justamente por esse mesmo motivo e, principalmente, em razão de seu relacionamento com Jean-Paul Sartre. Vimos que Mirta a considera “muito sartreana”, ou seja, muito influenciada por Sartre. Danda Prado, feminista brasileira, por exemplo, critica a extrema “dedicação de esposa” de Simone em relação ao companheiro, o que para ela entra em contradição com o que havia escrito<sup>344</sup>. Em ambas as concepções sobre

---

<sup>344</sup> PRADO, Yolanda Serquim da Silva. São Paulo, SP: 05 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Joana Vieira Borges. Acervo

Simone de Beauvoir, o que se delinea por meio da recorrente menção à sua personalidade é a construção de um “mito” para os movimentos feministas. Adorada ou criticada, na maior parte das vezes é atribuída à sua figura a ideia de modelo ou símbolo dos feminismos e, conseqüentemente, o *status* de “clássico” a *O segundo sexo*.

Outra questão a destacar em sua fala é quando diz: “Então eu já tinha bebido a Simone de Beauvoir”.<sup>345</sup> É recorrente ouvirmos expressões como “devorar livros” e “saborear leituras” e, nesse sentido, Ana também nos fornece uma metáfora para exprimir o sentido da leitura dos textos de Beauvoir para si.<sup>346</sup> Ao utilizar o verbo “beber” para significar o “ato de ler”, tenha talvez pretendido mostrar que de alguma forma já tinha incorporado – como em um processo de ingestão – os escritos de Simone de Beauvoir antes de identificar-se como feminista.

A exemplo de Alejandra Ciriza, Ana também busca referências nas mulheres da família para lembrar o momento de sua identificação com o feminismo. A mãe, invocada no início de sua fala lhe mandando arrumar a cama dos irmãos, em uma atitude considerada sexista, retorna em sua fala como uma mulher independente que se tornou viúva aos quarenta anos e, portanto, uma influencia em seu “tornar-se feminista”. Assim como a avó que, de acordo com o que afirma, teria tido a influência dos anarquistas do começo do século XX para se referir ao “amor livre”:

AR: Por que é que nós somos feministas? Por causa das nossas avós, de uma maneira ou outra, porque a geração das nossas mães também já foi uma geração de transição, da guerra. A minha geração se forjou numa contraposição com pai e mãe, hoje em dia o pessoal não sai de casa. Tudo o que eu queria era sair de casa. Na ditadura, a gente teve essa escola muito forte, de se contrapor, de ser contra, nada como uma bota...

JMP: Nada como um inimigo único.

---

LEGH/UFSC.

<sup>345</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>346</sup> Alberto Manguel, escritor, tradutor e editor argentino discute como as metáforas - tanto as “gastronômicas” como as que se referem às funções corporais essenciais - são utilizadas pelos leitores como forma de exprimirem a compreensão de suas leituras. Cf. MANGUEL, Alberto. *Op. cit.*, p. 191-201.

AR: É, e uma bota e uma metralhadora, porque quando voltava pra casa podia topar com uma barreira, metiam uma metralhadora no teu nariz e revistavam o carro. Então você tinha muito claro o que era a opressão.<sup>347</sup>

Nesse ponto, quero recuar um pouco a narrativa de Ana para refletir sobre seu lugar nesse contexto brasileiro de ditadura militar. Durante o regime militar Ana esteve ligada a grupos de contracultura, e definiu sua geração com a “geração de 68”. As repercussões dos movimentos de contracultura começaram a emergir no Brasil no final dos anos 1960, e ao longo dos anos 1970 foram se tornando cada vez mais evidentes nos meios artísticos, como no cinema novo, no tropicalismo, na produção de Hélio Oiticica, entre outras manifestações.<sup>348</sup>

De acordo com Ana, “desde a faculdade eu já era da turma do “desbunde”<sup>349</sup>, o pessoal que atuava mais na área cultural, na revolução dos costumes”. No momento em que ingressou na faculdade de medicina – na Escola Paulista de Medicina no final da década de 1960<sup>350</sup> –, fez parte do Centro Acadêmico como diretora do departamento cultural, e narra que uma das coisas que fez foi formar um coral e levar “o pessoal” para ver *O rei da vela*<sup>351</sup>.

É. Houve toda uma passagem das gerações que tinham sofrido o golpe de 64, que sofreram os inquéritos policiais-militares na faculdade,

---

<sup>347</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>348</sup> Ver, a esse respeito, RISÉRIO, Antonio. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: (Vários autores). *Anos 70 – trajetórias*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2005.

<sup>349</sup> “Desbunde” aqui compreendido como um termo utilizado na época para designar aqueles(as) que romperam ou não aderiram com a militância política como forma de subversão dos modelos sociais vigentes, sendo acusados(as) de abandonar o compromisso revolucionário. Cf. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem - CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 89-96.

<sup>350</sup> Atualmente, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

<sup>351</sup> Peça teatral escrita por Oswald Andrade em 1933, publicada em 1937, e encenada em 1967, com direção de José Celso Martinez Corrêa no Teatro Oficina, em São Paulo. Cf. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 162-163; 207 e 275.

contavam aquilo pra gente, então, eu sempre dou esse crédito pra eles também, tivemos uma passagem de geração muito importante aí. E eu acho que a nossa geração não fez essa mesma passagem pras gerações que vieram, ficou uma coisa muito mitificada da geração 68, que o pessoal acha que todo mundo era revolucionário ou “desbundado”, não era todo mundo assim. Bom, no Centro Acadêmico, eu já não gostava muito daqueles que saiam da reunião pra combinar as coisas entre eles, fazer os “conchavos”, eu comecei a achar muito chato isso. Eu sempre tive uma alma anarquista, então não serviu pra mim. E aí tinha outros assim, juntou-se um grupinho lá, o pessoal não sabia como classificar a gente e começaram a chamar a gente de tropicalistas, foi a época do tropicalismo (...).<sup>352</sup>

Seus interesses se dirigiram gradualmente para o teatro e para a música, ao participar da montagem de peças e de festivais, e pelo contato permanente com um círculo de pessoas voltadas para expressões artísticas que hoje são reconhecidas no cenário brasileiro. Ana atenta para um período conhecido, sobretudo, pelo recrudescimento do aparato repressivo em relação à censura. No entanto, para Carlos Fico, não foi no governo de Médici que houve maior censura às peças teatrais e a filmes, mas, especificamente, em 1978 e 1980. O autor afirma ainda que após a decretação do AI-5, os técnicos da Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), acostumados a exercer a censura aos conteúdos “morais”, tiveram dificuldade em praticar a censura política<sup>353</sup>.

AR: Eu tenho a impressão que no Brasil, esse foi o primeiro grupo a fazer performances. Era uma coisa muito cerebral, mais solta. O nosso diretor, o Paulino Tarraf, que era mais velho que a gente,

---

<sup>352</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>353</sup> Cf. FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 269-271.

já estava no quinto ano, era um intelectual, um cara que lia Lacan. Naquela época ninguém ali sabia quem era Lacan, e ele falava em estruturalismo. Aí a gente foi fazer programas na televisão. O Fernando Faro, que organizava esse festival, é um intelectual na televisão (...) Ele simplesmente deu as músicas que a gente ia apresentar no festival pro Rogério Duprat fazer os arranjos, o maestro que fez os arranjos da Tropicália, e eles adoraram, daí a gente se “enturmou” com o Décio Pignatari, que fazia poesia concreta. O Faro fez um programa depois do festival que se chamava Feira Permanente da Música Popular Brasileira, e todo mês a gente se apresentava, tinha no júri um pessoal que caceteava, fazia um escândalo, “onde já se viu, eles vão ser médicos, olha o que eles fazem”, mas a gente sempre se classificava, nunca ganhava, evidente. Uma vez fomos para uma final, o vencedor foi um rapaz finíssimo do Rio que apresentou um samba dele lindo que dizia: “foi um rio que passou em minha vida”... Isso rolou em pleno governo Médici, a gente na televisão, fazendo coisas como uma orquestra de eletrodomésticos, por exemplo, ou usando coleiras com pregos, como fazem os punks hoje. Foi muito libertador. Enfim, era esse tipo de atuação que essa turma que está agora no poder chamava de “desbunde” (...). É, porque naquela época, quem não falava o tempo todo em de luta de classes... JMP: Era “desbundado”. Não era direita, era “desbunde”.

AR: Não, não éramos de direita, éramos da contracultura, anarquistas... a direita também detestava o que a gente fazia na televisão.<sup>354</sup>

A partir da fala de Ana surge uma questão a respeito da circulação de leituras no período. A lembrança de Paulino como “um intelectual, um cara que lia Lacan” quando “ninguém” na época conhecia o autor, evidencia não só as referências bibliográficas que começavam a circular nos meios acadêmicos da época, como demonstra

---

<sup>354</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.



a questão tratada anteriormente, da leitura definindo seus leitores(as), afinal, Paulino é lembrado e caracterizado por suas leituras como “um intelectual”.

Ana conta que apesar de ser “considerada meio louca”, era “muito certinha, muito rígida”, e que estas seriam marcas da educação recebida em um colégio protestante: “Era só fama, por causa das posturas políticas”. Destaca que seu “desbunde” teria ocorrido em sua viagem a Paris, já formada em Medicina em 1973. Diz que nesse momento resolveu se “autoexilar” durante um ano e meio:

Eu não aguentava mais a ditadura, tinha passado a juventude inteira sob a ditadura, e quando eu me formei tirei um ano sabático por conta própria e fui pra Paris. Eu convivi, então, com exilados políticos que foram pra lá, e de novo, o feminismo passou, sem me pegar, tinha altos debates, cursos.<sup>355</sup>

Nesse período Ângela também estava exilada em Paris, e narrou o contato com o Círculo de Mulheres e, especialmente, com leituras como Juliet Mitchell, Andrée Michel, Adrienne Rich e Christine Delphy. Enquanto Ana, mesmo reconhecendo a existência da discussão do feminismo em Paris e relatando o contato com outros(as) exilados(as), narra que não estabeleceu vínculos com o feminismo, nem com leituras. Ou seja, percebemos que apesar das trajetórias entre ambas se “cruzarem”, fazendo parte de uma mesma geração, os momentos e as experiências são narrados de maneiras diferentes de acordo com o que as entrevistadas tomam como relevantes em suas formações.

A aproximação de Ana com as questões feministas se deu apenas no retorno ao Brasil, quando relata, primeiramente, o seu trabalho com mulheres populares em Ubatuba, São Paulo, ajudando a implantar uma rede de agentes de saúde. Posteriormente, no início da redemocratização do país, participou da equipe do recém-formado Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983. Em seu relato, sua inserção no movimento feminista ocorreu enquanto fazia parte do PAISM, no diálogo com as outras mulheres da equipe que já tinham “uma reflexão feminista, mas que não participavam de grupos formalmente”. A articulação do trabalho com as mulheres e com a

---

<sup>355</sup> Ibidem.

reflexão feminista ocorreu apenas depois. Conta que ao ingressar no programa teve:

AR: (...) a intuição de que o que ia acontecer ia ser muito animado, envolveria feministas, senti que seria um momento muito rico. Já apareciam mais as feministas. Acho que a essas alturas eu já estava me chamando de feminista. Isso foi em 83. Aí eu acho que já tinha lido, eu falei até isso pra Rosiska uma vez, ela ficou bem contente, acho que o primeiro livrinho de feminismo mesmo foi um livro da Rosiska.

JMP: *Elogio da diferença.*

AR: Não, é muito anterior a ele. É um livrinho que eu não sei como é que chama, eu me lembro que a capa era uma metade de uma laranja. Era uma coisa bem introdutória é o tipo de coisa que você lê pra conferir que aquilo que você pensa é importante, e se sente autorizada no que pensa, porque vê escrito. É a nossa veneração pela palavra impressa...

JMP: Não é *Mulheres em movimento?*

AR: Não lembro.<sup>356</sup>

As leituras começam a aparecer em sua fala espontaneamente, e a primeira que emerge – a partir da lembrança da capa e não propriamente do título –, faz referência a *Vivendo e Aprendendo*<sup>357</sup>, escrito por Paulo Freire, Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira, e publicado pela editora Brasiliense em 1980. Nesse livro, Rosiska Darcy de Oliveira<sup>358</sup> tem um artigo intitulado “As Mulheres em Movimento –

<sup>356</sup> Ibidem.

<sup>357</sup> FREIRE, Paulo (et al.). *Vivendo e Aprendendo: experiência do IDAC em educação popular*. 2ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

<sup>358</sup> Rosiska Darcy de Oliveira é professora universitária, advogada, jornalista e escritora. Foi acusada de denunciar torturas contras presos políticos durante o regime militar, e por essa razão permaneceu exilada por 15 anos na Suíça (1969-1984), onde realizou seu doutorado e lecionou na Universidade de Genebra. Neste momento, começou a participar do movimento internacional de mulheres e conheceu Paulo Freire, ajudando-o a fundar o IDAC – Instituto de Ação Cultural. Ver, a esse respeito, Entrevista com Rosiska Darcy de Oliveira, Presidenta do Centro de Liderança da Mulher. Disponível em: [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/.../entrevistas/Entrevista\\_Rosiska\\_Darcy\\_de\\_Oliveira.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/.../entrevistas/Entrevista_Rosiska_Darcy_de_Oliveira.pdf). Acesso em: 25 mai. 2010.

ler a própria vida, escrever a própria história”, com a colaboração de Babette Harper, título referenciado pela entrevistadora e do qual Ana afirma não recordar, pois sua lembrança é marcada pela capa do livro. No texto em questão, a autora relata sua experiência com grupos de conscientização de mulheres em Genebra, como uma “experiência educativa” do movimento feminista e, nesse sentido, busca refletir sobre o lugar ocupado pelas mulheres nas esferas da cultura, da educação e do trabalho na sociedade, amparada por algumas discussões feministas da época.<sup>359</sup>

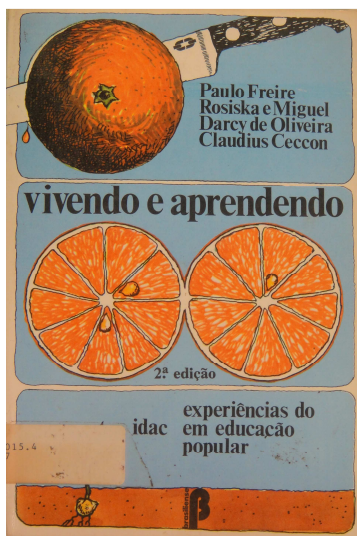


Figura 01 – *Vivendo e Aprendendo*.  
2ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense,  
1980[Capa]. Acervo da Biblioteca  
Setorial CED/UFSC.

De acordo com a historiadora Maria Teresa Santos Cunha, a lembrança das capas é um dos elementos da “cerimônia do ato de ler” que se estabelece entre o contato físico da leitora com a apresentação externa da materialidade do texto.<sup>360</sup> A capa de fundo azul claro

<sup>359</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy. As mulheres em movimento: ler a própria vida, escrever a própria história. In: FREIRE, Paulo (et al.). *Op. cit.*, p. 46

<sup>360</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. *Op. cit.*

contrastando com a cor alaranjada da fruta, marcante na lembrança de Ana, narra uma ação dividida em três retângulos horizontais. No primeiro, é apresentada a figura de uma laranja sendo cortada por uma faca com o nome dos autores alinhados a direita. No segundo quadro, as duas partes da laranja evidenciam as sementes com o título do livro destacado em negrito acima da figura. Por último, a germinação de um pé de laranja em um terreno baldio acompanhado do subtítulo, sugerindo a ideia de algo novo que brota em um meio árido, até então não semeado. O livro se propõe a refletir sobre alguns projetos vivenciados na trajetória de dez anos do Instituto de Ação Cultural (IDAC), contando a experiência que os autores tiveram durante a criação do Instituto durante o exílio em Genebra. O objetivo é pensar as “experiências educativas”, e a justificativa remete à capa: “(...) parecesmos mais importante *cultivar* um espírito e um método de experimentação do que comunicar verticalmente conhecimentos empacotados”.<sup>361</sup> Para Ana, o texto de Rosiska nesse livro teve um caráter “introdutório” e, de acordo com sua análise hoje, é um texto que ajuda a “autorizar” a leitora em relação ao tema, ou seja, que legitima sua reflexão.

Na sequência, Ana apenas cita *Esposa, a mais antiga profissão*, de Danda Prado, sem apresentar detalhes sobre suas leituras, e justifica a falta de referência dizendo que nunca leu muito de teoria feminista, pois para ela “as reflexões vinham da prática”.

Depois eu li o livro da Danda, aquele *Esposa, a Mais Antiga Profissão*. Foi isso. Eu nunca li muita teoria feminista, não. Agora, fazendo o mestrado do NEIM [2005-2008] é que mergulhei mesmo na produção teórica, mas nunca senti falta de teoria pra ser militante. As reflexões vinham da prática. Na minha área escrevi textos sobre saúde, sobre controle de natalidade, textos de reflexão, textos militantes, muitos panfletos. Eu gosto muito de panfleto, é um tipo de texto que me atrai muito, pela síntese, pela paixão, pela liberdade de expressão.<sup>362</sup>

---

<sup>361</sup> Grifos meus. FREIRE, Paulo [et al.]. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>362</sup> REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. *Entrevista Citada*.

Observamos nesta entrevista que, apesar de não ter sido questionada pela pesquisadora sobre suas leituras (e até mesmo negando-as como necessárias à sua militância), Ana as associa de maneira espontânea ao seu momento de identificação como feminista. Identificação que para ela depois desse momento, solidificou-se ainda mais, sempre em relação com a questão da saúde das mulheres: “Quanto às minhas convicções políticas, o feminismo foi, na verdade, a única ‘camisa que vesti de coração. Já faz mais de duas décadas, mas a ‘camisa’ está cada vez mais nova”.<sup>363</sup>

Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo<sup>364</sup> foi entrevistada em janeiro de 2005 por Rachel Soihet e suas alunas na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, por ocasião do projeto de pesquisa intitulado “Zombaria como arma antifeminista”<sup>365</sup>. Nascida em Campina Grande, na Paraíba, Hildete realizou grande parte de seus estudos na cidade, inicialmente em colégios de freiras e, posteriormente, graduou-se em Economia pela Universidade Federal da Paraíba, em 1966. Em 1967, por conta do doutorado do marido, foi para França. Lá, realizou estudos na Universidade de Toulouse, e retornou a Campina Grande em 1968, onde permaneceu até 1970, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Atualmente é professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), editora da revista *Gênero* e coordenadora do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Gênero na mesma instituição. Através de sua fala observaremos alguns pontos em sua trajetória, sobretudo no que se refere à leitura.

Assim como Alejandra Ciriza, Hildete também ingressou ainda muito jovem na militância político-partidária. Conta que entrou no Partido Comunista Brasileiro (PC) em 1961, ainda adolescente e cursando o Científico (uma das etapas do Ensino Médio, antigo Segundo Grau). A partir de então começou a fazer parte da política estudantil

---

<sup>363</sup> Ibidem.

<sup>364</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Flávia Esteves, Erika Ferreira. Disponível em: [http://www.ieg.ufsc.br/entrevista\\_detalhe.php?id=13](http://www.ieg.ufsc.br/entrevista_detalhe.php?id=13). Acesso em 20 mai. 2010.

<sup>365</sup> Título do projeto: *Zombaria como arma antifeminista*: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980). Orientadora: Rachel Soihet. Universidade Federal Fluminense. Ver, a esse respeito, SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, p. 591-611, set.-dez., 2005.

secundarista que, de acordo com o que afirma, era um movimento grande na cidade. Na universidade, chegou à diretoria da União Estadual dos Estudantes da Paraíba, desmantelada após o golpe de 1964. Em relação aos feminismos naquele período, narrou que até então não tinha conhecimento dos debates: “Essa é minha trajetória, mas mulher eu nunca ouvi falar. Tanto é que eu fiquei muito surpresa na década de setenta, quando a gente descobriu a história disso”<sup>366</sup>.

Em 1964 teve problemas em razão de sua militância estudantil e, como estratégia de resistência para burlar a repressão, fundou com os colegas um teatro na Universidade, onde encenaram *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarniere<sup>367</sup>. Um ano depois conheceu seu marido, na ocasião professor da Escola Politécnica, com quem se casou em 1966. Passou 1967 na França, acompanhando o marido em seu doutorado, e retornou ao Brasil em 1968, já com a decretação do AI-5. A militância política, “interrompida” nos anos em que esteve fora do país, tornou-se difícil na volta:

(...) eu voltei em sessenta e oito já com o AI-5, e lá em Campina Grande eu era muito conhecida, até porque eu era mulher e havia poucas mulheres que faziam política. (...) Aí eu voltei da França e a primeira coisa que eu recebi foi uma visita, em casa, de um amigo meu que era secretário da Prefeitura e tinha sido até meu padrinho, dizendo que eu não podia arranjar emprego lá em Campina Grande porque os militares não permitiriam. (...). Nasceu meu segundo filho e aí eu vim para o Rio, em setenta. Sem conhecer ninguém, sem nada, só no esquema familiar.<sup>368</sup>

Ao acompanhar mais uma vez o marido, que recebeu um convite para trabalhar no Rio, Hildete relata como retomou no estado carioca a militância política e, posteriormente, o ingresso nos grupos feministas. Em 1971, começou a fazer mestrado em Informática na PUC quando, por intermédio de uma amiga, passou a conhecer os(as) economistas da

---

<sup>366</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>367</sup> Peça escrita por Gianfrancesco Guarniere e encenada em 1958 no Teatro de Arena, em São Paulo. Cf. RIDENTI, Marcelo. *Op. cit.*, p. 104.

<sup>368</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

instituição. Nesse período, já em 1972, começou a trabalhar na UFF, onde estabeleceu contato com pessoas ligadas à esquerda, até nova intervenção da repressão política em sua vida, quando foi demitida em 1975.

Em 1976, por conta da atuação da *Operação Grande Rio*, dois professores – um economista e o outro jornalista – foram presos e acusados de militância no PCB. Essa operação se caracterizou por intimidar psicologicamente pessoas apontadas como comunistas – por meio da exposição, desmoralização e prisão dessas pessoas – no intuito de comprometer suas atividades profissionais<sup>369</sup>. Nesse ano, Hildete narra que se desligou do PC. É possível que essa seja a ação referenciada na fala de Hildete, pois durante a vigência do período militar, a prisão e demissão de professores(as) ligados à esquerda era algo frequente, sobretudo na década de 1970.

(...) me vi no olho do furacão porque quando veio a repressão, quando houve as prisões em março de mil novecentos e setenta e seis, eu estava no movimento político geral, mas não no movimento de mulheres. (...) Neste intervalo, setenta e cinco, era o Ano Internacional da Mulher, era a Conferência do México. Nós fazíamos política no MDB. Eu era do MDB, então a gente tinha um grupo grande, que a gente chamava de Esquerda Democrática do MDB, Comba<sup>370</sup> era também.

---

<sup>369</sup> Sobre a *Operação Grande Rio* ver, GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 256-257; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 132-134.

<sup>370</sup> Comba Marques Porto começou a militar no movimento estudantil e no PCB quando cursava Letras na Universidade do Estado do Guanabara, em meados dos anos 1960. Em 1968, participou de muitas manifestações contra a ditadura como, por exemplo, a passeata dos Cem Mil e o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Congresso de Ibiúna). Ingressou na Faculdade Nacional de Direito em 1971, onde se formou em 1975. Nessa data, conheceu diversas militantes feministas por ocasião do Seminário da Mulher Brasileira, ingressando no movimento feminista do Rio de Janeiro. Participou do Conselho Nacional da Mulher, e se candidatou a vereadora (1982) e a deputada federal (1986) pelo PMDB, porém não se elegeu em nenhuma das ocasiões. Em 1992 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), e desde 1995 (quando se afastou da militância) atua como juíza do trabalho. PORTO, Comba Marques. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 03 de novembro de 2004. Disponível em: <http://tinyurl.com/39sfnfv>. Acesso em: 30 jul. 2010.

Então, nessa mistura da política geral, a Comba me chamou e falou que tem [sic] um grupo de mulheres que era a Mariska, Branca Moreira Alves, a Malu Heilborn, Leila, Jaqueline que estavam organizando uma plenária sobre a questão da mulher, em julho na ABI.<sup>371</sup>

Ao fazer parte desse grupo, conhecido como “esquerda democrática”, no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Hildete passou a ter contato com mulheres que já estavam se organizando por intermédio de Comba Marques Porto. Comba a teria convidado para a plenária na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mas Hildete fala que recusou o convite pela dificuldade de ter com quem deixar os filhos e também por conta das atividades no PC, denominadas por ela como relativas à “política geral”. Mesmo assim, narra que ajudou com a confecção de cartazes para a plenária.

É no contexto da narrativa sobre o ano de 1976 que emergem seus relatos de leituras. Durante esse ano, relata que passou alguns meses escondida e outros totalmente reclusa em casa, por medo de ser presa. Nessa situação, foram organizadas reuniões em sua casa para a discussão de textos. Assim como as demais entrevistadas, Hildete apresenta uma situação onde as leituras eram compartilhadas por um grupo, sobretudo, como uma forma de resistência ao que estava sendo vivenciado.

Aí nós começamos a fazer um grupo de estudo com as mulheres, espera um pouquinho, é junho, julho de setenta e seis. Nós tínhamos um grupo pra estudar *O Capital* que era com os homens e as mulheres desse grupo do ITA grande. Só que as mulheres não falavam, só quem falava era os homens e eu. Das mulheres quem falava era eu. Aí eu peguei e disse: “Olha, vamos fazer um grupo separado, um grupo de estudo das mulheres, separados dos homens porque as mulheres não falam e então assim fica melhor” (...). Aí nós começamos um grupo de mulheres que já estava com três meses. Lembro-me como se fosse hoje, foi no dia em que a Bertha<sup>372</sup>

---

<sup>371</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>372</sup> Bertha Maria Júlia Lutz (1884-1976), é conhecida como uma das pioneiras



morreu. A Bertha morreu em sete de setembro de setenta e seis.<sup>373</sup>

Hildete aponta ainda que a necessidade de se reunirem em um grupo apenas de mulheres surgiu de uma atitude monopolizadora dos homens frente ao debate e, conseqüentemente, das mulheres se sentirem inibidas a participarem ativamente da discussão. No dia da morte de Bertha Lutz, lembrado equivocadamente<sup>374</sup>, Hildete narra que o grupo de mulheres estava estudando em sua casa, e a esta altura já participava do Centro da Mulher Brasileira (CMB).

H<sup>375</sup>: A gente foi pro Centro da Mulher Brasileira foi em agosto, de mil..., julho, agosto de mil novecentos e setenta e seis, porque do Grupo de Reflexão, que a gente chamava de Grupo de Reflexão, a gente foi pro Centro.

RS: Agora, o Grupo de Reflexão é o que estudava *O Capital*?

H: Não. Aqui já, agora, já não era *O Capital*; já era um pouco estudando o livro da Saffioti.

RS: Ah, tá! *Mulher na Sociedade de Classes*.

H: *Mulher na Sociedade de Classes*, o livro da Saffioti. Eu já tinha saído de *O Capital*. *O Capital* era com os homens. (...). A gente resolveu estudar

do feminismo brasileiro. Nascida em 1884, formou-se em Ciências na Sorbonne (Paris), em 1918. Fundou em 1919 a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), organização que se empenhou na luta pela educação e profissionalização das mulheres, como pelo sufrágio, promulgado por decreto-lei no país em 1932. Tornou-se deputada federal em 1936, e no exercício parlamentar defendeu mudanças na legislação. Sua atuação como parlamentar encerrou-se com a decretação do Estado Novo, em 1937. Aposentou-se em 1964 como pesquisadora na área de zoologia do Museu Nacional. Em 1975, integrou a delegação brasileira que foi a Conferência Mundial da Mulher no México, uma de suas últimas atuações públicas como feminista.

<sup>373</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>374</sup> Outras fontes asseguram como dia 16 de setembro de 1976, como, por exemplo, SOIHET, Raquel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sol: EDUNISC, 2006, p. 138.

<sup>375</sup> Nos diálogos, utilizarei as seguintes abreviações: H para Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo e RS para Rachel Soihet.

o livro da Saffioti. E naquela época, década de setenta, havia muito grupo de estudo, quer dizer, o pessoal se organizava em volta do grupo de estudo porque, a política era meio cerceada. Aí fomos pro Centro da Mulher Brasileira. O Centro da Mulher Brasileira tinha um ano de existência e esse meu grupo que era bastante... nós éramos umas dez mulheres.<sup>376</sup>

O “grupo de reflexão” é apresentado por Hildete como um local de discussão de leituras exclusivo para as mulheres, apartado do grupo de estudo realizado com os homens, em que a leitura e o debate são percebidos como lugares onde as questões das mulheres carecem de interlocução. O livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*<sup>377</sup>, aparece como um contraponto à leitura realizada no grupo com os homens, visto que do interior desse grupo de mulheres que se reunia em sua casa para estudar textos, formou-se outro chamado “Mulher e Trabalho”, criado “no bojo da discussão, porque eu era economista e tal”,<sup>378</sup> justifica. A partir de então, esse grupo começou a atuar em um momento difícil para as pessoas manterem suas carreiras profissionais, tanto por conta do momento político, “como se a vida tivesse dado uma guinada”, quanto da criação dos filhos: “Até porque todo mundo tinha filho muito pequeno. (...) as criança eram muito pequenas, dentro do ciclo de vida da gente (...). As nossas vidas profissionais vão crescer depois disso”.<sup>379</sup>

Para Hildete, o movimento de mulheres no Rio de Janeiro começou a se intensificar em meados da década de 1970, e além de todas as dificuldades apresentadas anteriormente, havia ainda os “ataques” que as feministas sofriam nos meios de comunicação: “E

---

<sup>376</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>377</sup> Tese de Livre-Docência em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), 1967. Primeira edição publicada em 1969 pela Livraria Quatro Artes Editora, sendo a segunda e a terceira edição publicadas em 1976 e 1979, respectivamente, pela Editora Vozes Ltda. Cf. GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (Orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p. 148.

<sup>378</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>379</sup> *Ibidem*.

nesse momento, nós tínhamos muitas dificuldades: primeiro que a ideia era de que feminismo era coisa de “sapatão”, então você tinha que fazer todo um discurso pra dizer que não tinha nada que ver com aquilo, então tinha que se defender né?”<sup>380</sup>

Aqui o mesmo entrave apresentado na fala de Ana: a associação entre feminismo e a homossexualidade como um elemento depreciativo ao movimento feminista. Nesse momento, as acusações de que as mulheres organizadas estavam em franca oposição aos homens, eram “mal amadas” ou “lésbicas”, estampavam os principais jornais.<sup>381</sup> Enquanto para Ana Regina foi um fator que a manteve por certo tempo afastada até mesmo das leituras que a pudessem identificar como tal, para Hildete foi um obstáculo estereotipado colocado pela mídia para desqualificar os movimentos e que, portanto, deveria ser combatido.

Em vários momentos de sua entrevista, Hildete narra as ações que o grupo de mulheres do qual fazia parte realizou entre fins dos anos 1970 e meados dos anos 1980 contra os meios de comunicação e os responsáveis por difundirem uma versão sexista. Essas ações se deram em crítica a assuntos polêmicos da época como, por exemplo, o caso Ângela Diniz, e também pela difusão de uma concepção pejorativa dos feminismos. Hildete afirma que a “zombaria” partia ainda dos próprios companheiros da esquerda e de pessoas que tiveram um papel importante na oposição à ditadura.

H: O problema do *Pasquim* é que *O Pasquim* é do início da década de setenta. Quer dizer, *O Pasquim* está no bojo da luta pela redemocracia. Então quando a Betty Friedan veio aqui, eles fizeram uma entrevista com a Betty e a Rose Marie Muraro, mas aqui é muito início dos anos setenta, quer dizer (...)

RS: setenta e um.

H: (...) setenta e um. Aqui, então, quer dizer, no fundo, a Rose Marie Muraro é uma pioneira dessa nova onda, que eu chamo de onda feminista. A segunda onda feminista é essa. E aí, a Rose, a própria Heleieth, mas o livro da Heleieth fazia assim um cunho mais acadêmico, de você estudar

---

<sup>380</sup> Ibidem.

<sup>381</sup> Cf. COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 39.

o papel das mulheres, não tinha assim, quer dizer, depois vem a tese de doutorado da Eva Blay.

RS: Tem também aquela, como é o nome dela? Anette Goldberg. Não sei se você conhece.

H: Anette Goldberg conheço também, mas é depois, é um pouquinho depois. Aí já ganhei o Prêmio da Fundação Carlos Chagas<sup>382</sup>, já Albertina, já é o final da década de setenta, final da década de setenta já com a anistia. É um outro momento.

Hildete está se referindo à vinda de Betty Friedan ao Brasil em 1971, viabilizada por Rose Marie Muraro<sup>383</sup>, para o lançamento de *Mística Feminina*.<sup>384</sup> Ana Maria Colling ressalta que a vinda da autora norte-americana, em plena vigência do AI-5, mobilizou a imprensa brasileira que, apesar das duras críticas que recebeu, serviu para fomentar a discussão das questões específicas das mulheres<sup>385</sup>. A fala de Hildete sobre esse episódio atenta para a importância destas autoras para o debate feminista daquele momento. Contudo, não devemos esquecer que se trata de sua percepção atual sobre essas autoras, ou seja, a relevância delas parte de uma lembrança situada no presente.

Betty Friedan, foco do que estava sendo até então narrado, é eclipsada, sobretudo, pela lembrança de Rose Marie Muraro e Heleieth Saffioti. Em 1971, Rose Marie Muraro, já havia publicado *A mulher na construção do mundo futuro* (1966), *Automação e futuro do homem* (1970), e estava publicando *A libertação sexual da mulher* (1971). Natália Pietra Méndez afirma que *A mulher na construção do mundo*, “redimensionou a questão feminina na sociedade, vendendo mais de 30

<sup>382</sup> Hildete se refere ao II Concurso de Dotações da Fundação Carlos Chagas, quando apresentou uma pesquisa sobre a situação do aborto no Brasil. Cf. *Mulherio*. Ano 2, número 7, p. 17, julho-agosto, 1982. Disponível em: <http://www.fcc.Org.br/mulherio/capas2.html>. Acesso em: 20 mai. 2010.

<sup>383</sup> Rose Marie Muraro narra suas percepções sobre a vinda de Betty Friedan ao Brasil e a entrevista de ambas ao Pasquim em duas de suas publicações: MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999. P. 165-170; e *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990, p. 16-19.

<sup>384</sup> Rose Marie Muraro começou a trabalhar como editora em meados dos anos 1960 na Vozes Ltda., e escreveu o prefácio de *Mística Feminina*, livro que a editora publicou originalmente em 1971. FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1971.

<sup>385</sup> COLLING, Ana Maria. *Op. cit.*, p. 42.

mil exemplares em diversas edições sucessivas além de inaugurar os debates sobre a condição da mulher”.<sup>386</sup> Hildete, no entanto, não indica nenhum texto em específico, e o pioneirismo destacado pode se referir tanto ao conjunto de publicações, como à atuação da autora ao ser lembrada retrospectivamente: “Rose Marie Muraro é uma pioneira dessa nova onda, que eu chamo de onda feminista”.<sup>387</sup>

Heleieth Saffioti é destacada em sua fala como uma leitura “acadêmica” e, dessa forma, colocada em contraposição à Rose Marie Muraro, a meu ver, adotada pela entrevistada como uma leitura não ligada ao “estudo” teórico de uma temática em particular: “(...) o livro da Heleieth fazia assim um cunho mais acadêmico, de você estudar o papel das mulheres”. Embora nessa passagem não cite “o livro” de Saffioti em questão, podemos supor que seja *A mulher na sociedade de classes*, mencionado anteriormente como o texto que era lido pelo grupo formado só por mulheres – *Mulher e Trabalho* – em contraponto à leitura de *O Capital*.

Além da recordação do livro de Heleieth Saffioti, Hildete lembra também a tese de doutorado de Eva Blay, *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*<sup>388</sup>, caracterizada pela entrevistada como um estudo que surge posteriormente, mas que dá continuidade ao debate acadêmico sobre a temática da relação das mulheres com o trabalho. As referências citadas por Hildete endossam o argumento de Cristina Brushini publicado em 1994 na revista *Estudos Feministas*:

O tema do trabalho feminino foi a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira. No final dos anos 60 e início dos anos 70, pesquisas que se tornaram clássicas na literatura sobre mulher, como a de Saffioti e a de Blay, abordaram a questão do trabalho,

---

<sup>386</sup> MENDEZ, Natália Pietra. Com a palavra, *O segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960*. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>387</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>388</sup> BLAY, Eva. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais; Faculdade de Filosofia Letras e Ciências. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1973. Publicada pela Editora Ática sob o título *Trabalho Domesticado: a mulher na indústria paulista*, em 1978.

rapidamente se tornando leitura obrigatória nas universidades.<sup>389</sup>

Entre os nomes das autoras acadêmicas, surge ainda Anette Goldberg – induzida pela entrevistadora Rachel Soihet – e Albertina, que suponho se trate de Albertina de Oliveira Costa. Ambas são lembradas pela entrevistada como marcos temporais em sua narrativa sobre as leituras, a fim de enfatizar um momento posterior ao que está sendo exposto. Embora Hildete não fale de suas percepções sobre as leituras dos textos dessas autoras, a maneira como são selecionadas e apresentadas em sua fala, em uma ordem que enfatiza qual trabalho veio antes e qual surgiu depois, mostra o seu olhar acerca do desenvolvimento dos estudos acadêmicos na problematização das mulheres. No final da década de 1970 e início da década de 1980, Albertina Costa havia publicado no Brasil *Memórias das mulheres do exílio*<sup>390</sup> e *Mulher, Mulheres*<sup>391</sup>, ambos em parceria com outras autoras, e um artigo intitulado *A volta ao lar segundo Betty Friedan*<sup>392</sup>. Também nessa época Anette Goldberg já tinha uma produção acadêmica<sup>393</sup> que anunciava o tema de sua dissertação *Feminismo e autoritarismo*<sup>394</sup>, defendida em 1987.

As leituras são apresentadas na fala de Hildete a partir de uma divisão clara entre aquelas que serviram a uma reflexão “mais

---

<sup>389</sup> BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 17-32, 2004.

<sup>390</sup> COSTA, Albertina de Oliveira (et. alii.). *Op. cit.*

<sup>391</sup> COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen (Orgs.). *Mulher, Mulheres*. 1. ed. São Paulo: Cortez Ed.; FCC/DPE, 1983. vol. 1. Disponível em: <http://www.fcc.Org.br/biblioteca/bibliotecaAnotada.html>. Acesso em 20 mai. 2010.

<sup>392</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. A volta ao lar segundo Betty Friedan. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, volume 2, número 2, p. 19-22, 1983.

<sup>393</sup> GOLDBERG, Anette. *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no 12º Congresso Internacional da IPSA, Rio de Janeiro, RJ, 1982; e o artigo *Espaces féminins et espaces féministes em Amérique Latine: quelques réflexions*. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 26, p.103-26, 1982.

<sup>394</sup> Idem. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

acadêmica” sobre o assunto, elencando autoras segundo uma ordem cronológica de surgimento de suas produções, e textos considerados “mais simples”, que ajudaram diretamente nas ações com outras mulheres. Algo que nos faz lembrar outras propostas de classificação como, por exemplo, a de Alejandra Ciriza, entre as “leituras mais individuais e solitárias” e as “leituras de combate”, que impeliam a uma ação prática, e a de Mirta Henault, quando se refere às “mulheres que fazem” em contraste com as “mais acadêmicas”.

H: (...) a Heloneida está sempre presente como jornalista, com aquele livrinho dela é *Mulher...*

RS: *Mulher – Objeto de cama e mesa.*

H: Que era o grande, o livro da Heloneida era um livrinho que ajudava, que nos ajudava a fazer política. Como ele era mais simples, porque o da Heleieth não, o livro da Heleieth era uma tese, então era pra nós, as pessoas que distribuía nas assembleias, para os operários, sindicatos e tal, porque o nosso grande desafio era trazer dona-de-casa. Esse era um desafio complicadíssimo. Porque é muito difícil dizer pra dona-de-casa que ela tem o mundo permeado pelo marido e os filhos, que a vida dela não é boa. Que é uma ilusão ser “Rainha do Lar”<sup>395</sup>.

O “livrinho” ao qual Hildete se refere é *Mulher – Objeto de cama e mesa*<sup>396</sup>, de fato uma publicação de poucas páginas, pequeno, com muitas ilustrações, frases impactantes e caráter bastante informativo. O uso do diminutivo para caracterizá-lo atenta para suas proporções físicas, enquanto o adjetivo “o grande” procura chamar atenção à relevância do seu conteúdo para a leitora. O livro de Heloneida Studart foi publicado pela primeira vez em 1974 pela editora Vozes, e traz as percepções da autora sobre seu próprio cotidiano e sua trajetória como redatora em uma revista feminina. De acordo com Cecília Cunha, “(...) era leitura obrigatória para a militância do movimento feminista”<sup>397</sup> em

---

<sup>395</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada.*

<sup>396</sup> STUDART, Heloneida. *Mulher – Objeto de cama e mesa.* 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1974.

<sup>397</sup> CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. *Estudos Feministas.* Vol.16, n. 1, p. 271-273, Florianópolis, janeiro-abril, 2008.

meados da década de 1970. “Obrigatório” ou não, foi lembrado apenas na fala de Hildete, que o classifica como um livro “mais simples” que as ajudava a “fazer política”.

Hildete se refere ao livro como “mais simples”, uma vez que não se trata de um texto voltado às acadêmicas como público alvo. De fato, a intenção de Studart era a de publicar um livro que “fosse lido por todas as mulheres”<sup>398</sup>, logo, que tivesse uma narrativa leve, rápida, e bastante ilustrada. O “livrinho” tornou-se um *best seller* de vendas, alcançando, até o ano de 1992, um total de 25 edições e 250 mil exemplares vendidos, e de acordo com a autora, foi motivo para uma série de palestras por todo o país<sup>399</sup>.

Assim como realizado na primeira parte desse capítulo com as feministas argentinas, as falas das brasileiras também nos permitem delinear algumas aproximações e distanciamentos para refletirmos sobre suas práticas de leitura. O pertencimento social, a idade e o gênero se mostraram evidentes nas narrativas das brasileiras da mesma maneira em que se destacaram na fala das argentinas, embora com algumas ressalvas. A questão da idade, por exemplo, foi um fator de semelhança, uma vez que todas elas nasceram na mesma década e narram uma trajetória de participação nos movimentos ainda na adolescência. As três narram a relação com os parentes em seus momentos de identificação, tanto nos partidos políticos – como no caso de Ângela e Hildete – quanto nas causas feministas – como mencionado por Ana Regina –, e isso nos mostra a proximidade e a influência desse núcleo de pessoas em suas juventudes. Enquanto os pais de Ângela desaprovaram a militância político-partidária da filha, o pai de Hildete aceitava a militância desde que ela não namorasse: “(...) lá em casa tinha um código que meu pai não queria que fosse infringido: eu podia sair de casa, fazer política e tal, desde que não tivesse namorado. Se tivesse namorado, a história era outra”.<sup>400</sup> Já para Ana Regina, a imagem da mãe viúva e independente, e da avó que lhe dizia desde pequena para que não casasse, serviram de exemplos em sua formação como feminista.

O pertencimento social também fornece semelhanças, ao percebermos que todas tiveram, a exemplo das argentinas, acesso ao ensino superior, aos livros, a espaços onde as leituras pudessem ser

---

<sup>398</sup> TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, p. 51.

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>400</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.



compartilhadas e a possibilidade de viajarem para outros países, de conhecerem outras culturas. Ainda na adolescência, Ângela e Ana Regina, tiveram acesso à educação de tradição francesa: a primeira por meio do colégio Notre Dame de Sion e pelo avô tradutor, e a segunda pelos estudos na Aliança Francesa. Hildete viajou à França em 1967 para acompanhar o marido em seu doutorado. Esses fatores permitiram não somente o aprendizado da língua, como o contato com a literatura francesa. Com diferenças em maior e menor grau em relação às condições sociais entre elas, o importante a destacar é que todas tiveram a possibilidade de participar ativamente da produção e circulação de conhecimento na época, estando em contato permanente com as bibliografias, inclusive, em algumas situações, dadas a ler em outras línguas.

A questão do gênero como uma categoria que problematiza a relação dessas mulheres em suas experiências e em seus relacionamentos também nos permite algumas reflexões. Ângela comenta que foi durante o exílio no Chile, no início da década de 1970, quando percebeu que “esse negócio de mulher já estava mexendo com a gente”,<sup>401</sup> ou seja, que já havia uma “necessidade” das mulheres se organizarem em grupos e instrumentalizarem suas questões por intermédio de leituras que eram compartilhadas. Ana Regina narra que ainda criança questionava a mãe em suas atitudes sexistas em relação às tarefas domésticas que deveriam ser realizadas pelos irmãos. Entretanto, apesar da precoce tomada de “consciência feminista”, passou boa parte da juventude com medo de ser identificada como lésbica, e diz que só foi viver sua sexualidade de maneira livre da carga dos possíveis estigmas depois de formada, na viagem a Paris no início da década de 1970. O medo de ser tomada como lésbica cerceou até mesmo a leitura de *O segundo sexo*<sup>402</sup>. Já Hildete apresenta as dificuldades que as mulheres encontravam de expor suas ideias e discutirem os textos na companhia dos homens. A intimidação provocada pelo monopólio da palavra dos homens nos grupos de estudo fez com que as mulheres organizassem encontros exclusivos para debater textos que, inclusive, eram diferentes em relação ao que se lia no grupo geral: “Eu já tinha saído *d’O Capital*. *O Capital* era com os homens. (...) A gente resolveu estudar o livro da Saffioti”.<sup>403</sup> A atitude de constituir núcleos para

---

<sup>401</sup> BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. *Entrevista Citada*.

<sup>402</sup> Atualmente, Ana Regina Gomes dos Reis,

<sup>403</sup> ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. *Entrevista Citada*.

debater temas de interesses “específicos”, em separado dos companheiros, foi uma das motivações para a formação de grupos no nível institucional.

Ou seja, não foi apenas a partir da leitura dos textos identificados como feministas que as entrevistadas, tanto argentinas como brasileiras, passaram a problematizar os “papéis femininos” impostos às mulheres pela sociedade. Porém, em suas lembranças do período buscam mostrar que havia outros fatores subjetivos anteriores e, até mesmo, concomitante às leituras, como uma forma de legitimá-las, e fornecer um respaldo intelectual a suas formações.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DE UM REPERTÓRIO DE LEITURAS FEMINISTAS: APROPRIAÇÕES

Partindo da ideia de que além de recordar, é necessário compreender<sup>404</sup>, o que busquei neste capítulo foi tecer uma reflexão sobre essa geração de mulheres brasileiras e argentinas em suas constituições como leitoras feministas, no intuito de pensá-las por meio de suas práticas de leitura vivenciadas em um momento específico na história de seus países: a articulação dos movimentos feministas concomitante às ditaduras militares na segunda metade do século XX.

Jean Marie Goulemot afirma que “cada regime tem sua memória histórica”, de modo a participar do nosso ato de ler, influenciando os processos de leitura.<sup>405</sup> Desse modo, as feministas entrevistadas, ao compartilharem lembranças que compõem uma memória em comum, buscam sinalizar leituras que lhes pareçam coerentes aos contextos a que se propuseram a narrar, e ainda que sejam legítimas às suas constituições como leitoras feministas.

Para Beatriz Sarlo, nas décadas de 1960 e 1970 na Argentina, as ideologias apareciam como sistemas organizadores de experiências e subjetividades, sustentadas por um grupo letrado formado, sobretudo, por jovens que provinham das classes médias escolarizadas, oriundos das universidades e/ou militâncias sindicais e partidárias, para quem o

---

<sup>404</sup> Convicção atribuída à Susan Sontag pela escritora Beatriz Sarlo ao questionar os estudos que propõem uma “guinada subjetiva” que tende a supervalorizar a memória em detrimento do entendimento. Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 22.

<sup>405</sup> GOULEMOT, Jean Marie. *Op. cit.*, p. 111-112.

debate de ideias era fundamental. De acordo com a autora, “o imaginário da revolução era livresco e se manifestava na insistência sobre a formação teórica dos militantes”.<sup>406</sup> Nesse sentido, os grupos políticos se “alimentavam” de citações e referências pré-selecionadas e repetidas de textos considerados “fundadores”, “clássicos”. O conhecimento desses textos por parte dos(as) militantes de tais organizações era “obrigatório” e de suma importância.

Em relação ao Brasil, houve um processo semelhante na composição dos grupos de resistência à ditadura, que, de acordo com Marcelo Ridente, incluiu em geral jovens provenientes das “novas classes médias”, que passaram a ter mais oportunidades de acesso ao ensino superior com a abertura do ensino público, e mantiveram contato com as produções dos meios artísticos e intelectuais<sup>407</sup>.

Alejandra, Ângela, e Hildete estavam ligadas à militância política de oposição às ditaduras e buscaram conciliar o debate feminista nesse processo. Suas narrativas sobre os momentos de isolamento nesse período também se assemelham, e as leituras são apresentadas como uma prática de resistência e de importância vital nos momentos adversos.<sup>408</sup> Já Mirta, após a leitura de Juliet Mitchell e seu ingresso na UFA, passou a militar no movimento feminista por perceber a necessidade de reivindicações específicas para as mulheres. Por outro lado, Sara e Ana Regina relatam uma trajetória que não se inicia necessariamente nos grupos político-partidários, mas no movimento feminista e nos movimentos de contracultura, respectivamente.

Nas falas de Alejandra, Mirta, Ângela e Hildete, percebemos um interesse – quase uma “obrigação” – em citar leituras que se aproximassem do pensamento de esquerda, e a referência a Friedrich Engels, Juliet Mitchell, Alexandra Kollontai, e Heleith Saffioti, são exemplos dessa tendência que aparece também em outras falas de feministas desse período. Havia a resistência às ditaduras militares como pano de fundo dessa geração de leitoras entrevistadas que tanto as influenciou em relação à escolha das leituras que deveriam ser

---

<sup>406</sup> SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>407</sup> Cf. RIDENTI, Marcelo. Canetas e fuzis: intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/1970. In: In: ROLAND, Denis; REIS Daniel Aarão (Org.). *Op. cit.*, p. 25-38.

<sup>408</sup> Michèle Petit, antropóloga francesa, defende a leitura como uma prática capaz de contribuir ao bem-estar de pessoas submetidas a contextos de crise e de exclusão social. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Ed. 34, 2009, p. 15-34.

realizadas naquela época quanto no que merece ser citado como leitura legítima atualmente.

Para além desse quadro político, vivenciaram ainda uma época intensa de revolução dos costumes, presente, principalmente, nas falas de Sara e Ana Regina. Procuram mostrar que havia contestação às concepções conservadoras, encampando manifestações favoráveis ao direito das pessoas vivenciarem seus corpos e suas sexualidades de modo livre das imposições sociais, sobretudo em relação à situação das mulheres. Dessa forma, aparecem nas falas o *Relatório Hite*, o *Relatório Master & Johnson*, a referência a Shulamith Firestone, Germaine Greer, e a alusão ao texto de Kate Millett, *Políticas Sexuais*.

Concomitante a esses contextos mais amplos, há as histórias individuais, as “experiências vividas”, que agem decisivamente nas lembranças sobre as leituras e na imagem de leitoras que pretendem produzir. Emergem então nas narrativas os casamentos, os filhos, os divórcios, os estudos, o exercício das profissões, os relacionamentos com os parentes e amigas(os), as viagens, etc. Esses elementos nos ajudam a entender como as leituras são compreendidas nas construções de si, esboçadas no presente através das entrevistas. Ou seja, atentam para as particularidades de cada uma das mulheres que compõem essa geração.

Por outro lado, as entrevistadas apresentam algumas semelhanças em suas trajetórias, igualmente importantes ao pensarmos seus percursos de leitura. Todas tiveram acesso aos livros, seja por meio das bibliotecas de parentes, por empréstimos ou por aquisição. Tinham um espaço de discussão dentro de seus núcleos afetivos, pessoas com quem tinham a possibilidade de compartilhar suas leituras. Todas as entrevistadas assumiram profissões ligadas ao desenvolvimento de pesquisas, em sua grande maioria acadêmicas, e continuam produzindo textos. O que se configuram são trajetórias que extrapolam o contexto histórico em suas singularidades, e isso não as distancia de uma mesma comunidade de leitoras, e não as exclui de uma geração de feministas que compartilharam uma série de leituras em suas formações e identificações, “traçando os contornos de uma biblioteca”<sup>409</sup> de textos feministas.

---

<sup>409</sup> CHARTIER, Roger. CHARTIER, Roger. Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (Memória e Sociedade), p. 150.

Outro aspecto evidenciado nas falas é a forma como as leituras são caracterizadas pelas entrevistadas em suas práticas. Para algumas, os textos são encerrados em categorias, como se tivessem sido catalogados nessa “biblioteca imaginária”<sup>410</sup> de leituras feministas que cada uma apresenta como representativa do debate feminista para a época. Alejandra Ciriza, por exemplo, distingue as “leituras de combate”, ligadas à prática política, lidas e discutidas em grupo, das “leituras mais privadas”, realizadas individualmente. Contudo, isso não impediu que Engels fosse citado como inicialmente uma “leitura solitária” e que, posteriormente, tornou-se “compartilhada”, e permite ainda que os textos de Simone de Beauvoir, citados como “leituras mais privadas”, fossem igualmente debatidos entre as mulheres de sua família. Ou seja, essas categorias não são percebidas como fixas, mas necessárias para que as práticas sejam esclarecidas de acordo com um espaço de leitura que se quer significar. Nesse sentido, poderíamos citar ainda, Hildete com as “leituras acadêmicas”, como *A mulher na sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti, e os textos considerados “mais simples”, como *Mulher – objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart, e *As mulheres em movimento*, de Rosiska Darcy Oliveira, que Ana Regina qualifica como “introdutório” para o debate feminista na época.

Ocorre na maior parte dos relatos, e aqui me refiro não somente aos utilizados neste capítulo, mas ao conjunto de entrevistas previamente selecionadas, a caracterização de alguns textos como “clássicos” para os movimentos feministas. Utilizando expressões como “leituras clássicas”, “obrigatórias”, “óbvias” e “literatura da época”, as entrevistadas buscam legitimar suas leituras, inserindo-as no que acreditam ser a “biblioteca feminista”, ou seja, o conjunto de textos autênticos e relevantes para os movimentos.

De acordo com as propostas do escritor italiano Ítalo Calvino, “clássico” seria o texto que merece ser relido, que se torna inesquecível, e que persiste ao longo do tempo sempre aberto a reflexões e interpretações<sup>411</sup>. “Clássico” é ainda, para áreas como a literatura e as artes, a definição usada para as obras que servem de modelo e são

---

<sup>410</sup> Biblioteca imaginária se refere a um *corpus* textual identificado como relevante para um grupo de pessoas. Cabe ressaltar que cada biblioteca imaginária é historicamente datada, ou seja, se revitaliza de geração a geração. Cf. BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 13-58.

<sup>411</sup> Cf. CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 09-16.

identificadas por meio de um consenso cultural historicamente datado.<sup>412</sup> Percebemos que alguns textos e, em algumas situações suas autoras, são apresentados pelas entrevistadas segundo essas concepções de clássicos, e edificados como monumentos no *corpus* teórico feminista. Entretanto, as “leituras clássicas” que são definidas como para “obrigatórias” aos movimentos feministas são resultado de um longo processo de seleção de textos, que não ocorre apenas no ato da entrevista.

As feministas, ao narrarem suas leituras e citarem as mais relevantes em suas trajetórias, têm conhecimento prévio desses consensos convencionados historicamente em relação a alguns textos, em detrimento de outros. Contudo, isso não uniformiza suas opiniões a respeito dos “clássicos”, e o que é tomado como “leitura obrigatória” para uma pessoa, não tem o mesmo significado para outra, ainda que a grande maioria confirme sua relevância.

Alguns textos são citados nas entrevistas, tanto por parte das pesquisadoras como por parte das entrevistadas, em maior número de vezes que outros. São poucos aqueles que mesmo sem pertencer à seleção de textos consensual tenham sido considerados “clássicos” por suas leitoras. Neste capítulo foram citados *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, *Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan, *Escupamos sobre Hegel* (1974), de Carla Lonzi, *Mulher na sociedade de classes* (1969), de Heleieth Saffioti, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels, *A mulher e o progresso social*, de Alexandra Kollontai, *Em defesa dos direitos da mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft, *Mulheres: A revolução mais longa*, de Juliet Mitchell (1966), *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf (1928), *As Mulheres em Movimento – ler a própria vida, escrever a própria história* (1980), de Rosiska Darcy Oliveira, *Mulher – Objeto de cama e mesa* (1969), de Heloneida Studart, entre outras autoras citadas sem referências a seus textos (apenas aos seus nomes), como Rose Marie Muraro e Adrienne Rich<sup>413</sup>. A lista de textos e autoras citadas pelas trinta e nove feministas brasileiras e treze argentinas entrevistadas é maior, embora Simone de Beauvoir e Betty Friedan sejam as autoras mais citadas por ambas, acompanhadas por Virginia Woolf e Carla Lonzi, na Argentina, e Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie

---

<sup>412</sup> Cf. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 21-22.

<sup>413</sup> As datas citadas fazem referência aos anos em que os textos receberam suas primeiras publicações.

Muraro no Brasil<sup>414</sup>. Autoras como Alexandra Kollontai e Juliet Mitchell também foram/são muito citadas por feministas de ambos os países.

Diante disso, quais são essas leituras apresentadas como “clássicas”? O que elas discutem? O que se propõem? Em que contextos e por quais autoras foram produzidas? Quem as traduziu e as editou? De que forma elas são citadas nas produções bibliográficas dos movimentos feministas argentinos e brasileiros desse momento? Qual a relevância delas para os movimentos feministas em ambos os países? Essas são questões que pretendo discutir nos capítulos seguintes.

---

<sup>414</sup> Ver Apêndice 1.





### **CAPÍTULO 3**

## **“CAÇADAS FURTIVAS” NOS ESCRITOS DOS FEMINISMOS: BEAUVOIR, FRIEDAN, WOOLF E SAFFIOTI NAS PRODUÇÕES TEXTUAIS.**

O desafio de estudarmos a leitura reside na impossibilidade de a capturarmos com êxito total na “caça”<sup>415</sup> a que nos propomos. Buscamos seguir seus rastros, traçar os pontos que formam os caminhos percorridos, e por vezes somos assaltados pelo sentimento de que conseguimos segurá-la, mas ela nos escapa, deixando apenas resquícios de suas passagens. Ao refletir sobre uma história das leituras devemos estar atentas(o)s ao fato de que o conjunto de evidências com os quais trabalhamos apresenta limites, e que ao final não atingiremos as leituras tal qual foram realizadas.

Nesse sentido, para este capítulo, proponho a análise de algumas produções textuais argentinas e brasileiras para dar continuidade à busca por vestígios que ajudem a contar uma história dos livros e das leituras feministas no Brasil e na Argentina no período das ditaduras militares. O intuito é responder, a partir das marcas deixadas nas falas e nos escritos, as seguintes perguntas: de que forma os textos mais citados pelas feministas entrevistadas são apropriados nas produções bibliográficas instrumentalizadas pelos movimentos feministas em ambos os países? Como os textos considerados como “clássicos” circularam nas páginas dos textos escritos por argentinas e brasileiras que se identificaram com temas relativos às mulheres entre os anos 1970 e 1980?

De acordo com Roger Chartier, é necessário invertermos um procedimento habitual entre os(as) historiadores(as) da leitura que consideram as narrativas de vida apenas como uma fonte que permite encontrar referências a textos e autores. Ou seja, nesse sentido, o autor defende que devemos considerar os textos e autores(as) citados(as) nas falas como um “repertório de modelos disponíveis”<sup>416</sup>, análise que proponho para este capítulo.

---

<sup>415</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 16 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 236-248.

<sup>416</sup> CHARTIER, Roger. Prefácio. In: LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 22.

Como vimos no capítulo anterior, a lista de textos e autoras citadas pelas feministas argentinas e brasileiras é extensa, de modo que selecionei para essa análise apenas quatro das autoras que aparecem com maior recorrência nas falas. São elas: Simone de Beauvoir e Betty Friedan em ambos os países, Virginia Woolf na Argentina, e Heleieth Saffioti no Brasil. Os textos dessas autoras que foram selecionados são aqueles que aparecem também em maior número de vezes, são eles, respectivamente: *O segundo sexo (El segundo sexo)*; *Mística Feminina (La Mística de la Feminidad)*; *Un cuarto propio*, e *A Mulher na Sociedade de Classes*.

Em relação aos textos produzidos por autoras argentinas e brasileiras entre as décadas de 1970 e 1980, selecionei aqueles que alguma forma tem uma relevância para os feminismos de ambos os países e que fazem referência direta – ainda que incompleta na maioria das vezes – aos quatro textos tomados como “clássicos” pelas feministas entrevistadas.<sup>417</sup> As produções argentinas e brasileiras as quais me refiro foram todas publicadas em Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro durante a vigência dos regimes militares ou período de abertura democrática, e se inserem no que denomino de “publicações de temáticas feministas”, uma vez que discutem questões relativas às lutas das mulheres naquela época. Os textos argentinos e brasileiros selecionados para essa reflexão foram relevantes para os feminismos em ambos os países, seja pela trajetória de suas autoras e/ou grupos em que atuavam, ou ainda pelo reconhecimento de suas análises para a discussão da teoria feminista.

Em um primeiro momento analisarei as produções argentinas: os artigos “La mujer y los cambios sociales”, de Mirta Henault, e “La mujer”, de Isabel Larguía (ambos publicados em *Las mujeres dicen basta*, de 1972), “Los estudios de la mujer”, de Gloria Bonder (1982), “Si Shakespeare hubiera sido mujer”, do Centro de Estudios de la Mujer (1980), e o livro *El género mujer*, de Leonor Calvera (1982). Na sequência, apresento a reflexão a partir das seguintes produções brasileiras: *Trabalho Domesticado*, de Eva Alterman Blay (1978), *Ser Esposa*, de Danda Prado (1979), *Ideologia e Feminismo*, de Branca Moreira Alves (1980), *O que é feminismo*, de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) e *Espelho de Vênus*, do Grupo Ceres (1981).

---

<sup>417</sup> Entendo por referência direta quando as autoras e/ou os livros selecionados são citados no corpo do texto ou em nota de rodapé, e que apresentam alguns dos elementos que permitam identificar o texto mencionado como, por exemplo, título do livro, local, ano de publicação, e editora responsável.

Como critério para a organização da análise dos textos (ordem de apresentação), reuni-os em torno das autoras mais citadas.

Para tanto, analiso quem são as autoras desses textos e quais foram suas trajetórias; em quais circunstâncias suas publicações foram elaboradas; como os referenciais teóricos feministas mencionados nas entrevistas e selecionados para essa análise foram apropriados e transmitidos por essas autoras em seus escritos; e como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Virginia Woolf e Heleieth Saffioti são apresentadas nessas produções.

O objetivo não é perceber se os “clássicos” estão sendo “devidamente” tratados nas apropriações das autoras brasileiras e argentinas em suas publicações, mas refletir sobre os processos em que se consolidam e legitimam certas autoras e textos para um grupo de leitoras em específico, construindo-se assim um “repertório de leituras feministas”. As atenções se voltam para os vestígios que nos permitem perceber as diferentes apropriações, assim como algumas práticas de leitura. É por meio desses indícios, presente no uso que as autoras fazem dos “clássicos”, que espero me aproximar das leituras feministas e compreender de que maneira alguns textos e autoras se consolidaram – em detrimento de outras – como leituras de identificação com os feminismos em ambos os países nos períodos de ditadura militar.

### 3.1 IDENTIFICAÇÕES E SIGNIFICADOS NAS PRODUÇÕES ARGENTINAS

Aos fins dos anos 1970, diversos grupos de mulheres na Argentina começaram a desenvolver exercícios teóricos em torno do feminismo, mesmo com a forte ação do regime militar.<sup>418</sup> *Las mujeres dicen basta*<sup>419</sup> foi publicado pelo editorial homônimo do grupo Nueva Mujer, entre os anos de 1970 e 1972, período de atividade do grupo<sup>420</sup>,

---

<sup>418</sup> BARRANCOS, Dora. Feminismo y Estudios Feministas en la Argentina. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; FAVERO, Silvia Maria (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 315.

<sup>419</sup> HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Las mujeres dicen basta*. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1979.

<sup>420</sup> Cf. LOZANO, Fernanda Gil. *Feminismo en la Argentina de los 70 y 80*. In: AGENDA DE LAS MUJERES – El portal de las Mujeres Argentina, Iberoamericanas y del Mercosul. Disponível em: <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=771>. Acesso em 15

como vimos no capítulo anterior. O livro teve apenas uma edição por essa editora, e terminou de ser impresso no dia quatro de agosto, provavelmente do ano de 1972.<sup>421</sup> A capa, em tom de verde com fundo branco, traz o nome das três autoras – Henault, Morton e Larguía – e a imagem sombreada de uma mulher com a cabeça inclinada para cima e com a boca aberta como se estivesse gritando, sugere o “basta” com sentido de “esgotamento” mencionado no título.<sup>422</sup>



Figura 02 – *Las mujesres dicen basta*.  
Buenos Aires: Nueva Mujer, 1972 [Capa].  
Exemplar do acervo do IIEG /UBA.

---

ago. 2011.

<sup>421</sup> A tiragem e o ano da edição não são especificados nas informações a respeito do término da impressão contidas no livro. Em pesquisas na Internet a data de publicação do livro é indicada como o ano de 1972.

<sup>422</sup> Esse livro encontra-se ao menos em dois acervos públicos em Buenos Aires: um exemplar na biblioteca do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEG) da Facultad de Filosofía y Letras (FILO) da Universidad de Buenos Aires (UBA) e outro disponível na Biblioteca Alfonsina Storni. Na última folha do exemplar da biblioteca Alfonsina Storni havia um carimbo da biblioteca preenchido a lápis informando que o mesmo foi adquirido por meio de doação em 1987. Atentando para as marcas produzidas no livro, observamos que o nome do doador ou doadora, não identificado pelo falta de maiores informações, aparece apenas em suas iniciais seguidas pelo sobrenome, “H. E. de Miguel”.

O prólogo, escrito em nome do grupo, afirma que o objetivo dessa publicação é “desenvolver diferentes temas que abordem a problemática da mulher em todas as suas estruturas”, caracterizado, nesse caso, por quatro pontos que juntos fazem parte do “condicionamento” que a sociedade impõe às mulheres. São eles: “1) como ser biológico na maternidade; 2) como reprodutora na força de trabalho em suas tarefas domésticas; 3) na produção social e 4) em sua sexualidade”.<sup>423</sup> O grupo pretendia com essa publicação incitar uma “tomada de consciência” por parte das mulheres em relação à realidade da opressão em que vivem, mostrando que essa pode ser transformada. O “grito”, estampado na capa, e as frases e palavras destacadas no prólogo através do uso de letras maiúsculas e o formato em itálico, representam a urgência da proposta: “Creemos que estos trabajos resultarán útiles para una toma de conciencia de la realidad de nuestra opresión. Pero al mismo tiempo que esa realidad puede ser cambiada. A nosotras corresponde realizar el cambio: ¡HAGAMOSLO!”.

O livro é dividido em três capítulos de autoria de Mirta Henault, Peggy Morton e Isabel Larguía, respectivamente. Uma nota em agradecimento a Peggy Morton e Isabel Larguía informa que os textos das autoras foram autorizados, e faz referência as edições onde foram publicados originalmente.<sup>424</sup> Para a reflexão proposta neste capítulo, analisarei apenas os artigos das feministas argentinas Mirta Henault e Isabel Larguía, por serem sujeitos centrais desta tese, ou seja, autoras argentinas que durante os períodos de ditadura publicaram textos que se propunham a discutir temas que foram instrumentalizados pelos feminismos. Nesse sentido, gostaria de ressaltar que o texto da feminista canadense Peggy Morton não referencia nenhuma das autoras mais citadas pelas feministas argentinas entrevistadas.

No texto intitulado “La mujer y los cambios sociales”<sup>425</sup>, Mirta Henault baseia sua análise na tese de que os condicionamentos sociais que fazem das mulheres “o Outro” em relação aos homens são reflexos dos lugares que as mesmas ocupam no setor econômico produtivo, por

---

<sup>423</sup> HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>424</sup> O texto de *La Mujer*, de Isabel Larguía, foi publicado na Revista Casa de las Américas sob o título *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Já o texto de Peggy Morton, *El trabajo de la mujer nunca se termina*, foi publicado inicialmente no periódico feminista norte-americano *Leviathan* 2, n. 1 (São Francisco) com o título original *A Woman's Work Is Never Done*, em 1970.

<sup>425</sup> HENAULT, Mirta. *La mujer y los cambios sociales*. In: HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 13-40.

sua vez, regulador das relações sociais. Para a autora, o capitalismo oferece poucas oportunidades para às mulheres, uma vez que lhes nega os trabalhos criativos, que modificariam substancialmente suas relações de dependência em relação aos homens. No decorrer do texto, Henault desenvolve ainda uma reflexão sobre a participação das mulheres nas lutas sociais para mostrar que mesmo que a União Soviética, China e Cuba tenham tido avanços com a ascensão do socialismo, algumas contradições persistiram, pois “(...) la liberación de las mujeres está sometida al grado de desarrollo económico y social. Pero este desarrollo económico y social no es suficiente para liberar a las mujeres de su opresión de siglos”<sup>426</sup>.

O texto é dividido em algumas subpartes, sendo que na parte introdutória, intitulada “La mujer como producto de la historia”, a autora cita Beauvoir, Bebel, Marx e Engels, de modo a apresentar os autores com os quais sua análise dialoga, embora nenhum deles voltará a ser citado em outras partes do texto. No primeiro parágrafo do texto a autora explicita sua referência ao debate levantado por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* ao utilizar a expressão “lo otro”, para qualificar a desigualdade histórica nas relações entre mulheres e homens.<sup>427</sup> Em seguida, Henault situa *O segundo sexo* como a “primeira e mais importante obra” dedicada à “problemática feminina”. Ressalta que a autora francesa sugere a análise empreendida por August Bebel como a abordagem mais coerente, uma vez que esse, ao pensar de maneira relacional a situação dos proletários e das mulheres, indica que ambos não representam um grupo em inferioridade numérica diante do “outro”. Entretanto, para Beauvoir, a diferença que se instituiu é que as mulheres, diferente dos proletários, estão marcadas por suas estruturas fisiológicas, em virtude de seus corpos.<sup>428</sup>

Após essa constatação, a autora argentina cita algumas passagens de *O segundo sexo* onde Beauvoir dialoga com a tese de Bebel, suprimindo algumas partes do original e construindo um novo trecho, no intuito de adequar a reflexão da autora francesa o seu texto, mesclando

---

<sup>426</sup> “(...) a liberação das mulheres está submetida ao grau de desenvolvimento econômico e social. Mas este desenvolvimento econômico e social não é suficiente para liberar as mulheres de sua opressão de séculos”. Ibidem, p. 35. (Tradução livre – Joana Vieira Borges).

<sup>427</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>428</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 1. Fatos e Mitos. Trad. Sergio Milliet. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. P. 12-13.

as narrativas. Segue o trecho construído por Henault com citações de *O segundo sexo*:

En un estudio hecho hace más de 30 años sobre la problemática femenina (“El Segundo Sexo” – **la primera y más importante obra dedicada al tema** –), Simone de Beauvoir plantea que el acercamiento que estableció Bebel entre el proletariado y las mujeres sería el mejor fundado. ‘Tampoco los proletarios se encuentran en inferioridad numérica y no han constituido jamás una colectividad separada, hay un desarrollo histórico que explica su existencia como clase y que informa acerca de la distribución de esos individuos como clase’, y agrega que, sin embargo, ‘no siempre hubo proletarios, pero siempre ha habido mujeres’, éstas lo son por su estructura fisiológica; por lejano que sea el tiempo histórico en que nos remontemos, han estado siempre subordinadas al hombre: su dependencia no es un acontecimiento, o un devenir, no es algo que *ha llegado*. La alteridad aparece aquí como un absoluto, porque escapa al carácter accidental del hecho histórico. Una situación que se ha creado a través del tiempo puede deshacerse en un tiempo posterior; en cambio, parece que una condición natural desafía el cambio. En verdad, la naturaleza no es un dato inmutable el mismo modo que no lo es la realidad histórica. Si la mujer se descubre como lo inesencial que nunca vuelve a la esencia, es porque ella misma no opera esa vuelta’. Según Simone de Beauvoir, la situación de las mujeres se presenta como ‘algo dado por la naturaleza’ y no como un producto histórico. Sin embargo, nosotras pensamos que, si las mujeres se plantean como ‘lo otro’ en relación al varón es porque *ellas mismas han sido condicionadas por exigencias sociales*, que determinaron sus características singulares que son el reflejo de su ubicación en la base económica sobre la cual se sustentan esas relaciones sociales.<sup>429</sup>

---

<sup>429</sup> “Em um estudo realizado há mais de 30 anos sobre a problemática feminina (*“O segundo sexo”* – **a primeira e mais importante obra dedicada ao tema**),

Mesmo que Henault não referencie a citação completa (com título do texto, ano e local da publicação), as passagens foram extraídas do primeiro volume de *O segundo sexo – Fatos e Mitos*, e estão localizadas na introdução do trabalho. Nessa passagem, Simone de Beauvoir esboça o estado da arte das discussões sobre o que seria “a situação da mulher” e apresenta sua tese de que somente ao questionar sua posição de “Outro” em relação aos homens, impondo-se como “Sujeito”, a mulher alcançará sua independência, sua “liberdade”.

Em relação a sua leitura de *O segundo sexo*, percebemos que Henault dialoga com a análise proposta por Beauvoir no que tange a ideia de que a inferiorização das mulheres é construída historicamente<sup>430</sup>, logo, passível de transformação pela ação das mesmas. Para Henault, a dependência e marginalização das mulheres é fruto do condicionamento social determinado por razões históricas que as determinam como o “segundo sexo”. Enfatiza em suas conclusões que a situação das mulheres é ainda resultado do desenvolvimento desigual do processo econômico que as condena às atividades mais

---

Simone de Beauvoir sugere que a aproximação estabelecida por Bebel entre o proletariado e as mulheres seria mais lógica. ‘Tampouco os proletários se encontram em inferioridade numérica e não constituíram jamais uma coletividade separada, há um desenvolvimento histórico que explica sua existência como classe e que informa sobre a distribuição desses indivíduos como classe’, e agrega que, entretanto, ‘nem sempre houve proletários, mas sempre existiram mulheres’, estas o são por sua estrutura fisiológica; por mais distante que seja o tempo histórico que remontemos, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é um acontecimento de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*. É, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto. Uma situação que se criou através dos tempos pode desfazer-se num dado tempo; parece, ao contrário, que uma condição natural desafia qualquer mudança. Em verdade, a natureza, como a realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno’. De acordo com Simone de Beauvoir, a situação das mulheres se apresenta como ‘algo dado pela natureza’ e não como um produto histórico. Entretanto, nós pensamos que, se as mulheres se pensam como ‘o outro’ em relação aos homens é porque *elas mesmas foram condicionadas por exigências sociais*, que determinaram suas características singulares, que são reflexo de sua localização na base econômica sobre a qual se sustentam essas relações sociais” (Tradução livre). *Ibidem*, p. 13-14. (Grifos meus).

<sup>430</sup> *Ibidem*, p. 16.



artesanais e dependentes, enquanto as atividades criativas estariam nas mãos dos homens. Nesse sentido, o texto conclui que a mudança viria com a liquidação do regime de propriedade privada dos meios de produção, e pela transformação do regime social, que passaria a incluir as mulheres como “sujeitos” e não como o “Outro” – o “segundo sexo” em relação aos homens –, sendo assim a liberação das mulheres deveria ser encarada como uma ação revolucionária feminina<sup>431</sup>.

Observamos que Henault discute com a parte introdutória do primeiro volume de *O segundo sexo*, bem como com o capítulo três, intitulado “O ponto de vista do materialismo histórico”, ainda que não apresente referências pontuais. Nesse capítulo, Beauvoir analisa criticamente os postulados das teorias do materialismo histórico a respeito das mulheres, centrando sua discussão nas reflexões levantadas August Bebel e, sobretudo, por Friedrich Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Para a autora francesa, Engels atrelou a história das mulheres à história do avanço das técnicas ignorando os pormenores históricos, logo, reduziu a problemática feminina à abstração do *homo economicus*, que só entenderia homens e mulheres como entidades econômicas.<sup>432</sup> Simone de Beauvoir defende em *O segundo sexo* que os pontos de vista biológicos, psicanalíticos e econômicos entendidos separadamente, não dão conta da complexidade da questão da inferiorização e submissão das mulheres ao longo da história, e que o socialismo por si só não aboliria com a propriedade privada e a família, como declarou Engels. A autora afirma:

Assim, recusamos pela mesma razão o monismo sexual de Freud e o monismo econômico de Engels. (...). Por baixo dos dramas individuais como da história econômica da humanidade, há uma infra-estrutura existencial que permite, somente ela, compreender em unidade essa forma singular que é uma vida. (...). Para descobrir a mulher não recusaremos certas contribuições da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, mas consideraremos que o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência.<sup>433</sup>

---

<sup>431</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>432</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.*, P. 76.

<sup>433</sup> Ibidem, p. 80.

O texto de Mirta reflete em parte essas considerações. Ainda que centre sua discussão na questão econômica e no advento do socialismo soviético, chinês e cubano como experiências que trouxeram alguns avanços à situação das mulheres, ao concluir seu texto a autora afirma que essa problemática continua essencialmente inalterada e que somente uma conscientização das mulheres em torno de uma luta específica fará a verdadeira revolução. De acordo com Mirta, em suas considerações finais:

El cambio de régimen social no ha modificado ni modificará por si solo las condiciones de vida de las mujeres. Tampoco será un genio salvador por muy lúcido que sea, quien determinará el cambio. La liberación de las mujeres deberá ser encarada por ellas mismas en una lucha que arrastrará todos los vestigios anacrónicos de una vida cotidiana deshumanizada y sin alicientes. La acción revolucionaria de las mujeres, su ingreso a la historia, significará la “humanización de la humanidad”, por eso es la revolución más profunda, auténtica y necesaria para la realización de la especie humana.<sup>434</sup>

Em um texto intitulado “Los estudios de la mujer y la crítica epistemológica a los paradigmas de las Ciencias Humanas”<sup>435</sup>, caracterizado como uma publicação interna do Centro de Estudios de la Mujer (CEM), Gloria Bonder<sup>436</sup>, uma das fundadoras e a coordenadora

---

<sup>434</sup> “A mudança do sistema social não tem alterado nem modificará por si só as condições de vida das mulheres. Nem será um gênio salvador, por mais lúcido que seja, quem determinará a mudança. A libertação das mulheres deverá ser encarada por elas mesmas como uma luta que arrastará todos os vestígios anacrônicos de uma vida cotidiana desumanizada e sem incentivos. A ação revolucionária das mulheres, sua entrada na história, significará a ‘humanização da humanidade’, por isso será a revolução mais profunda, autêntica e necessária para a realização da espécie humana” (Tradução livre). HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>435</sup> BONDER, Gloria. *Los estudios de la mujer y la crítica epistemológica a los paradigmas de las Ciencias Humanas*. Edición limitada destinada a circulación interna. N. 42. Buenos Aires: Centro de Estudios de la Mujer, 1982.

<sup>436</sup> Gloria Bonder é graduada em Psicologia pela Universidad de Buenos Aires (UBA), e pós-graduada em Gênero e Educação na University of Cambridge. Foi

do grupo até os dias de hoje, também faz referências a *O segundo sexo*. O texto em questão, publicado pelo CEM em 1982, é resultado de um trabalho apresentado pela autora no “Primer Coloquio Internacional sobre la Investigación y la Enseñanza relativos a la Mujer”, realizado no mesmo ano em Montreal, no Canadá.<sup>437</sup>

Nesse texto, Bonder reflete sobre os “estudos da mulher” para as Ciências Humanas, mostrando que os discursos científicos estariam marcados pelos paradigmas masculinos que sustentam a “opressão do gênero sexual feminino”, e afirma: “La forma en que una sociedad selecciona, clasifica, distribuye y transmite y evalúa el conocimiento refleja la distribución del poder y de control social”<sup>438</sup>. Nesse sentido, alerta para o caráter desconstrutivista dos “estudos da mulher” e ao fato de que essa “instância de vigilância epistemológica” estaria anunciando uma “revolução científica” em marcha naquele início dos anos 1980.<sup>439</sup> Aos “estudos da mulher” caberia então a construção de novos paradigmas críticos sobre os seres humanos baseados em uma “perspectiva das mulheres”, e protagonizados pelos movimentos de mulheres e grupos de conscientização.<sup>440</sup>

O texto, dividido em subtítulos, traz a primeira referência a *O segundo sexo* ainda na parte introdutória, intitulada “Los Estudios de la Mujer: Características y Perspectivas”. Nesse ponto, Gloria Bonder situa

diretora-fundadora do Postgrado Interdisciplinario de Especialización y Estudios de la Mujer na Facultad de Psicología da UBA, entre os anos de 1987 e 1998. Atualmente é diretora da área de Gênero, Sociedade e Política da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO Argentina), sendo também consultora de vários organismos internacionais como, por exemplo, a CEPAL, UNIFEM, OEA e a UNESCO. Desenvolve investigações e tem publicações em temas de gênero e educação, comunicação, ciência, tecnologia e juventude.

<sup>437</sup> O texto foi datilografado em papel simples, e encontra-se protegido por uma capa de papel cartão que traz o nome do CEM e o endereço de sua sede. Destaca-se o caráter do texto com a inscrição “Publicaciones” que aparece ao lado de um logotipo. Abaixo a informação de que se trata de uma edição limitada e destinada à circulação interna, e que não se autoriza a sua reprodução total ou parcial. . O texto em questão encontra-se na biblioteca do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEG) da Facultad de Filosofía y Letras (FILO) da Universidad de Buenos Aires (UBA).

<sup>438</sup> “A forma com que uma sociedade selecciona, classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento reflete a distribuição de poder e de controle social” (Tradução livre). BONDER, Gloria. *Op. cit.*, p. 6.

<sup>439</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 2.

o início dos estudos sobre as mulheres entre os anos de 1960 e 1970 nos Estados Unidos – “Women’s Studies” – e em alguns países europeus – como os “Etudes Féminines” ou “Recherches Feministes”, na França – bem como na América Latina, no final dos anos 1970 – com os “Estudios de la Mujer” ou “Estudios sobre la Condición Femenina”. Para a autora, o objetivo desses estudos consiste em “investigar criticamente e reconceitualizar o conhecimento existente sobre as mulheres, assim como as maneiras como o mesmo vem sendo construído e transmitido socialmente”.<sup>441</sup> Para amparar essa reflexão, Bonder cita uma passagem de *O segundo sexo*:

Ya en 1958 Simone de Beauvoir decía: “La visión del mundo en sí mismo y esta visión que disponemos es un producto de los hombres, describe el mundo desde la perspectiva de los hombres... siendo una perspectiva es confundida con la verdad absoluta. El hombre representa en la cultura a la vez lo positivo y lo neutro, la mujer aparece como lo negativo. El hombre [sic] se ha comprendido a sí mismo como ser genérico, el comportamiento del hombre se ha convertido en el modelo de lo comportamiento humano”.<sup>442</sup>

A citação aparece incompleta ao final do texto, não se refere nem ao ano, volume, e localização do trecho no livro de Simone de Beauvoir, indicando apenas que foi publicado na Argentina pela Ediciones Siglo Veinte. Contudo, assim como vimos anteriormente na apropriação efetuada por Mirta Henault, a passagem está na parte introdutória do primeiro volume de *O segundo sexo* e trata-se igualmente de uma construção feita pela autora argentina a partir de trechos que não estão dispostos nessa ordem na narrativa composta pela autora francesa<sup>443</sup>.

---

<sup>441</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>442</sup> “Já em 1958 Simone de Beauvoir dizia: ‘A visão de mundo em si mesmo e essa visão que temos é um produto dos homens, descreve o mundo a partir da perspectiva dos homens ... sendo uma perspectiva é confundida com a verdade absoluta. O homem representa na cultura, ao mesmo tempo, o positivo e o neutro, as mulheres aparecem como negativos. O homem tem entendido a si mesmo como ser genérico, o comportamento do homem tem se convertido no modelo do comportamento humano’” (Tradução livre). Ibidem, p. 2.

<sup>443</sup> Essa constatação é possível ao compararmos o trecho apresentado por Gloria Bonder ao texto de Simone de Beauvoir traduzido para o espanhol por Pablo Palant, tradutor da primeira edição de *El segundo sexo* na Argentina, pela

Além disso, Bonder se refere a uma publicação de *O segundo sexo* de 1958, publicada em Buenos Aires pela editora Siglo Veinte.<sup>444</sup> A autora argentina se esquece de citar que a primeira edição em francês de *O segundo sexo* foi publicada quase uma década antes, em 1949 na França pela editora Gallimard.

A utilização da citação de Simone de Beauvoir por Gloria Bonder aparece inicialmente com o objetivo de amparar sua defesa na crítica epistemológica aos paradigmas masculino-universais apresentados pelas Ciências Humanas, mas podemos pensá-la como o cerne que sustenta sua reflexão, uma vez que o debate não se reduz ao trecho inicial onde Beauvoir é citada. Mais adiante, após analisar detidamente as noções de paradigma e conhecimento científico, bem como a crítica epistemológica dos “estudos da mulher” em relação a esses, Bonder faz nova referência a *O segundo sexo*, agora de maneira conclusiva. Sobre as recentes investigações produzidas pelos “estudos da mulher” no âmbito de diferentes disciplinas como, por exemplo, a Psicologia, Ciências Sociais e Políticas, a Linguística e a Filosofia, a autora argentina conclui:

El resultado substantivo de esta investigación ha confirmado la existencia de la equivalencia humano=masculino y su contrapartida: masculino=humano, como supuesto básico subyacente a todo el conocimiento científico occidental. Esta equivalencia ontológica asume la forma de una lógica binaria, jerárquica y atributiva, ya que instituye a uno de los sexos, el masculino, como el modelo positivo del comportamiento humano y desde este modelo que configura a lo otro sexo sobre la base de atribuciones en términos de negatividad respecto del modelo. Esta conclusión confirma y profundiza en cada disciplina lo ya expresado por Simone de Beauvoir en 1958, en su obra pionera “El segundo sexo”<sup>445</sup>.

---

editora Siglo Veinte. Para essa análise, foi consultado o volume 1. Los hechos y los mitos, edição do ano de 1975.

<sup>444</sup> Essa edição não foi encontrada em minhas buscas nos catálogos dos acervos das bibliotecas mencionadas no início deste capítulo.

<sup>445</sup> “O resultado substantivo dessa investigação tem confirmado a existência da equivalência humano=masculino e sua contrapartida: masculino=humano, como pressuposto básico subjacente a todo o conhecimento científico ocidental. Esta

Se no início de seu artigo Gloria Bonder cita um trecho de Simone de Beauvoir como ponto de partida para sua reflexão, nesse ponto de sua narrativa – exatamente na metade do texto – a autora argentina volta a fazer referência a Beauvoir no sentido de legitimar a necessidade dos “estudos da mulher” para a revisão dos paradigmas científicos em âmbito interdisciplinar e para a resignificação do sujeito mulher. Para Bonder, *O segundo sexo* é um exemplo desse tipo de investigação nos estudos filosóficos, assim como, por exemplo, os estudos de Luce Irigaray sobre a sexualidade feminina para as teorias psicanalíticas<sup>446</sup>.

Em nota, no fim do artigo, Bonder justifica que poderia citar ainda outras autoras, mas que por falta de espaço no texto optou por citar apenas algumas autoras e algumas áreas de concentração. Entretanto, percebo que Simone de Beauvoir não é escolhida apenas como um exemplo entre outros/outras autoras a considerar, mas como uma leitura que justifica e legitima a sua reflexão, uma vez que a autora parte dela para levantar sua questão e a utiliza para confirmar a sua tese.

Isabel Larguía, socióloga argentina, em seu artigo intitulado “La Mujer”<sup>447</sup>, publicado em *Las mujeres dicen basta* – livro mencionado no início desse capítulo – defende uma “teoria científica da liberação feminina” que explicasse as razões da marginalização das mulheres ao longo da história e na construção de uma sociedade sem classes. Para a autora, a “ciência burguesa” produziu diversas teorias ao longo da história para provar a “inferioridade biológica” das mulheres, cabendo então a uma nova ciência mostrar os interesses imbricados na criação de “tipologias sexuais” que colocam o feminino como inferior em relação ao masculino. De acordo com Larguía, “Los cánones de conducta cristalizados a través de milenios predeterminan de manera absoluta la formación educacional y el destino social del nuevo ser humano según nazca varón o mujer”<sup>448</sup>.

equivalência ontológica institui um dos sexos, o masculino, como o modelo que configura o outro sexo conforme atribuições negativas em relação a esse modelo. Esta conclusão confirma e aprofunda em cada disciplina o anteriormente expressado por Simone de Beauvoir em 1958, em sua obra pioneira ‘*O segundo sexo*’”. BONDER, Gloria. *Op. cit.*, p. 7.

<sup>446</sup> Idem.

<sup>447</sup> LARGUIA, Isabel. La Mujer. In: HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 71-128.

<sup>448</sup> “Os cânones de comportamento cristalizados através de milênios predeterminaram, de maneira absoluta, a formação educacional e o destino

Os caminhos de “La Mujer” percorreram uma longa trajetória de publicações, recebendo edições em Cuba, nos Estados Unidos, e em diferentes países da América Latina e Europa. Seguindo seus rastros, observamos alguns de seus momentos: começou a ser escrito em 1967, e passou a circular em sua forma manuscrita sob o título *Por un feminismo científico* a partir de 1969<sup>449</sup>. Foi publicado pela primeira vez pelo editorial norte-americano Partisans, no ano de 1970<sup>450</sup>, e posteriormente pela *Revista Casa de las Americas*, em 1971, sob o título *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*.<sup>451</sup> Alcançou a Argentina como uma reprodução dessa última publicação, sendo publicado no livro em análise nesse capítulo – *Las mujeres dicen basta* – provavelmente no ano de 1972. A circulação desse texto foi ainda mais longe e recebeu uma nova edição publicada sob o título de *Hacia una concepción científica de la emancipación de la mujer*, em 1983, em Havana pelo Editorial Ciencias Sociales.<sup>452</sup> Ganhou uma nova edição bastante ampliada em 1988, publicada em Buenos Aires pelo Centro Editor de America Latina, com o título *La nueva mujer. Teoría y Práctica de su emancipación*<sup>453</sup>, que aparece com a coautoria de John Dumoulin, então companheiro de Isabel Larguía.

No Brasil, o livro recebeu o título *Para uma ciência da libertação da mulher*<sup>454</sup>, publicado pela primeira vez em 1982 pela Editora Global. Uma resenha dessa edição foi publicada no periódico feminista brasileiro *Mulherio*, na coluna sobre “Leituras”, em fevereiro do ano de 1983, sob o título “Uma visão militante e categórica”, de autoria de

---

social do novo ser humano segundo nasce homem ou mulher” (Tradução livre). *Ibidem*, p. 89.

<sup>449</sup> Cf. LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *La mujer nueva. Teoría y práctica de su emancipación*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988 (Bibliotecas Universitarias), p. 8.

<sup>450</sup> *Idem*.

<sup>451</sup> LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. *Revista Casa de las Américas*, números 65-66, marzo-junio, La Habana, Cuba: 1971.

<sup>452</sup> Isabel Larguía viveu durante muitos anos em Cuba, e suas experiências no país pós-revolução de 1959 estão refletidas em sua abordagem marxista para a questão da libertação das mulheres na América Latina. Cf. SCHUTTE, Ofelia. *Cultural identity and social liberation in Latin American Thought*. USA: State University of New York Press, 1993, p. 235.

<sup>453</sup> LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *Op. cit.*

<sup>454</sup> *Idem*. *Para uma ciência da libertação da mulher*. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Global, 1982.

Cristina Bruschini <sup>455</sup>. No texto, Bruschini provoca as hipóteses levantadas por Larguía e Dumoulin:

Vale a pena ler, para refletir: a subordinação feminina será mesmo uma característica apenas do capitalismo? Ou ela se dá também em outros sistemas sócio-econômicos nos quais a posição da mulher na família e na reprodução não é menos dominada? (...) Pena, portanto, que a contradição esteja ausente deste texto, onde foi substituída pelo tom militante e categórico. Pena também que a má qualidade da tradução tenha prejudicado ainda mais sua leitura.<sup>456</sup>

O trabalho de Larguía dialoga, principalmente, com as reflexões levantadas por Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, e Marx, em *A ideologia alemã*, para mostrar que a divisão do trabalho foi o fator que relegou as mulheres à esfera privada e à produção de bens de consumo para a família. Sua tese é a de que as mulheres produzem um “trabalho invisível” no interior dos lares, em contraposição a um “trabalho visível” (produtor de mercadorias), realizado pelos homens na esfera pública. De acordo com a autora, a divisão entre essas esferas e a valoração do trabalho em relação ao que produz se ampara na confusão gerada quando se pensa na reprodução biológica em relação direta com a reprodução privada da força de trabalho, caracterizando o trabalho das mulheres como marginal em relação ao realizados pelos homens. O matrimônio e a constituição da família confiscam esse “trabalho invisível” produzido pelas mulheres no interior dos lares, e as tornam prisioneiras de um conceito de feminilidade que convém a reposição dessa força de trabalho clandestina.

Para Larguía, assim como para Mirta Henault, no artigo anteriormente analisado, tanto Engels quanto Marx deixaram suas contribuições para a história das mulheres ao relacionarem o surgimento da família patriarcal e da propriedade privada com as causas da opressão feminina. Ambas concordam em seus escritos que o advento das sociedades socialistas ofereceu alguns avanços nessa questão, mas que não modificou substancialmente a divisão de trabalho entre os sexos. Tanto para Larguía quanto para Henault, a liberação da mulher está

---

<sup>455</sup> *Mulherio*. São Paulo, Ano III, n. 11, p. 18, jan./fev. 1983.

<sup>456</sup> Idem.



ligada ao desenvolvimento econômico e social. Entretanto, Larguía acusa alguns movimentos feministas e setores da “nova esquerda” de lutarem apenas em nome da “liberação sexual da mulher”, desenfazando a luta de classes e a luta pela eliminação do “trabalho invisível”. Para a autora, esse “liberalismo sexual”, amparado em teóricos como Wilhelm Reich, estaria sendo encampado em sua maioria por mulheres da classe média acadêmica e profissional. Em sua opinião, essa proposta distancia as mulheres da luta por mudanças revolucionárias em sua situação, sobrevalorizando a liberdade sexual como único objetivo de sua rebeldia em detrimento das lutas sociais coletivas.<sup>457</sup>

Na parte do texto de Larguía intitulada “Segunda jornada de trabajo”, aparece a única referência do texto a uma das autoras citada pelas feministas argentinas entrevistadas como influente nas discussões daqueles anos: a norte-americana Betty Friedan. Para a autora, se o trabalho doméstico é considerado como uma “característica sexual secundária” – uma “qualidade biológica” –, logo, considera-se “natural” que a mulher que trabalha fora de casa aceite o trabalho doméstico como segunda jornada.<sup>458</sup> Analisando as horas trabalhadas semanalmente pelas mulheres francesas em 1959, Larguía coloca que uma das conclusões possíveis quando se pondera sobre a relação número de filhos por horas de trabalho em casa, tanto das mulheres que trabalham fora quanto das donas-de-casa, é a de que as últimas levam muito mais tempo para resolverem os mesmos afazeres domésticos do que as primeiras. A justificativa para isso estaria no fator psicológico, pois a dona-de-casa se ocuparia obsessivamente do lar e da família: “En las palabras de Betty Friedan: ‘El amacatismo [sic] se expande hasta llenar todo el tiempo disponible’<sup>459</sup>”. Ainda que não apresente a referência completa do trecho em questão, sabemos que Larguía está se referindo *Mística Feminina*<sup>460</sup>, uma vez que em *La nueva mujer. Teoría y Práctica de su emancipación*, publicado em 1988 pelo Centro Editor de América Latina, a autora faz menção, em nota de rodapé, a uma edição em inglês publicada em New York em 1964.

---

<sup>457</sup> LARGUIA, Isabel. La Mujer. In: HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 119.

<sup>458</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>459</sup> “Nas palavras de Betty Friedan: ‘O trabalho doméstico se expande até preencher todo o tempo disponível’” (Tradução livre).

<sup>460</sup> Texto de autoria de Betty Friedan e publicado originalmente em 1963 nos Estados Unidos.

Em *Mística Feminina*, Betty Friedan desenvolve um capítulo para analisar o princípio de que “o trabalho se expande para encher o tempo disponível”, formulado pelo inglês C. Northcote Parkinson.<sup>461</sup> Friedan aplica esse princípio à situação das donas-de-casa norte-americanas entre os anos de 1950 e 1960 para entender as razões pelas quais as tarefas domésticas ocupavam cada vez mais tempo de trabalho diário, mesmo com as famílias da classe-média americana aderindo cada vez mais ao uso de eletrodomésticos. Ao final do capítulo, Friedan concluiu que o trabalho doméstico se expandia à medida que as donas-de-casa percebiam que não havia outro objetivo com o qual se ocupar. Ainda que Larguía não cite especificamente a página de onde extrai a frase de Friedan, podemos encontrá-la no título do capítulo, na apropriação realizada pela autora estadunidense do princípio de Parkinson, e citada mais de uma vez ao longo do capítulo.<sup>462</sup>

Larguía se apropria do debate de Betty Friedan para mostrar que o princípio se aplica a outros contextos, pois analisando as horas trabalhadas semanalmente pelas mulheres francesas chega à mesma conclusão: de que as donas-de-casa, apesar de terem mais tempo para executarem as tarefas domésticas, dedicam-se mais a elas que as assalariadas, que supostamente teriam menos disponibilidade para tais. O diálogo travado com a autora norte-americana não avança para além dessa constatação, e Larguía ainda prossegue sua análise apontando outras razões como, por exemplo, de que as assalariadas executam as tarefas domésticas em menos tempo, pois dispõem de seus salários para socializar parte da segunda jornada com babás e lavanderias. Acredito que o debate não se mantenha porque o interesse de Larguía não são “as ‘senhoras’ das classes ociosas”,<sup>463</sup> dos países ditos de “Primeiro Mundo”, como os Estados Unidos (cerne da análise de Friedan em *Mística Feminina*), mas a situação das donas-de-casa dos setores trabalhadores.

Nem mesmo na parte do artigo em que discute a mulher como prisioneira da sociedade de consumo, problemática da análise

---

<sup>461</sup> Parkinson formulou esse princípio com base em experiências de caráter administrativo durante a Segunda Guerra Mundial. Cf. FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971, p. 207.

<sup>462</sup> Na passagem da página 218 para a 219 encontramos o seguinte trecho “A carreira doméstica pode e deve expandir-se para preencher todo o tempo disponível, uma vez que não há outro objetivo na vida”. Idem.

<sup>463</sup> LARGUIA, Isabel. La Mujer. In: HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Op. cit.*, p. 84.

desenvolvida por Betty Friedan em *Mística Feminina*, Larguía retorna o diálogo. Justamente nesse momento do texto, onde defende que a sociedade de consumo é um dos braços a serviço do “neocapitalismo” é que Larguía desenvolve sua crítica a um feminismo de classe-média cujo objetivo seja unicamente a liberação sexual. A autora se preocupa com as mulheres que, apesar do avanço da cultura proletária, aproveitam o poder de compra para obter tão somente o *status* similar a de uma dona-de-casa da sociedade de consumo. Na parte conclusiva de seu texto retoma:

La sobrevaloración de la libertad sexual como único objetivo de la rebeldía femenina surge del mismo proceso de crecimiento de la sociedad de consumo y arrastra consigo fuertes tensiones individualistas. En la práctica, distrae la atención de la mujer de problemas tan fundamentales como la lucha por colectivizar la segunda jornada de trabajo, por suprimir la división de trabajo por sexos, por lograr el ingreso pleno de la mujer a las estructuras del poder proletario y el ejército.<sup>464</sup>

Ou seja, ainda que apresente uma leitura do texto de *Mística Feminina*, essa leitura parece não ter sido a interlocução central ou mesmo uma base teórica sólida nas discussões levantadas por Isabel Larguía em seu texto, como foram Friedrich Engels e Karl Marx, por exemplo. Podemos supor que a leitura de *Mística Feminina* tenha chegado a Isabel Larguía por meio de possíveis viagens aos Estados Unidos<sup>465</sup> e que a tenha citado como um modo de mostrar-se a par das

---

<sup>464</sup> “A sobrevalorização da liberdade sexual como único objetivo da rebeldia feminina surge do mesmo processo de crescimento da sociedade de consumo e arrasta consigo fortes tensões individualistas. Na prática, distrai a atenção da mulher dos problemas tão fundamentais como a luta por coletivizar a segunda jornada de trabalho, por suprimir a divisão de trabalho por sexos, por lograr o ingresso pleno da mulher às estruturas de poder proletário e o exército”. (Tradução livre). Ibid. 118.

<sup>465</sup> Isabel Larguía nasceu em Rosário, na Argentina, e viveu na França na década de 1950. Foi viver em Cuba logo após a Revolução Cubana, em 1959, e seu companheiro naquele momento era norte-americano. Cf. CÁTEDRA LIBRE DE GÉNERO Y CLASE ALCIRA DE LA PEÑA. Disponível em: [http://www.muergeneroyclase.com.ar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48:la-mujer-visible&catid=37:genero-y-clase&Itemid=9](http://www.muergeneroyclase.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=48:la-mujer-visible&catid=37:genero-y-clase&Itemid=9) Acesso em: 01 nov. 2011.

discussões teóricas dos movimentos feministas naquele momento, ainda que não concordasse com algumas reivindicações.

Outra autora que se destaca entre as mais citadas pelas feministas argentinas nas entrevistas realizadas é Virginia Woolf, embora não seja uma referência comum nos livros sobre as mulheres e/ou feminismo publicados no período da ditadura na Argentina. Para essa análise, selecionei uma edição intitulada *La mujer y el feminismo en la Argentina*, publicada pelo Centro Editor de la Mujer (CEM), em Buenos Aires no ano de 1982. O caderno, impresso em folhas A4 grampeadas em formato de livreto, é caracterizado pelo grupo como um “folheto”, e traz a seleção de quinze textos e documentos escritos a partir de 1975 por autoras argentinas interessadas na “emancipação da mulher e na libertação nacional e social” do país<sup>466</sup>. Em uma página intitulada “advertência”, que aparece a título de introdução assinada por María Esther Recabarren, ressalta-se que “a liberação da mulher tem que ser uma obra da própria mulher”. Os textos tratam de temas como o histórico da opressão das mulheres, cartas em resposta a comentários sexistas, educação, trabalho, sexualidade, o papel de Evita na luta pelos direitos das mulheres argentinas e as experiências socialistas, etc. Ao final, o livreto reproduz partes de *Un cuarto propio*, de Virginia Woolf, reunidos em um texto adaptado pelo editorial e intitulado “Si Shakespeare hubiera sido mujer”. De acordo com Recabarren, o texto da autora inglesa foi incluído na publicação para “fechar dignamente o presente esforço” do CEM.

Ao compararmos “Si Shakespeare hubiera sido mujer” com *Un cuarto propio*, percebemos que o texto divulgado pelo CEM é uma construção realizada pela superposição de duas grandes partes do livro da autora inglesa, uma que pertence ao terceiro capítulo e outra que integra o sexto, mais especificamente à conclusão do texto de Woolf. No fragmento publicado em *La mujer y el feminismo en la Argentina*, observamos que a composição de determinadas partes do ensaio de Virginia Woolf pelo CEM objetiva ilustrar a proposta do grupo de que a busca pela autonomia das mulheres depende de uma tomada de

---

<sup>466</sup> A capa, feita do mesmo papel usado no restante do caderno, destaca em negrito e centralizado o título *La mujer*, e traz ainda dois carimbos: um da biblioteca central da Facultad de Filosofía e Letras da UBA avisando que o texto não está disponível para empréstimo, e outro que indica o nome do doador do material para o acervo em 06 de outubro de 1998, trata-se do Professor de Antropologia Blas Manuel Alberti.

consciência das mesmas, que as autoras procuram suscitar inclusive destacando trechos da narrativa de Virginia Woolf com o recurso do negrito.

Nas partes em questão, Virginia Woolf questiona a ausência de escritoras como William Shakespeare na literatura inglesa e, nesse sentido, desenvolve uma história fictícia contando os percalços de Judith – suposta irmã do escritor inglês e igualmente dotada das habilidades literárias – para poder firmar-se como escritora no século XVI. Woolf mostra que por conta das pressões sociais e das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, Judith não consegue desenvolver suas capacidades literárias do mesmo modo que o irmão. Entretanto, a autora termina o seu ensaio, alertando as moças que naquele momento, primeira metade do século XX, havia possibilidades mais concretas para que as mulheres pudessem se pensar e se desenvolverem profissionalmente como escritoras. Embora Woolf admita que esse tipo de escolha ainda não fosse totalmente fácil para as mulheres, afirma que em cem anos, quando as mulheres dispusessem de “um quarto próprio”, uma renda de ao menos 500 libras esterlinas por ano e coragem para escrever o que pensam, grandes autoras surgiriam:

Porque mi credo es que si perdurarnos un siglo o dos **hablo de la vida común que es la verdadera y no de las pequeñas vidas aisladas que vivimos como individuos – y tenemos quinientas libras al año y un cuarto propio**, si nos adiestramos en la libertad y en el coraje de escribir exactamente lo que pensamos; si no escapamos un poco de la sala común y vemos a los seres humanos no ya en su relación recíproca, sino en su relación en la realidad (...), entonces la oportunidad surgirá y el poeta muerto que fue la hermana de Shakespeare se pondrá el cuerpo que tantas veces ha depuesto. Derivando su vida de las vidas desconocidas que la precedieron, como su hermano lo hizo antes que ella, habrá de nacer.<sup>467</sup>

---

<sup>467</sup> WOOLF, Virginia. Si Shakespeare hubiera sido mujer. In: AGUIRRE, Angélica [et. alli.] *La mujer y el feminismo en Argentina*. Buenos Aires: CEM, 1980, p. 63. “Pois minha crença é que, se vivermos aproximadamente mais um século – e estou falando na vida comum que é a vida real, e não nas vidinhas à parte que vivemos individualmente – e tivermos, cada uma, quinientas libras por ano e o próprio quarto; se tivermos o hábito da liberdade e a coragem de

Virginia Woolf conclama as mulheres a buscarem sua própria autonomia e a lutarem para desenvolver suas habilidades artísticas e literárias. Nesse sentido, o ensaio da autora inglesa responde à abordagem intencionada pela publicação do CEM, de mostrar que a independência das mulheres só será alcançada por uma luta específica.

A prática de publicar textos de autoras internacionais na Argentina pode ser observada ainda, com certa recorrência, nos periódicos feministas desse momento. O jornal *Persona*, por exemplo, publicou entre os anos de 1974 e 1982, partes de textos de autoria de Kate Millett, Alexandra Kollontai e Simone de Beauvoir, anunciados como artigos e/ou capítulo de livros. Na primeira edição do *Persona*, as coordenadoras reproduzem um texto de Kate Millett intitulado “La cultura sexista”.<sup>468</sup> Na segunda edição, também de 1974, publicam trechos do segundo capítulo do livro “Política Sexual”, de Kate Millett<sup>469</sup>, e um texto intitulado “La pareja”<sup>470</sup>, que anunciam como extraído de *O segundo sexo*. Na quarta edição de 1980, *Persona* publica fragmentos do livro *La nueva mujer*, de Alexandra Kollontai<sup>471</sup>. O jornal *Brujas* adotará a mesma prática entre os anos de 1986 e 1988, publicando em diferentes números, partes de *Sobre mentiras y secretos*, de Adrienne Rich, e *Dando a luz a un feminismo global*, de Charlotte Bunch.<sup>472</sup>

Essa prática, adotada por algumas das publicações feministas, pode ser descrita como a produção de um novo texto a partir de fragmentos extraídos dos originais traduzidos para o espanhol, como observamos em “Si Shakespeare hubiera sido mujer”. O texto “La pareja”, publicado no *Persona*<sup>473</sup> e atribuído simplesmente a *El segundo*

escrever exatamente o que pensamos; se fugirmos um pouco da sala de estar comum e virmos os seres humanos nem sempre em sua relação uns com os outros, mas em relação à realidade (...), então chegará a oportunidade, e o poeta morto que foi a irmã de Shakespeare assumirá o corpo que com tanta frequência deitou por terra. Extraindo das vidas desconhecidas que foram suas precursoras, como antes fez seu irmão, ela nascerá”. (Tradução WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2004, p. 124).

<sup>468</sup> *Persona*, Buenos Aires, Ano I. n. 1, p. 14-17, 1974.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 7-8.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>471</sup> PERSONA N. 4 SET./OCT. 80, p. 24-28.

<sup>472</sup> Especificamente nas edições de número 10, 11, 12 e 14.

<sup>473</sup> *Persona*, Buenos Aires, Ano I. n. 2, p. 41, 1974.

*sexo* em nota ao final, não consta no formato em que é apresentado no livro da autora francesa. Em *O segundo sexo*, não existe um capítulo com esse título e, ao compararmos o texto publicado no *Persona* com o livro de Beauvoir, percebemos que foi construído a partir de trechos do capítulo “A mulher casada” e fragmentos retirados da conclusão do segundo volume de *O segundo sexo – A experiência vivida*.<sup>474</sup>

Tanto “Si Shakespeare hubiera sido mujer” como “La pareja” são resultados de recortes de trechos contidos nos textos originais extraídos de diferentes capítulos, e que ganharam novos títulos e formatos nas publicações feministas argentinas. Palavras, frases, exemplos e citações são suprimidas e/ou destacadas, e novas sentenças são construídas. Dessa maneira, as responsáveis por esses tipos de publicações teceram novos textos para que esses pudessem ser incorporados aos meios de veiculação a que se propunham. Tornaram textos que em seus originais eram longos e densos em trabalhos mais curtos e simples, e com essa prática fizeram circular leituras. Essas feministas colocaram a disposição textos que de outro modo não seriam (re)conhecidos por muitas mulheres, e com isso difundiram e fizeram as teorias viajarem para além de suas fronteiras.

Os livros da Biblioteca Azul (Bibliothèque Bleue)<sup>475</sup> – forma editorial criada pelos Oudot em Troyes na França no século XVII – eram edições em um formato mais simples, baratos, vendidos por ambulantes, e destinados a um público maior. O fenômeno desse tipo de impressão não foi exclusividade francesa. De acordo com Chartier, que estudou a repercussão dos livros da Biblioteca Azul entre os leitores camponeses, na Espanha e na Inglaterra a venda de livros destinados à grande circulação já eram práticas populares entre os séculos XVII e XVIII, facilmente identificáveis por sua aparência e preço<sup>476</sup>.

A comparação que podemos estabelecer entre essa prática e aquelas desenvolvidas pelas feministas, salvaguardadas as especificidades de cada contexto, é que ambas tiveram por objetivo a popularização de textos considerados de tradição erudita como

---

<sup>474</sup> Na edição em espanhol de *O segundo sexo (El segundo sexo)*, o capítulo em questão recebe o título de “La mujer casada”, tradução literal do título em francês “La feme mariée”.

<sup>475</sup> Receberam esse nome por terem as capas forradas (e sua maioria, mas nem sempre) em papel azul. Ver, a esse respeito, CHARTIER, Roger. *El mundo como representación: estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1990, p. 145-162.

<sup>476</sup> Idem.

edificantes, e que foram inicialmente editados em forma clássica, por meio de reduções e simplificações, objetivando assim uma maior divulgação dos conteúdos. Essa estratégia editorial, percebida em diferentes momentos da história (por exemplo, através dos Clubes do Livro, como veremos no próximo capítulo), tem por objetivo substituir edições com os textos originais e produzidas com materiais mais caros, por textos (re)escritos e mais baratos, estimulando sua difusão em larga escala, respeitando as capacidades leitoras do público alvo. A partir dos recortes e diferentes apropriações dos textos realizadas pelas feministas, percebemos que para essa comunidade de leitoras os textos publicados dessa maneira, em um determinado suporte, talvez tenham produzido sentidos que só foram possíveis por estarem relacionados em um mesmo espaço em que eram discutidos temas semelhantes.

Uma das feministas argentinas entrevistadas nos conta mais detalhes da história das leituras feministas na Argentina que procuro traçar:

(...) em um momento estávamos [as feministas] ameaçadas pela direita e pela esquerda. A esquerda nos considerava reacionárias e a direita nos considerava subversivas, de modo que tudo era muito confuso. Além disso, porque também tínhamos que explicar em nossos trabalhos, que o feminismo tinha a ver com uma condição – nesse momento não falávamos de gênero. Eu escrevi um livro chamado *El género mujer*, que publiquei em 1982; é a primeira vez que se fala de gênero. Eu não tenho nenhuma referência - já o disse várias vezes – nenhuma publicação antes de 82 (...) em que se pusesse a palavra gênero.<sup>477</sup>

A fala é de Leonor Calvera que conheceu o feminismo durante a década de 1970 por intermédio de um grupo de amigas que se reunia, inicialmente, para debater temas e leituras no Café Tortoni, localizado no centro de Buenos Aires, e que em 1975 formaria a UFA – Unión Feminista Argentina.<sup>478</sup> A UFA, como vimos no primeiro capítulo, empreendeu atividades como a formação de grupos de consciência e a produção de materiais como panfletos e volantes para serem utilizados

---

<sup>477</sup> CALVERA, Leonor. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01 mar. 2008. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>478</sup> Leonor afirma que foi por intermédio da amiga Nelly Bugallo que passou a participar das reuniões do grupo. Idem.



em ações nas ruas. Além disso, o grupo se reunia ainda para definir textos que deveriam ser traduzidos e debatidos no coletivo. As primeiras traduções feitas pelo grupo foram de pequenos artigos que discutiam distintos aspectos relacionados à “condição da mulher”.<sup>479</sup> Algumas das integrantes da UFA tinham familiaridade com outros idiomas como, por exemplo, o inglês e o francês. Leonor Calvera aparece nessa época como autora, tradutora e organizadora de livros que versam sobre distintos temas como, por exemplo, religiosidades orientais, misticismos e poesia, interesses esses que marcaram sua escrita em *El género mujer*<sup>480</sup>.

Leonor destaca em sua fala que nesse período o grupo começou a perceber que a luta das mulheres deveria ser empreendida separadamente da luta político-partidária, e que, de acordo com ela, “pequenas coisas foram dando a pauta de que nós mulheres tínhamos uma condição diferente”. Com essa perspectiva, em meados dos anos 1970 Leonor Calvera, com a ajuda das amigas, começou a reunir material bibliográfico para escrever *El género mujer*. Sara Torres – feminista argentina entrevistada para o projeto –, reafirma que Leonor foi a primeira pessoa a utilizar o conceito de gênero em uma publicação<sup>481</sup>. Sara conta que participou da elaboração do livro de Leonor, investigando e selecionando toda a bibliografia que seria utilizada pela autora. Em sua fala procura destacar a relevância do trabalho em conjunto realizado pelas feministas do grupo nesse momento, ainda que nenhum nome seja mencionado na publicação, dedicada apenas a María Luisa Bemberg<sup>482</sup>, diretora e roteirista de cinema e uma das fundadoras da UFA.

---

<sup>479</sup> Em entrevista e no livro *Mujeres y Feminismo en Argentina*, Leonor se refere à tradução de *Notes from the First Year* (1968); *Notes from the Second Year* (1970), e *Notes from the Third Year* (1971), publicadas pelo grupo *New York Radical Women*, em Nova York. As “notas” eram formadas por diversos escritos reunidos sem *copyright*, e tiveram em seu corpo editorial Shulamith Firestone, e colaboradoras como Kate Millett. Para Leonor, os textos serviam de consulta básica para a compreensão da ideologia e evolução do feminismo. Cf, CALVERA, Leonor. *Mujeres y Feminismo en Argentina*. 1. Ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990 (Colección Controversia), p. 366-368.

<sup>480</sup> CALVERA, Leonor. *El género mujer*. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1982 (Colección Testimonios Contemporáneos).

<sup>481</sup> TORRES, Sara. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 01 mar. 2008. Acervo LEGH/UFSC.

<sup>482</sup> María Luisa Bemberg é citada por ambas as entrevistadas como uma das responsáveis por trazer leituras do exterior para serem compartilhadas entre as

*El género mujer*, foi publicado em 1982 em Buenos Aires pelo editorial Belgrano com tiragem de 2.000 exemplares<sup>483</sup>. É um livro volumoso, suas 400 páginas são resultado de cinco anos de trabalho de pesquisa.<sup>484</sup> Em um livro intitulado *Mujeres y Feminismo en Argentina*, publicado em 1990, Leonor Calvera narra como foi o processo de escrita de *El género mujer*, em um capítulo homônimo. Nesse livro, publicado oito anos depois de *El género mujer*, a autora narra que a ideia da escrita do texto surgiu da amiga Sara Torres, e que o primeiro passo para pensá-lo foi indagar-se sobre a história das mulheres, refletindo sobre a condição de ser e estar da mulher no mundo e as possibilidades de modificá-la. Torres é apresentada nessa edição como uma figura central na história do livro, foi quem “estimulou” Calvera a produzir um texto teórico no qual dialogasse com as teorias com as quais o grupo debatia:

Mascullé yo, a solas, estas inquietudes durante más o menos dos años. Me preocupaba, sobre todo, cómo articular la consciencia adquirida en UFA con la realidad que vivíamos. Y también, cómo sería un mundo probable donde existiera el respeto a la igualdad en la diferencia. Cierta tarde, a fines de un verano melancólico, llego a mi puerta Sara Torres. Sara Torres había estado en UFA desde los inicios. (...). Como a muchas otras a quienes fue buscar en su exilio individualista, Sara vino a verme en el '76 con la propuesta de que escribiera un libro. Me aseguró que debía ser yo quien encarara la tarea de una elaboración teórica. Me prestó libros, me estimuló la curiosidad. Sin afirmar nada, continué dándole vueltas a las preguntas que me venían acompañando. Tardaría casi otro año más antes de abocarme de lleno a buscar las respuestas a esos interrogantes. A esta decisión no le fue extraño el apoyo de dos amigas entrañables: María Enriqueta MacLean y María Luisa Bemberg.<sup>485</sup>

---

integrantes da UFA.

<sup>483</sup> Exemplares do livro encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca del Congreso de la Nación e na Biblioteca Carlos Guido y Spano, e em um sebo nos arredores da Plaza del Congreso, também na cidade de Buenos Aires, encontrei edições novas, ainda que com sinais de desgaste pela ação do tempo.

<sup>484</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.*, p, 67.

<sup>485</sup> “Eu murmurei sozinha estas inquietudes mais ou menos dois anos.

Leonor destaca, em mais uma passagem de *Mujeres y Feminismo en Argentina*, a atuação de outras integrantes da UFA e suas práticas de leitura, afirmando que María Luísa Bemberg e Gabriella Christeller<sup>486</sup> eram as “viajantes persistentes” que traziam os textos do exterior quase no mesmo momento em que começavam a circular em seus territórios de origem.<sup>487</sup> Ainda, de acordo com a autora, era Nelly Bugallo a “mentora” que guiava o estudo dos textos onde todas participavam, e com isso buscava preservar a “convivência igualitária e participativa”, prática proposta pelo grupo.<sup>488</sup>

Os textos aos quais a autora se refere como as leituras debatidas pelo grupo, e que foram posteriormente utilizadas na escrita de *El género mujer*, são: *Un cuarto propio* (Woolf, 1929), *O segundo sexo* (Beauvoir, 1949), *Mística Feminina* (Friedan, 1963), *Sputiamo su Hegel* (Lonzi, 1970)<sup>489</sup>, *Macho e Fêmea* (Mead, 1949), *Política Sexual* (Millet, 1970), *A dialética do sexo* (Firestone, 1970), entre outros.

Preocupava-me, sobretudo, como articular a consciência adquirida na UFA com a realidade em que vivíamos. E também como seria um mundo provável onde existisse a igualdade na diferença. Certa tarde, ao final de um verão melancólico, chegou a minha porta Sara Torres. Sara Torres havia estado na UFA desde o início. (...) Como a muitas outras as quais buscou em seus exílios individualistas, Sara Torres veio me ver em 76 com a proposta de que se escrevesse um livro. Assegurou-me que deveria ser eu quem deveria encarar a tarefa de fazer uma elaboração teórica. Emprestou-me livros, estimulou-me a curiosidade. Sem afirmar nada, continuei dando voltas às perguntas que me acompanhavam. Levaria quase mais um ano antes que eu me dedicasse completamente à busca por respostas a essas perguntas. A essa decisão, não foi inesperado o apoio de duas amigas queridas: María Enriqueta MacLean e María Luísa Bemberg” (Tradução livre). Leonor. *Op. cit.*, 1990, p. 55-56.

<sup>486</sup> De acordo com Dora Barrancos, Gabriella Roncoroni de Christeller foi amiga de Simone de Beauvoir. Cf. BARRANCOS, Dora. *Mujeres em la Sociedad Argentina. Una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 240.

<sup>487</sup> Leonor. *Op. cit.*, 1990, p. 34.

<sup>488</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>489</sup> Livro da italiana Carla Lonzi sem tradução para o português. Em tradução livre e literal, temos “Cuspimos sobre Hegel”. Em espanhol foi traduzido como “Esculpamos sobre Hegel y otros escritos sobre liberación femenina”. Leonor afirma que o texto foi profundamente estudado pelo grupo (UFA), que conseguiu que o texto fosse traduzido e publicado na Argentina pelo Editorial La Pléyade, em Buenos Aires no ano de 1978. Cf. CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 1990, p. 46.

Alguns são apresentados em *Mujeres y Feminismo en Argentina* com seus títulos originais, em inglês e em italiano, outros com a tradução que receberam para o espanhol, como no caso de *El segundo sexo*. Suponho que assim foram lidos, alguns já traduzidos para o espanhol, e outros por meio da prática das traduções livres realizadas pelo próprio grupo. Podemos crer ainda que, inicialmente, alguns textos foram traduzidos pelo grupo, que posteriormente os adquiria também em suas traduções para o espanhol. Em *El género mujer*, as referências aos livros aparecem também dessa maneira. Em *Mística Feminina*, por exemplo, a referência na nota de rodapé faz menção a uma edição norte-americana de 1970, e a referência contida na bibliografia indica uma edição em espanhol publicada em 1965, em Barcelona, o que nos leva a pensar que o grupo trabalhasse tanto com títulos em suas línguas originais como com suas traduções.

*El género mujer* é dividido em três partes que compreendem ao todo oito capítulos fracionados em diversos subtítulos. Na primeira delas, Leonor parte de explicações mitológicas em torno das representações da “Deusa Mãe” em diferentes culturas para compreender como os mitos se referiam simbolicamente a condutas da vida cotidiana, e de que maneira, com o passar do tempo e através das distintas interpretações, transferiram o poder inicialmente atribuído às mulheres para as figuras masculinas: “(...) el mito, construído con el flujo y reflujo de la experiencia transfigurada, compone la mejor introducción a la história del género mujer”.<sup>490</sup>

Na segunda parte, a autora percorre diferentes povos, culturas e processos históricos abordando as consequências de uma visão masculina de mundo que, operada pelo estabelecimento de um conjunto de condutas e regras, alienaram às mulheres. Ao fim dessa parte, Leonor questiona o caráter dialético do conceito de sexo, que trata masculino e feminino, homens e mulheres como contrários, de modo que as mulheres sejam sempre definidas como ausência de sujeito, o reverso da identidade masculina. Nesse sentido a autora aponta a urgência de uma perspectiva feminina que torne vulnerável a “sólida singularidade masculina” historicamente construída. Em sua opinião conclusiva, as mulheres devem ser reconhecidas como sujeitos radicalmente distintos ao masculino, havendo então uma reciprocidade de reconhecimento até que se neutralize o centro produtor das séries de opostos. Essa perspectiva pode ser associada ao feminismo da diferença, que ainda que comporte definições variadas, tem por característica a proposta de

---

<sup>490</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 1989, p. 15.

uma revalorização dos atributos tomados como femininos (maternidade e sensibilidade) em oposição radical à cultura patriarcal e a todas as formas de poder entendidas como valores masculinos (organização e racionalização).<sup>491</sup>

Na terceira parte do livro, no último capítulo intitulado “Hoy y el futuro”, Leonor discute temas que se tornaram cruciais para os debates feministas como, por exemplo, maternidade, aborto, anticoncepcionais, prostituição, pornografia, violência, trabalho, política, direitos, entre outros. Nessa parte, quando discute as maneiras pelas quais o sexismo opera também na questão da linguagem, reforçando as dicotomias amparadas no biológico, Leonor apresenta sua reflexão sobre o gênero: “Lo primero que el niño recibe con el lenguaje es la noción de género. No solo un género gramatical de aplicación arbitraria, sino un ‘masculino’ y un ‘femenino’ con significaciones y contenidos tendenciosos”.<sup>492</sup>

Após oito anos da publicação de *El género mujer*, Leonor explicaria como chegou à discussão que deu título ao livro:

A partir de esa hipótesis, estaba claro el eje alrededor del cual giraría mi trabajo, ya que la mujer no es una casta, ni un grupo, ni una clase, su ser estar en el mundo solo podía definirse desde la categoría política de género. Género al que me resistí agregarle ‘femenino’ porque esta adjetivación era reductora, impregnada como estaba de sexismo. Preferí correr riesgos gramaticales, buscando atraer la atención sobre su condición integral y uní dos sustantivos: género-mujer.<sup>493</sup>

---

<sup>491</sup> Cf. GAMBA, Susana Beatriz. Feminismo (historia y corrientes). In: GAMBA, Susana Beatriz; BARRANCOS, Dora; GILBERTI, Eva; MAFFÍA, Diana (Coord.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2009, p. 144-151.

<sup>492</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>493</sup> “A partir dessa hipótese, estava claro que o eixo ao redor do qual giraria meu trabalho, uma vez que a mulher não é uma casta, nem um grupo, nem uma classe, seu ser estar no mundo só poderia ser definida a partir da categoria política de gênero. Gênero ao qual resisti agregar ‘feminino’ porque esta adjetivação era redutora, impregnada como estava de sexismo. Preferi correr riscos gramaticais, buscando atraí a atenção sobre sua condição integral e uni dos substantivos: gênero-mulher”. (Tradução livre). CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 1990, p. 66.

Outros elementos relevantes no mapeamento dessa história dos livros e leituras feministas a qual me proponho refletir aparecem sob o subtítulo “Solidariedad”, também na terceira parte de *El género mujer*. Nesse item, a autora apresenta um estado da arte de algumas leituras feministas, os textos com os quais estava dialogando naquele momento de escrita. Calvera apresenta três deles: *El segundo sexo* (Beauvoir, 1949), *La mística de la feminidad* (Friedan, 1964), e *Macho e Fêmea* (Mead, 1949). Posteriormente, centra sua análise na atuação de diferentes grupos feministas norte-americanos e na publicação de vários textos feministas nos Estados Unidos durante os anos de 1960 e 1970, dando ênfase a *Sexual Politics* (Millett, 1970), *The Dialectic of Sex* (Firestone, 1970) e *Sisterhood is Powerfull* (Morgan, 1970). Fica nítida nessa parte do livro a influência norte-americana nos estudos feministas de Leonor naquela época:

Con los matices que el color local imprime, con las variaciones que el grado de evolución de la sociedad determina, con menor fortuna, la segunda ola de feminismo se extendió allende las fronteras donde se origino. Italia, los Países Bajos, Inglaterra, a corto plazo vieron repetirse en su latitud el paradigma de Estados Unidos. (...) En nuestro país, con una demora de poco más de dos años, se repitió en módica proporción el proceso de los Estados Unidos, lo cual demuestra a la validez universal de los análisis feministas, adaptables a cualquier circunstancia histórica.<sup>494</sup>

Leonor afirma que a UFA tinha grande influência dos estudos feministas norte-americanos, presente nas leituras selecionadas e nas práticas adotadas como, por exemplo, a formação dos “grupos de consciência”.<sup>495</sup> Essa influência foi avaliada pela autora em sua

---

<sup>494</sup> “Com as nuances que a cor local imprime, com as variações que o grau de evolução da sociedade determina, com menor fortuna, a segunda onda do feminismo se estendeu além das fronteiras de onde se originou. Itália, os Países Baixos, Inglaterra, a curto prazo repetiram em suas latitudes o paradigma dos Estados Unidos. (...). Em nosso país, com um atraso de pouco mais de dois anos, repetiu-se em módica proporção o processo dos Estados Unidos, o qual demonstraram a validez universal das análises feministas, adaptáveis a qualquer circunstância histórica” (Tradução livre). *Ibidem*, p. 384-385.

<sup>495</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 1990, p. 45.

entrevista com certo pesar, lamentando que naquela época não chegassem até elas materiais de grupos feministas de outros países da América Latina: “Mesmo com o que se tem agora (...) estamos sempre olhando, publicando e escutando mais as vozes européias ou norte-americanas do que as do nosso próprio continente”.<sup>496</sup>

As primeiras referências a *O segundo sexo* ocorrem na segunda parte do texto<sup>497</sup>, quando Leonor discute como as instituições – a família, o Estado e as religiosidades – atuaram na sociedade utilizando de perspectivas masculinas e falocêntricas, e assim subjugando as mulheres. No subtítulo referente à sociedade grega antiga, Leonor recorre a *O segundo sexo* duas vezes e apenas para ilustrar suas colocações, citando frases curtas que a autora francesa utilizou em seu livro<sup>498</sup>. Ou seja, não se tratam de passagens conclusivas ou que despertem um debate mais profundo sobre o tema, mas frases que em ambas as publicações servem ao mesmo objetivo: descrever aspectos da sociedade grega.

Na terceira parte de seu livro, Leonor Calvera faz mais algumas menções a *O segundo sexo*, e quase todas são termos e trechos extraídos de frases e utilizadas em sua grande maioria para a construção de novas sentenças conclusivas<sup>499</sup> ou ainda para embasar as reflexões defendidas pela autora<sup>500</sup>, como no exemplo a seguir: “Preocupada por afirmar-se, preocupada por darle validez a su yo, la mujer no logra el desprendimiento indispensable para conseguir exactamente lo que busca: ‘confundir su historia, sus problemas, sus dudas, y esperanzas con los de la humanidad’”.<sup>501</sup>

---

<sup>496</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 2008.

<sup>497</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.* 1982, p. 72-73.

<sup>498</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit. Vol. I.*, p. 110-111.

<sup>499</sup> BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo*. Bs. As, 1970 Apud CALVERA, Leonor. *Op. cit.*, pg. 349.

<sup>500</sup> *O segundo sexo* volta a ser enunciado na parte em que a autora reflete sobre a questão do matrimônio, sem fazer referência direta a um trecho específico do livro. É uma citação de uma ideia de Simone de Beauvoir em forma de comentário incorporada na narrativa de Calvera sem o uso de aspas. *Ibidem*, p. 225.

<sup>501</sup> “Preocupada em se afirmar, preocupada em dar validez ao seu eu, a mulher não alcança o desprendimento indispensável para conseguir exatamente o que busca: ‘confundir sua história, seus problemas, suas dúvidas, e esperanças com os da humanidade’” (Tradução livre. Utilizo o itálico para ressaltar o trecho que foi extraído de *O segundo sexo*). BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo*. Bs. As, 1970 apud CALVERA, Leonor. *Op. cit.*, pg. 349.

Em outro momento, Leonor discorda da autora francesa, quando Beauvoir defende que o rompimento da “aliança” entre o feminismo e o socialismo poderia ser atribuído a defesa de Proudhon ao confinamento das mulheres ao lar, declarando-se avesso ao trabalho feminino. A autora argentina discorda que a “hostilidade” do filósofo francês tenha sido a causa para tal ruptura, e defende a ideia de que as mulheres é que perceberam que os socialistas lhes pediam ajuda para uma luta que não lhes era específica, e que lhes prometiam melhoras em um prazo demasiadamente longo.<sup>502</sup> Para Leonor, as trabalhadoras se somaram as lutas dos seus companheiros por se sentirem também vítimas do capitalismo, e nisso suas reivindicações, em um primeiro momento, se confundiram. Já as burguesas, liberadas das injustiças sociais, avaliaram melhor as disparidades em que estavam imersas exclusivamente em função do seu sexo<sup>503</sup>. Embora nesse trecho Leonor não apresente referências do texto de Beauvoir, com o qual estava dialogando, podemos fazer algumas conexões com sua fala sobre o período.

Em sua entrevista, a autora argentina fala que naquele momento, os anos de 1970 na Argentina, discutia-se na UFA a questão da “dupla militância”, ou seja, a presença das mulheres tanto nas organizações políticas quanto nos grupos feministas. Para ela, as divergências geradas pela crise entre os dois setores de militância foram se acirrando cada vez mais com o passar dos anos, e dessa maneira muitas mulheres passaram a militar apenas nos grupos feministas. Ao final dos 1970, quando reunia material para escrever *El género mujer*, Leonor conta que:

(...) ficava claro que uma coisa era o político e outra era o gênero, que havia que separá-los totalmente. Ali por 1979 dissemos “bem, algo temos que fazer”. (...) não se esqueça de que estamos falando dos 70, quando todos queriam mudar tudo e nós [feministas] também; o mundo inteiro tinha que mudar, as relações humanas tinham que mudar, as relações de poder tinham que mudar (...). Então nesse momento estávamos convencidas de que se uma de nós tomasse consciência essa coisa ia se estender. Se você toma consciência, se alguém toma consciência, outros irão tomar consciência e isso se multiplica ao infinito, e se cria uma verdadeira revolução.

---

<sup>502</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>503</sup> Idem.



Mas sabíamos que tínhamos que tomar medidas, que chamamos de medidas reformistas: pequenas coisas que foram dando a pauta de que nós mulheres tínhamos uma condição diferente.<sup>504</sup>

Percebemos que o “clima” dos debates daqueles anos, descrito por Leonor em sua fala, também permeia sua escrita em *El género mujer*. A autora argentina acredita em uma “tomada de consciência” das mulheres a respeito de sua “condição” inferior e de suas “questões específicas” nos mais diversos âmbitos sociais, inclusive na militância nas agrupações de esquerda. Dessa maneira, colocando o poder de decisão na atuação das mulheres, rejeita que tenha partido de um homem, no caso Proudhon, o rompimento entre o socialismo e o feminismo. Mais adiante em seu texto, Calvera cita um artigo de Simone de Beauvoir no *Le Nouvel Observateur*, em 6 de maio de 1972 – 23 anos após o lançamento de *O segundo sexo* – em que a autora francesa afirmava que o socialismo não havia beneficiado as mulheres em nada, no que a autora argentina concorda: “El socialismo es un análisis de clases, carente de contenidos psicológicos, que no se ajusta a la realidad de las mujeres”.<sup>505</sup>

Em relação à *Mística Feminina*, de Betty Friedan, Leonor o emprega apenas uma vez por meio de uma referência direta, aludindo à reflexão central do texto que dá sentido ao título do livro. Analisando os benefícios do emprego fora de casa para as mulheres, a autora argentina faz referência ao texto de Friedan: “No obstante, por debajo o por detrás, asoma como alternativa a uma profunda desazón ‘que no tiene nombre’, la que se origina en el trabajo disperso, no calificado ni remunerado, monótono y desprestigiado del hogar”.<sup>506</sup> Em nota de rodapé a autora não faz referência à *Mística Feminina*, apenas informa que a “feliz frase” é de Betty Friedan. Aproximadamente cem páginas à frente, é que Calvera, ao mencionar *Mística Feminina* como uma das produções literárias que abordam o tema da libertação das mulheres, confere originalidade a Friedan por cunhar como “o problema sem nome” o

---

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> “O socialismo é uma análise de classe, carente de conteúdos psicológicos, que não se ajusta a realidade das mulheres” (Tradução livre). Ibidem, p. 298.

<sup>506</sup> “No entanto, por baixo ou por trás, surge como uma alternativa a um profundo mal-estar ‘que não tem nome’, que se origina do trabalho disperso, não qualificado e não remunerado, monótono e desprestigiado do lar”. (Tradução livre - Utilizo o itálico para ressaltar a expressão de autoria de Betty Friedan). Ibidem, p. 266-267.

sentimento de contradição vivenciado pelas mulheres ao tentarem conciliar a realidade em que vivem com a imagem que tentam conformar.<sup>507</sup> Nesse ponto, cita uma edição norte-americana do livro de Friedan, publicada em Nova York em 1970.

Todas as referências à Virginia Woolf em *El género mujer* remetem a *Un cuarto propio*, sendo que a primeira delas aparece na parte onde a autora argentina discute o “refluxo”<sup>508</sup> do movimento feminista após as conquistas das sufragistas. Calvera recorre a Woolf para pensar na proposta da autora inglesa de que a ação das sufragistas, iniciadas ainda ano século XIX, teria despertado nos homens um desejo de autoafirmação que os impulsionou a enfatizar seu próprio sexo e as características construídas sobre ele: “La hipótesis de Virginia Woolf no es improbable; por el contrario, los hechos la confirman. Ante todos los varones, fusil en mano, se lanzan a reasegurarse en el campo donde siempre se movieron cómodamente: el combate”.<sup>509</sup> Para a autora argentina, a hipótese de Woolf é confirmada pelos fatos que se desenrolaram posteriormente: o acentuado militarismo, o freudismo, projeções exageradas da identidade masculina, entre outros.<sup>510</sup>

Calvera dialoga brevemente com as teses de Virginia Woolf em *Un cuarto propio*, apresentando as discussões levantadas pela autora inglesa a partir da utilização de frases curtas e breve menções ao seu texto, como quando discute a questão da criação artística feminina: “No obstante, como se atreviera a conjeturar Virginia Woolf, es probable que Anónimo, a quien tanto se le debe, fuera una mujer”.<sup>511</sup> A autora argentina cita Woolf para enfatizar a questão do anonimato nas produções artísticas de mulheres do século XVIII, quando algumas escritoras assinavam suas obras pelo uso de pseudônimos masculinos.

---

<sup>507</sup> Ibidem, 352.

<sup>508</sup> Para a autora, após a Segunda Guerra Mundial e a conquista de alguns movimentos sufragistas, a militância feminista entrou em um estado de “repouso”, despertando somente nos anos 1970. Calvera cita Shulamith Firestone em *A Dialética do Sexo* para defender essa noção de “ressurreição” do movimento feminista na década de 70. Ibidem, p. 170-171.

<sup>509</sup> “A hipótese de Virginia Woolf não é improvável; pelo contrário, os fatos a confirmam. Diante de todos os homens, fuzil nas mãos, se lançam a reasegurar no campo onde sempre se moveram comodamente: o combate” (Tradução livre). Ibidem, p. 170.

<sup>510</sup> Idem.

<sup>511</sup> “No entanto, como Virginia Woolf se atreveu a conjeturar, é provável que Anônimo, a quem tanto se deve, fosse uma mulher”. (Tradução livre). Ibidem, p. 318.

Apresenta ainda a tese de Woolf de que toda escritora necessita de “um quarto próprio” – expressão citada entre aspas por Calvera – assim como de um tempo privado, onde possa desenvolver suas habilidades intelectuais sem que seja incomodada pelos demais parentes com quem coabita. Nesse sentido, por não dispor de tais recursos – segundo Virginia Woolf citada por Leonor Calvera – a maioria das escritoras se desenvolveu no ramo das novelas e romances, uma vez que suas sensibilidades haviam sido educadas pela influência dos ambientes compartilhados com as outras pessoas da casa e na observação do cotidiano dos demais.<sup>512</sup>

Tal qual em “Si Shakespeare hubiera sido mujer”, artigo publicado pelo CEM analisado anteriormente, em *El género mujer* Leonor Calvera também dialoga com a reflexão de Woolf sobre a possibilidade da irmã de Shakespeare ter sido escritora, em uma menção incorporada ao seu texto e referenciada em nota de rodapé: “Si Shakespeare hubiera tenido una hermana con su mismo talento que, como él, hubiese marchado a Londres, habría quedado embarazada por un empresário teatral y luego, desesperado por el incidente, el joven corazón de la poeta se habría quitado la vida em un arrebato de violencia”.<sup>513</sup>

Nas referências bibliográficas ao final de *El género mujer*, encontramos autoras que também aparecem citadas nas entrevistas analisadas e nas referências bibliográficas de outros textos da época como, por exemplo, Elena Gianini Belotti, Eva Figes, Shulamith Firestone, Germaine Greer, Shere Hite, Carla Lonzi, Margaret Mead, Kate Millett, Juliet Mitchell, Adrienne Rich, Margaret Randall, e Evelyne Sullerot.

As análises realizadas com *La mujer y los cambios sociales*, de Mirta Henault (1972), *Los estudios de la mujer*, de Gloria Bonder (1982), *La mujer*, de Isabel Larguía (1972), *Si Shakespeare hubiera sido mujer*, do CEM (1980), e *El género mujer*, de Leonor Calvera (1982), nos permitem delinear algumas considerações sobre as apropriações dos livros ditos “clássicos” pelas produções textuais argentinas elaboradas pela geração de leitoras apresentadas nos capítulos anteriores.

---

<sup>512</sup> Ibidem, p. 320.

<sup>513</sup> “Se Shakespeare tivesse tido uma irmã com o mesmo talento que o seu, tinha ido para Londres, engravidado de um gerente de teatro e, em seguida, desesperado pelo incidente, o jovem coração da poetisa teria tirado sua vida em uma explosão violenta”. Ibidem, p. 321.

Os artigos de Mirta Henault e Isabel Larguía, pelo Nueva Mujer, bem como os textos publicados pelo Centro de Estudios de la Mujer (CEM), foram resultado dos esforços dos grupos em organizar e transmitir, por meio de seus escritos, os debates aos quais se dedicavam, e com isso produzir e disponibilizar material tanto para o uso de futuras integrantes dos movimentos quanto para o público interessado em geral. Os trabalhos editados por esses grupos ajudaram a difundir textos, teses e conceitos de autoras que de outra forma talvez não conseguissem circular entre essas leitoras naqueles anos. Como vimos, os grupos estimularam tanto o debate de textos como a realização de traduções, e as falas de Mirta Henault, Sara Torres e Leonor Calvera indicam essas práticas.

A história do livro de Leonor Calvera, ainda que este não tenha sido publicado por um dos grupos feministas argentinos daquele período, está intrinsecamente ligada às discussões de textos e às leituras realizadas pela autora junto a outras integrantes que na época participavam da UFA. Podemos concluir que o levantamento bibliográfico para a escrita do livro foi produzido nessas condições e que, muito provavelmente, os textos – em seus diferentes suportes – foram conseguidos por meio desse contato. O conjunto de possibilidades de leitura fica mais nítido se forem consideradas ainda formas alternativas ao livro. Seja por meio de artigos, panfletos, cópias datilografadas, folhas mimeografadas, as colegas compartilharam textos e dessa forma os grupos montaram suas bibliotecas, tenham elas existido em espaços físicos determinados ou não. As leituras, obviamente, não se restringiram às atividades nos grupos, mas ocorreram simultaneamente a eles e continuaram após a desvinculação de suas integrantes. É importante que se ressalte a atuação dos grupos como uma característica marcante tanto nas práticas de leituras quanto nas produções textuais dessa geração de autoras argentinas, responsáveis pela circulação de teorias feministas nesse momento.

Outra característica presente nos textos analisados foi a discussão em torno de uma “tomada de consciência” por parte das mulheres em relação à luta que lhes era colocada como específica, ou seja, que deveria ser encarada concomitantemente e/ou em separado das lutas político-partidárias daqueles anos de ditadura militar argentina. Crescia o sentimento entre algumas autoras – Mirta Henault, Leonor Calvera, Gloria Bonder, e no folheto do CEM – de que a “problemática da mulher” não estava relacionada apenas com o desenvolvimento econômico e social, e que não seria resolvida apenas com a extinção do

capitalismo e com o fim da luta de classes. De uma maneira geral, a maioria das autoras concorda que o socialismo possibilitou alguns avanços em países como Cuba, por exemplo, mas que as mudanças não foram suficientes para atingir a “libertação da mulher”. Larguía é a única autora que defende que uma “luta específica” por parte das mulheres enfraqueceria a luta de classes, e por isso ela critica os movimentos feministas “burgueses” que clamavam pela discussão de pautas como, por exemplo, aquelas voltadas à sexualidade. Como vimos no capítulo anterior, a partir das narrativas das feministas entrevistadas, a questão da “dupla militância” estava assim colocada, e presente nos textos produzidos naquela época.

Em *Si Shakespeare hubiera sido mujer*, percebemos ainda que as autoras construíram um novo texto a partir do “original” de *Un cuarto propio*, e que essa prática também foi adotada pelos periódicos feministas argentinos da época. A partir desses usos – ora traduzindo, extraindo trechos, selecionando citações, ora reorganizando e aproximando sentenças distantes – podemos perceber uma prática de tessitura dos textos que objetivavam condensar teses e fazê-las circular, promovendo leituras que as autoras consideravam chaves para as discussões em torno da “problemática da mulher”. Textos longos e análises densas, que demandariam algumas horas, dias e semanas de leitura, foram reconstruídos e adaptados para novas sentenças conclusivas, trechos e/ou artigos. Essa prática, como vimos anteriormente, é antiga, e tem por objetivo a popularização de autoras(es) e textos na construção de uma dada “comunidade de leitoras(es)”.

Pensando nas representações em torno dos livros tomados como “clássicos” pelas feministas entrevistadas percebemos que *O segundo sexo*, por exemplo, é apresentado por Gloria Bonder como “obra pioneira” para os “estudos da mulher” que começavam a se desenvolver entre os de 1960 e 1970, ou para Mirta Henault como a “primeira e mais importante obra dedicada à problemática da mulher”. Para Leonor Calvera, em *Mística Feminina* Betty Friedan foi original na concepção do “problema que não tem nome” e na divulgação dessa “feliz frase”. Em relação à Virginia Woolf, em *Un cuarto propio*, as menções se referem sobretudo a sua hipótese sobre a possível irmã de Shakespeare, pois me pareceu essa uma questão emblemática que respaldaria a incitação das mulheres à “tomada de consciência” a qual os grupos desejavam obter.

As apropriações de *El segundo sexo*, *La mística de la feminidad*, e *Un cuarto propio*, pelas autoras argentinas atingiram temas diversos, mas que em geral buscavam suscitar em suas leitoras a “tomada de consciência” feminista. Os usos desses textos nas produções argentinas analisadas não seguiram um padrão, uma vez que são citadas frases, expressões e textos com objetivos diferentes: para enunciar uma questão, exemplificar uma hipótese, amparar teoricamente um conceito ou uma tese, legitimar um debate, para extrair citações de outros autores, ou ainda para a construção de um novo texto. Na maioria das vezes as publicações não apresentam as referências completas dos títulos citados, o que nos faz considerar suportes diferentes ao do livro para essas leituras como, por exemplo, por meio de artigos, resenhas, capítulos soltos, e textos de outras/os autoras/es que também os estivessem citando. Algumas vezes, as edições citadas se referem a livros em inglês e em francês, e assim supomos que possam estar ligadas às práticas de tradução adotadas pelos grupos e que foram evidenciadas nas entrevistas.

O estudo dessas produções argentinas nos permite refletir sobre alguns resquícios das leituras “furtivas” dos “clássicos” por meio de elementos que indicam a circulação e a apropriação desses textos por uma geração de feministas. Da mesma forma, as análises apresentadas tornam possível uma história da escrita de textos argentinos, pensados nos dias de hoje como publicações de temática feminista produzidas no período da ditadura militar.

### 3.2 APROPRIAÇÕES DAS LEITURAS NOS ESCRITOS FEMINISTAS BRASILEIROS

No final da década de 1960 e início dos anos 70, a temática “trabalho feminino” foi, de acordo com Cristina Bruschini<sup>514</sup>, a “porta de entrada” dos estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. Bruschini afirma que esse foi o momento em que *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti (1969)<sup>515</sup> e *Trabalho*

---

<sup>514</sup> Cristina Bruschini foi uma das companheiras de pesquisa na época em que Eva A. Blay desenvolvia sua tese de doutorado. Cf. BLAY, Eva Alterman. *Trabalho Domesticado: Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo: Ática, 1978 (Ensaio, 35), p. 20.

<sup>515</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1969.

*Domesticado*, de Eva Blay (1978)<sup>516</sup> tornaram-se pesquisas “clássicas” e “leituras obrigatórias” no meio acadêmico<sup>517</sup>.

Em entrevista<sup>518</sup>, Eva Blay conta que se identificou e passou atuar junto à luta das mulheres e, posteriormente, com o feminismo, logo após ter concluído o curso de Sociologia, quando procurava um tema para desenvolver como dissertação de mestrado. Narra que foi o professor Azis Simão – então especialista em sindicalismo – quem lhe propôs estudar a questão da mulher trabalhadora, tema da dissertação defendida em 1969.<sup>519</sup> Em uma conferência em 1970, o professor Dr. José Pastore<sup>520</sup>, ofereceu a outros pesquisadores o acesso aos dados que coletou para sua investigação sobre mão de obra qualificada no Estado de São Paulo. Blay se candidatou para trabalhar com as informações referentes às mulheres no trabalho, desenvolvendo-as em uma tese sobre as mulheres na indústria paulista, intitulada *Trabalho Domesticado: Mulher na Indústria Paulista*, defendida em 1973 e publicada pela editora Ática em 1978.<sup>521</sup>

Assim como a investigação desenvolvida por Heleieth Saffioti, a pesquisa de Eva Blay também enfatiza a incorporação das mulheres na esfera do trabalho, especificamente o caso das brasileiras, a partir da discussão com dados quantitativos obtidos sobre o tema. Para ambas as autoras, o sistema capitalista diferencia e desqualifica a força de trabalho das mulheres se utilizando de concepções que subordinam o feminino ao masculino e, com isso, pagam menos por suas atividades. Para Blay, a “condição de sexo” é utilizada pela “divisão social do trabalho” como um critério para a incorporação privilegiada dos homens – e manipulada de acordo com o contexto de oferta de trabalho de cada

---

<sup>516</sup> BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*

<sup>517</sup> BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2006, vol.23, n.2, pp. 331-353. ISSN 0102-3098. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009> Acesso em: 13 nov.

2011.

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>520</sup> No site do CNPQ onde está hospedado o Currículo Lattes da professora Eva Blay consta que Ruy Galvão de Andrada Coelho orientou a sua dissertação de mestrado e Azis Simão a tese de doutorado. Contudo, levei em consideração os dados contidos no prefácio de seu livro, confrontando-os com as informações coletadas na entrevista. Disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/9008405509288716>. Acesso em: 13 nov. 2011.

<sup>521</sup> BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*, p. 19.

país – independente do desenvolvimento tecnológico ou sistema político.

O livro, publicado com base na tese, é dividido em sete partes que se subdividem em diversos subtítulos. Na primeira delas, a autora apresenta os aspectos teóricos sobre a “divisão social do trabalho” que nortearam a sua escrita, para na segunda parte do texto oferecer a perspectiva quantitativa sobre o trabalho feminino com base nos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na terceira parte, a autora discute os aspectos qualitativos do trabalho feminino, dividindo sua análise de acordo com a situação em países desenvolvidos, subdesenvolvidos e socialistas. Um panorama da situação do trabalho da mulher na indústria brasileira é elaborado na quarta parte do livro, que analisa os cargos ocupados, os ramos industriais, os salários, a idade das trabalhadoras, os níveis de escolaridade, entre outras questões, para entender as causas que desestimulam a vida profissional feminina. Na quinta e sexta parte, a reflexão proposta pela autora é dialética – “o trabalho perante a mulher” e “a mulher perante o trabalho” – e parte dos dados coletados em quinhentas e vinte e duas entrevistas realizadas com trabalhadoras da indústria paulista para entender o que representa o trabalho para essas mulheres, universitárias e não universitárias. Na parte final, Blay introduz aspectos da vida familiar como o casamento e os filhos, para entender como a influência desses elementos interfere nas expectativas em relação ao trabalho extradomiciliar. Para a autora, as mulheres só se assumem como profissionais quando encaram o trabalho como um aspecto fundamental em suas vidas, o que acaba não ocorrendo. Com frequência, as mulheres – ao menos em sua análise realizada nos anos 1970 – passam a incorporar as limitações impostas pelo mercado de trabalho e, desse modo, a acreditar que existam lugares específicos para o trabalho feminino.

A primeira citação a uma das autoras que estou analisando ocorre na terceira parte, intitulada “Aspectos qualitativos do trabalho feminino”. A menção ao livro *Mística Feminina*, referenciada em nota de rodapé, ocorre quando a autora propõe reconhecer as formas pelas quais o trabalho executado pelas mulheres é “encarado” ou “ignorado” nas diferentes sociedades, desenvolvidas, subdesenvolvidas e socialistas, sobretudo dos países ocidentais. No item sobre os países capitalistas de economia desenvolvida, Blay faz referência à Betty Friedan ao discutir a situação nos Estados Unidos, onde, naquela época, crescia o contingente de mulheres como força de trabalho; embora a divisão social do trabalho mantivesse a diferenciação dos cargos pelo critério da divisão dos sexos.



Sob estes aspectos que definem estruturalmente a posição da mulher nos Estados Unidos inúmeras análises de opiniões e atitudes complementam a imagem da mulher americana, até recentemente desconhecida por ela mesma. A condição mistificada em que ela vive e que constitui o cerne das reivindicações contra a qual lutam os movimentos feministas dá a dimensão quotidiana da posição da mulher. Sob uma aparente igualdade de direitos e deveres, a americana é submetida a normas discriminatórias em todos os setores da vida social. No trabalho, na educação e na vida familiar ela é envolvida por uma aparência de totalidade de oportunidades que de fato lhe são vedadas.<sup>522</sup>

Para Blay, as norte-americanas viviam em uma “condição mistificada” – descrita por Betty Friedan – ou seja, sob “aparente” situação de conforto, liberdade e igualdade perante os homens, mas sem o sentimento de realização. Blay conclui, basendo-se nas análises de Friedan, que as mulheres estadunidenses também sofriam em seu cotidiano as mesmas normas discriminatórias em relação às oportunidades de trabalho e educação que mulheres de outros países menos desenvolvidos; porém, esses aspectos eram escamoteados pela “mistificação” de suas vidas.

A citação de Friedan por Eva Blay ocorre no final do trecho apresentado anteriormente e se trata de uma referência geral à análise desenvolvida pela autora norte-americana em *Mística Feminina*, ou seja, mostra a influência da obra como um todo do qual extraiu um conceito chave: a “condição mistificada” da norte-americana. Importante ressaltar que em *O segundo sexo* Simone de Beauvoir, em diálogo com o filósofo Kierkegaard, refere-se às “mistificações” criadas com base no que seriam os comportamentos e condutas propriamente femininos, e como esses se destinam a “acorrentar” as mulheres:

Muitos homens têm consciência de que ela é mistificada. “Que desgraça ser mulher! Entretanto a desgraça, quando se é mulher está, no fundo, em não compreender que é uma desgraça”, diz

---

<sup>522</sup> BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*, p. 88-89.

Kierkegaard. De há muito vem a sociedade se esforçando por mascarar essa desgraça. (...) Em troca de sua liberdade, presentearam-na com os tesouros falazes de sua “feminilidade”.<sup>523</sup>

Em diferentes momentos de seu texto, Friedan aborda aspectos do trabalho feminino nos Estados Unidos, sob o conceito da “mística”, para compreender as causas da falta de realização das mulheres nesse âmbito. Seguem alguns exemplos:

Agora que a educação, a liberdade, o direito de trabalhar nas vastas fronteiras humanas – os caminhos que conduziram o homem à auto-realização – estão facultados às mulheres, sómente [sic] a sombra do passado, embebido da *mística feminina*, as impede de encontrar seu objetivo.<sup>524</sup>

O tédio crescente da mulher americana com o trabalho voluntário e a sua preferência por empregos remunerados, mesmo de baixo nível, foram atribuídos ao fato de que os profissionais se apoderaram da maioria dos lugares que exigiam inteligência, nas atividades comunitárias. Mas o não se terem tornado profissionais, a relutância nos últimos vinte anos para se comprometer com qualquer tarefa, remunerada ou não, que exija iniciativa, liderança e responsabilidade, é devido à *mística feminina*.<sup>525</sup>

Ao ser questionada se teria lido Simone de Beauvoir, Eva Blay responde afirmativamente, embora a autora francesa não tenha despertado sua atenção. A leitura que teria lido foi “impactado” foi *Mística Feminina*, lida em francês, em setembro de 1965. Sobre essa leitura, narra “(...) eu estava amamentando meu primeiro filho quando eu li esse

---

<sup>523</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.* Vol. 2, p. 489.

<sup>524</sup> A expressão “mística feminina” foi grifada por mim. FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971, p. 281.

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 298.

livro, e realmente, até hoje, eu acho que ele abriu; ele foi fundamental para o processo de expansão do feminismo”.<sup>526</sup>

O livro de Betty Friedan foi traduzido para o francês por Yvette Roudy, recebeu o título *La femme mystifiée* e foi publicado em 1963 pelas editoras Denoel/Gonthier. Em 1964 foi publicado apenas pela editora Gonthier, sendo essa última a edição utilizada por Heleieth Saffioti em *A Mulher na Sociedade de Classes*. Um exemplar dessa mesma edição se encontra disponível no catálogo on-line da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Levando em consideração essa circularidade da edição de 1964, podemos supor que essa mesma tenha sido utilizada por Eva Blay no ano de 1965.

A segunda autora do grupo que analiso, citada por Eva Blay em *Trabalho Domesticado*, é Heleieth Saffioti. *A Mulher na Sociedade de Classes*, assim como no caso de *Mística Feminina*, aparece na terceira parte do livro, no subtítulo sobre os países capitalistas de economia desenvolvida, mais precisamente na conclusão desse item. Após analisar a situação do trabalho feminino no Canadá, Estados Unidos e Japão, a autora conclui que nos países desenvolvidos as mulheres, assim como os estrangeiros, são mobilizadas no intuito de obter mão de obra numerosa e barata em postos predeterminados. Saffioti é mencionada nesse ponto, quando a questão da força de trabalho da mulher é usada como uma “força reserva” de mercado a ser utilizada de acordo com as necessidades do capitalismo. Nas palavras de Eva Blay: “Nas sociedades de classe a condição da mulher se reflete sobre o trabalho. É desnecessário repetir que a sociedade capitalista conserva a mulher como força de trabalho reserva”.<sup>527</sup>

A citação, em nota de rodapé, é sinalizada ao final da sentença acima e faz referência ao livro de Saffioti de maneira geral, sem mencionar número de páginas. Ou seja, não se trata da apropriação de uma sentença que fora extraída do livro de Saffioti, mas – assim como na citação de *Mística Feminina* – a utilização de conceito desenvolvido em *A Mulher na Sociedade de Classes*. Na mesma nota de rodapé, a autora explica: “O estudo da mulher como força de trabalho de reserva foi magnificamente realizado por Heleieth Saffioti”. Blay cita *A Mulher na Sociedade de Classes* e faz referência também a uma comunicação apresentada por Saffioti na XXIV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em julho de 1972, em São Paulo, no intuito de explicitar qual a sua interlocução teórica quando discute o

---

<sup>526</sup> BLAY, Eva Alterman. *Op. cit.*

<sup>527</sup> Idem.

significado da força de trabalho das mulheres nas sociedades capitalistas. O diálogo com a tese de Saffioti é indicado na introdução de *Trabalho Domesticado*, embora não esteja referenciado. Após especificar as hipóteses que seriam desenvolvidas no decorrer do trabalho, Eva Blay menciona o termo “força de reserva”, entre aspas e sem citação direta à Heleieth Saffioti.

Eva Blay e Heleieth Saffioti foram colegas no primeiro ano de graduação em Ciências Sociais na USP, embora, nessa época, tenham tido apenas um contato esporádico, pois no segundo ano do curso Saffioti foi para os Estados Unidos. De acordo com Blay, os contatos com Saffioti foram se tornando mais frequentes com o passar dos anos, e sinaliza: “Eu acho a Heleieth uma socióloga muito competente. Eu cito o trabalho dela; meus alunos a lêem”.<sup>528</sup>

Eva Blay conta ainda em sua entrevista que leu Andréé Michel e Evelyne Sullerot entre os anos 1960 e 1970, e que precisou mandar trazer os livros estrangeiros, pois não havia tradução para o português; como é o caso de *Mística Feminina*, publicado no Brasil apenas em 1971 pela editora Vozes.

*Ser Esposa: A Mais Antiga Profissão*<sup>529</sup> de autoria de Danda Prado, publicado em 1979 pela editora Brasiliense<sup>530</sup>, trata-se de uma adaptação do texto de sua tese de doutorado em Psicologia Social, defendida na Universidade de Paris VII, sob orientação do professor Paul Arbousse no ano de 1977. Prado se exilou na França durante toda a década de 1970, período da ditadura militar brasileira.<sup>531</sup> Nessa época, a autora decidiu sair do país para evitar uma prisão, visto que seu pai estava detido e que ela mantinha contato com uma série de pessoas que estavam ligadas à resistência à ditadura. Com 41 anos, divorciada e acompanhada apenas de sua filha caçula, Danda foi morar em Paris,

<sup>528</sup> BLAY, Eva Alterman. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Transcrição Gabriel Jacomel. Revisão Luciana F. Klanovicz. São Paulo, 04 ago. 2005. Disponível em: [http://www.ieg.ufsc.br/entrevista\\_detalhe.php?id=2](http://www.ieg.ufsc.br/entrevista_detalhe.php?id=2) Acesso em 01 dez. 2011.

<sup>529</sup> PRADO, Danda. *Ser Esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>530</sup> Danda Prado conta em sua entrevista que foi sua madrastra quem traduziu a tese publicada pela editora Brasiliense, fundada por seu pai, Caio Prado Júnior, em 1943, e da qual ainda é presidenta. O nome da tradutora, Nena Nioac, aparece no prefácio para a edição brasileira como responsável ainda pela revisão e anotações em português. PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>531</sup> Em 1967, após ter se divorciado, Danda foi para os Estados Unidos estudar psicoterapia. PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 336.

ocasião onde encontrou cartazes espalhados pela cidade divulgando reuniões de grupos de mulheres e/ou feministas. Contudo, essa não foi a primeira aproximação da Prado com os debates sobre as lutas das mulheres, ou ao menos com uma autora que tenha se dedicado ao tema. Em 1960, por ocasião da visita de Simone de Beauvoir e Sartre ao Brasil para um ciclo de palestras, Danda recebe o “ilustre casal” de filósofos em sua casa. Em entrevista, a autora brasileira mencionou que já havia lido *O segundo sexo* em francês antes da visita de Beauvoir – ou seja, ainda na década de 1950 – e que havia entrado em contato com a autora francesa por meio de cartas onde narrava sua admiração por seus trabalhos. Quando Sartre e Beauvoir chegaram ao país, Danda conta que Beauvoir lhe telefonou e então ela se ofereceu para recebê-los em São Paulo:

Durante o itinerário o Paulo, meu marido, falava pouco francês. Compreendia, mas falava menos. Ele sentou na frente com o Sartre, ele conversava, e ela o tempo todo estava com um ouvido na frente, com o Sartre, e um ouvido pra mim. E ela se preocupava muito que o Sartre não compreendesse as coisas que o Paulo tentava explicar, ou que eu explicava porque estivesse atrás. Então era assim uma dedicação total. Eu vivia bem casada, quer dizer, eu não tinha nada contra que um casal se entendesse bem, mas me espantou um pouco aquela atitude dedicada de esposa.<sup>532</sup>

Danda estranhou a extrema dedicação de Beauvoir, pois esperava da autora o discurso crítico ao casamento apresentado nas teses de *O segundo sexo*. Guardada essa lembrança marcante, que diz não ter problematizado na época, Prado resolveu procurar Beauvoir quando chegou à França. Utilizando do reconhecimento do trabalho intelectual de Caio Prado Júnior – seu pai – a autora brasileira procurou Simone para discutir a possibilidade de que três artigos do autor fossem publicados na França. Marcado o encontro, Beauvoir aceitou os artigos, mas em relação ao feminismo, orientou Danda a buscar interlocução com uma amiga que havia realizado um estágio em Cuba, alertando que talvez ela não viesse a compreender o feminismo francês, uma vez que

---

<sup>532</sup> PRADO, Yolanda Serquim da Silva. São Paulo/SP: 05 ago. 2005. Entrevista realizada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Maria Pedro.

no Brasil a problemática das mulheres se ligava à luta de classes e contra a ditadura:

(...) ela achou que eu era absolutamente nula em termos de feminismo, de compreensões do mundo, que isso já lá não era o feminismo diretamente, que eu tinha uma visão assim obsessiva (...) sobre a ‘mais valia’, e a lutas de classes, etc. e tal. (...). Mas foi um esforço assim intelectual para eu passar de uma visão das coisas que era marcada, inclusive pelo meu pai [e o Partido Comunista] (...). Então foi por um caminho assim muito intelectual que eu cheguei ao militância feminista, que se desenvolveu nos dez anos que eu passei lá.

O primeiro contato ocorreu quando participou de um grande encontro feminista em Paris, momento em que se interessou pela temática das mulheres e o casamento, sobretudo das donas-de-casa. Danda narra que percebeu certa “distância” entre ela e as feministas francesas, e por isso procurou as feministas latino-americanas, principalmente as brasileiras que estavam em Paris e que passaram a se reunir em um café (curiosamente da mesma maneira com que Leonor narra a formação da UFA). A partir desse grupo foi formado o editorial do jornal *Nosotras*.

Para Danda Prado, não foi a leitura de *O segundo sexo*, ainda na década de 1950, que a fez identificar-se com o feminismo, mas a conjunção das atitudes autônomas da mãe divorciada – e vinda de uma família onde essa situação era relativamente comum – e o encontro com as feministas na França. A partir da narrativa de Danda, observamos que a questão do processo do seu divórcio – da crescente insatisfação que sentia até a decisão pela separação em meados dos anos 1960 – e a ligação com o grupo na França foram fatores que a incitaram a refletir sobre a problemática das mulheres, esposas e donas-de-casa desenvolvida em *Ser Esposa*, no final dos anos 1970. Sobre a tese, Danda conta:

(...) eu queria exatamente marcar o papel da esposa, porque a esposa é desconsiderada. Ai entrava numa linha assim bem objetiva. Não se sabe o que a esposa faz, é desconhecido; era desconhecido. E eu então quis –já como eu tinha que fazer uma tese – eu peguei isso, inclusive

naquela época o que impressionava era a história da impunidade do homem que maltratava a mulher. Eu queria então descrever. Quer dizer, pegar mulheres de várias classes sociais e tudo que dissessem, o quê que eram, quais eram as tarefas delas. Eu insistia muito. Elas às vezes não sabiam responder, e eu dizia “o quê que você faz quando levanta de manhã?”. Quer dizer, “o quê que você faz? Quais são as tarefas?”, porque depois disso, naquela altura, nem havia dados que hoje em dia existem. Hoje em dia está tudo quantificado, não é? As pessoas realmente quantificaram. Mas é, existe o lado também do afeto que elas davam.<sup>533</sup>

Em *Ser Esposa: A Mais Antiga Profissão*, Danda Prado apresenta uma reflexão sobre a “condição da mulher” subordinada à esfera do lar – ao marido e aos cuidados com os filhos – tratando de questões como a sexualidade, comportamento e socialização do trabalho doméstico, executado de maneira gratuita pelas mulheres em seu “papel de esposa”. Ainda que ressalte as brasileiras em seu trabalho, a tese de Danda Prado é resultado de pesquisas realizadas com as mulheres francesas da década de 1970. O livro é composto por quinze capítulos divididos em duas grandes partes. Na primeira, a autora traça um histórico – sociológico e econômico – sobre o estatuto psicossocial do “papel de esposa”, conceitualizando os termos “esposa” e “mulher”, e discutindo seus conteúdos na França Moderna e Contemporânea, bem como nos países em desenvolvimento (América Latina) e nos socialistas europeus (Tcheco-eslováquia, Polônia e União Soviética). Na segunda parte do trabalho, a autora apresenta o perfil das mulheres que foram entrevistadas para a pesquisa e analisa os dados coletados de acordo com seus temas de interesse como, por exemplo, sexualidade, casamento, escolaridade, divisão das tarefas do lar, problemas de saúde, entre outros, no intuito de discutir como esse “papel” era vivenciado. Nas observações finais do trabalho, Danda explica que ao invés de apresentar as conclusões sobre o assunto estudado – segundo exige a “tradição” de uma tese – prefere apenas salientar alguns aspectos que lhe pareceram significativos como a acumulação dos “papéis” de mãe e esposa como prioritários na vida das mulheres. Conclui:

---

<sup>533</sup> PRADO, Yolanda Serquim da Silva. *Op. Cit.*

Os mecanismos de opressão de uma classe social sobre outra, os riscos de uma destruição do meio ambiente já apresentam problemas em número suficiente que deveriam ser superados em conjunto e não complicados ainda mais pelo antagonismo e a subordinação de um sexo pelo outro.<sup>534</sup>

No prefácio da tese, escrito em 1977<sup>535</sup>, a autora justifica: “A minha finalidade era pesquisar os processos de ação e reação que eu havia sentido e vivido como mulher, ora identificando-me com esta ou aquela, ora rejeitando os papéis e imagens que me eram impostos pelo meu meio e pela sociedade em geral”.<sup>536</sup> É ainda na apresentação do trabalho que Danda Prado menciona pela primeira vez, em tom de reverência, Simone de Beauvoir e *O segundo sexo*, ressaltando a importância da autora para as brasileiras ao despertar “dúvidas sobre as atribuições e os valores admitidos para as mulheres”.<sup>537</sup> Para Prado, muitas brasileiras ainda na adolescência – como ela e outras de sua época – foram “despertadas” por Simone de Beauvoir em relação às questões que permeavam a situação das mulheres e o meio em que estavam inseridas e ressalta: “Isso faz parte da minha história pessoal, portanto desse ensaio”<sup>538</sup>.

Na introdução do livro, ao revisar a bibliografia até então produzida sobre o “papel da mulher como mãe”, a autora afirma que há um número considerável de pesquisas e estudos sobre o tema como, por exemplo, os trabalhos escritos por Ana Freud, Melanie Klein, entre outras, que colocaram em evidência a “real importância” materna. Contudo, afirma Prado, “Foi só a partir da obra de Simone de Beauvoir, que as mulheres começaram a ser encaradas como indivíduos e/ou produtos de um desígnio social que as condiciona, deformando-as: ‘A mulher não nasce mulher, ela se torna’, diz ela”<sup>539</sup>, e continua:

<sup>534</sup> PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 325-326.

<sup>535</sup> O prefácio da tese foi publicado na edição de *Ser Esposa* pela Brasiliense, juntamente com o prefácio escrito para o livro, em 1979. PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 09-11.

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 09.

<sup>537</sup> *Idem*.

<sup>538</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>539</sup> *Ibidem*, p. 16.



(...) Beauvoir teve o mérito de situar as mulheres num contexto histórico universal, o que não havia sido feito nessa escala anteriormente. Ela situa a família num quadro institucional assim como Engels e Marx, o que desvenda o aspecto econômico da apropriação da mulher pelo homem como sua mais importante propriedade privada.<sup>540</sup>

Em sua entrevista, Danda afirma que falava francês e que esse fator facilitou seu acesso aos textos de maneira bastante atualizada, como no caso da leitura de *O segundo sexo* e outros escritos de Simone de Beauvoir. A autora brasileira cita, em nota de rodapé, que está discutindo com a edição francesa de *O segundo sexo*, publicada pela Gallimard em 1968. Observando a tradução apresentada em *Ser Esposa*, podemos levantar duas hipóteses: que a própria autora tenha traduzido a frase “*On ne naît pas femme: on le devient*”<sup>541</sup> para “A mulher não nasce mulher, ela se torna mulher”, ou ainda que Nena Nioac, tradutora de *Ser Esposa*, tenha realizado a tradução da sentença livremente, desconsiderando a tradução de Sergio Millet para a DIFEL, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”<sup>542</sup>. Essas situações nos remetem à concepção da tradução como uma prática inerente à invenção, e na qual são estabelecidas outras traduções que subvertem aquelas autorizadas pelas editoras responsáveis pelos direitos autorais.

Ao longo do texto de Danda Prado percebemos que *O segundo sexo* é utilizado pela autora, na maior parte das referências, como forma de abordar outros textos relevantes para a sua análise como, por exemplo, Engels. A partir de algumas frases na introdução de *Ser Esposa*, Prado reafirma o debate promovido por Beauvoir com as questões levantadas por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*: “Beauvoir integra no seu trabalho o ensaio de Engels sobre a origem da família”. Entretanto, nas próximas menções a *O segundo sexo* ao longo do livro, Danda Prado não voltará a comentar as questões desenvolvidas pela autora francesa, mas utilizará *O segundo sexo* para levantar dados bibliográficos de outros autores como, por exemplo, no segundo capítulo “O conteúdo do papel de esposa na França no início dos tempos modernos”. Nessa parte, Prado

---

<sup>540</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>541</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe – L'Expérience Vécue*. 75 ed. Paris: Gallimard, 1953, p. 13.

<sup>542</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.* 1980, p.

utiliza *O segundo sexo* para extrair citações de Honoré Balzac sobre a noção de família no século XIX<sup>543</sup>. Ainda no mesmo capítulo, ao tratar das perturbações sofridas pelas jovens logo após os primeiros meses de casamento, a autora utiliza o testemunho de Sophie Tolstoi, igualmente empregado por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*. Nesse caso, Danda Prado justifica seu uso pela raridade de publicações autobiográficas de mulheres no século XIX.<sup>544</sup>

Em outros momentos, a autora continua a citar fragmentos de outros autores referenciados em *O segundo sexo*<sup>545</sup>, restringindo-se a duas referências diretas a trechos de autoria de Simone de Beauvoir, para além das que foram mencionadas anteriormente na introdução do livro de Prado. Na primeira delas, ao discutir a questão da virgindade no século XIX, a autora afirma que em várias aldeias francesas havia a necessidade de que os lençóis de núpcias, manchados de sangue, fossem apresentados aos parentes como modo de provar a castidade da moça. Após essa explicação, cita *O segundo sexo* com uma passagem de Simone de Beauvoir, sem empregar posteriormente qualquer comentário a respeito da menção empregada. Ou seja, a referência foi utilizada para ilustrar aquilo que a autora propõe para a reflexão. Segue a citação ao trecho em questão:

Em várias aldeias da França, os lençóis manchados de sangue, da defloração, eram mostrados aos parentes na manhã seguinte ao casamento: “Motivos racionais têm, certamente, um papel na imposição das virtudes ditadas às jovens: assim como a castidade da esposa, a inocência da noiva é necessária para que o pai não corra nenhum risco de legar seus bens a uma criança estranha”.<sup>546</sup>

---

<sup>543</sup> PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>545</sup> São esses autores Honoré Balzac, Émile Zola, Wilhelm Stekel, Henri Michaux, August Comte entre outros.

<sup>546</sup> Em *Ser Esposa* o trecho é localizado pela autora, e citado em nota de rodapé, como extraído da página 37 do primeiro volume de *O segundo sexo* em francês, publicado pela Gallimard em 1968. Na edição de 1953, pela mesma editora, a citação mencionada está localizada na página 252, na parte intitulada “Mythes” (“Mitos”). A não ser que seja por uma mudança na formatação de *O segundo sexo* publicado pela editora Gallimard, a diferença do número de páginas entre as edições de 1953 e 1968 pode ser justificada por um erro da autora ou da tradutora.

Em *O segundo sexo*, o trecho em questão está colocado quando Simone de Beauvoir, ao tratar dos tabus nas sociedades de direito paterno – onde a mulher é propriedade do homem, e nesse sentido, ele lhe exige a virgindade – mostra que “a castidade é imposta à mulher por motivo de ordem econômica e religiosa, devendo cada cidadão ser autenticado como filho de seu pai”<sup>547</sup>.

A segunda citação direta de autoria de Simone de Beauvoir no livro de Danda Prado aparece no terceiro capítulo, “Aprendizagem do papel de esposa na França no início dos tempos modernos”. Prado cita um dos testemunhos utilizados por Simone de Beauvoir, onde uma jovem de 28 anos confia ao psiquiatra Wilhelm Setkel<sup>548</sup> sua ingenuidade em relação ao ato sexual, acompanhado na sequência do comentário da autora francesa sobre a passagem, como podemos observar abaixo:

O noivado é destinado precisamente a criar gradações na iniciação da jovem; mas às vezes os costumes impõem aos noivos um extremo recato. No caso em que a virgem “conhece” seu futuro marido durante esse período, sua situação não é muito diferente daquela da recém-casada: cede somente porque considera seu compromisso tão definitivo quanto um casamento e o primeiro coito toma o caráter de uma provação; uma vez que se entregou – ainda que não tenha engravidado, o que a amarraria ainda mais – é muito raro que ose voltar atrás.<sup>549</sup>

Tanto o depoimento da jovem quanto o comentário de Simone de Beauvoir aparecem em *Ser Esposa* da mesma maneira em que estão dispostos na parte intitulada “A mulher casada”, no segundo volume de *O segundo sexo*. A apropriação realizada pela autora brasileira dos fragmentos do livro da autora francesa, em sua maioria, tem caráter exemplificativo. Danda utiliza os trechos de *O segundo sexo* no intuito

---

<sup>547</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.* 1980, p. 234,

<sup>548</sup> Simone de Beauvoir utiliza em *O segundo sexo* diversos depoimentos colhidos por Setkel, e dialoga com as teses levantadas pelo autor em *La Femme Frigide*, traduzido para o português como *A Mulher Fria: Estudo Minucioso da Frigidez Feminina*, publicado no Brasil pela Civilização Brasileira no ano de 1953.

<sup>549</sup> BEAUVOIR Apud PRADO, Danda. *Op. cit.*, p. 105.

de trazer outras fontes – autores e depoimentos citados por Beauvoir – para elucidar suas análises.

Ao final de *Ser Esposa*, há uma “Biografia da autora”, onde se supõe que outra pessoa tenha escrito sobre os caminhos percorridos por Prado até chegar ao tema da tese em questão<sup>550</sup>. O texto informa que para Danda Prado a leitura de *O segundo sexo* foi uma “tábua de salvação”, ainda que em sua entrevista tenha afirmado que apesar de achar Simone de Beauvoir “fantástica” e que também se identificasse com a autora francesa, não foi a leitura de *O segundo sexo* que lhe fez “cair a ficha” para o feminismo. Nessa parte do livro, também há a indicação de que dois artigos, em especial, estimularam Prado a debater a questão da gratuidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, e economicamente rentável para a classe dominante. Embora não faça referência ao título dos artigos, mas apenas a suas autoras – Benston e Delphy – aparecem listados nas referências bibliográficas como “Pour un économie politique de la libération des femmes”, de Margareth Benston, publicado na *Monthly Review* em Nova York em 1969; e “L’ennemi principal”, de Christiane Delphy, publicado pela *Libération Année Zéro* em Paris no ano de 1972. A título de curiosidade, observei que Danda Prado não menciona nenhuma autora brasileira em sua lista de referências bibliográficas ao final do texto, citando apenas autoras internacionais como Shere Hite, Master & Johnson, Margareth Mead, Andrée Michel, Kate Millett, Evelyne Sullerot, entre as que foram igualmente citadas pelas feministas brasileiras e argentinas entrevistadas.

Branca Moreira Alves – historiadora, advogada e autora de textos sobre feminismo – afirma que passou a pensar o feminismo nos anos 1970, depois de receber uma carta de Danda Prado. Nessa época, Alves vivia nos Estados Unidos, acompanhando seu marido que terminava o mestrado.<sup>551</sup> Um dia, conta, recebeu uma carta enviada por Danda Prado da França com a pergunta: “O que você acha do feminismo?” Essa frase desencadeou uma reação, que foi explicada por Alves da seguinte maneira:

---

<sup>550</sup> Texto de autoria desconhecida.

<sup>551</sup> Cf. SOIHET, Raquel. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 217; e PRADO, Danda. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Transcrita por Joana Vieira Borges.

Aí aquilo entrou, aquilo me bateu, aquela frase, naquele momento eu fiquei sentada na cadeira e pensando. Aí eu me vi mulher, me vi esposa, me vi filha, me vi mãe, me vi irmã, me vi tudo, a partir da coisa da mulher e me vi alienada de mim mesma. (...). E foi uma coisa muito bonita porque eu me lembro eu levantei, fui tomar um banho de chuveiro e comecei a passar a mão em mim e a me amar pela primeira vez na vida. Eu tinha 32 anos. Não achava mais que ser mulher era uma coisa de segunda categoria. Eu passei a me amar naquele momento, depois da frase da Danda.<sup>552</sup>

Após a leitura da carta de Danda, Branca reuniu algumas brasileiras que estavam nos Estados Unidos e juntas organizaram um pequeno grupo de consciência em Berkeley, que durou dois anos e foi um importante fator na formação de algumas feministas brasileiras exiladas<sup>553</sup>. Em seu livro *Ideologia e Feminismo*, por meio de uma nota de rodapé<sup>554</sup>, Alves agradece as observações de Danda Prado, que em uma leitura prévia da tese pediu que a autora aprofundasse a análise da origem da opressão da mulher.<sup>555</sup>

*Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* foi publicado pela editora Vozes no ano de 1980. A ideia para a escrita desse texto surgiu após uma entrevista que a autora realizou com Bertha Lutz, ocasião em que essa lhe apresentou o arquivo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Após esse encontro, Alves sentiu a necessidade de buscar informações sobre a “luta feminista do

---

<sup>552</sup> TOSCANO, Moema; GOLDENBERG. *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 54-55.

<sup>553</sup> GOLDBERG, Anette Apud CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação de Jornalismo. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004, p. 61-62.

<sup>554</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 38.

<sup>555</sup> Alves sugere ainda, na mesma nota de rodapé, a leitura de um livro de Danda Prado que seria publicado em breve pela Editora Brasiliense. A autora não faz referência ao título do livro de autoria de Danda Prado que seria publicado. Na época que compreende a defesa da dissertação de Branca M. Alves e a publicação da mesma pela editora Vozes, ou seja, de 1977 a 1980, Danda Prado publicou pela Brasiliense *Ser Esposa, a mais antiga profissão* (1979), *Cícera, um destino de mulher* (1981), em coautoria com Cícera Fernandes de Oliveira, e *O que é aborto* (1981) e *O que é família* (1981), ambos da Coleção Primeiro Passos.

passado” e, no caso desse texto, do movimento sufragista no Brasil<sup>556</sup>. Esse livro é resultado de sua dissertação de mestrado defendida em 1977 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)<sup>557</sup>, orientada por Heleieth Saffioti, a quem rende homenagem na parte dedicada aos agradecimentos. Assim como o livro de Danda Prado e Eva Blay, resultados de teses de doutorado, *Ideologia e Feminismo* apresenta uma organização semelhante: uma introdução, onde a autora problematiza teórica e metodologicamente a questão a ser desenvolvida; o primeiro capítulo onde os conceitos norteadores do trabalho são apresentados; dois capítulos que trazem as análises das fontes e os debates com a produção bibliográfica sobre o assunto – nesse caso sobre o movimento sufragista brasileiro –; e a parte dedicada à conclusão, seguida das referências.

Na volta ao Brasil, no Rio de Janeiro em meados dos anos 1970, um grupo<sup>558</sup> de profissionais liberais liga-se a Alves e funda o Grupo Ceres<sup>559</sup>, que em 1981 publicou uma pesquisa premiada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) intitulada *Espelho de Vênus*, livro do qual irei tratar mais adiante. Em 1975, logo após o Congresso Internacional da Mulher no México, Branca ajudou a criar o Centro da Mulher Brasileira (CMB)<sup>560</sup>, no qual passou a militar concomitantemente ao Grupo Ceres, voltado para reflexões sobre a sexualidade feminina.<sup>561</sup>

---

<sup>556</sup> Branca Moreira Alves propõe uma reflexão comparativa do movimento sufragista no Brasil em relação aos movimentos ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra.

<sup>557</sup> ALVES, Branca Moreira. *Em busca da nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil - 1919/1932, fatos e ideologia*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1977.

<sup>558</sup> Esse grupo era formado por mulheres de todas as idades e, inclusive, pela mãe de Branca Moreira Alves, com quem Danda Prado também se comunicava por cartas enquanto estava na França. Cf. SOIHET, Raquel. *Op. cit.*, p. 217 e PRADO, Danda. *Op. cit.*

<sup>559</sup> Cf. COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 178-179.

<sup>560</sup> As outras fundadoras do CMB foram Heloneida Studart, Rose Marie Muraro, Moema Toscano, Fanny Tabak e Maria do Espírito Santo Cardoso. Disponível em <http://www.heloneidastudart.com/>. Acesso em 10 nov. 2011. Ver, primeiro capítulo.

<sup>561</sup> Cf. SOIHET, Raquel. *Op. cit.*, p. 217.

Compartilham uma mesma página, logo após o frontispício de *Ideologia e Feminismo*, a epígrafe – com uma frase de Simone de Beauvoir (“Toda a História das mulheres foi escrita pelos homens”) –, e a dedicatória, “às companheiras”. Embora a autora não faça referência ao texto de onde a sentença é retirada, podemos encontrá-la na segunda parte do primeiro volume de *O segundo sexo – Fatos e Mitos*, quando a autora francesa conclui suas reflexões sobre a presença e atuação das mulheres escamoteada por uma história narrada pelos homens. Para Beauvoir, os homens “sempre tiveram a sorte da mulher nas mãos” e, por essa razão, ao longo dos anos tomaram suas decisões em benefício próprio. Complementando a sentença conclusiva citada por Alves, Simone de Beauvoir coloca: “(...) o problema da mulher sempre foi um problema do homem”.<sup>562</sup> A autora brasileira utiliza a sentença “Toda a História das mulheres foi escrita pelos homens” para atentar ao silêncio historiográfico no que diz respeito à atuação das mulheres.

As referências a *O segundo sexo* não se limitam à epígrafe de *Ideologia e Feminismo* e aparecem pela segunda vez na primeira página da introdução, complementando a discussão que lança na abertura do livro. Em um trecho, intitulado “Em busca de nossa História”, Branca Moreira Alves utiliza apenas uma frase de Beauvoir para, assim como a autora francesa, mostrar que os estudos acadêmicos, sobretudo das ciências sociais, ignoraram por muito tempo o “estudo da categoria sexo feminino” e que apenas naquele momento da escrita do livro, com o “recrudescimento” do feminismo nos países desenvolvidos, é que passaram a ter maior interesse:

Os livros de História praticamente não registram a presença do “segundo sexo”, deste “produto intermediário entre o macho e o eunuco”, a não ser quando circunstâncias excepcionais colocam algumas mulheres em posição de comando, quase sempre através de sua relação com um homem, comandante por direito próprio. Este silêncio torna-se mais inexplicável quando esconde um movimento no qual se envolveram várias gerações de seres humanos, aos milhares, lutando pelos interesses de 50% da população e englobando diversos países.<sup>563</sup>

---

<sup>562</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.*, vol. 1, pg. 167.

<sup>563</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 11.

Alves cita, em nota de rodapé, a primeira edição francesa de *O segundo sexo*, embora nesse momento, em 1980, o texto já estivesse em sua terceira edição em português pela editora DIFEL<sup>564</sup>. De acordo com a referência, Alves indica que teve acesso ao texto em francês – em formato de livro, cópia, ou citado em outro texto –, embora tenha optado pela citação do trecho em português, a partir de uma tradução livre – assim como Danda Prado –, uma vez que na tradução realizada por Sergio Millett a palavra “eunuco” aparece como “castrado”.<sup>565</sup> O trecho foi extraído da primeira página do segundo volume de *O segundo sexo – A experiência vivida*, localizado logo após a frase que tornou o estudo de Simone de Beauvoir célebre internacionalmente<sup>566</sup> e que, como veremos adiante, é citada por Alves também na parte conclusiva de seu trabalho.

A referência *Mística Feminina*, de Betty Friedan, aparece no segundo capítulo, intitulado “Ideologia”, quando Alves debate o tema da discriminação contra a mulher e o feminismo ao longo da história das lutas das mulheres. Nessa parte, a autora apresenta algumas “vozes de revolta” que utilizaram a escrita para discutir e divulgar as pautas feministas, sendo nesse trecho onde menciona o trabalho da autora norte-americana: “Na década de 1960 Betty Friedan colhe os testemunhos das mulheres mais invejadas do mundo capitalista, a mulher da classe média americana (...)”. Após essa introdução, Alves cita trechos de um dos testemunhos utilizado por Betty Friedan, e não faz referência a ele na nota de rodapé, onde especifica apenas a edição em português, publicada no Brasil em 1971. A proposta da autora brasileira é mostrar que as “vozes” anunciadas em textos publicados em diferentes temporalidades apresentam queixas semelhantes sobre o trabalho doméstico, uma vez que o lugar ocupado pelas mulheres na família, “condicionamento básico da vida da mulher”, permanece inalterado. Nesse sentido, a autora ainda defende que o direito ao voto, conquista dos movimentos sufragistas, não alterou a “condição da mulher”, uma vez que não suscitou uma “tomada de consciência” por

---

<sup>564</sup> A segunda edição é de 1961, e a Terceira edição de 1975. Informações extraídas do catálogo da Biblioteca Nacional.

<sup>565</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.*, vol. 2, p. 9.

<sup>566</sup> Cf. BORGES, Joana Vieira. *Para além do tornar-se: ressonâncias das leituras feministas de O segundo sexo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.



parte das mesmas sobre outros aspectos da vida cotidiana como, por exemplo, uma transformação nas relações familiares.<sup>567</sup>

A partir desse ponto, quando começa a debater sobre a mulher, a família e o trabalho doméstico, Alves faz referência a outra autora bastante citada pelas feministas brasileiras: Heleieth Saffioti. A maioria das referências a Saffioti no livro de Alves fazem menção a um artigo intitulado “Mulher, Modo de Produção e Formação Social”, publicado pela *Latin American Perspectives* em 1977.<sup>568</sup> Como dito anteriormente, Saffioti foi quem orientou o presente trabalho de Branca e, desse modo, suponho que tenha tido influência direta tanto nos encaminhamentos dado pela autora em seu texto quanto em relação às leituras e acesso aos textos com os quais estava dialogando.

A referência a *A Mulher na Sociedade de Classes* ocorre no segundo capítulo, onde a autora discute dois conceitos: “consciência de classe e consciência de categoria social”, sendo o último uma terminologia utilizada por Heleieth Saffioti no artigo anteriormente mencionado. Alves afirma que a discriminação da mulher se apresenta como uma oposição de sexo e não de classe e que tem por condicionamento básico o papel ocupado pelas mulheres na família. Dessa maneira, a discriminação não se esgotaria nas relações de produção, embora o modo de produção capitalista se aproprie dela e a justifique por intermédio de racionalizações biológicas:

(...) conforme Heleieth Saffioti: “Incentivar atitudes que discriminam certas categorias sociais significa assumir um comportamento altamente racional (racional com relação a fins) na medida em que esses contingentes humanos constituem reservas de trabalho das quais se poderá lançar mão no momento azado e a bom preço”, toma um aspecto peculiar, na medida em que designa grupos humanos identificáveis por características biológicas inatas e indeléveis. Nestas condições, tornam-se estes os grupos mais explorados pela sociedade de classes.<sup>569</sup>

---

<sup>567</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 141-162.

<sup>568</sup> O texto *Mulher, Modo de Produção e Formação Social*, é citado por Branca Moreira Alves como um texto mimeografado.

<sup>569</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 11.

Comparando o texto de Alves ao debate apresentado em *A Mulher na Sociedade de Classes*, de onde o trecho acima foi extraído, percebi que a autora de *Ideologia e Feminismo* utiliza uma sentença conclusiva de Heleieth Saffioti para lançar a discussão que desenvolve nessa parte do livro. No texto de Saffioti o fragmento aparece no capítulo intitulado “Trabalho Feminino”, onde a autora explica o modo como o sistema de produção de bens e serviço opera, discriminando previamente o trabalho executados pelas mulheres não em razão da qualidade do que produzem, mas por conta de fatores prévios de “ordem natural” (biológicos), e dessa maneira o transformando em mão de obra barata.<sup>570</sup> Em *Ideologia e Feminismo*, Alves retoma o argumento e parte dele para desenvolver o debate em torno da necessidade de uma “consciência de sexo” – e também da “consciência de raça” – capaz de incitar uma transformação mais abrangente, que não reduza todas as complexidades sociais apenas às “contradições de classes”.<sup>571</sup> Alves insiste na necessidade de uma “tomada de consciência” por parte das mulheres em relação aos condicionamentos que lhes são atribuídos, e conclui: “Os movimentos feministas e étnicos são parte importante e imprescindível do processo global de revolução. Cabe perguntar o quanto não existe de sexismo e de racismo na recusa em aceitá-los como tal”.<sup>572</sup>

A segunda menção de Alves a *A Mulher na Sociedade de Classes* ocorre no capítulo três, intitulado “História”, na parte em que a autora discute o movimento sufragista brasileiro. Nesse ponto, não é citado um trecho, frase ou parágrafo, mas referenciadas aproximadamente 50 páginas da tese de Saffioti, localizadas em seu livro na terceira parte intitulada “A evolução da condição da mulher no Brasil”. Alves, em um item voltado à reflexão sobre “As Pioneiras” do movimento sufragista brasileiro, começa por discutir o cotidiano das mulheres no período do Brasil Colônia, citando diretamente, em nota de rodapé, o livro de Saffioti. A autora remete ao texto *A Mulher na Sociedade de Classes* para indicar sua fonte em relação às características – que apresenta de maneira resumida – sobre a vida das mulheres no período colonial. Essa é uma parte que no texto de Alves aparece com caráter sucinto e descritivo, enquanto no texto original é uma parte mais argumentativa, onde Saffioti apresenta dados e remete a outros autores no intuito de pensar sobre a “posição da mulher”, tanto no Brasil Colônia quanto no

<sup>570</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *Op. cit.*, p. 35-70.

<sup>571</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 34-42.

<sup>572</sup> *Ibidem*, p. 42.

Imperial, e seus reflexos na sociedade atual. A citação referente *A Mulher na Sociedade de Classes* aparece, em nota de rodapé, no fim da seguinte sentença no livro de Alves:

Cercada de tabus e preconceitos, a vida da mulher branca da classe dominante limitava-se à supervisão das tarefas domésticas, a ocasionais visitas e idas à igreja, sempre acompanhada e vigiada. A preservação da castidade tornava-se a maior preocupação, pois dela dependia a honra da família.<sup>573</sup>

Ao final do livro, na parte destinada às conclusões, Alves retoma Simone de Beauvoir e Betty Friedan para discutir as “propostas do movimento feminista atual”. Nessa parte, que se assemelha em muito a revisão bibliográfica proposta por Leonor Calvera ao final de *El género mujer*<sup>574</sup>, a autora brasileira coloca que as conquistas legais – como o direito ao voto – apesar de importantes, não tocaram no “verdadeiro cerne” do problema da opressão da mulher, que posteriormente se tornaria objeto de estudos de algumas autoras contemporâneas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millett. Alves enfatiza a importância das “intelectuais orgânicas”<sup>575</sup> – “teóricas do movimento” – que, a partir da escrita, ajudaram a delinear a “consciência feminista”, permitindo então às mulheres a participação na luta de classes como “força específica”. A autora afirma:

A ruptura ideológica ocorre com a publicação do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949). Acrescentando às análises feitas por Engels e Bebel, o livro traz uma dimensão psicológica, que extrapola as limitações de uma explicação unicamente econômica.<sup>576</sup>

Após essa menção, Alves cita exatamente o fragmento citado na parte introdutória de *Ideologia e Feminismo* – idêntico ao trecho de *O*

---

<sup>573</sup> Ibidem, 87.

<sup>574</sup> Leonor Calvera apresenta uma breve apresentação de

<sup>575</sup> A autora faz referência ao conceito desenvolvido por Antonio Gramsci (1891-1937) para caracterizar um “novo intelectual”, que dirige suas reflexões à ação política junto às classes sociais, ou seja, capazes de unir teoria e prática.

<sup>576</sup> ALVES, Branca Moreira. *Op. cit.*, 1980, p. 185-186.

*segundo sexo* onde está localizada a frase “Não se nasce mulher: torna-se mulher”:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora êsse [sic] produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.<sup>577</sup>

Mais uma vez percebemos que se trata de uma tradução livre de *O segundo sexo* em francês, pois o trecho citado por Branca Moreira Alves contém palavras que não constam na tradução realizada por Sérgio Millett, como é o caso, por exemplo, de “Não se nasce mulher: torna-se mulher” e a palavra “eunuco”, citado pela autora brasileira. Millett traduz a frase da seguinte maneira “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” e para “eunuco” traduz “castrado”.

Para Alves, o livro de Simone de Beauvoir “precedeu quase 20 anos o ressurgimento do feminismo atual e formou sua base teórica”, retomada na década de 1960. Ou seja, a autora brasileira destaca o texto de Beauvoir como o prenunciador dos estudos feministas contemporâneos. Na esteira dessa revisão bibliográfica proposta por Alves, a autora afirma que surge livro *Mística Feminina*, “ponto de partida para a segunda etapa do feminismo”. Depois de desenvolver uma breve resenha sobre o livro de Betty Friedan, Alves apresenta seu parecer: “Apesar das limitações seu livro foi um importante testemunho de desmistificação, vindo chocar-se de encontro ao envólucro [sic] de proteção que impedia a mulher de ver, através da ideologia, a realidade do mito do ‘feminino’”. A autora brasileira não especifica quais seriam as limitações do texto da autora norte-americana em *Ideologia e Feminismo*, e não os apontou nem mesmo em uma de suas publicações posteriores, como em *O que é feminismo*<sup>578</sup>, publicado em 1985 pela editora Abril Cultural sob licença da Brasiliense, em coautoria com socióloga Jacqueline Pitanguy.

Em *O que é feminismo*, as autoras apresentam o que consideram as informações básicas sobre o feminismo na intenção de introduzir as(os) leitoras(es) leigas/os no que seriam os principais conceitos e

<sup>577</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Op. cit.*, vol. 2, p. 9.

<sup>578</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 (Primeiros Passos, 20).

ideias sobre o tema. O livro tem um formato pequeno e de poucas páginas, respeitando a proposta da coleção de publicar temas de maneira condensada. Na introdução as autoras abordam o desafio de estabelecer uma definição para feminismo e optam por procurar a partir de “simples pinceladas, recuperar a presença da mulher na história” e “registrar as primeiras vozes femininas de insurreição, assim como o sufrágismo e as formas contemporâneas de organização do feminismo”.<sup>579</sup>

Na parte dedicada a apresentar as “vozes da insurreição” as autoras apresentam *O segundo sexo* e *Mística Feminina* como os “marcos” dos estudos feministas contemporâneos, com a diferença de que nesse trabalho afirmam que Betty Friedan “apoiou-se” nas hipóteses desenvolvidas por Beauvoir em suas análises.<sup>580</sup>

Simone de Beauvoir, escrevendo no final da década de 1940 o livro intitulado *O segundo sexo*, é uma voz isolada neste momento de transição. (...). A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco na medida em que delineia os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 60. É assim que Betty Friedan, apoiando-se nos postulados teóricos do estudo de Beauvoir, recolhe nos Estados Unidos uma série de depoimentos de mulheres de classe média que corresponderiam ao ideal da “rainha do lar”.<sup>581</sup>

Outra diferença em relação a *Ideologia e Feminismo*, é que em *O que é feminismo*, as autoras indicam ainda como textos percussores sobre o tema *A condição da Mulher*, de Juliet Mitchell e *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Heleieth Saffioti, sendo essa última referência apresentada como “um trabalho pioneiro do ponto de vista do estudo da mulher neste país”.<sup>582</sup>

Em *Ideologia e Feminismo*, Branca Moreira Alves cita ainda outras autoras que figuram entre as citadas pelas feministas brasileiras e argentinas entrevistadas para o projeto, como é o caso de Elena Gianini Belotti, Shulamith Firestone, Margaret Mead, Kate Millett, Juliet Mitchell, Sheila Rowbotham, Evelyne Sullerot, e Mary Wollstonecraft.

---

<sup>579</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>580</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>581</sup> Idem.

<sup>582</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *Op. cit.*, p. 54.

Na bibliografia, listada ao final do texto e separada por três categorias distintas – feminismo, história e ideologia – são referenciadas autoras que, apesar de não figurarem nas lembranças de leituras narradas por brasileiras e argentinas, aparecem com alguma recorrência nas bibliografias dos textos dessa época. São elas: Eva Figes (*Patriarchal Attitudes*, 1970), Robin Morgan (*Sisterhood is Powerfull*, 1970) e Evelyn Reed (*Problems of Women's Liberation*, 1970).

Ao final de *O que é feminismo*, as autoras não apresentam uma lista com as referências bibliográficas com as quais estão dialogando, mas apenas algumas “indicações para leitura” onde consta, entre outras publicações, o livro *Espelho de Vênus – Identidade social e sexual da mulher*<sup>583</sup>, publicado em 1981 pela editora Brasiliense.

Na capa do livro, aparecem os nomes das autoras articuladoras do Grupo Ceres: Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi. O grupo, como mencionado inicialmente, foi criado por essas mulheres que vinham dos espaços acadêmicos dedicados aos estudos da História, da Sociologia, do Direito e da Psicologia, e que passaram a militar nos movimentos feministas em meados dos anos de 1970. O coletivo se apresenta como um “grupo de reflexão feminista”:

GRUPO CERES E NÓS. Estamos juntas desde 1974, formando um grupo de reflexão feminista. Ao publicar este trabalho, sentimos que a sua realização foi de tal forma partilhada que nos ultrapassa enquanto indivíduos. Quisemos, então, dar um nome a este coletivo. Pensamos em CERES, que simboliza a fertilidade e a vida, em sua eterna renovação. Jaqueline, Branca, Leila, Sandra e Mariska<sup>584</sup>.

*Espelho de Vênus* é resultado de uma pesquisa empreendida pelo grupo – com participação de Maria Luisa Heilborn e Norma Uchôa Cavalcanti – entre os anos de 1978 e 1979 para a Fundação Carlos Chagas. Em entrevista a Rachel Soihet, Leila Linhares Barsted afirma que o grupo foi formado concomitantemente ao desenvolvimento do livro:

---

<sup>583</sup> GRUPO CERES. *Espelho de Vênus – identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

<sup>584</sup> Ibidem, p. 09.

O grupo Ceres, que se formou na elaboração desse livro. (...). O grupo Ceres, que era o grupo do qual eu fazia parte, eu, a Sandra Azeredo, a Mariska, a Branca, a Jacqueline, num primeiro momento a Malu [Maria Luisa Heilborn], em algum momento a Comba Marques Porto também tem espaço nesse grupo. Nós estávamos muito num grupo de reflexão feminista, nós queríamos, nós éramos todas mulheres na faixa dos trinta anos de idade, que queríamos refletir sobre nós mesmas, quase como se um grupo terapêutico mesmo, sem terapeuta, chamados de grupos de reflexão. E ao mesmo tempo, nós também fazíamos a nossa militância. Subíamos o morro para conhecer as mulheres. Íamos, éramos chamadas para dar palestras aqui e ali sobre diversos temas, eu falava muito, por exemplo, sobre a questão do direito, direito de família, direito de trabalho. E também nos dedicávamos nessa questão da auto-reflexão, a gente partiu, então, para focar mais nosso trabalho, enquanto grupo, na questão da sexualidade feminina.<sup>585</sup>

O texto foi dividido em apenas duas grandes partes: a primeira e maior delas traz trechos de 23 depoimentos de mulheres – histórias de vida – que aceitaram narrar sobre suas vivências em relação a temas como, por exemplo, corpo, sexualidade, casamento, trabalho e educação<sup>586</sup>; e na segunda, as autoras destacam elementos nessas falas

---

<sup>585</sup> BARSTED, Leila Linhares. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Cecília Chagas (fita cassete). Rio de Janeiro: 13. Abr. 2004. Acervo do LEGH/UFSC. Entrevista realizada para a pesquisa “Zombaria como arma antifeminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980), na vigência do projeto “Os feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1980)”, coordenado pela Professora Joana Maria Pedro.

<sup>586</sup> As autoras destacam na apresentação do trabalho que o acervo de entrevistas realizadas para a pesquisa conta com “53 entrevistas de mulheres de diferentes níveis sócio-econômicos, com idades que variam de 10 a 84 anos, residentes na área do Grande Rio”. Entretanto, por razões que justificam como de ordem prática em relação aos custos da publicação do trabalho, optaram por reduzir o número de depoimentos analisados. O nome das mulheres entrevistadas foi preservado através do uso de pseudônimos. GRUPO CERES. *Op. cit.*, p. 09.

que suscitem uma reflexão sobre a “identidade sexual e social da mulher”.

Na introdução, as autoras afirmam que o livro é “fruto da experiência de um grupo de reflexão feminista”, defendido como um dos “alicerces sobre os quais se estrutura o movimento feminista”.<sup>587</sup> A ideia empregada pelo grupo é “romper o silêncio” – dar voz – e assim “recuperar a dimensão política da vida pessoal”, fazendo com que as falas tomem a forma de um “espelho” onde cada uma possa refletir sobre suas experiências. Contudo, a ideia de escrever esse trabalho surgiu após o fracasso de uma proposta anterior. Em entrevista, Leila Linhares Barsted afirma que quando se juntou a Branca Moreira Alves elas leram e discutiram textos europeus e norte-americanos no grupo. Barsted explica:

(...) porque na realidade a nossa intenção primeira era traduzir aquele livro americano “Nosso Corpo por Nós Mesmas”, “Our Bodies Ourselves”. A tradução do livro exigia tanto trabalho, exigia custos, que a gente acabou saindo para uma pesquisa nacional, brasileira sobre sexualidade feminina [*Espelho de Vênus*].<sup>588</sup>

As referências às autoras que analiso aparecem apenas na segunda parte, onde a reflexão se dirige à representação da mulher em relação à sexualidade, tomando como pontos de discussão os “ciclos biológicos da mulher” (infância, menarca, defloração, maternidade e menopausa). Para as autoras, a vida das mulheres psíquica e social está marcada intrinsecamente por esses elementos – ainda que nem todas vivam o defloração e a maternidade – sobre os quais se constroem cultural e historicamente a “identidade sexual e social da mulher”.<sup>589</sup>

A referência a Simone de Beauvoir aparece no quarto capítulo, intitulado sugestivamente de “Tornar-se mulher”. Intercalando os trechos de alguns dos depoimentos com as análises do discurso, as autoras debatem sobre a formação de uma suposta “identidade feminina”, construída no fazer-se “*para o outro*” (grifos das autoras), no caso, para os homens. A ideia de uma “identidade feminina” que se define em relação aos outros – os filhos, o marido, a família –, “como se a mulher fosse o espelho, onde se reflete e amplia a imagem do

<sup>587</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>588</sup> BARSTED, Leila Linhares. *Op. cit.*

<sup>589</sup> Cf. Ibidem, p. 307-312.



homem”<sup>590</sup>, é discutida por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*<sup>591</sup>, que não chega a ser referenciado diretamente em *Espelho de Vênus*.

De modo genérico, a menção ao texto de Simone de Beauvoir aparece através do título e da frase da epígrafe do capítulo em questão – “Não se nasce mulher: torna-se mulher” – acompanhada do nome da autora francesa entre parênteses<sup>592</sup>. Sem citarem que se trata de uma referência a *O segundo sexo* – tanto da frase quanto do diálogo que mantém com algumas questões ao longo do capítulo<sup>593</sup> – conclui que as autoras, no início da década de 1980, pressupunham que ao menos no âmbito acadêmico o conhecimento do texto de Beauvoir, e de suas questões centrais, já estivesse consolidado naquela época. Ou ainda, que essa fosse uma maneira de construir um texto mais fluido na forma narrativa de seus debates.

*Espelho de Vênus* toma por eixo-norteador os depoimentos das mulheres, sem preocupar-se com a citação direta às fontes teóricas com as quais dialoga nas partes analíticas do texto. Apenas uma nota de rodapé, no capítulo cinco, intitulado “O Resgate”, faz menção a uma das referências bibliográficas utilizadas pelo grupo: *Mística Feminina*. A referência é explicativa, sendo apresentada da seguinte maneira: “A expressão ‘mal sem nome’ foi utilizada por Betty Friedan em seu livro *Mística Feminina* para designar o sentimento de frustração expresso pelas donas-de-casa”.<sup>594</sup> As autoras utilizam a expressão “mal sem nome” no corpo do texto para explicar que estão buscando nesse momento não somente “resgatar” as vozes das mulheres: “Resgatar, para nós, é romper com a linguagem imposta, com o silêncio; é realizar algum movimento nessa direção, mesmo que ainda ao nível do sonho, da fantasia, da esperança. Resgatar, também, é procurar nomear o ‘mal sem nome’”<sup>595</sup>.

O grupo decide referenciar apenas *Mística Feminina*, e procurarmos uma razão para tal atitude seria reduzir e simplificar a complexidade de causas e explicações que envolvem um texto escrito no

---

<sup>590</sup> Ibidem, p. 363.

<sup>591</sup> Sobretudo na introdução do primeiro volume de *O segundo sexo – Fatos e Mitos*.

<sup>592</sup> Aqui se trata de uma tradução livre, como vimos anteriormente.

<sup>593</sup> Importante frisar que estou analisando apenas as citações diretas às autoras e aos seus livros, e desconsiderando os diálogos dissolvidos nos textos sem o uso de referências.

<sup>594</sup> GRUPO CERES. *Op. cit.*, p. 367.

<sup>595</sup> Idem.

coletivo. Talvez naquele momento as autoras estivessem mais inclinadas ao debate com as reflexões levantadas por Friedan, quem sabe essa fosse uma referência comum a todas, ou que o capítulo do texto tenha ficado a cargo de uma das autoras que tenha optado por citar suas fontes<sup>596</sup>, ou ainda que o grupo tenha considerado *Mística Feminina* por conta do debate que repercutiu na mídia por ocasião da vinda de sua autora ao Brasil<sup>597</sup>. Carmen da Silva, que afirma ter participado do “clima emocional” da produção do livro e que assina seu prefácio, conta um pouco do processo de produção:

O fato de ser uma obra coletiva trouxe algumas dificuldades adicionais. Mesmo partindo de uma total coincidência ideológica, havia divergências de temperamento, critérios de ação a unificar, pontos a debater até que chegassem a um denominador comum. Tudo isso contornado com a preocupação de não caírem no esquema machista da autoridade, do paternalismo, do vai-por-mim-que-eu-sei-o-que-eu-digo, sempre cuidando de não aceitarem uma concordância concedida mais por boa-vontade e índole conciliatória do que por genuína convicção.<sup>598</sup>

*Trabalho Domesticado, Ser Esposa, Ideologia e Feminismo, O que é feminismo e Espelho de Vênus* formam um conjunto de publicações que estão intrinsecamente ligados com a atividade acadêmica, sendo três deles frutos de trabalhos de pós-graduação. Suas autoras estavam ligadas aos estudos universitários, sendo que muitas delas deram continuidade a essa trajetória por meio da docência. Contudo, devemos considerar que, concomitantemente à vida universitária, as autoras mantinham atividades em grupos de estudo e/ou “grupos de consciência”, e também militavam nos movimentos feministas.

---

<sup>596</sup> Coincidentemente o texto possui cinco autoras e cinco capítulos que compõe a segunda parte do livro.

<sup>597</sup> Rose Marie Muraro, ao comentar o tratamento que a mídia brasileira deu a Betty Friedan em sua visita ao Brasil em 1971, afirma que “o livro não vendeu essas coisas porque ainda era muito assustador”. MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999, p. 169.

<sup>598</sup> GRUPO CERES. *Op. cit.*, p. 12.

As temáticas trabalhadas nas publicações analisadas versam principalmente sobre “mulher e trabalho”, bem como procuram “recuperar” a história da luta das mulheres e/ou de um movimento feminista tomado quase como universal. *Espelho de Vênus* é a única entre as publicações selecionadas que problematiza a questão da sexualidade, que passou a ser discutida com mais ênfase nos anos 1980, período de redemocratização brasileira.

Publicados entre as décadas de 1970 e 1980, esses livros são uma breve amostra das produções nacionais da chamada Segunda Onda Feminista, momento em que as feministas passaram a discutir os conceitos de “sexo” e de “fatos biológicos” como elementos usados para justificar a opressão das mulheres. Durante a década de 1970, as publicações buscaram unir duas pautas: a luta pela democracia e a implantação de uma sociedade sem classes com as questões relativas às lutas das mulheres. Não havia para as feministas marxistas ou socialistas um único inimigo a derrotar, mas uma luta simultânea contra a opressão capitalista e a opressão patriarcal<sup>599</sup>. Nesse sentido, os anos 70 seriam marcados pela busca da emancipação das mulheres dada fundamentalmente como uma questão que perpassava dimensões socioeconômicas do período, enquanto nos anos 80, com o cenário da abertura política, o debate passaria a incluir gradativamente questões específicas sobre a “condição da mulher” como, por exemplo, sexualidade, contracepção, violência, entre outras.<sup>600</sup> Os textos publicados na década de 1980 buscavam ainda traçar “a história do feminismo”, dando visibilidade às lutas e conquistas das mulheres “esquecidas” pela historiografia.

Sobre as formas com que são apresentados os livros tomados como “clássicos” pelas feministas brasileiras entrevistadas percebemos que expressões como “mal sem nome” e “condição mistificada” remetem a *Mística Feminina*, tomado como uma leitura “fundamental” e “impactante” por Eva Blay. *O segundo sexo* é anunciado como a “tábua de salvação” utilizada por Danda Prado na escrita de seu texto, assim como o “despertar”, na concepção da autora, de uma geração de leitoras

---

<sup>599</sup> GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações de gênero X Relações de sexo*. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989, p. 11.

<sup>600</sup> Cf. MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL – Mulher, história e feminismo*. N. 3/4, 1995/1996, p. 45-67.

ainda nos anos 1960. O livro de Simone de Beauvoir foi considerado por Branca Moreira Alves como a “base teórica” para o feminismo pós-60, e junto com *Mística Feminina* teria levado suas autoras a serem consideradas como umas das “vozes da insurreição” das lutas das mulheres. *A Mulher na Sociedade de Classes* é considerado um “trabalho pioneiro” no Brasil, uma vez que “lança a discussão” do trabalho feminino para o debate acadêmico.

As apropriações de *O segundo sexo*, *Mística Feminina*, e *A Mulher na Sociedade de Classes*, nos textos analisados serviram, na maior parte dos casos, para indicar terminologias e trechos de textos que as autoras brasileiras consideravam relevantes naquele período, e por isso muitas vezes são mencionados em tom de homenagem. Termos como “mistificada”, “mal sem nome”, “o segundo sexo”, e “força de reserva” foram incorporados pelas autoras brasileiras como conceitos que sintetizavam as análises desenvolvidas nos livros em questão. Ou seja, esses termos representavam nessas produções nacionais tanto lugares-comuns para as leitoras mais familiarizadas com os debates sugeridos, como ainda um modo de divulgar resumidamente as ideias norteadoras de livros considerados “marcos”. Observamos ainda que as autoras utilizam os textos para extrair frases para epígrafes, citações de outros autores e testemunhos.

As autoras brasileiras adotam a prática de citar trechos e frases de *O segundo sexo*, *Mística Feminina*, e *A Mulher na Sociedade de Classes* que consigam reforçar as ideias contidas nos termos. Algumas incorporam os termos no corpo do texto e nas notas de rodapé reverenciam a originalidade de suas autoras. Em certos casos, dedicam momentos do trabalho para apresentarem brevemente textos e autoras, geralmente nas partes onde propõem apresentar as principais produções bibliográficas sobre os “estudos da mulher”.

Assim como as autoras argentinas, as brasileiras também citam edições em outras línguas. A partir das entrevistas, elas narram que tiveram que ler e traduzir os textos, quando não, solicitar a compra dos “livros estrangeiros” junto às livrarias. A prática da tradução por essa geração de leitoras e autoras pode ser observada, por exemplo, através da construção de novas frases para “*On ne naît pas femme: on le devient*”. A célebre frase de Simone de Beauvoir foi traduzida oficialmente por Sergio Millett para a editora DIFEL como “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, recebendo outras versões pelas autoras brasileiras.

Os periódicos feministas brasileiros dessa época também divulgaram os textos analisados e nos permitem refletir, como um contraponto, sobre a circulação dos livros em questão no Brasil. A *Mulher na Sociedade de Classes*, por exemplo, é citado diretamente em duas reportagens do jornal *Brasil Mulher*. Em uma delas, intitulada “A mulher - cidadã acima de qualquer suspeita”<sup>601</sup>, publicada em 1976, é mencionado o termo “força de reserva” e são citados trechos de Saffioti a respeito da eleição na qual se candidataram a deputadas estaduais Carlota Pereira Queiroz e Bertha Lutz. Ao final do texto “Charmosa e Discriminada”<sup>602</sup>, publicado no *Brasil Mulher* edição de 1978, na parte destinada a referência bibliográfica, o livro de Saffioti é citado, sem, no entanto, especificarem editora, ano e local da edição.

*Mística Feminina* é citado – sem as referências bibliográficas – na reportagem “A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, do periódico *Nós Mulheres* do ano de 1976. O texto analisa alguns depoimentos de mulheres para buscar entender a “estranha angústia” que as atinge. Em certo momento aborda: “Betty Friedan, em seu livro *Mística Feminina*, descreve a mesma situação chamando-a de complexo de Parkinson que é a capacidade que se tem de esticar o trabalho de modo a que ele preencha todas as horas do dia”.<sup>603</sup>

No jornal *Mulherio* de 1983, Marta Suplicy, em reportagem intitulada “Menopausa, sexo e amor”, cita *O segundo sexo*, mas não apresenta referência à edição do texto. Esse artigo é um resumo de um dos capítulos do seu livro *Conversando sobre sexo*, recém-publicado naquele ano. No texto, Suplicy discute a sexualidade na terceira idade, e afirma: “Mas nem tudo é tão simples. Como lembra Simone de Beauvoir no livro **O segundo sexo**, o drama feminino na terceira idade é justamente o interesse da mulher pelo sexo, enquanto os seus companheiros começam a perder esse interesse”.<sup>604</sup> Simone de Beauvoir, e *O segundo sexo* indiretamente, voltam a ser citados em uma edição de *Mulherio* do ano de 1984, na sessão intitulada “Abrindo as frestas”, onde Isabel Alexandre resenha três livros que, de acordo com ela, são relevantes para que se reflita sobre a história social das

---

<sup>601</sup> [s.a]. “A mulher - cidadã acima de qualquer suspeita”. *Brasil Mulher*, Ano I, n. 5, p. 14, 1976.

<sup>602</sup> *Brasil Mulher*, Ano, III, n. 14, Nov. 1978.

<sup>603</sup> *Nós Mulheres*, n.2, p. 8, set./out. 1976.

<sup>604</sup> *Mulherio*, São Paulo, Ano III, n.12, p. 17, mar./abr., 1983.

mulheres.<sup>605</sup> No canto superior direito aparece a frase “‘Toda história das mulheres foi escrita pelos homens’, disse Simone de Beauvoir”.<sup>606</sup>

O estudo dos indícios levantados na análise desse conjunto de livros brasileiros publicados entre os anos de 1970 e 80 nos possibilita imaginar um pouco do que tenha sido a leitura dos textos de Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Heleieth Saffioti no Brasil para essa geração de autoras brasileiras. As observações realizadas nos permitem igualmente pensar uma história desses textos que, assim como as produções argentinas, podem ser consideradas publicações de perspectiva feminista produzidas durante o período da ditadura militar no Brasil.

### 3.3 APROPRIAÇÕES E PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS FEMINISTAS NOS ESCRITOS DE BRASIL E ARGENTINA

Por fazerem parte da mesma geração de leitoras dos feminismos, as autoras brasileiras e argentinas apresentadas nessa parte do trabalho têm trajetórias semelhantes às das feministas entrevistadas no capítulo anterior. Ou seja, são mulheres de classe média letrada que tiveram acesso ao estudo, inclusive de outras línguas, e que por isso tinham alguma facilidade em traduzir textos. São, em sua grande maioria<sup>607</sup>, mulheres que nesse momento estavam ligadas às universidades e que, posteriormente, seguiram a vida acadêmica atuando como professoras. No geral, todas desenvolviam trabalhos intelectuais, produzindo trabalhos acadêmicos, artigos, textos pequenos e/ou livros. As leituras foram realizadas nesses momentos de estudos nas universidades, nos grupos feministas e/ou de política partidária, nos momentos de reclusão marcados pelo recrudescimento dos regimes militares, na vivência da maternidade e do casamento, ou ainda durante os processos de divórcio.

Essas imagens que se constroem a partir dos relatos e de alguns indícios nas escritas dos seus livros, nos permitem pensar as práticas de leituras que possivelmente se deram naquele momento: a leitura realizada nos espaço das universidades e nas bibliotecas; durante o

---

<sup>605</sup> Os três livros em questão são *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, de Maria Odila da S. Dias, *A Condição Feminina no Rio de Janeiro no século XIX*, de Miriam Moreira Leite, e *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, todos publicados naquele ano de 1984.

<sup>606</sup> *Mulherio*, São Paulo, Ano IV, n. 19, nov./dez., 1984.

<sup>607</sup> Lembremos que Mirta Henault foi sindicalista.

trajeto por diferentes pontos das cidades; em seus quartos de solteira após um dia de estudo e/ou de atividade nos grupos; entre as pausas nos cuidados com os filhos pequenos; quando se juntavam entre as amigas para a tradução de um texto; e/ou até mesmo em espaços inicialmente estranhos, longe dos familiares e amigos, em outros países.

Em relação aos escritos de argentinas e brasileiras selecionados para essa análise, percebemos algumas características relevantes tanto no conteúdo como na forma em que são apresentados. As publicações argentinas, em sua maioria, são decorrentes de produções textuais de grupos como *Nueva Mujer* e o CEM; já as brasileiras estão amparadas nas produções resultantes de trabalhos acadêmicos. Ainda que se possa dizer que essas publicações não são declaradamente feministas, elas incorporam temas e perspectivas que instrumentalizaram os movimentos de mulheres e os feminismos.

As produções argentinas recorrem à ideia de “tomada de consciência” das mulheres em torno de uma luta específica que urge ser problematizada. O título e a capa de *Las mujeres dicen basta*, por exemplo, foram elaborados com essa intenção. Do mesmo modo, no Brasil, as publicações analisadas apelam para um conceito semelhante, de “dar voz” às mulheres e ao mesmo tempo em que se “recupera” a “história do feminismo”.

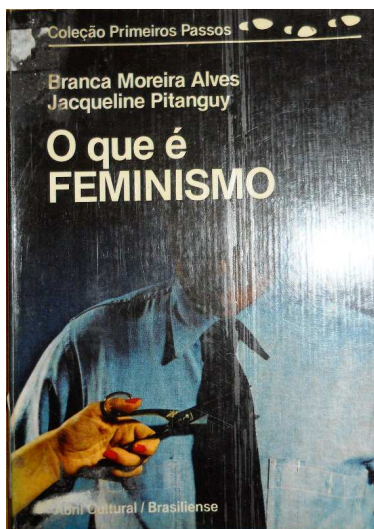


Figura 03 – *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985 [Capa]. Acervo particular.

Nesse sentido, a capa de *O que é feminismo*, edição de 1985, é emblemática ao estampar uma mão feminina – com as unhas pintadas de vermelho – cortando com uma tesoura a gravata de um traje vestido por um corpo masculino. Ou seja, a meu ver, a mão feminina representaria às mulheres rompendo o “silêncio” e reivindicando não só a fala como também a ação, cortando os laços com os “modelos hierarquizados” e tradicionais de poder masculino, concebidos na imagem da gravata. As ilustrações presentes nas capas também ajudam a fixar os sentidos intencionados no texto, como se sintetizassem toda a proposta em discussão em apenas uma imagem.<sup>608</sup>

Percebemos que o uso de recursos como o itálico, negrito, letras maiúsculas e aspas são empregados nos textos para ressaltar “palavras de ordem”, lugares-comuns e enfatizar os objetivos das publicações, afetando o que é lido.<sup>609</sup> São exemplos dessas aplicações as palavras destacadas no prólogo de *Las mujeres dicen basta*; a expressão “que no tiene nombre” apresentada entre aspas no meio de uma sentença em *El género mujer*; o trecho em negrito de *Si Shakespeare hubiera sido mujer*; a frase de Simone de Beauvoir na epígrafe de *Ideologia e Feminismo*; entre outras. Essas marcas são utilizadas de maneira consciente e fazem com que algumas palavras ou frases inteiras sejam imediatamente visíveis ao olhar da leitora, provocando a leitura do texto e a reflexão quanto ao tema destacado.

Ao longo das análises observamos ainda uma série de outras autoras que argentinas e brasileiras citadas em notas de rodapé ou nas referências bibliográficas, e que também aparecem citadas nas entrevistas realizadas com algumas feministas de ambos os países. São elas: Elena Gianini Belotti, Shulamith Firestone, Germaine Greer, Shere Hite, Carla Lonzi, Margaret Mead, Kate Millett, Juliet Mitchell, Adrienne Rich, Margaret Randall, Evelyne Sullerot, Sheila Rowbotham, e Mary Wollstonecraft.

A diferença entre os dois grupos analisados fica expressa quando percebemos que as brasileiras citam repetidas vezes em suas falas uma autora também brasileira como uma referência do período, enquanto as argentinas não citam com recorrência outras autoras argentinas.<sup>610</sup> Diante dos dados levantados nas entrevistas e nas produções bibliográficas analisadas neste capítulo nos questionamos: Por que

<sup>608</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>609</sup> *Ibidem*, p. 13-42.

<sup>610</sup> Apenas Alejandra Ciriza cita em sua entrevista Alejandra Pizarnick, Juana Manuela Gorriti e Juana Azurduy, e Sara Torres cita Leonor Calvera.



brasileiras citam em grande número o nome e o trabalho de Heleith Saffioti enquanto a grande maioria das feministas argentinas entrevistadas não incluem autoras nacionais em suas memórias de leituras daquela época? Podemos levar em consideração dois elementos que nos ajudam a pensar essa questão: a circulação de publicações estrangeiras na Argentina e a censura/repressão da ditadura militar argentina sobre os livros.

Leonor Calvera, em sua entrevista, narra que muito dos livros e textos que as pessoas possuíam naquela época foram queimados pelo medo de que fossem encontrados pelos militares: “tínhamos medo do escrito”<sup>611</sup>. Calvera descreve a situação tomando como exemplo a sua tradução de *O cântico do senhor*, um texto religioso que foi retirado da Feira do Livro de 1977, tornando-a uma autora perseguida pelo regime militar em Buenos Aires a partir daquele momento<sup>612</sup>. No capítulo anterior, vimos que Mirta Henault declara que “somente as publicações estrangeiras chegavam”<sup>613</sup> ao país, porque grande parte da atividade editorial estava controlada e, nesse sentido, muitos livros foram queimados. Essa atmosfera repressiva em relação aos escritos não é observada na narrativa das feministas brasileiras entrevistadas, ainda que dois livros de Rose Marie Muraro tenham sido censurados pela ditadura militar no Brasil.<sup>614</sup> Isso nos leva a imaginar que na Argentina o medo e a apreensão gerados pela perseguição aos escritos foram tão eficazes que desestimularam e limitaram a produção e a circulação de textos nacionais.

Ao mesmo tempo, a circulação de textos traduzidos e livros estrangeiros, sobretudo os publicados em castelhano por editoras espanholas, não sofriam dos mesmos impedimentos, e essa questão pode ser constatada a partir dos dados de algumas publicações encontradas nos acervos argentinos pesquisados. Na Espanha foram publicados *La Mística de la Feminidad*, de Betty Friedan, em Barcelona pela editora

---

<sup>611</sup> CALVERA, Leonor. *Op. cit.*

<sup>612</sup> Para a autora, a razão dessa atitude estaria na repressão da ditadura aos movimentos alternativos como, por exemplo, os *hare-krishnas*.

<sup>613</sup> HENAULT, Mirta. Buenos Aires, Argentina: 23 fev. 2007. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga, transcrita por Soraia Carolina de Mello, e revisada por Luana Lopes. Acervo do LEGH/UFSC.

<sup>614</sup> Foram eles: *A mulher na construção do mundo futuro* e *Automação e o futuro do homem*, ambos censurados entre 1968 e 1978. Cf. REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011, p. 36.

Sagitario em 1965 (e em Buenos Aires pela editora Jucar em 1974); *La liberación de la mujer: la larga lucha* e *La condición de la mujer*, ambos de Juliet Mitchell, pela editora Anagrama em 1966 e 1977, respectivamente; *Sobre la liberación de la mujer*, de Alexandra Kollontai, pela editora Fontamara em 1979; *La dialectica del sexo*, de Shulamith Firestone pela Kairós em 1976; *Antropología y Feminismo*, de Olivia Harris e Kate Young pela Anagrama de 1976; e *Actitudes Patriarcales*, de Eva Figes, pela Alianza Editorial em Madri no ano de 1972. Na Argentina, foram publicados em Buenos Aires *Problemas de la liberación de la mujer*, de Evelyn Reed, pela Ediciones Pluma em 1974; *Escupamos sobre Hegel y otros escritos sobre la liberación femenina*, da italiana Carla Lonzi, pela La Pléyade em 1978; *Un cuarto propio*, de Virginia Woolf, pela editora SUR ainda no ano de 1936 e tendo uma edição também em 1980; *El segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, recebeu a primeira publicação argentina em 1954 pela editora Psique e também recebeu edições pela editora Siglo Veinte nos anos de 1977 e 1982, anos de vigência da ditadura; *El problema de la mujer*, uma compilação com textos de diversas autoras – como, por exemplo, Margaret Mead e Simone de Beauvoir – foi publicada pela Hormé em 1968 (e adquirido pela Biblioteca Nacional em 1969); *Para la liberación del segundo sexo*, organizado por Otilia Vainstok e publicado por Ediciones de la Flor, em 1972, traz textos de Margaret Randall, Kate Millet, Shulamith Firestone, entre outras; e *La liberación de la mujer*, compilado por Christiane Rochefort e publicado pela Granica em 1972.

No Brasil não havia a facilidade da obtenção de alguns títulos editados e publicados por outros países de língua portuguesa; ao menos não encontrei nas referências bibliográficas e nas entrevistas dados que comprovem essa circulação. Localizei, na pesquisa em acervos, alguns títulos traduzidos e outros de autoria de brasileiras como, por exemplo, *A Mulher na Construção do Mundo Futuro* e *Sexualidade da Mulher Brasileira*, ambos de Rose Marie Muraro publicados pela editora Vozes em 1966 e 1983, respectivamente; *O homem e a mulher no mundo moderno* e *A arte de ser mulher*, de Carmen da Silva, ambos publicados pela Civilização Brasileira em 1969; *Mulher objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart, pela editora Vozes em 1974; *Emprego doméstico e capitalismo*, de Heleieth Saffioti, também pela Vozes no ano de 1978; *O que é aborto*, de Carmen L. de M. Barroso e Maria Carneiro da Cunha, pela editora Cortez em 1980; *A condição da mulher*, de Marta Suplicy, publicado pela Brasiliense em 1984, entre outros. Em relação aos textos traduzidos e publicados no Brasil nessa época temos: *Para uma ciência*

*da libertação da mulher*, Isabel Larguía e John Dumoulin, publicado pela editora Global em 1982; *A Liberação da Mulher*, de María Arias, pela editora Salvat, em 1979; *Mística Feminina*, pela Vozes em 1971; *O segundo sexo*, pela DIFEL em 1961; *A dialética do sexo*, de Shulamith Firestone, pela Labor do Brasil em 1976, entre outros. Ou seja, o que encontramos nos catálogos brasileiros difere dos argentinos. Aqui os textos para a língua portuguesa foram todos publicados no Brasil, sem que nós tenhamos nos beneficiado de traduções feitas por outros países de língua portuguesa. O mercado editorial brasileiro para esses textos era composto por edições em suas línguas originais ou traduzidos para o português por editoras brasileiras, enquanto a Argentina recebeu edições em castelhano de outros países e assim puderam contornar os obstáculos para a publicação de textos.

Da leitura dos textos ditos “clássicos” por essas autoras ao trabalho interpretativo que empregaram em seus escritos, observamos um caminho percorrido que complexifica nossa análise das tensões entre o escrito, o lido e o dito. O texto escrito que se presta à manipulação pela leitora e chega até ela de diferentes maneiras, suscita a leitura, provoca a procura por sentidos e significados que essa mesma leitora, posteriormente, empregará em seus escritos, oferecendo-o a novas interpretações.

Sendo assim, os testemunhos analisados no capítulo anterior foram percebidos, inicialmente, como uma apresentação que essa geração de feministas elabora de si, distante socioculturalmente do tempo a que se referem, e nas quais as trajetórias são construídas no intuito de conformarem um todo coerente entre passado e presente. Embora possamos reconhecer nelas traços semelhantes e outros particulares nas maneiras de ler, os depoimentos não bastam para reconstituir as leituras feministas de brasileiras e argentinas durante as ditaduras militares de meados do século XX, nem mesmo conseguiremos atingir tal objetivo. No entanto, de acordo com Chartier<sup>615</sup>, um conjunto de fontes diferente, como as produções escritas publicadas e divulgadas no período, fazem-nos refletir sobre a presença e a repercussão dos livros para além das narrativas, sendo o objetivo do próximo capítulo.

---

<sup>615</sup> CHARTIER, Roger. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo. Editora UNESP, 2003, p. 141-142.



## CAPÍTULO 4

### DA (DES)CONSTRUÇÃO DOS “CLÁSSICOS”: *O SEGUNDO SEXO* E *MÍSTICA FEMINISTA* NO BRASIL E NA ARGENTINA

Os vestígios de leituras encontrados nas memórias relativas aos processos de identificação com os feminismos e a análise das escritas feministas produzidas entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil e na Argentina nos permitem pensar as práticas de leituras e nos indicam autoras, assim como preferências e críticas a certos textos considerados “clássicos do feminismo” para um grupo de leitoras específico.

Nos capítulos anteriores, percebemos que é recorrente nas falas das feministas entrevistadas, bem como em suas produções textuais, referências a Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, e Heleieth Saffioti, assim como aos seus textos *A Room of One's Own*, *Le deuxième sexe*, *The feminine mystique* e *A mulher na sociedade de classes*, respectivamente, entre uma série de outras escritoras/textos citadas com menor frequência. Essas autoras e textos fazem parte de uma “biblioteca imaginária”<sup>616</sup> de leituras rememoradas pelas feministas de ambos os países, e que fornece autoridade a um determinado *corpus* teórico de leituras feminista. Ou seja, por meio das narrativas memorialísticas e das produções bibliográficas feministas de ambos os países analisadas, percebemos o processo seletivo operado na construção dessa “biblioteca imaginária”, que destaca algumas autoras/textos em detrimento de outras, formando um “cânone”<sup>617</sup> dos estudos feministas.

Na intenção de refletirmos sobre como ocorre a edificação dessas autoras e seus textos, entendidos como “clássicos”, e a dimensão legitimadora que ambos fornecem para os estudos feministas, questiono: que textos e autoras são essas que feministas brasileiras e argentinas citam desde meados da década de 1960 como fundamentais para os estudos feministas? Quais foram seus contextos de escrita? Como se deram as publicações, a circulação e a divulgação dos textos em Brasil e Argentina durante as ditaduras militares?

Essas perguntas remetem a uma série de elementos sobre a esfera de produção e circulação dos textos e dos livros<sup>618</sup>, e com isso nos

---

<sup>616</sup> Cf. BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996, p. 13-58.

<sup>617</sup> Entendo por cânone uma seleção de livros e autores(as) considerados(as) como representativos(as) para um determinado grupo de pessoas.

<sup>618</sup> Roger Chartier diferencia essas duas esferas de produção em relação aos seus procedimentos. A produção de texto diz respeito a um conjunto de dispositivos

impelem a cartografá-los, a mapear as viagens que percorreram para além das suas fronteiras geográficas e temporais. Ou seja, o presente capítulo aborda a questão das autoras, dos textos e dos livros no intuito de pensar a construção e as implicações desse quadro de referenciais teóricos formado por autoras/textos identificados como “leituras universais” para o movimento feminista. O objetivo nesta parte do trabalho é refletir sobre alguns elementos que auxiliam a construção dessas figuras – a de texto e a de autora consagrados para o feminismo – com o objetivo de, ao final desta tese, percebermos de que forma esse *corpus teórico* se legitima e atravessa contextos diferentes. As questões elencadas anteriormente remetem ao entendimento da figura do(a) autor(a) e a possibilidade de elaborar uma história dos livros tomados como “clássicos” para o feminismo.

Ainda que Michel Foucault tenha questionado a noção de autor no interior de suas análises sobre o “mundo dos discursos”<sup>619</sup>, e não da leitura, sua reflexão nos convida a pensar alguns elementos constitutivos das esferas de produção e disseminação dos textos como, por exemplo, autoras, editoras, tradutores/as, entre outros.<sup>620</sup> Se um(a) autor(a) e sua obra são unidades forjadas ao longo de um processo complexo e historicamente datado, que articula editores(as), leitores(as) e críticos(as)<sup>621</sup>, então nosso esforço é pensar as significações que determinadas autoras e seus textos receberam no contexto de suas publicações, e nos caminhos percorridos por seus livros no Brasil e na Argentina em um momento específico.

Selecionei para esta análise apenas as duas autoras, e seus respectivos textos, que obtiveram o maior índice de recorrência nas narrativas memorialística sobre os feminismos em ambos os países, e que são: Simone de Beauvoir, com *Le deuxième sexe* (1949), e Betty Friedan, com *The feminine mystique* (1963).

---

que resultam da escrita, que um/a autor/a coloca explícita ou implicitamente em sua obra no intuito de guiar o leitor, inscrevendo convenções sociais que permitirão sua sinalização, classificação e compreensão. A produção do livro pertence à esfera da impressão, logo está relacionada aos suportes que fornecem materialidade ao texto, e por isso podem sugerir leituras diferentes, novas legibilidades. Cf. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: \_\_\_\_\_. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 96-97.

<sup>619</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. 2ª ed. [s.l]: Vega, 1922, p. 99.

<sup>620</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *El orden de los libros*. Lectores, autores, bibliotecas em Europa entre los siglos XIV y XVIII. 3ª ed. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 46.

<sup>621</sup> Ibidem, p. 97.

#### 4.1 SIMONE DE BEAUVOIR E *O SEGUNDO SEXO* NO BRASIL E NA ARGENTINA

No momento em que escrevo esta tese, um programa televisivo especialmente voltado à divulgação científica – de uma das maiores emissoras brasileiras – transmite um programa dedicado a Simone de Beauvoir e Sartre, ao existencialismo e ao feminismo.<sup>622</sup> Ainda que seja transmitido em um horário de baixa audiência, é a segunda vez que o programa é veiculado em menos de um ano.

Em 2009, Fernanda Montenegro estreou o monólogo dramático *Viver Sem Tempos Mortos*, peça teatral na qual a atriz interpretou Simone de Beauvoir a partir de um texto baseado nos escritos e cartas da autora francesa.<sup>623</sup> Na televisão e no cinema, entre os anos 1960 e 1990, os romances de Beauvoir foram adaptados para as telas em países como a Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Suécia e Israel, com destaque para *La Femme Rompue (A mulher desiludida)*.<sup>624</sup> Em 1984, por exemplo, a atriz norte-americana Jodie Foster interpretou nas telas Hélène Bertrand, em *The Blood of Others (O Sangue dos Outros)*, drama baseado no livro homônimo de Beauvoir. No início do século XXI, destaco a produção de dois documentários franceses, *Cinquantenaire du Dèxième Sexe, 1949-1999* (2001) e *Les Tribulations de Mr Sartre et Mme de Beauvoir vers le Caucase* (2003) – este último uma coprodução com a Armênia –, e um filme, *Les Amants du Flore* (2005), baseado na relação da autora com Sartre.

Além dessas produções artísticas, é possível encontrarmos, com certa facilidade por meio da Internet, uma série de entrevistas realizadas com Beauvoir durante a década de 1970 pela Radio-Canada<sup>625</sup>, e uma

---

<sup>622</sup> O programa “Globo Ciência” da Rede Globo de Televisão está no ar desde 1984, transmitido às 06h45min. dos sábados, e com duração média de 25 minutos.

<sup>623</sup> A peça, dirigida por Felipe Hirsch, ficou em cartaz até dezembro de 2011.

<sup>624</sup> Seguem os títulos que receberam, as datas em que foram lançados e os países responsáveis pelas produções: “Le’at Yoter” (1968, Israel); “Hon Kraver upprattelse” (1978, Suécia, baseado em *A mulher desiludida*); “La Femme Rompue” (1978, França); “The Blood of Others” (1984, Canadá, França e EUA, baseado em *O Sangue dos Outros*); “Weil’s solche Liebe nicht taglich gibt” (1986, Alemanha, baseado em *A mulher desiludida*); “Uma Donna Spezzata” (1988, Itália, baseado em *A mulher desiludida*) e “All Men are Mortal”, (Inglaterra, Holanda e França, baseado em *Todos os homens são mortais*).

<sup>625</sup> Disponíveis em vídeo: <<http://archives.radio-canada.ca/recherche?q=beauvoir&RTY=0&RC=1&RP=1&RD=1&RA=0&th=1>

em especial sobre os 25 anos de *O segundo sexo*, concedida a John Gerassi e publicada na revista *Society* (Southampton University, 1976).<sup>626</sup> Assim como Virginia Woolf, o nome de Simone de Beauvoir é encontrado com facilidade nas estantes das livrarias e sebos brasileiros e argentinos, assim como encabeça numerosas “comunidades” internacionais em meios virtuais, como Facebook e Orkut, onde são postadas e compartilhadas, quase que diariamente, fotos e pensamentos da autora.<sup>627</sup>

Ou seja, a repercussão de Simone de Beauvoir e de sua obra extrapolam os círculos das produções bibliográficas feministas brasileiras e argentinas analisadas no capítulo anterior. Podemos pensar ainda que essa grande repercussão em torno da vida e obra de Beauvoir propicia a construção da autora historicamente forjada e reiterada como uma referência “clássica” para os feminismos até os dias de hoje.

Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir nasceu numa família burguesa em Paris no início do século XX, em 09 de janeiro de 1908. Em seus livros de memórias<sup>628</sup>, Simone elabora sua trajetória de vida como um projeto realizado sempre de maneira autônoma e em escala de ascensão, assumindo a pretensão de reescrevê-la tal qual foi vivida e, dessa maneira, fazendo-se ao mesmo tempo narradora e personagem de sua própria história. No entanto, é importante lembrar que a certeza do sucesso de seu projeto pessoal de tornar-se uma intelectual – característica marcante em seus escritos memorialísticos – está diretamente condicionada à repercussão de seus trabalhos, uma vez que todos os seus relatos autobiográficos são posteriores à publicação de

---

[&x=0&y=0](#)>. Acesso em 16 jul. 2012.

<sup>626</sup> BEAUVOIR, Simone de. Simone de Beauvoir: *O segundo sexo* 25 anos depois. [Jan.-Fev., 1976]. [s.l]: *Society*, p. 79-85. Entrevista concedida a John Gerassi. In: CAMPELO, Wagner. *Simone de Beauvoir*. Disponível em: <[http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos\\_p02.htm](http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos_p02.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2012 [Tradução do autor].

<sup>627</sup> O perfil na rede social *Facebook* intitulado “Simone de Beauvoir” foi criado em 09 de março de 2012 e contava até o dia 16 de julho do mesmo ano com 36.662 pessoas. Na mesma rede está disponível ainda um aplicativo sobre Beauvoir, ou seja, um programa que gera frases da autora para as 209 pessoas que o adicionaram em suas páginas. No caso de Virginia Woolf, o perfil que leva seu nome era composto, até o mês de julho de 2012, por 132.440 pessoas, e o aplicativo, intitulado “Momento Virginia Woolf”, é utilizado por 188 pessoas.

<sup>628</sup> Seus livros de memória são: *Memórias de uma moça bem comportada* (1958), *A Força da Idade* (1960), *A Força das Coisas* (1963) *Uma morte muito suave* (1964), *Balanço Final* (1972), e *A Cerimônia do Adeus* (1982).



*O segundo sexo*, por exemplo.<sup>629</sup> A partir de suas memórias, Simone explorou e tornou pública sua vida, narrando-a de maneira coerente, edificando sua própria personagem que continua a ser explorada até os dias atuais.

Em *Mémoires d'une Jeune Fille Rangée (Memórias de uma Moça Bem Comportada)*, o primeiro de seus livros de memórias escrito entre 1956 e 1958, Simone escreveu que sua aspiração em tornar-se escritora começou ainda na infância, e que até alcançar seus vinte anos ponderou em si mesma seu lado de “moça bem comportada” – estudiosa, obediente e, inicialmente, religiosa –, ao seu lado rebelde, determinada a alcançar seu projeto de mulher autônoma, desvinculando-se dos padrões da época.<sup>630</sup>

Simone narra uma compulsão pelos estudos e pela leitura inicialmente voltada para a biblioteca familiar e, posteriormente, “alimentada” por livros que conseguia em suas voltas pela cidade, emprestados e/ou indicados por amigas e amigos. Afastou-se da religião, influência direta da mãe, e passou a invejar a vida dos rapazes, que tinham uma vida mais livre e intelectualmente mais rica do que as garotas da mesma idade. Afirma que foi então, ainda na juventude, que decidiu dedicar sua vida ao trabalho intelectual e resolveu, de acordo com suas próprias palavras, “emergir”.<sup>631</sup> De acordo com ela, essas atitudes fizeram com que seus pais comesçassem a perceber seu afastamento do que então era preconizado para as moças da sua época e condição social: casamento e filhos.

Logo após bacharelar-se em Letras-Latim e Matemática Elementar, ingressou em 1926 na Sorbonne, onde passou a se dedicar obstinadamente ao estudo de Filosofia. Na universidade, aproximou-se da juventude de esquerda e descobriu o gosto pela liberdade que, segundo conta, pareciam lhe aproximar do mundo dos homens que ela tanto admirava. Nesta época, fez novas e importantes amizades, como Maurice Merleau-Ponty, René Maheu, Paul Nizam e Jean-Paul Sartre. Em 1929, prepararam-se juntos para a *agrégation* em Filosofia – exame nacional para licenciatura –, e em 17 de julho do mesmo ano os

---

<sup>629</sup> Simone de Beauvoir começou a escrever suas memórias/autobiografias aproximadamente dez anos após a publicação de *O segundo sexo*, em 1949.

<sup>630</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Memórias de uma moça bem comportada*. Trad. Sergio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

<sup>631</sup> *Ibidem*, p. 128.

resultados foram afixados: Sartre tirou o primeiro lugar e Simone o segundo, por uma diferença de dois pontos.<sup>632</sup>

Muito foi discutido ao longo dos anos a respeito do binômio “Sartre-Beauvoir” como um dos casais mais instigantes da história: se amaram, porém não foram oficialmente casados, não tiveram filhos, não moraram juntos, e tiveram casos abertos e até mesmo se apaixonaram por outras pessoas. Simone de Beauvoir e Sartre estabeleceram desde o início de sua relação uma condição de “casamento aberto” que suscitou, e ainda promove, debates e críticas. Polêmicas sobre esse relacionamento à parte, e que demandariam outro trabalho, o certo é que percebemos que parte de sua personagem é construída tanto pelos escritos de Simone sobre si mesma, quanto da relação – polêmica para a época – com outro intelectual existencialista amplamente reconhecido, sendo, em algumas ocasiões, reduzida à sua “fiel discípula”.<sup>633</sup>

Ao ser questionada pela revista argentina *El Grillo de Papel*<sup>634</sup>, no final dos anos 1950, sobre as razões que a levaram a escrever *O segundo sexo* respondeu:

En 1947 – respondía – quise escribir un libro sobre mis experiencias personales. En los medios intelectuales que frecuentaba, jamás encontré discriminación respecto a mi sexo. Pero al mirar a mi alrededor me di cuenta de que el problema femenino estaba lejos de ser resuelto.”<sup>635</sup>

---

<sup>632</sup> ROWLEY, Hazel. *Tête-à-Tête*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006, p. 35-36.

<sup>633</sup> CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, (12), p. 38, 1999.

<sup>634</sup> *El Grillo de Papel* teve breve duração (1959 a 1960), e se destacou por publicar uma entrevista exclusiva com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir sobre a viagem por Cuba, e outra, apenas com Beauvoir sobre literatura. Cf, BEAUVOIR, Simone de. *El Grillo de Papel*, Buenos Aires, nro. 6, año II, octubre-noviembre de 1960, p. 15 apud NARI, Marcela María Alejandra. No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir em Argentina, 1950 y 1990. *MORA – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, n.8, p. 69, diciembre, 2002.

<sup>635</sup> “Em 1947 – respondia – quis escrever um livro sobre minhas experiências pessoais. Nos meios intelectuais que frequentava, jamais encontrei discriminação com respeito ao meu sexo. Mas ao olhar ao meu redor me dei conta de que o problema feminino estava longe de ser resolvido.” (Tradução livre). Idem.

Para Simone de Beauvoir, seu modo de viver, sua situação intelectual e seus relacionamentos com as outras pessoas, não faziam dela uma mulher discriminada por conta da opressão masculina, ao menos não era dessa maneira que se sentia. Aproximadamente vinte anos após a resposta ao periódico argentino, em entrevista a John Gerassi sobre os 25 anos de publicação de *O segundo sexo*, em 1976, Simone manteve a explicação de que a opressão feminina estava ligada à dependência econômica das mulheres:

Ao pesquisar e escrever *O segundo sexo* foi que percebi que meus privilégios resultavam de eu ter abdicado, em alguns aspectos cruciais pelo menos, à minha condição feminina. Se colocarmos o que estou dizendo em termos de classe econômica, você entenderá facilmente. Eu tinha me tornado uma colaboracionista de classe. Bem, eu era mais ou menos o equivalente em termos da luta de sexos. Através de *O segundo sexo* tomei consciência da necessidade da luta. Compreendi que a grande maioria das mulheres simplesmente não tinha as escolhas que eu havia tido; que as mulheres são, de fato, definidas e tratadas como um segundo sexo por uma sociedade patriarcal, cuja estrutura entraria em colapso se esses valores fossem genuinamente destruídos.<sup>636</sup>

Mas, recuemos um pouco no tempo para pensarmos às circunstâncias da escritura de *O segundo sexo* no final da década de 1940. As mulheres francesas vivenciavam no dia-a-dia o impacto do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conhecido como Regime de Vichy<sup>637</sup>, governo francês autoritário e repressivo que possuía uma política de colaboração com a Alemanha nazista. Houve

---

<sup>636</sup> BEAUVOIR, Simone de. Simone de Beauvoir: *O segundo sexo* 25 anos depois. *Op. cit.* (Tradução do autor).

<sup>637</sup> Em 1940, o General Henri Phillipe Pétain assinou a rendição da França a Alemanha, iniciando o regime que dividiu a França em duas zonas, sendo que uma delas, a parte norte ao ocidente e a costa atlântica, seriam ocupadas e controladas pela Alemanha Nazista. A parte não ocupada ficou sob o regime francês, liderada por Pétain, com sede na capital da cidade de Vichy, sudeste de Paris.

durante o Estado de Vichy a necessidade de uma reorganização social, e para responder a essa finalidade foi lançado o projeto de uma revolução nacional sob o lema “Trabalho, Pátria e Família”. O Regime de Vichy fez da família um fenômeno social de interesse público ao apresentar uma política familiar altamente reguladora, onde a maternidade, por exemplo, passou a ser considerada um dever nacional e o único destino possível para as mulheres.<sup>638</sup> Contraditoriamente, esse período de ocupação alemã colocou a prova os valores e o cotidiano que em nada pareciam com o ideal familiar apregoado pelo Estado, como, por exemplo, a questão do racionamento. Muitas mulheres se valeram de estratégias de sobrevivência a custo de valores que não se identificavam em nada com aqueles das “mães felizes” que eram preconizados pelo Estado, e adquiriram assim uma consciência política sobre a situação em que viviam. Desse modo, algumas donas-de-casa organizaram movimentos e protestos impulsionadas por militantes do partido comunista, e dessa maneira partilharam das tarefas da resistência ao regime junto aos homens.<sup>639</sup>

Simone de Beauvoir viveu esse período sob uma Paris ocupada, e junto a Sartre e seus amigos(as), ajudou a criar grupos e ações de resistência, mudou-se para um lugar com menos conforto, e vivenciou os períodos de racionamento. Em suas memórias, relata algumas dificuldades encontradas pelas pessoas nesse período como, por exemplo, a de encontrar comida, usar o cartão de racionamento e conseguir preparar as refeições com o que tinham em mãos.<sup>640</sup> Mas, isso não foi tudo. Em 1943, Simone foi exonerada do corpo docente do governo de Vichy sob a alegação de não ser casada e manter, por anos, uma relação de concubinato com Sartre (lembramos aqui dos ideais do regime em relação à família). Seu cargo só foi recuperado em 1945, no pós-guerra, e mesmo assim Simone negou o retorno para a docência, pois preferiu seguir sua carreira como escritora. Seus textos lhe renderam debates acalorados com a crítica literária, alguns deles por trazerem à tona histórias polêmicas da vida de amigos(as) íntimos(as) a

---

<sup>638</sup> Ver, a esse respeito, ECK, Hélène. As mulheres francesas no regime de Vichy. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995, p. 248.

<sup>639</sup> Ibidem, p. 267.

<sup>640</sup> Na segunda parte do livro de memórias, *A Força da Idade*, Simone relata o período de guerra, da ocupação alemã em Paris e, por fim, da libertação. BEAUVOIR, Simone de. *A Força da Idade*. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 572.

ela e a Sartre, mas, especialmente, pela publicação de *Le deuxième sexe*, que iniciou uma série de discussões sobre as relações entre os sexos.

A ideia de escrever *Le deuxième sexe*, de acordo com Simone em suas memórias, teria surgido a partir de uma interrogação que Sartre teria lhe feito em 1939. Em uma conversa, Sartre teria lhe desafiado a pensar sobre a seguinte questão: como o fato de ser uma mulher havia influenciado a sua vida. No início, pensou em escrever um relato autobiográfico sobre o assunto, mas depois decidiu por ocupar-se em uma investigação sobre a “condição da mulher”.

Anos depois, em 1947, durante uma viagem aos Estados Unidos a convite do escritor e jornalista Philippe Soupault para ministrar palestras em algumas universidades norte-americanas sobre o existencialismo, que estava em voga naquele momento, Simone começou a tomar notas para o então “ensaio sobre as mulheres” que pensava em escrever.<sup>641</sup> Nesse momento, acreditava que a mulher norte-americana fosse um exemplo da “mulher independente”, mas se espantou com o modo com que se vestiam, com os artigos nas revistas ensinando as mulheres a “caçarem” os maridos, pelo fato das não casadas serem menos respeitadas que as solteiras na Europa, e que as universitárias só se preocupassem com os homens.<sup>642</sup> No capítulo “A mulher liberada” – segundo volume de *O segundo sexo* – a autora denuncia a superficialidade na independência das estadunidenses: “É essa uma atitude muito impressionante, entre outras, nas norte-americanas; agrada-lhes ter um *job* e provar a si mesmas que são capazes de executá-lo corretamente; mas não se apaixonam pelo *conteúdo* de suas tarefas”.<sup>643</sup>

Em *Le deuxième sexe*, publicado originalmente em Paris no dia 24 de maio de 1949 pela editora Gallimard<sup>644</sup>, ao analisar em detalhes a “condição da mulher” na sociedade, sobretudo a mulher de classe média

---

<sup>641</sup> ROWLEY, Hazel. *Op. cit.*, 205.

<sup>642</sup> BEAUVOIR, Simone de. apud ROWLEY, Hazel. *Op. cit.*, p. 218.

<sup>643</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: A experiência vivida. Trad. Sergio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975, v.2, p. 471. (Grifo da autora).

<sup>644</sup> Inicialmente foi publicado o primeiro volume, que em pouco tempo atingiu a marca de mais de 20.000 exemplares vendidos. Apenas sete meses depois, foi publicado o segundo volume, sendo que seu sucesso já estava assegurado pelas vendas do primeiro. Cf. BELUCCI, Mabel. Recordando al Segundo Sexo. *Red Informativa de las Mujeres de Argentina*, 26 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/mujer/030526bellucci.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

francesa, Beauvoir compreendeu que a “figura feminina” e as características que lhe são atribuídas são uma construção social produzida ao longo da história. Nesse sentido, as mulheres foram historicamente compreendidas pela sociedade como inferiores, e não como iguais ou diferentes aos homens. Ou seja, o “segundo sexo” em relação ao masculino; nunca consideradas *Sujeito*, e sim o *Outro*.

Opondo-se a ideia de determinismo biológico e criticando as abordagens elaboradas pelos discursos da Psicologia, Economia e História, assim como as representações das mulheres nas letras, Beauvoir impulsionou uma transformação na concepção do “ser mulher” ao defender a seguinte reflexão: se a mulher é resultado de uma elaboração social de características das quais se apropria ao longo de sua existência, logo, a opressão feminina é igualmente construída, apesar de ser legitimada socialmente por meio de preceitos biologizantes (“natureza feminina”).

A célebre frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”<sup>645</sup> foi, aos poucos, apropriada como *slogan* pelos movimentos feministas de vários países e, posteriormente, tornou-se um caminho para outras reflexões como, por exemplo, os estudos de gênero. O conceito contido na frase exemplifica a perspectiva existencialista desenvolvida por Beauvoir em *O segundo sexo*. Tendo em vista que a essência humana não é determinada biologicamente, a “condição feminina” não se basearia em uma “essência natural da mulher”, ou seja, poderia ser transformada, construindo-se para isso uma nova ordem com relação aos lugares ocupados por mulheres e homens nas sociedades.<sup>646</sup>

---

<sup>645</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. Trad. Sergio Milliet. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1970. v.1, p. 09.

<sup>646</sup> O Existencialismo moderno, enquanto perspectiva filosófica e movimento surgido na França do pós Segunda Guerra Mundial, tem como critérios centrais de sua análise à noção do indivíduo na sociedade a questão da sua liberdade, do autoconhecimento e da responsabilidade. Desta forma, todo ser humano passa a ser o único responsável por suas escolhas e atitudes, sendo livre para escolhê-las segundo o conhecimento que tem de si mesmo. Há ainda o conceito de “má-fé”, que se aplicaria no caso do sujeito, por exemplo, negar sua liberdade e consentir em viver uma situação de opressão. Sartre definiria o primado da “existência” sobre a “essência” ao afirmar que “a existência precede a essência”. Essa corrente de pensamento foi popularizada em meados do século XX pelas obras de Sartre, principalmente *O Ser e o Nada*, e os escritos de Simone de Beauvoir, entre eles o ensaio *O Existencialismo e a Sabedoria das Nações*. Ver, a esse respeito, PENHA, João da. *O que é Existencialismo*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 51-110.

*O segundo sexo* passou a ser um dos textos precursores dos estudos sobre as mulheres e, posteriormente, das relações de gênero, tornando-se referência para os feminismos principalmente a partir dos anos 1960 e 1970, período em que se inicia a “segunda onda feminista”, marcada pelas reivindicações de direitos ao corpo e ao prazer<sup>647</sup>. Quando questionada pela feminista alemã Alice Schwarzer, em fevereiro de 1972, sobre se as mulheres deveriam lutar por sua libertação também no plano de ação coletiva, Simone apresentou outro objetivo para *O segundo sexo* que não tinha atribuído até então. Reconhecendo que a apropriação do seu texto poderia suscitar outras questões além da análise teórica a respeito da situação das mulheres na sociedade, a autora afirmou esperar que *O segundo sexo* impelisse as mulheres a lutar por seus direitos, e expressa de maneira solidária o desejo de que seu trabalho pudesse melhorar suas vidas:

Devem passar à ação coletiva. Não o fiz pessoalmente até agora porque não havia movimento organizado com o qual eu estivesse de acordo. Mas, apesar disso, escrever *O segundo sexo* foi realizar um ato que ultrapassava a minha própria libertação. Escrevi esse livro por interesse pelo conjunto da condição feminina e não apenas para compreender o que era a situação das mulheres, mas também para lutar, para ajudar as outras mulheres a se compreenderem. Aliás, nestes vinte anos, recebi enorme quantidade de cartas de mulheres, dizendo que meu livro as tinha ajudado muito a compreender sua situação, a lutar, a tomar decisões. Tive sempre o cuidado de responder-lhes. Encontrei algumas delas. Sempre tentei ajudar as mulheres em dificuldades.<sup>648</sup>

---

<sup>647</sup> Importante ressaltarmos aqui a variabilidade nas determinações dos períodos e das características que a Segunda Onda Feminista alcançou em diferentes lugares do mundo. Nem todos os feminismos se desenvolveram da mesma forma e ao mesmo tempo nos diferentes países. Ver, a esse respeito, ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Op. cit.*

<sup>648</sup> SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Trad. José Sanz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 41.

Na citação acima, percebemos que Beauvoir procura justificar, perante as feministas, sua ausência nas lutas empreendidas pelo movimento desde a publicação de *O segundo sexo*. Para Simone, antes do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), criado em 1970, os grupos que existiam eram “reformistas e legalistas”, diferente do atual movimento, “mais radical”, e por essa razão afirma não ter se interessado e nem se declarado como feminista antes de 1972.<sup>649</sup> Entretanto, no verão de 1970, o MLM na França lançou uma campanha em favor da legalização do aborto que reuniu a assinatura de trezentas e quarenta e três mulheres que aceitaram declarar publicamente que já haviam abortado, e Simone participou do ato.<sup>650</sup> Muitas daquelas que assinaram não tinham necessariamente realizado um aborto, mas ainda assim a campanha recebeu o apoio irrestrito da autora. A partir de então, Beauvoir passou a emprestar sua casa nas tardes de domingo para que o grupo de ativistas se reunisse, e o “Manifesto das 343”, como ficou conhecido, foi um sucesso.<sup>651</sup> Quatro anos depois, em 1975, o aborto foi legalizado na França.

A atuação pública de Simone de Beauvoir junto ao movimento feminista francês ocorreu com sua participação no “Manifesto das 343”, mesmo que somente em 1972 tenha afirmado ser feminista em uma entrevista vendida ao *Le Nouvel Observateur* por dois mil francos, com a finalidade de completar o aluguel de dez mil de uma sala para as reuniões do movimento.<sup>652</sup> Após isso, Simone ingressou nas atividades do grupo e permitiu, inclusive, que seu nome fosse utilizado sempre em estratégias políticas de afrontamento e ajudando a lançar ideias. Em 1974, foi presidenta da Liga dos Direitos da Mulher, e no ano de 1976 passou a escrever uma coluna com um grupo de feministas na revista *Les Temps Modernes* na intenção de discutirem o sexismo no cotidiano.<sup>653</sup> Contudo, da escrita de *O segundo sexo* até o reconhecimento consolidado entre os movimentos feministas franceses e

---

<sup>649</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>650</sup> BELUCCI, Mabel. *Las 343 Sinvergüenzas*. REBELIÓN. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/mujer/030517bellucci.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

<sup>651</sup> ROWLEY, Hazel. *Op. cit.*, p. 370.

<sup>652</sup> A entrevista foi realizada por Alice Schwazer, que a publicou juntamente a outras conversas com Simone de Beauvoir realizadas entre os anos de 1972 e 1982. Ver, a esse respeito, SCHWARZER, Alice. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>653</sup> Ibidem, p. 67.



internacionais, Simone de Beauvoir enfrentou um forte “auê”<sup>654</sup> com a repercussão inicial do livro, que durou alguns anos.

Após a publicação de *O segundo sexo*, Simone recebeu muitas críticas, tanto da direita conservadora quanto da esquerda comunista, causando intensas polêmicas nos meios intelectuais franceses.<sup>655</sup> As maiores revistas literárias e filosóficas francesas da época dedicaram páginas a esse debate e nelas, em muitas vezes, as palavras se tornaram duras e as discussões acaloradas. As críticas partiram, sobretudo, dos meios intelectuais e políticos, e a ironia foi o recurso utilizado para atacar a figura da autora, e não as teses de seu livro. De acordo com Sylvie Chaperon – historiadora francesa e especialista nos trabalhos de Simone de Beauvoir na França – a respeito das discussões produzidas entre os anos de 1950 e 1960 na França:

Historicamente, *O segundo sexo* abriu o debate sobre a sexualidade: o ‘pessoal’ pode se tornar político. O partido comunista e a direita tradicional não se enganaram, portanto. Ridicularizaram e condenaram, mas fugiram à discussão. Longe das mulheres e de seus temores, longe da gravidez indesejada e das sexualidades saqueadas, dissertam sobre a moral e a literatura. A grandeza da nação, a família, o amor ou a classe operária são os protagonistas de seus discursos desencarnados<sup>656</sup>. Em conjunto, recusam que uma palavra crítica de mulher penetre no espaço público onde se debatem as verdadeiras questões da cidade.<sup>657</sup>

A mobilização contra *O segundo sexo* na França se dirigiu precisamente aos temas referentes à sexualidade, à maternidade e às

---

<sup>654</sup> Expressão utilizada no título do artigo de Sylvie Chaperon para fazer referência ao momento tumultuado da repercussão de *O segundo sexo* na França. Cf. CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. *Op. cit.*

<sup>655</sup> *Ibidem*, p. 37-53.

<sup>656</sup> Os “discursos desencarnados”, a que se refere Sylvie Chaperon, diz respeito a uma expressão de Lucien Febvre, que na explicação dada por Roger Chartier explica são aqueles que postulam o sujeito universal e abstrato. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1990, p. 32-42.

<sup>657</sup> CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. *Op. cit.*, p. 53.

identidades sexuais, acusando Simone de Beauvoir de invadir o campo literário com o erotismo. Tanto a direita quanto a esquerda comunista, utilizando o sarcasmo e a ironia, fugiram do debate sério sobre as questões levantadas pelo livro. Assim, a polêmica associou temas como, por exemplo, a contracepção e o aborto às neuroses e às perversidades, e a liberdade sexual à libertinagem. A discussão em torno de *O segundo sexo* tomou proporções internacionais: o Vaticano pôs o livro no índice; em 1969 o governo militar grego o incluiu na lista de livros “comunistas e perigosos à juventude”<sup>658</sup>; ao mesmo tempo, o texto, traduzido para o japonês, em 1965, tornou-se rapidamente um *best-seller*<sup>659</sup>. Sylvie Chaperon afirma que “jamais uma obra escrita por uma mulher para mulheres suscitara tamanho debate”, gerando na França uma polêmica “longa e áspera”.<sup>660</sup> As declarações de Simone em entrevistas e escritos sobre o tema da maternidade em *O segundo sexo*, assim como sua intimidante descrença em uma “natureza essencialmente feminina”, provocaram protestos junto mesmo a algumas mulheres que a julgaram uma “frustrada”.

As ideias defendidas por Beauvoir em *O segundo sexo*, e mesmo após a sua publicação, incitavam as mulheres a fugir das falsas amarras do casamento e da idealização da maternidade como únicas instâncias para seus horizontes, ao mesmo tempo em que propunha que lutassem por seus direitos e por uma ascensão intelectual possibilitada através do trabalho e da educação. Direcionou ainda suas críticas ao socialismo, que até então não havia trazido a igualdade de condições entre homens e mulheres, como ela havia acreditado que aconteceria quando escreveu o livro. Em 1972, convenceu-se que para que a igualdade entre os sexos fosse alcançada era necessária uma luta a parte:

No final de *O segundo sexo*, eu disse que não era feminista porque pensava que as soluções dos problemas femininos deviam ser encontradas numa evolução socialista da sociedade. Para mim, ser feminista era bater-se por reivindicações especificamente femininas, independente da luta de classes. Hoje, conservo a mesma definição: chamo feministas as mulheres ou mesmo os homens que lutam por modificar a

---

<sup>658</sup> FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Trad. Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 461.

<sup>659</sup> ROWLEY, Hazel. *Op. cit.*, p. 342.

<sup>660</sup> CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. *Op. cit.*, p. 37.

condição da mulher, evidentemente em ligação com a luta de classes, porém fora dela, sem subordinar inteiramente essa mudança à sociedade. Diria, assim, que hoje sou feminista dessa maneira. Porque percebi que é preciso, antes da chegada do socialismo com o qual sonhamos, que se lute pela condição concreta da mulher. E, por outro lado, também verifiquei que, mesmo nos países socialistas, essa igualdade não foi conseguida. É preciso, portanto, que as mulheres tomem seu destino nas mãos.<sup>661</sup>

*O segundo sexo* foi publicado em diversos países e traduzido para mais de trinta idiomas, ainda que tenha sido considerado por muitos(as) um atentado à família, ao amor, e à classe operária.<sup>662</sup> Para Colette Audry – escritora francesa –, *O segundo sexo* foi “um livro muito lido e mal compreendido”<sup>663</sup> na França no momento de sua publicação. Nos capítulos anteriores, analisei as apropriações do texto de Simone Beauvoir para uma geração de feministas brasileiras e argentinas em suas produções bibliográficas entre as décadas de 1960 e 1980, e como o livro e a autora seguem como referências constantes na memória dessas mulheres até os dias atuais. Cabe agora refletir sobre o contexto da publicação de *Le deuxième sexe* na Argentina e no Brasil, pensando aspectos de sua circulação que nos permitam perceber como o livro foi alçado um “clássico” para o movimento feminista de ambos os países.

#### 4.1.1 Uma história de *El segundo sexo* na Argentina

As editoras argentinas traduziram os textos de Simone de Beauvoir durante as décadas de 1950 e 1960, antes de outros países latino-americanos e se antecipando, inclusive, em relação à Espanha que, mesmo sob o regime autoritário do general Francisco Franco, publicou apenas outros textos da autora pela editora Aguilar.<sup>664</sup> Na

---

<sup>661</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>662</sup> MORAES, Maria. Lygia. Q. de Simone de Beauvoir e o amor americano (Um tributo a Simone de Beauvoir). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, (12), p. 93-101, 1999.

<sup>663</sup> CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>664</sup> Cf. CAGNOLATI, Beatriz et al. De la Argentina al mundo hispanoamericano: las traducciones con acento porteño de la obra de Simone de Beauvoir. In: CAGNOLATI, Beatriz; FEMENÍAS, María Luisa (comp.).

Argentina, a editora Emecé lançou *Todos los hombres son mortales* (1951) e *La invitada* (1953), e, posteriormente, a Sudamericana apresentou o premiado<sup>665</sup> *Los Mandarines* (1958), *Memorias de una joven formal* (1959) e *La plenitud de la vida* (1961), todos traduzidos pela escritora, jornalista e roteirista argentina Silvina Bullrich. Mais tarde, a editora Sudamericana lançou ainda *La fuerza de las cosas* (1964), *Una muerte muy dulce* (1965), *Hermosas imágenes* (1967), *La mujer rota* (1968) e *La vejez* (1970), textos que tiveram outros(as) tradutores(as)<sup>666</sup>.

As primeiras edições de *El segundo sexo* na Argentina são do final da década de 1950 e início de 1960: a primeira foi publicada pela editora Psique em 1954;<sup>667</sup> seguida pela editora Leviatán, em 1957<sup>668</sup>; e em 1962 recebeu uma versão pela editora Siglo Veinte. Contudo, o livro circulou em francês antes de 1954, trazido, por exemplo, nas bagagens após viagens ao exterior. Há no acervo da Biblioteca Nacional em Buenos Aires uma 55ª edição do primeiro volume de *Le deuxième sexe* que traz em sua folha de rosto a seguinte anotação a caneta, “Paris, Samedi, Fèvrier 3.50”<sup>669</sup>, o que nos possibilita imaginar o trânsito desse texto adquirido, provavelmente, em 03 de fevereiro de 1950. Outras edições francesas da editora Gallimard, publicadas antes de 1954, estão disponíveis tanto no acervo da Biblioteca Nacional quanto nas bibliotecas da Universidad de Buenos Aires.<sup>670</sup>

Simone de Beauvoir. *Las encrucijadas de “el outro sexo”*. 1ª ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2011, p. 13.

<sup>665</sup> Prêmio Goncourt em 1954.

<sup>666</sup> Cf. CAGNOLATI, Beatriz et al. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>667</sup> A editora Psique publicou livros na área da Psicologia entre os anos 1950 até o início dos anos 80.

<sup>668</sup> Iniciou suas atividades em 1942, fundada por Gregorio Schwartz, e permanece até os dias de hoje no campo editorial argentino, publicando livros na área da Filosofia, Ciências Sociais, História, Crítica Literária, Poesia, etc. No site, a editora informa que foi primeira casa editorial a publicar Simone de Beauvoir. Disponível em: <<http://www.e-leviatan.com.ar/quienes-somos/index.html>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

<sup>669</sup> Nota-se um pequeno equívoco da parte do(a) leitor(a) ao anotar na folha de rosto o dia da semana da suposta aquisição do livro, uma vez que o dia 03 de fevereiro do ano de 1950 foi uma sexta-feira e não um sábado.

<sup>670</sup> Na Biblioteca Nacional encontrei uma 55ª edição de 1949 (apenas o volume 1) e a 73ª e 75ª edições de 1953 (ambos referentes ao volume 2). A Biblioteca Central da Facultad de Filosofía y Letras da UBA possui a 67ª edição de 1951 (volume 2). Apesar da fragilidade desses exemplares, todos estão disponíveis para consulta.

As publicações do livro na Argentina começaram ao final do *boom* da indústria editorial, entre os anos de 1938 e 1955, continuaram no período de consolidação do mercado interno, entre 1957 e 1975, e contaram com algumas edições, até mesmo em um momento de crise na indústria ocorrida entre os anos de 1976 e 1989.<sup>671</sup> No país, os órgãos responsáveis pela censura nos períodos de regime militar não parecem ter atuado sobre as publicações de *El segundo sexo*, uma vez que é possível encontrar edições 1965, 1968, 1975 e 1977, todas do editorial Siglo Veinte. Em meados da década de 1950, Buenos Aires foi o centro difusor das novidades culturais, e possibilitou em grande medida a difusão de *El segundo sexo* para o mercado ibero-americano. Durante a ditadura de Franco na Espanha, entre 1939 e 1976, muitas das leituras clandestinas do livro de Simone de Beauvoir foram realizadas a partir da versão argentina.<sup>672</sup>

O tradutor de *Le deuxième sexe* na Argentina foi Pablo Palant<sup>673</sup>, professor, advogado, historiador, crítico, dramaturgo e premiado diretor de teatro. Na década de 1930, Palant começou sua carreira no Teatro del Pueblo e incorporou-se ao Grupo Boedo. Posteriormente, nos anos 1950, participou da fundação do grupo “La máscara”, iniciando, junto a outros nomes, o movimento de teatros independentes na Argentina. O *Diccionario de directores y escenógrafos del teatro argentino* o qualifica como “excelente tradutor de francês dos autores que ele mais admirava”, e lista os seguintes nomes: Samuel Beckett, Simone de Beauvoir, Jean Cocteau y Henri René Lenormand, entre outros.<sup>674</sup>

Olga Castro Vázquez<sup>675</sup>, que analisou as traduções de *Le deuxième sexe* para o inglês e para o espanhol na Argentina e na Espanha, afirma que Pablo Palant procurou se converter em um “tradutor invisível”, ou seja, que optou por realizar uma tradução que refletisse o mais “fiel” possível o texto da autora francesa. O título e os subtítulos foram traduzidos de maneira literal, os elementos pré-textuais da autora em ambos os volumes foram mantidos (dedicatória e citações),

---

<sup>671</sup> Cf. DIEGO, José Luis de (dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina 1880-2000*. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

<sup>672</sup> BELUCCI, Mabel. Recordando al Segundo Sexo. *Op. cit.*

<sup>673</sup> Pablo Tischkovsky Blant, conhecido como Pablo Palant, nasceu em Entre Ríos, em 1914, e faleceu em Buenos Aires, em 1975.

<sup>674</sup> Cf. LIMA, Perla Zayas de. *Diccionario de directores y escenógrafos del teatro argentino, 1950-1990*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991.

<sup>675</sup> VÁZQUEZ, Olga Castro. Ideologías textuais e paratextuais nas traduccions de *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir. *Viceversa*, Revista Galega de Tradución, (12), p. 62-63, 2006.

assim como não há notas prévias assinadas pelo tradutor, espaços esses onde poderia tornar visível a sua (re)escritura do texto.

Apesar da preocupação com a literalidade em relação a sua tradução, traduzir é um ato inventivo e que, conseqüentemente, “traí” o texto original. Um exemplo nesse disso é a maneira como os títulos dos livros e revistas citados por Beauvoir foram literalmente traduzidos por Palant, ainda que naquele momento não fossem traduzidos e editados em espanhol. Nesse sentido, as fontes bibliográficas utilizadas pela autora, receberam uma tradução livre por parte do tradutor como, por exemplo, em relação ao *Les Cahiers du Sud*, que aparece como *Cuadernos del Sud*.<sup>676</sup>

A Biblioteca Nacional de Buenos Aires possui os dois volumes da primeira edição de *El segundo sexo* na Argentina do editorial Psique, impressos em 30 de outubro de 1954. Esses exemplares pertenceram à escritora Alejandra Pizarnick, e foram adquiridos pelo acervo da biblioteca no ano de 2007. Pude constatar que ambos os volumes, apesar de terem recebido novas encadernações, apresentavam sinais de desgastes e marcas de leitura feitas a lápis e a caneta esferográfica azul, e traziam um carimbo com o nome do jornalista argentino Norberto Andrés Vilar na contracapa, a quem provavelmente o livro também pertenceu.

O acervo da Biblioteca Nacional possui também o primeiro volume impresso pela editora Leviatán, em 20 de novembro de 1957, e a Biblioteca Central “Prof. Augusto Raúl Cortazar”, da Facultad de Filosofía y Letras da UBA, os dois volumes da primeira edição publicada pela editora Siglo Veinte, impressos em 09 e 28 de novembro de 1962, respectivamente<sup>677</sup>. Interessante atentarmos ao paratexto impresso na orelha da edição de 1957:

Hay ciertas obras que se incorporan a la historia de la cultura humana como verdaderos hitos, pues proclaman verdades tan vivas que es preciso volver constantemente sobre ellas para entender el

---

<sup>676</sup> BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo*. Los hechos y los mitos. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1975, p. 21.

<sup>677</sup> Os exemplares encontrados na biblioteca da faculdade foram encadernados em capa dura e apresentam marcas de leitura. Na terceira contracapa dos livros encontramos as fichas de retirada mais atuais, e percebemos que o primeiro volume foi retirado 17 vezes e o segundo 21 vezes desde o ano 2000. Já o exemplar de 1957, da editora Leviatán, encontrado na Biblioteca Nacional não apresenta traços de leituras, mas conserva a capa original bastante desgastada.

complejo problema del ser humano en sus relaciones consigo mismo y con la sociedad. *El segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, se integra a esa lista de altas conquistas del espíritu y su transcendencia no será inferior a lo que tuvo en su momento *El origen de las especies*, de Darwin, o la obra de Freud. (...). Con este libro Simone de Beauvoir proclama verdades fundamentales para las mujeres, que lo son también para el hombre, y será imposible, a partir de hoy, desconocerlas, ya que la ignorancia no cabe frente al análisis erudito, razonado, iluminado de este libro magistral.<sup>678</sup>

A autoria do paratexto citado é desconhecida, entretanto é relevante percebermos o modo com que ele orienta o(a) leitor(a), uma vez que edifica o livro como um exemplar da “história da cultura humana”; um texto ao qual “é preciso voltar constantemente”, e que por isso resiste ao tempo. Ou seja, lança de antemão a ideia do “clássico”, buscando induzir o(a) leitor(a) a dar determinado sentido à sua leitura, ou ainda, a significar sua percepção sobre o livro mesmo que não venha a realizar a leitura do texto.

Em relação aos paratextos iconográficos d’ *El segundo sexo* argentino, as capas das primeiras edições (Psique, Leviatán e Siglo Veinte) não trazem nenhuma ilustração, apenas alguns elementos textuais como, o título do livro, o subtítulo correspondente a cada volume, e o nome da autora e da editora, utilizando não mais que três cores como recurso gráfico. O caráter simples e discreto das primeiras capas permaneceu até 1977, quando o editorial Siglo Veinte apresentou

---

<sup>678</sup> “Há certas obras que se incorporam na história da cultura humana como verdadeiras marcas, pois proclamam verdades tão vivas que é preciso voltar constantemente a elas para entender o complexo problema do ser humano em suas relações consigo mesmo e com a sociedade. *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir se integra a essa lista de altas conquistas do espírito e sua transcendência não será inferior a que teve *A origem das espécies*, de Darwin, ou a obra de Freud (...). Com este livro Simone de Beauvoir proclama verdades fundamentais para as mulheres, que são também para o homem, e será impossível, a partir de hoje, desconhecê-las, uma vez que a ignorância não se compara à análise erudita, fundamentada, iluminada deste livro magistral.” In: BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo: Los hechos y los mitos*. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Ediciones Leviatán, 1957.

para ambos os volumes do livro ilustrações coloridas, que trazem o desenho estilizado de quatro mulheres diferentes sorrindo.<sup>679</sup>



Figura 04 – *El segundo sexo*. v. 1. Buenos Aires: Psique, 1954 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.

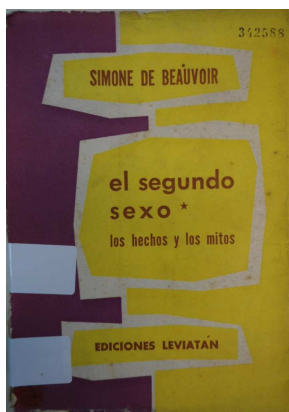


Figura 05 – *El segundo sexo*. v. 1. Buenos Aires: Leviatán, 1957 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.

<sup>679</sup> Essa capa pode ser encontrada nas edições de 1985 e 1987 do mesmo editorial.



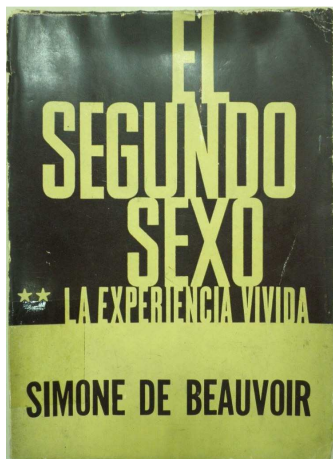


Figura 06 – *El segundo sexo*. v. 2. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.

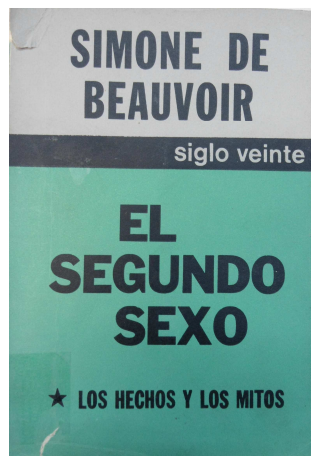


Figura 07 – *El segundo sexo*. v. 1. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1975 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.



Figura 08 – *El segundo sexo*. v. 1. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1977 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.

Essa capa estampou também as edições impressas em 1985 e abril de 1987. Contudo, ainda no ano de 1987 – em exemplar impresso no mês de agosto –, o livro recebeu um novo projeto gráfico, trazendo na capa de cada volume uma fotografia diferente de Simone de Beauvoir tiradas durante a década de 1970. As imagens estampadas nas edições de 1987 (um ano após a morte de Beauvoir), reforçam a imagem da autora, sugerindo a identificação direta da autora com o texto, consagrando a ambos como icônicos para os estudos sobre as mulheres.

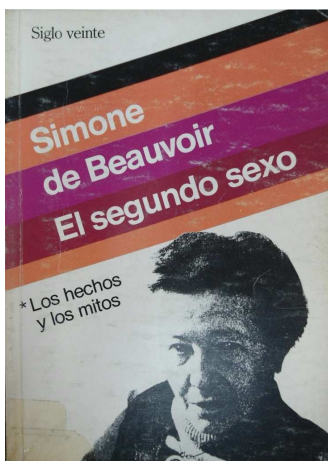


Figura 09 – *El segundo sexo*. v. 1. Buenos Aires: Ed. Siglo Veinte, 1987 [Capa]. Exemplar do acervo do IIEG /UBA.

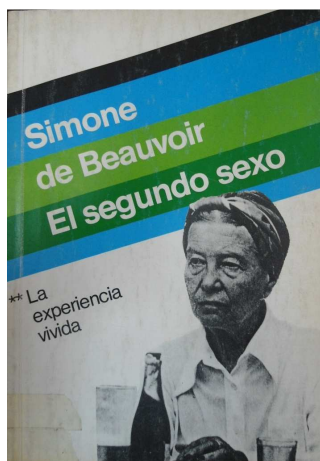


Figura 10 – *El segundo sexo*. v. 2. Buenos Aires: Ed. Siglo Veinte, 1987 [Capa]. Exemplar do acervo do IIEG /UBA.

Em 1999, a Sudamericana publicou, por ocasião de seu cinquentenário, uma edição comemorativa d'*El segundo sexo* em volume único. Essa edição recebeu a tradução de Juan García-Puente, prólogo de Maria Moreno e tiragem de 8.000 exemplares. Na capa, uma fotografia de Simone de Beauvoir segurando com a mão esquerda uma taça de vinho. Dentre todos os acervos pesquisados, encontrei esse exemplar apenas na biblioteca do IIEG.

Moreno afirma, no prólogo do livro, que Simone e Sartre eram adorados pelos jovens de sua geração como um “par messiânico”, e *El segundo sexo* se converteu com o tempo no “livro vermelho da nova feminilidade”. Explica ainda que as cartas e memórias de Simone de

Beauvoir indicam uma relação paradoxal com a sua escrita em *El segundo sexo*, o que teria alimentado a crítica feminista em relação ao livro. Para Moreno, a leitura de *El segundo sexo* e outros escritos de Beauvoir lhe serviram como um “passaporte” em sua transição de “jovem provinciana” para seu entendimento da vida na cidade grande (Buenos Aires). Em relação a outros argentinos e argentinas, destaca que Beauvoir teria influenciado ainda Silvina Bullrich, Beatriz Guido, Ernesto Sábato, etc. A autora argentina defende de maneira enfática que embora muito já tenha sido discutido e, de certa forma, até se superado em relação a *El segundo sexo*, essas não são justificativas para que se deixe de ler o livro.



Figura 11 – *El segundo sexo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999 [Capa]. Exemplar do acervo do IIEG /UBA

Diferente da França, a repercussão argentina produzida por *El segundo sexo* não passou de um debate subentendido, e até mesmo ocultado por uma discussão local acerca da sexualidade. De acordo com Marcela Narí, que pesquisou a repercussão de Simone de Beauvoir em algumas revistas culturais e literárias argentinas das décadas de 1950 e 1960, “o escândalo que produziu em Paris não parece ter se reproduzido em Buenos Aires”, e a polêmica em torno do livro poderia ser definida

como “uma trama um tanto difusa e sinuosa de um embate latente e esquivo”.<sup>680</sup>

Em “No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990”, Narí discute como *El segundo sexo* foi aparentemente lido, mas não devidamente referenciado nas discussões culturais e literárias travadas em alguns periódicos da época<sup>681</sup> que estavam tratando exatamente das teses levantadas por Simone de Beauvoir. Ou seja, houve certa difusão “mascarada” do texto nos círculos intelectuais e políticos argentinos que discutiam os sexos entre os anos 1950 e 1960. Por essa razão, a autora argentina qualifica a repercussão inicial de *El segundo sexo* na Argentina como um “golpe silencioso”:

A través de la lectura de revistas y publicaciones de los años 50 e, incluso, de los '60, parece haber sucedido exactamente lo contrario. *Un cuarto propio*, por ejemplo, de Virginia Woolf, publicado en Buenos Aires por sudamericana en 1935, aparece comentado y citado más asiduamente que Simone de Beauvoir en relación al “problema de la mujer”, y no solamente en el esperado ámbito de la intelectualidad liberal de SUR. Sin embargo, años más tarde, de su lectura no se reconocerá un golpe emocional tan fuerte, como el silenciosamente producido por *El segundo sexo*.<sup>682</sup>

<sup>680</sup> NARI, Marcela María Alejandra. 2002. *Op. cit.*, p. 59.

<sup>681</sup> Marcela Narí faz referência às revistas *Centro* e *Contorno*. A revista argentina *Contorno* foi publicada na Argentina entre os anos de 1953 e 1959, surgindo como uma expressão de um grupo universitário. Ver, a esse respeito, GRAMUGLIO, Maria Teresa. SUR: Uma minoria cosmopolita na periferia ocidental. *Tempo social*, vol.19, no.1, São Paulo, Jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702007000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100004)>. Acesso em: 20 jun. 2008.

<sup>682</sup> “Através da leitura de revistas e publicações dos anos 50 e, inclusive, dos anos 60, parece ter acontecido exatamente o contrário. *Um teto todo seu*, por exemplo, de Virginia Woolf, publicado em Buenos Aires por Sudamericana em 1935, aparece comentado e citado mais assiduamente que Simone de Beauvoir em relação “ao problema da mulher”, e não somente no esperado âmbito da intelectualidade liberal de SUR. Entretanto, anos mais tarde de sua leitura, não se reconhecerá um golpe emocional tão forte como o silenciosamente produzido por *O segundo sexo*.” (Tradução livre). NARI, Marcela María Alejandra. 2002. *Op. cit.*, p. 60.

Em 1947, dois anos antes da publicação de *O segundo sexo* na França, Maria Rosa Oliver – escritora argentina e colaboradora da *SUR* – traduziu o artigo “Literatura y metafísica”, de Simone de Beauvoir, para um número especial da revista dedicado aos escritores e escritoras franceses pouco conhecidos na Argentina.<sup>683</sup> Esse artigo pode ser tomado como um ponto de partida da difusão da autora francesa no país.

Após a publicação de *El segundo sexo*, os comentários publicados nas revistas em relação à autora francesa e seu texto se mostram divergentes. Rosa Chacel, escritora espanhola exilada do franquismo em Buenos Aires e colaboradora da revista *SUR* durante os anos 50, afirma na edição de 1956 da revista que teria lido *El segundo sexo* em 1953, e que essa leitura a teria inibido em relação a outras leituras da mesma autora. Chacel dirigiu críticas negativas ao texto, discordando da tese da mulher como o “Outro”, defendida pela autora francesa. Nos anos seguintes a essa publicação na *SUR*, a revista não voltou a falar de *El segundo sexo*, divulgou apenas três resenhas de outros livros de Beauvoir que haviam sido publicados naquele período<sup>684</sup>, sendo uma delas, sobre *La invitada*, escrita por Rosa Chacel. Na opinião de Maria Moreno – autora de um artigo publicado recentemente na Argentina sobre o cinquentenário de *O segundo sexo* – “parece um pretexto para saldar contas” com a crítica realizada anteriormente.<sup>685</sup>

Marcela Narí defende a hipótese de que o silêncio em relação à Simone de Beauvoir nas revistas argentinas foi, possivelmente, resultado dos escândalos produzidos na França por alguns romances da autora que traziam detalhes sexuais e desnudavam a moral privada de alguns intelectuais franceses que faziam parte de seu círculo de amizades. De acordo com a pesquisadora, foi Ernesto Sábato – escritor, ensaísta e artista plástico argentino – e Victoria Ocampo que protagonizaram um dos poucos exemplos do debate argentino travado nos periódicos em torno dos temas levantados em *El segundo sexo*, quebrando o aparente silêncio sobre o livro. Enquanto Sábato defendia que a feminização do mundo não implicava a libertação das mulheres, Ocampo reivindicava a humanidade das mulheres, tratadas até então

---

<sup>683</sup> Cf. MORENO, Maria. La siempreviva. *Página 12*. Suplemento Las 12 / Argentina. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/1999/suple/las12/99-08-13/nota1.htm>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

<sup>684</sup> São eles: *Los Mandarines*, *La Fuerza de las Cosas*, e *La invitada*.

<sup>685</sup> Cf. MORENO, Maria. *La siempreviva*. *Op. cit.*

apenas como um corpo destinado à reprodução.<sup>686</sup> O debate entre eles perdurou até o ano de 1971, quando a *SUR* dedicou um número voltado às mulheres. Para Narí, embora não a referenciem diretamente na discussão, essa atitude “ilumina esse meio de provável recepção e leitura”<sup>687</sup> que teria se intensificado com o passar do tempo e se (re)elaborado à medida que acontecia, entre os anos 1960 e 1980, uma maturação política e intelectual das mulheres argentinas.

Em relação aos periódicos feministas argentinos da época que foram analisados, constatei que Simone de Beauvoir é mencionada de maneira recorrente entre os anos de 1974 e 1982 no *Persona* por meio das seguintes situações: através das citações de trechos não devidamente referenciados de *El segundo sexo* nos artigos, de frases atribuídas à autora, e pela indicação da leitura do livro. No número 02 de 1974 na seção “Qué leemos?”<sup>688</sup> as organizadoras apresentam uma lista de títulos e, entre esses, figura *El segundo sexo*. Um ano depois, em seu quinto número, o *Persona* indica, mais uma vez, a leitura do livro de Beauvoir, agora em uma seção intitulada “Libros”.<sup>689</sup>

Na década de 1980, *Brujas* menciona a autora francesa apenas duas vezes, uma em 1986 e outra em 1987<sup>690</sup>, em reportagens assinadas por Alicia Lombardi<sup>691</sup>. A capa do *Brujas* de novembro de 1986 traz fotos de Simone de Beauvoir<sup>692</sup>, de Alicia Moreau Justo e das “Madres de la Plaza de Mayo”. Nesse número, em artigo intitulado “Simone de Beauvoir, militante de la reflexión y de la acción”, Lombardi rende uma homenagem à autora francesa por ocasião de sua morte, e qualifica Beauvoir como “a mãe espiritual” de muitas das mulheres de sua geração.<sup>693</sup> Para a autora argentina, a morte de Beauvoir a fez refletir sobre seu compromisso em relação ao feminismo:

<sup>686</sup> Cf. NARI, Marcela María Alejandra. 2002. *Op. cit.*, p. 66.

<sup>687</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>688</sup> Fazem parte dessa lista ainda Pablo Neruda, Violet Leduc, Alexander Lowen, Beatriz Melano Couch, Mary Jane Shefrey, entre outros/as. *Persona*, ano I, n. 02 nov 1974, p. 47.

<sup>689</sup> *Persona*, ano II, n. 05, nov. 1975.

<sup>690</sup> *Brujas*, ano IV n. 10, p. 19-20, nov. 1986 e *Brujas*, ano V n. 11, p. 05-06, may. 1987.

<sup>691</sup> Psicoterapeuta feminista autora de *Entre madres e hijas: acerca de la opresión psicológica*, publicado também 1986.

<sup>692</sup> A mesma imagem utilizada pela editora Siglo Veinte no segundo volume de *El segundo sexo*, publicado em 1987.

<sup>693</sup> *Brujas*, ano IV n. 10, p. 19, nov. 1986

Con su muerte, dejamos de ser niñas para pasar a ser adultas. Simone no estará más para guiarnos como madre espiritual, somos nosotras, hijas grandes, ya maduras, las que actuaremos de acuerdo a nuestras propias ideas. (...). Ella fue para mí, como para otras, un rayo de luz que iluminó puntos ciegos de mi mente. (...). Alice Schwarzer dice del “Segundo Sexo” que este libro ha sido el código secreto, a través de cual las mujeres, madre, hija, amigas, hermanas se atrevían a confesarse malestares con el apoyo de sus palabras. Su figura, su ejemplo, también me ayudó a sobrellevar esos salvajes años de dictadura militar, su rebeldía fué guía que me llevó a tomar los libros como forma de enfrentar ese insoportable silencio. Escribí un libro para resistir, discriminarme, romper los lazos con una aparente complicidad que el sistema nos hacía jugar. (...). Su inmortalidad no descansa en un monumento inmóvil. A Simone de Beauvoir sería imposible convertirla en una estatua. Su inmortalidad reside y residirá en nosotras, en nuestro modo de sucederla, de revivirla, de recrearla, tanto en la vida personal, como en nuestra acción colectiva. Su obra, que es un testimonio de coherencia, entre la acción, su vida y su pensamiento, es a la vez un legado solidario a toda una generación que Simone ayudó a vivir. Le debemos un agradecimiento. El mejor homenaje, es más profundo y auténtico, es continuar la brecha que con generosidad nos dejó abierta.<sup>694</sup>

---

<sup>694</sup>“Com sua morte, deixamos de meninas para nos tornarmos adultas. Simone não estará mais para nos guiar como mãe espiritual, somos nós, filhas crescidas, e maduras, as que atuaremos de acordo com nossas próprias ideias. (...). Ela era para mim, como para outras, um raio de luz que iluminou os pontos cegos de minha mente. (...). Alice Schwarzer disse a respeito de "O Segundo Sexo", que este livro que havia sido o código secreto, pelo qual as mulheres, mãe, filha, amigas, irmãs se atreviam a confessar os mal-estares com o apoio de suas palavras. Sua figura, seu exemplo, também me ajudou a passar os anos selvagens da ditadura militar, sua rebeldia foi o guia que me levou a perceber os livros como uma forma de lidar com esse silêncio insuportável. Eu escrevi um livro para resistir, discriminar-me, romper os laços com uma aparente complicidade que o sistema nos fazia jogar. (...). Sua imortalidade não repousa sobre um monumento imóvel. Seria impossível converter Simone de Beauvoir

Esses textos edificantes colaboram com a elaboração da autora e seu livro como baluartes para os feminismos naqueles anos, ou seja, são elementos que contribuem para a construção da figura de Beauvoir como ícone e de *Le deuxième sexe* como um “clássico” da literatura feminista. Lombardi defende que não basta “adorá-la” devotamente, é preciso dar continuidade ao seu trabalho, e assim “imortalizá-la” pela reflexão e ação feminista. Se em relação à figura de Beauvoir a escritora argentina não apela para nenhuma referência externa, ou seja, enaltece a autora por meio de comentários pessoais (que acredita ser opinião compartilhada com as demais mulheres de sua geração), em contrapartida, a respeito do livro, recorre ao julgamento de outra pessoa, no caso Alice Schwarzer.

Em 1982, Schwarzer publicou na Alemanha *Simone de Beauvoir heute (Simone de Beauvoir hoje)*, livro que reúne uma série de entrevistas realizadas com Beauvoir entre os anos de 1972 a 1982, e que já havia sido traduzido para o português-brasileiro, inglês e francês antes do artigo de Lombardi.<sup>695</sup> A autora argentina, provavelmente, teve acesso a alguma dessas edições ou apenas a algumas entrevistas reproduzidas em outros suportes. De qualquer maneira, selecionou e divulgou trechos do trabalho de Schwarzer para o número 11 do *Persona* de 1987, em artigo intitulado “Simone de Beauvoir – Nosotras, hoy”.<sup>696</sup> Os trechos traduzidos, assim como no artigo de 1986, não abordam *El segundo sexo*, mas a participação de Simone junto às feministas francesas no início da década de 1970. Nesse sentido, a partir da atuação de Alicia Lombardi no *Persona*, percebemos a construção da figura de Beauvoir sendo legitimada por atitudes e qualidades atribuídas à autora e sua trajetória, o que afeta a constituição de *El segundo sexo* como “clássico” em um espaço de leitura feminista, ainda que ele não esteja no centro da discussão proposta.

---

em uma estátua. Sua imortalidade reside e residirá em nós, na nossa forma de sucedê-la, de revivê-la, de recriá-la, tanto na vida pessoal, como em nossa ação coletiva. Seu trabalho, que é um testemunho de coerência entre a ação, sua vida e seu pensamento, é um legado solidário a toda uma geração Simone ajudou a viver. Devemos-lhe um agradecimento. A melhor homenagem, mais profunda e autêntica, é continuar com generosidade a lacuna que nos deixou aberta”. (Tradução livre). *Ibidem*, p. 19-20.

<sup>695</sup> No Brasil, *Simone de Beauvoir hoje* foi publicado na década de 1980, na França em 1983, e na Inglaterra e Estados Unidos em 1984. A tradução para o espanhol não foi encontrada.

<sup>696</sup> *Brujas*, ano V n. 11, p. 05-06, may. 1987.



#### 4.1.2 Mapeando *O segundo sexo* e a repercussão de Simone de Beauvoir no Brasil

Em 12 de agosto de 1960, Simone de Beauvoir e Sartre desembarcaram no Aeroporto dos Guararapes (Recife) e, recepcionados pelo escritor Jorge Amado, começaram sua trajetória por um ciclo de palestras em algumas universidades pelo país. Após visitarem China e Cuba, o casal escolheu o Brasil dentro do circuito de viagens que fizeram naquele momento, dirigindo-se depois ao Japão, União Soviética e Egito. O período no Brasil correspondeu à viagem mais longa do percurso: de 12 de agosto a 21 de outubro de 1960, percorrendo cidades de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

O motivo da viagem foram, a princípio, as conferências de Sartre sobre os temas literatura, marxismo e existencialismo, embora Simone tenha pronunciado três conferências sobre o “papel da mulher” na sociedade e sobre *O segundo sexo*. A primeira delas ocorreu em 25 de agosto na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro; a segunda foi realizada em 03 de setembro na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo; e a última delas, junto a Sartre, em uma conversa com estudantes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara e de outras faculdades do Estado, no auditório de Teatro Municipal de Araraquara. Nessa última, Simone respondeu apenas a algumas perguntas sobre a luta pela libertação das mulheres, mas não falou sobre seu livro.<sup>697</sup>

De acordo com Luiz Antônio Contatori Romano, que estudou a passagem do casal pelo Brasil, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre foram percebidos de duas formas bastante distintas: de um lado foram “vistos como celebridades mundanas por pessoas que pouco conheciam seus pensamentos” – e nesse âmbito Simone não encontrou interlocução “em um meio feminino de incipiente feminismo” – e por outro lado, destacou-se a presença individual de Sartre, que teve “suas ideias instrumentalizadas para servir a movimentos culturais e políticos” da época.<sup>698</sup>

As palestras de Simone no Brasil parecem não ter ressoado significativamente nos periódicos<sup>699</sup> e nem entre as feministas, uma vez

---

<sup>697</sup> Cf. ROMANO, Luiz Antônio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. Campinas, SP: Mercado das Letras: São Paulo: Fapesp, 2002, p. 96-98.

<sup>698</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>699</sup> Na extensa pesquisa realizada por Romano nos periódicos há apenas duas

que nas narrativas sobre a autora francesa e/ou seu livro anos mais tarde, as brasileiras pouco ou nada dizem sobre a presença de Beauvoir no país, com exceção de Danda Prado que já havia lido *O segundo sexo*, em francês, antes de 1960, quando recebeu Sartre e Simone em sua casa.<sup>700</sup>

No Brasil, *O segundo sexo* foi lido, inicialmente, na década de 1950 por pessoas que tiveram um contato mais próximo com as leituras estrangeiras a partir do contato com os textos durante viagens ao exterior (trazidas nas bagagens) ou compradas diretamente com livreiros importadores. Houve, ainda, aquelas realizadas pelas ativistas políticas exiladas que trouxeram o livro da Europa para o Brasil no período da redemocratização.<sup>701</sup> À medida que as informações sobre a repercussão do livro chegavam ao país, o interesse por essa leitura ia sendo suscitado ao longo dos anos 1960 e 70 nos meios acadêmicos, intelectuais e de militância feminista em formação no Brasil nesta época.<sup>702</sup>

Algumas feministas brasileiras mantiveram contato com suas colegas reunidas no exílio por correspondência. As organizadoras do jornal *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, em meados da década de 1970, por exemplo, trocaram informações com Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris, formado por feministas de esquerda e mulheres autônomas que haviam se exilado na França após a instauração da ditadura militar no Brasil<sup>703</sup>. Além deste, outros grupos feministas foram fundados por exiladas no exterior durante os anos 70, como é o caso do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado no Chile; um grupo de autoconsciência formado por Branca Moreira Alves, em Berkeley nos

reportagens dedicadas exclusivamente as palestras de Simone: a primeira do dia 26 de agosto de 1960, “Simone de Beauvoir, sem Sartre: no mundo do homem, mulher ainda é um objeto”, e a segunda no dia 04 de setembro do mesmo ano, intitulada “Simone quer mulher no plano do homem”, sendo que ambas foram publicadas no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro). *Ibidem*, p. 366.

<sup>700</sup> Sobre as percepções de Danda Prado sobre a visita de Simone e Sartre ao Brasil ver, BORGES, Joana Vieira. *Para além do tornar-se: ressonâncias das leituras feministas de O segundo sexo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

<sup>701</sup> TOSCANO, Moema apud COSTA, Cristiane. A tradição beavorista. *Veredas*, v. 4, n. 39, p. 23, mar. 1999.

<sup>702</sup> Cf. BORGES, Joana Vieira. *Op. cit.*, p. 366.

<sup>703</sup> Cf. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira*. *Estudos Feministas*, v. 11, n.1, p. 234-241, 2003.

Estados Unidos; e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França,<sup>704</sup> como vimos no primeiro capítulo.

Seja emprestado por amigas e irmãs, por intermédio de um(a) professor(a) nas universidades, nos grupos de mulheres, em português ou francês, as falas das feministas entrevistadas indicam como se deram os primeiros contatos com o texto, mostrando como os debates sobre a “condição da mulher” começaram a circular nos meios acadêmicos, intelectuais, e de militância feminista no Brasil.

Em fins da década de 1950, quando suponho terem ocorrido as primeiras leituras de *O segundo sexo*, possivelmente em francês, o mercado editorial brasileiro estava no auge de sua expansão, iniciada no começo do século XX, tendo o eixo Rio de Janeiro/São Paulo como ponto de partida, estendendo-se, posteriormente, a outras regiões. Com o passar dos anos, durante as décadas de 1960 e 70, surgiram ainda mais livrarias interessadas na literatura estrangeira, especialmente nos “clássicos do pensamento ocidental”. Dessa forma, o comércio de livros no país se dinamizou gradualmente e cresceu não apenas por conta do aumento do número de leitores e leitoras, mas também pela diversificação de sua produção, como, por exemplo, com a venda de enciclopédias, coleções, reimpressões econômicas e livros didáticos. Nesse contexto, diversos escritores(as) nacionais e estrangeiros(as) foram consagrados(as) e, conseqüentemente, o mesmo aconteceu com as editoras brasileiras responsáveis por suas obras.<sup>705</sup>

Durante o período em que a censura se estabeleceu oficialmente no território nacional, através da decretação dos atos institucionais, a atividade editorial brasileira, em geral, não parou de se expandir. A partir de 1964, o DOPS passou a confiscar livros nacionais e estrangeiros, ainda que sem uma organização sistemática. Em uma reportagem para a revista VEJA de 15 de junho de 1977, que trata dos livros proibidos pela censura, percebemos o tratamento dado às obras estrangeiras que estavam entrando no país:

---

<sup>704</sup> Cf. GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

<sup>705</sup> Cf. EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 38-46.

“Vai ser preciso criar uma comissão de sábios nos correios”, comentava desolado e irônico o historiador e professor mineiro Francisco Iglesias, a propósito das sombrias figuras que serão obrigadas a ler, por força da Portaria n.º 427, publicações estrangeiras importadas.<sup>706</sup>

A “sabedoria”, mencionada, de fato não foi necessária, pois, de acordo com a mesma reportagem, havia um método mais fácil utilizado pelos censores: atenção aos títulos dos livros. Palavras como, por exemplo, “marxismo”, “socialismo”, “comunismo”, “luta” e “sexo”, estavam automaticamente vetados. De acordo com essa prática, o DOPS censurou equivocadamente vários livros, havendo casos em que as argumentações apresentadas não tinham lógica alguma. Alguns livros foram censurados, por exemplo, apenas porque tinham a capa vermelha<sup>707</sup>. Aqui se faz necessário lembrar, contudo, que a prática dos censores ocorria também mediante a denúncia do livro por conteúdo subversivo ou avesso à moral vigente, uma vez que era impossível que o regime militar conseguisse controlar todo o material publicado no país. Por essa razão, muitos livros foram censurados meses após sua publicação, o que acarretou prejuízos financeiros vultosos para as editoras.<sup>708</sup>

Entre 1964 e 1970, não houve uma organização sistemática por parte do DOPS em relação à censura dos livros. Somente a partir do Decreto-Lei 1.077, instaurado por Médici, que a censura prévia foi instituída e concentrada no Ministério da Justiça, perdurando até o ano de 1988, quando ocorreu a extinção total do aparato de censura<sup>709</sup>. Durante esse período, a censura se legalizou e os técnicos passaram a emitir pareceres, em sua maioria curtos e nem sempre coerentes, sobre as publicações. Censurou-se livros por seu teor político, mas o número de publicações censuradas por difundirem conteúdos considerados “imorais”, “pornográficos”, contrários aos “bons costumes” foram

<sup>706</sup> *Veja*, n.458. São Paulo: Editora Abril, p. 120, 15 de junho de 1977.

<sup>707</sup> Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos et al. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 575

<sup>708</sup> *Ibidem*, *Op. cit.*, p. 592.

<sup>709</sup> Ver, a esse respeito, Legislação-Informatizada. Decreto-Lei 1.077, 26 de janeiro de 1970 [Publicação Original]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13. nov. 2012.

quantitativamente maiores. As questões morais faziam parte da política de preservação do Estado.<sup>710</sup>

Algumas editoras brasileiras, entretanto, publicaram textos com análises críticas contundentes sobre a situação das mulheres, e até mesmo de explícita referência feminista no período ditatorial, como é o caso de *A mulher da sociedade de classes*, de Heleieth Saffioti<sup>711</sup>, e de títulos de autoras estrangeiras que estavam circulando na Europa e nos Estados Unidos, como é o caso de *Mística Feminina*<sup>712</sup>, *A Dialética do Sexo*<sup>713</sup>, *A Mulher Eunuco*<sup>714</sup>, e *O segundo sexo* que, a despeito do regime militar, continuou sendo publicado entre os anos 60 e 80.<sup>715</sup> Não foram encontrados dados que confirmem a censura desses livros nem mesmo após a sua publicação.

A questão do tradutor do texto também se mostra pertinente em relação à história do livro, uma vez que esse, assim como as editoras, participa da transmissão do conhecimento por meio da importação de valores sociais e culturais, tendo papel crucial na vida intelectual literária. No caso de *O segundo sexo*, seu tradutor no Brasil foi o crítico de arte Sergio Milliet. Assim como no caso do tradutor argentino, são poucas as informações sobre Milliet como tradutor, pois, em sua maioria, os artigos que tratam de sua trajetória o abordam como crítico de arte. Do mesmo modo que Pablo Palant, Sergio Milliet desenvolvia outras atividades na época como, por exemplo, crítico literário, poeta,

---

<sup>710</sup> Ver, a esse respeito, REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: EDUSP, 2011.

<sup>711</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

<sup>712</sup> FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Trad. Carlos R. Dampierre. Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 1971.

<sup>713</sup> FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.

<sup>714</sup> GREER, Germaine. *A Mulher Eunuco*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

<sup>715</sup> Em minhas investigações, não encontrei nenhuma referência à censura destes títulos. Em relação a *O segundo sexo*, a DIFEL – Difusão Européia do Livro editou o livro 1960, 1961 (2ª edição do primeiro volume), 1965, 1967, 1970 (4ª edição do primeiro volume) e 1975 (3ª edição do segundo volume), ainda que a maior número de edições publicadas estejam concentradas na década de 1980, impressos pelo selo da editora Nova Fronteira. A pesquisa por edições se deu através de levantamentos em catálogos de acervos de algumas bibliotecas universitárias brasileiras, Biblioteca Nacional (RJ) e Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

pintor, escritor e sociólogo, tendo uma vida cultural vasta e de forte presença na sociedade paulista durante as décadas de 1930 a 60.<sup>716</sup>

Nascido em 20 de setembro de 1898, partiu aos quatorze anos para a Suíça, onde cursou Ciências Econômicas e Sociais e viveu até antes de voltar ao Brasil em 1919. Viajou a Paris constantemente durante esse período, adaptando-se ao ambiente artístico-cultural e participando de círculos frequentados por intelectuais europeus suecos e franceses. No Brasil, participou da Semana da Arte Moderna, em 1922, e a partir desse momento passou a conviver com modernistas brasileiros – como Mário de Andrade e Oswald de Andrade –, e a traduzir poemas de escritores nacionais para a revista francesa *Lumière*.<sup>717</sup> Milliet mantinha contato com personalidades do mundo cultural europeu, especialmente com a França, entretanto, atuou como tradutor de obras estrangeiras somente nos últimos anos de sua vida, e, principalmente, com textos de autoras e autores da literatura francesa.<sup>718</sup> Sua atividade como tradutor de Sartre e Simone de Beauvoir começou em 1949, ano em que traduziu *A Idade da Razão*, do filósofo francês. Até 1957, quando traduziu novamente um texto de Sartre, *Os Caminhos da Liberdade*, Sergio Milliet realizou viagens regulares à Europa, e, muito provavelmente, trouxe de lá as novidades sobre os lançamentos literários.

Milliet iniciou suas traduções de Simone de Beauvoir para a DIFEL com *Memórias de uma moça bem comportada*, em 1959, completando-as entre 1964 e 1965, quando traduziu, respectivamente, *Na Força da Idade* e *Sob o Signo da História*. Sua morte repentina aos sessenta e oito anos, em 1966, interrompeu o número crescente de traduções de Simone de Beauvoir que vinha realizando. Posteriormente, as traduções dos textos da autora francesa foram realizadas por diferentes tradutores(as), e os trabalhos foram publicados, em sua maioria, pela Editora Nova Fronteira.<sup>719</sup>

---

<sup>716</sup> AMARAL, Carlos Soulié do. Sergio Milliet, Cem Anos, Sem Limites. In: GONÇALVES, Lisbeth Rebollo (Org.). *Sergio Milliet Crítico de Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 37.

<sup>717</sup> Cf. GONÇALVES, Lisbeth Rebollo (Org.). *Op. cit.*, p. 164.

<sup>718</sup> João Antônio. A Morte e as Vias do Sergio Milliet. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de nov. 1966 apud GONÇALVES, Lisbeth Rebollo (Org.). *Op. cit.*, p. 46.

<sup>719</sup> Foi o caso de traduções como, por exemplo, de Rita Braga, em *A cerimônia do Adeus* e *Balanço Final*; Vítor Ramos, em *A convidada*; Hélio de Souza, em *Os Mandarins*; Maria Helena Franco Martins, em *A Força das Coisas* e *A Velhice*; Claude Gomes de Souza, em *Belas Imagens*; Danilo Lima de Aguiar,

Para Sergio Milliet, as obras de arte, em geral, possuíam certo “grau de comunicação”, entendido pelo tradutor brasileiro como aquilo que nelas consegue se desprender das condições culturais e sociais em que são produzidas, tornando-se um valor a ser transmitido a outras culturas e momentos. Sendo assim, o destino das obras de arte dependeria da comunicabilidade estabelecida entre diferentes contextos.<sup>720</sup> Embora estivesse realizando uma crítica de arte ao refletir sobre o destino das obras, podemos pensar em sua constatação em relação à circulação e apropriações de *O segundo sexo* no Brasil. Seriam, nesse caso, as teses em relação à “opressão feminina” e o “ser mulher” os elementos que desprendem do texto e geram comunicabilidades em diversos países por onde *O segundo sexo* circulou e “ganhou corações”. Essa é uma das razões pelas quais observo uma grande identificação desse texto por parte de algumas das feministas entrevistadas.

Sobre a prática tradutora de Sergio Milliet, percebemos uma atitude semelhante ao tradutor argentino: o compromisso com uma tradução “fiel”, literal do texto original, ainda que corra o risco de realizar uma construção confusa da ideia do(a) autor(a). Sobre sua tradução de *Memórias de uma moça bem comportada*, afirma:

Embora se trate de uma autobiografia escrita com simplicidade e num estilo direto, o próprio pensamento da autora apresenta dificuldades que poderiam ser esclarecidas fugindo-se um pouco de sua maneira. Preferi permanecer o mais fiel possível à sua sintaxe, lembrando-me da frase de Cocteau em Potomak [sic]: ‘Se deparares com uma frase que te irrite, coloca-a assim, não como um recife para que soçobres, e sim, para que – com uma bóia – por ela verifiques meu percurso’. O modo de dizer, por vezes obscuro, de Simone de Beauvoir, comporta, parece-me, uma significação e tem um alcance exigente de grande humildade por parte do tradutor.<sup>721</sup>

---

em *Quando o espiritual domina*; Heloysa de Lima Dantas, em *O Sangue dos Outros*; Álvaro Cabral, em *Uma morte muito suave*; e Helena Silveira e Maryan A. Bon Barbosa, em *A mulher desiludida*.

<sup>720</sup> CANDIDO, Antonio. Sergio Milliet, Crítico. In: Lisbeth Rebollo (Org.). *Op. cit.*, p. 31.

<sup>721</sup> MILLIET, Sergio apud BEAUVOIR, Simone de. 1964. *Op. cit.*, p. 05.

Na citação acima, Milliet explica a leitora e ao leitor de *Memórias de uma moça bem comportada* de que forma conduziu a tradução do texto, entretanto, podemos extrapolar essa justificativa, exclusiva para esse livro, pensando a prática do tradutor diante dos outros textos de Simone de Beauvoir, como no caso de *O segundo sexo*. Assim como Pablo Palant, a prática de Milliet como tradutor, que ele mesmo denomina de “humilde” em relação à narrativa da autora, reflete a postura de uma parcela de tradutores(as) diante dos debates sobre os limites e possibilidades entre o literal e inventivo no ato de traduzir.<sup>722</sup>

A respeito da circulação de *O segundo sexo* no Brasil, em formato de livro, as editoras e as edições fornecem alguns indícios contextuais do impacto do texto no país. É importante destacar as editoras responsáveis pela publicação do texto, e a situação do mesmo nas editoras. Para tanto, realizei levantamentos bibliográficos dos livros de Simone de Beauvoir<sup>723</sup> em diferentes catálogos presenciais e *online* dos acervos de bibliotecas universitárias brasileiras<sup>724</sup>, na Biblioteca Nacional – situada no Rio de Janeiro –, e na Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

A data da primeira publicação de *O segundo sexo* no Brasil não consta no depósito legal<sup>725</sup> da Biblioteca Nacional, nem no banco de

---

<sup>722</sup> WILLSON. Patricia. Jorge Luis Borges, el traductor vanguardista. In: \_\_\_\_\_. *La Constelación del Sur: traductores y traducciones en la literatura argentina del siglo XX*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentinos, 2004, p. 111-182.

<sup>723</sup> Esses levantamentos foram iniciados em 2005, por ocasião da pesquisa para a elaboração da minha dissertação de mestrado sobre as leituras de *O segundo sexo* no Brasil, e continuaram nas investigações realizadas para esta tese.

<sup>724</sup> Entre as universidades o levantamento foi realizado somente nos acervos das seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Paraná.

<sup>725</sup> O depósito legal é uma recomendação estabelecida pela UNESCO no sentido de que os países estabeleçam um espaço físico de concentração da produção escrita e artística com o objetivo de registrar e salvaguardar os aspectos históricos da produção bibliográfica nacional e internacional em circulação em todo território do Estado. É uma obrigação, estabelecida por lei, no qual toda entidade, pública ou privada, e toda pessoa que produza qualquer tipo de documentação, reproduzida de forma múltipla, deve depositar um ou mais exemplares em uma instituição nacional reconhecida. Cada país regulamenta essa prática de forma particular. Ver, a esse respeito, BAZÁN, Claudia. B.



dados da editora Nova Fronteira, que detém os direitos sobre o livro. Embora não tenha conseguido precisar sua data com exatidão, estimo que a primeira edição tenha sido publicada no ano de 1960, por conta de duas informações. A primeira delas é levantada por Maurítônio Meira, que afirma que nesse ano a editora DIFEL (na época Difusão Européia do Livro), aproveitou a visita do casal ao País para editar *Reflexões sobre o racismo*, de Jean-Paul Sartre, e a segunda parte de *O segundo sexo – A experiência vivida*, de Simone de Beauvoir.<sup>726</sup> Em uma cronologia da vida e dos trabalhos de Sergio Milliet, indica-se como a data da tradução do livro para a editora DIFEL o ano de 1960, e aqui se entende por ele completo, ou seja, primeiro e segundo volumes.

No catálogo *online* da Fundação Biblioteca Nacional consta a edição dos dois volumes de *O segundo sexo* publicados em 1960, ainda que não esteja clara a informação de que se trate ou não da primeira edição.<sup>727</sup> No entanto, pesquisando o acervo físico, não encontrei nenhum exemplar que indique ser a primeira edição, mas localizei um exemplar da segunda edição do primeiro volume de *O segundo sexo*, publicado em 1961, doado em 1996 em nome de Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira, um ano após sua morte.

Diante destas constatações e das narrativas das feministas, que apontam em sua maioria terem lido o livro em português durante as décadas de 1960 e 70, bem como o caso daquelas que o leram em francês na década de 1950, cheguei à conclusão que o livro foi publicado originalmente, em português-brasileiro, no ano de 1960. Em relação às editoras que publicaram *O segundo sexo* no Brasil, no caso a editora Difusão Européia do Livro, seguida pela editora Nova Fronteira e o Círculo do Livro, as informações sobre os dados de *O segundo sexo* e seu histórico nessas editoras são bastante escassos.<sup>728</sup>

---

Visibility of International Recommendations for Legal Deposito of Publications in National Legislations. *International Federation of Library Associations and Institutions*. Disponível em:

[http://archive.ifla.org/VII/s1/pub/legal\\_deposit\\_2004-e.pdf](http://archive.ifla.org/VII/s1/pub/legal_deposit_2004-e.pdf). Acesso em: 20 dez. 2012.

<sup>726</sup> MEIRA, Maurítônio apud ROMANO, Luís Antônio Contatori. *Op. cit.*, p.137.

<sup>727</sup> FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em:

<<http://www.bn.br>>. Acesso em: 16 out. 2012.

<sup>728</sup> Os diálogos com a Editora Nova Fronteira e com o Grupo Record, da qual a DIFEL atualmente faz parte, foram mantidos através de e-mails e conversas telefônicas algumas vezes durante os anos desta pesquisa.

A DIFEL, formada no Brasil com capital suíço e português em 1951, e tendo seu nome se modificado anos mais tarde para Difusão Editorial S.A., foi uma das multinacionais editoriais que começaram suas atividades no país publicando traduções de livros estrangeiros para, uma vez estabelecidas, passarem à publicação de autores(as) nacionais. Suas primeiras publicações foram de livros franceses dirigidos, principalmente, ao público universitário e, nesse contexto, foi a primeira a publicar *O segundo sexo* no Brasil, em 1960. Em 1982, a DIFEL se associou à Civilização Brasileira, que passou a distribuir as edições DIFEL no Rio de Janeiro, enquanto, em troca, a DIFEL ficou responsável pelas vendas da Civilização em São Paulo.<sup>729</sup> A DIFEL se destacou anos depois por seu pioneirismo em relação às edições em português de temas referentes às ciências sociais e à linguística, possuindo em 1985 uma coleção de estudos nacionais bastante significativa para a época.<sup>730</sup> Atualmente, a DIFEL faz parte do Grupo Editorial Record desde o ano de 1999, com um catálogo de 64 obras, e publicando, em sua maioria, ensaios na área de ciências humanas, biografias e “clássicos do pensamento ocidental”. Entretanto, não publica mais *O segundo sexo* desde meados da década de 1970.<sup>731</sup>

A Editora Nova Fronteira, fundada em 1965 na cidade do Rio de Janeiro pelo jornalista e político Carlos Lacerda – que após 64 fez da atividade editorial um interesse alternativo à vida política –, construiu seu acervo com base na literatura e na ficção, destacando-se em obras de referência tanto nacionais quanto estrangeiras.<sup>732</sup> Essa editora informou que possíveis dados sobre as edições do livro de Beauvoir teriam sido perdidos quando houve a catalogação computadorizada do sistema de acervo, e que o ano da primeira publicação da obra completa consta como sendo de 1980. Em 2009, quando o livro tornou-se sexagenário, a editora publicou uma nova edição, reunindo em um único exemplar de 945 páginas os volumes *Fatos e Mitos* e *A Experiência Vivida*. Até então, o livro se encontrava esgotado na editora desde o ano de 1991, quando publicou sua oitava edição. Outros títulos de Simone de

---

<sup>729</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. VILLALOBOS, Maria da Penha et al. 2ª ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 509.

<sup>730</sup> Cf. *Ibidem*, p. 580-581.

<sup>731</sup> A última edição pela DIFEL, encontrada durante a pesquisa para este trabalho, consta de 1975, sendo uma 3ª edição do segundo volume. *Op. cit.*, p. 580-581.

<sup>732</sup> Cf. HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 556-557.

Beauvoir se encontram atualmente esgotados na editora, como é o caso de *Memórias de uma moça bem comportada*, *A cerimônia do Adeus*, *A força da idade*, *A mulher desiludida*, entre outros. Recentemente, a editora lançou uma coleção “40 anos, 40 livros”, em comemoração ao seu aniversário em 2005, que tem por meta publicar “clássicos da literatura brasileira e estrangeira” de diversos gêneros, e entre esses publicou *Os Mandarins*, de Simone de Beauvoir, Prêmio Goncourt em 1954.

Outra editora que publicou *O segundo sexo* no Brasil foi o Círculo do Livro. Em março de 1973, a Editora Abril resolveu ampliar suas vendas investindo numa iniciativa conhecida como “clube do livro”, que já existia no Brasil, mas que até então não havia sido implantada com sucesso. O Círculo do Livro Ltda. foi lançado em parceria com empresa alemã Bertelsmann A.G., ficando a editora brasileira responsável pelo capital e produção dos livros, enquanto a firma alemã cedeu à ideia de vendas, que já era conhecida e utilizada como “sistema da Bertelsmann”, aprovado na Europa. Esse sistema consistia na distribuição através dos correios de uma revista promocional quinzenal gratuita por meio da qual o(a) leitor(a) deveria, para tornar-se sócio do clube, encomendar ao menos um livro que estivesse no catálogo, que disponibilizava uma média de doze títulos.<sup>733</sup>

O Círculo do Livro fornecia livros mais baratos, de boa qualidade de impressão e acabamento em relação às edições comerciais de outras editoras e, muitas vezes, os mesmos títulos eram lançados simultaneamente, como é o caso de *O segundo sexo*, publicado pelo Círculo em 1986, ao mesmo tempo em que a editora Nova Fronteira publicava a quarta e a quinta edição do livro de Beauvoir.

---

<sup>733</sup> Cf. HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 573-574.

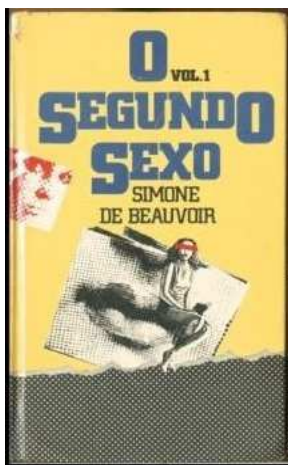


Figura 12 – *O segundo sexo*. V.1. São Paulo: Círculo do Livro, publicado entre os anos 70 e 90. [Capa].

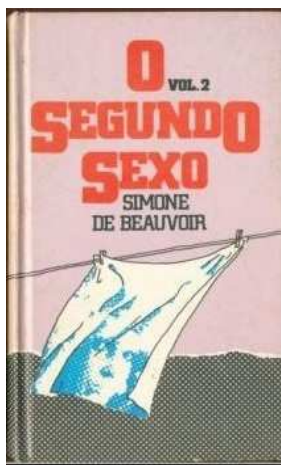


Figura 13 – *O segundo sexo*. v. 2. São Paulo: Círculo do Livro, publicado entre os anos 70 e 90. [Capa].

O Círculo do Livro, da Editora Abril, publicou ainda outros livros de Simone de Beauvoir como, por exemplo, *A mulher desiludida*, *O Sangue dos Outros* (ambos em 1965), *A convidada* (2ª. ed. 1976) *Memórias de uma moça bem comportada*, *Quando o espiritual domina* (ambos durante a década de 1980), e *Todos os homens são mortais* (1991).<sup>734</sup> Ao observar as capas de *O segundo sexo* no Brasil, percebemos que as editoras não as modificaram significativamente ao longo das edições. Podemos afirmar, inclusive, que, excetuando a Nova Fronteira, não houve nenhuma alteração na composição artística das capas.

A capa da primeira edição de *O segundo sexo* no Brasil, publicado pela DIFEL, recebeu o trabalho do renomado artista gráfico português Fernando Lemos que, ao final da década de 1950, já era figura reconhecida nos meios artísticos brasileiros. Lemos nasceu em Lisboa no ano de 1926, e saiu de Portugal em 1953 para vir ao Brasil após ter vivenciado vinte anos de regime político autoritário imposto por António de Oliveira Salazar. No Brasil, onde vive até os dias de hoje,

<sup>734</sup> Os dados obtidos sobre as publicações do Círculo do Livro foram extraídos do catálogo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Lemos é amplamente reconhecido na história do desenho gráfico e industrial no país, assim como por suas pinturas. A respeito da presença de seu trabalho na capa da primeira edição de *O segundo sexo*, busquei entender um pouco da trajetória do artista no país.

No ano em que chegou ao Brasil, por intermédio de um amigo em comum, Lemos foi apresentado a Sergio Milliet, e com seu auxílio e de outros artistas, apresentou suas imagens em exposições nos museus de arte moderna de São Paulo e Rio de Janeiro. Vivendo em São Paulo no auge do desenvolvimento industrial dos anos 50, Lemos direcionou sua arte para a elaboração de desenhos gráficos e industriais que foram utilizados por agências publicitárias. Em 1957, foi um dos ganhadores do Prêmio de Melhor Desenhista Brasileiro na IV Bienal de São Paulo, e dois anos depois ficou responsável pela montagem desse evento. Sua arte passou a integrar as representações brasileiras em amostras artísticas em diferentes países a partir de 1957.<sup>735</sup> Nesse sentido, sua relação de amizade com Sergio Milliet<sup>736</sup> e o destaque junto às artes, justificam a presença de seu trabalho na capa da versão brasileira de *O segundo sexo*, e dimensionam seu valor artístico.

---

<sup>735</sup> Cf. MENDES, Ricardo. Fernando Lemos: um olhar moderno sobre a fotografia nos anos 40, entre Brasil e Portugal. *Revista D'Art*. Publicação Cultural da Divisão de Pesquisas. São Paulo, Centro Cultural de São Paulo, n. 6, 2000. Disponível em:

<<http://www.centrocultural.sp.gov.br/linha/dart/revista6/lemos.htm>>. Acesso em: 25 set. 2012 e ACCIAIUOLI, Margarida. Fernando Lemos: um artesão dos tempos modernos. In: ACTAS DO VII COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO. *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 231-138.

<sup>736</sup> Sergio Milliet escreveu a apresentação do catálogo da exposição de Fernando Lemos “10 anos a nanquim”, realizada no Museu de Arte Moderna de São Paulo em 1959. Cf. ACCIAIUOLLI, Margarida. *Op. cit.*, p. 334.



Figura 14 – *O segundo sexo*. v.1. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional (RJ).



Figura 15 – *O segundo sexo*. v.2. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 [Capa].

A capa colorida e ilustrada, assinada por Fernando Lemos, permaneceu nas demais edições de *O segundo sexo* pela DIFEL, modificando-se, minimamente, apenas em relação às cores. Nela, observamos algumas características da proposta de Lemos para o desenho gráfico naquela época: uma ilustração que sugere uma figura feminina, com os braços erguidos ajeitando os cabelos de modo desinteressado, mas sugerindo aquilo que o paratexto informa na “orelha” do volume *Fatos e Mitos* a respeito da situação da “mulher **realmente mulher**” na sociedade: “frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem”.<sup>737</sup> Outro aspecto interessante é observarmos como o título, o nome da autora e a imagem do artista não disputam o destaque no espaço da capa, que forma em seu conjunto uma discreta harmonia entre os elementos textuais e gráficos.

Nas edições dos anos 80, a capa ilustrada e colorida por Dulce Mary, sugere a ideia de transformação e liberdade ao propor uma

<sup>737</sup> Texto de autoria desconhecida, repetido ao longo de todas as edições do livro pela editora DIFEL, sem alterações significativas. Grifo em negrito do(a) autor(a). BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e Mitos*. Trad. Sergio Milliet. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1961.

imagem em movimento da cabeça de uma mulher se erguendo, e na lateral direita, a figura de uma árvore seca seguida da imagem de uma ave voando.



Figura 16 – *O segundo sexo*. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, publicado na década de 1980 [Capa].

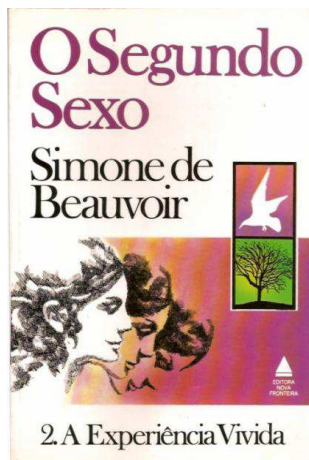


Figura 17 – *O segundo sexo*. v.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, publicado na década de 1980 [Capa].

A capa lançada nas edições de *O segundo sexo* pela editora Nova Fronteira durante a década de 1980, sob licença da DIFEL, só foi alterada na publicação de sessenta anos do livro, em 2009. Nesse ano, o livro ganhou não somente uma capa nova, mas ainda uma formatação e projeto gráfico completamente renovados. Os dois volumes de *O segundo sexo* foram reunidos em apenas exemplar volumoso, contudo, sem a adição de um prefácio ou prólogo comemorativo. O paratexto que abre o livro narra, em poucas linhas, uma breve trajetória das publicações da autora, e sobre *O segundo sexo* destaca apenas o seguinte:

(...) publicado em 1949 e desde então obra de referência do movimento feminista mundial, a obra teórica de Simone de Beauvoir compreende numerosos ensaios filosóficos, e por vezes

polêmicos, entre os quais se destaca *A Velhice*, 1970.<sup>738</sup>

A capa impressa em cartão, assinada pelo premiado designer gráfico carioca Victor Burton – que desenvolve trabalho para outras editoras e produtoras culturais nacionais – é a única edição de *O segundo sexo* no país que traz uma foto da autora. Entretanto, a maior diferença entre esse e os demais exemplares é que a proposta de reunir os dois volumes em apenas um de quase mil páginas, na atual perspectiva dos livros digitalizados, sugere uma prática de leitura que leve em consideração sua dimensão pouco funcional para leitoras(es) que carregam consigo seus livros.

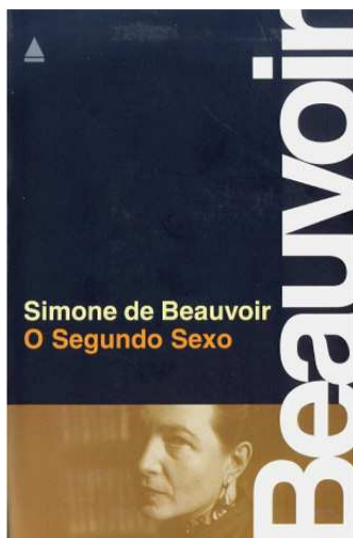


Figura 18 – *O segundo sexo*. 2 v. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. [Capa]. Acervo particular.

*O segundo sexo* foi caracterizado por algumas das feministas entrevistadas como uma leitura por vezes “difícil” por se tratar de uma análise que dialoga com um variado repertório teórico sobre os temas abordados. Ou seja, é um livro denso em sua materialidade e inclinado a

<sup>738</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sergio Milliet. 2 vol. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 07-08.



um público leitor com certo repertório de leituras acadêmicas. A nova formatação do livro, dada pela Nova Fronteira em 2009 parece voltada a uma parcela específica de leitores(as) com conhecimento prévio do conteúdo e/ou da repercussão atingida pelo mesmo ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, os interesses para a aquisição deste exemplar poderiam estar motivados, por exemplo, pelo objetivo de que ele venha a compor uma biblioteca – particular ou profissional – de um(a) bibliófilo(a), ou como uma referência para consulta local, na realização de uma leitura privada de foro individual.

Alguns fragmentos paratextuais buscam disciplinar a leitura realizada pelo(a) leitor(a) e mediar a produção de sentidos operada entre esse(a) e o texto. Ou seja, advertem a uma determinada concepção do conteúdo da obra e/ou da relevância da autora. Abaixo, segue um exemplo:

“O SEGUNDO SEXO, de Simone de Beauvoir, é **obra indispensável a todo o ser humano** que, dentro da condição feminina ou masculina, queira afirmar-se autêntico nesta época de transição de costumes e sentimentos” (*O segundo sexo – A experiência vivida*. 2 edição, DIFEL, 1961, orelha do livro).<sup>739</sup>

Sobre a repercussão de *O segundo sexo* nas publicações feministas entre os anos 1970 e 1980, analisamos no capítulo anterior as apropriações e circulações nas produções bibliográficas da época. Em relação aos periódicos feministas, o periódico *Brasil Mulher* (1975-1977), durante o breve período de sua existência, traz duas pequenas referências à Simone de Beauvoir em um mesmo número de 1976. Na primeira delas, utilizou trechos traduzidos de Simone de Beauvoir, publicados originalmente no número 590 do *Nouvele Observateur*, onde a autora comentava sobre a importância do Tribunal de Crimes contra a Mulher, realizado em 07 de março de 1976 em Bruxelas<sup>740</sup>, e segunda referência é utilizada no anúncio de lançamento de uma revista, onde se destacou a seguinte frase em negrito: “O que você pensa do feminismo, Sartre?”. O periódico atribuiu a interrogação à Simone de Beauvoir, e afirmava que essa “é uma das muitas questões em torno da questão da

<sup>739</sup> BEAUVOIR, Simone de. 1961. *Op. cit.*, paratexto extraído da orelha do livro.

<sup>740</sup> Reportagem assinada por *Mulher Moda e Bordados* (Lisboa). *Brasil Mulher*, Ano 1, n. 2, p. 05, maio de 1976.

opressão da mulher que **Ele e Ela – dois dos pensadores mais importantes de nossa época** discutem longamente no número da *VERSUS*, o quatro [sic], que sai na última semana de maio”.<sup>741</sup>

Em *Mulherio*, as referências são frequentes e aparecem em quase todos os números do jornal entre os anos de 1981 a 1987, embora a grande maioria delas não faça alusão referenciada a *O segundo sexo*, e nem mesmo trate de maneira aprofundada as reflexões da autora francesa. Um exemplo é a menção recorrente a um instituto canadense que leva o nome da autora.

Aparecem ainda em *Mulherio* referências que reiteram a imagem da autora/livro como “clássicos” para o feminismo, e outras em que as autoras do periódico atribuem frases à Simone de Beauvoir sem, no entanto, referenciá-las. Um desses casos aparece no *Mulherio* do mês de abril de 1982, onde Leda Beck, na seção “Cartas”, menciona um comentário que atribui a Simone de Beauvoir sobre o movimento feminista francês, e a qualifica categoricamente como “a feminista francesa mais conhecida do público brasileiro”.<sup>742</sup>

As citações sem referência aos textos dos quais foram extraídas também são frequentes, e aparecem em condições em que as ideias são “legitimadas” apenas pela alusão ao nome da autora, em situações como a que ocorre nos dois artigos escritos por Anésia Pacheco e Chaves nos anos de 1984 e 1986. Em ambos os casos, a autora atribui falas à Simone de Beauvoir – e indiretamente às teses discutidas em *O segundo sexo* – sem fazer qualquer referência ao livro ou a outros textos da autora francesa. Em “Sem cidadania plena só resta o lugar da diferença”, artigo sobre a participação das mulheres no movimento de *Diretas Já*, Chaves recorre à autora francesa:

Simone de Beauvoir **disse** que, embora as mulheres tenham participado de vários movimentos revolucionários, quando fazem suas exigências sempre lhes respondem que não é chegado “o momento tático”. Apesar das mulheres terem tido parte ativa em algumas revoluções e da existência de revolucionárias célebres, é na condição de colaboradoras que é mais frequente encontrá-las.<sup>743</sup>

<sup>741</sup> Ibidem, p. 14. [Grifos meu]

<sup>742</sup> BECK, Leda. Cartas. *Mulherio*, ano II, n. 06, São Paulo, p. 02, mar.-abr., 1982.

<sup>743</sup> CHAVES, Anésia Pacheco e. Sem cidadania plena só resta o lugar da

Situação semelhante ocorre no segundo artigo da mesma autora, “Revelando Identidades”, no qual comenta sua participação em evento homônimo ocorrido em Recife em dezembro do ano de 1985, e destaca: “Simone de Beauvoir **já disse** que historicamente a mulher foi entregue à imanência, enquanto a cultura patriarcal se desenvolveu, prioritariamente, num sentido transcendente”.<sup>744</sup> Ou seja, em ambas as situações a autora utiliza a figura de Beauvoir para legitimar sua fala, ao mesmo tempo em que pressupõe o reconhecimento prévio da autora francesa e seus textos pelas leitoras de *Mulherio*.

Além dos periódicos feministas que circularam durante as décadas de 1970 e 1980, as publicações acadêmicas sobre o cinquentenário do livro – comemorado em 1999 – também são entendidas como espaços onde as concepções de Simone de Beauvoir e de *O segundo sexo* como “clássicos” das teorias feministas são reafirmadas e permanecem, de certa maneira, inalteradas.<sup>745</sup> *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*<sup>746</sup>, organizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, e *Simone de Beauvoir os feminismos do século XX*<sup>747</sup>, publicado pela revista *Cadernos Pagu*, são representativos dessas edições que homenagearam a autora francesa e *O segundo sexo* no Brasil durante o ano de 1999.

\*\*\*\*\*

Na entrevista concedida ao jornalista John Gerassi, vinte e cinco anos após a publicação de *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir negou que a publicação de suas ideias tenha desencadeado o movimento

---

diferença. *Mulherio*, ano III, n. 12, São Paulo, p. 17, mar.-abr., 1983. [Grifo meu]

<sup>744</sup> Idem. [Grifo meu].

<sup>745</sup> Em geral, nos trabalhos apresentados nesses dois exemplares comemorativos, o que observamos é a citação recorrente das mesmas frases e temas em relação às produções bibliográficas publicadas durante entre os anos 1970 e 1980 como, por exemplo, “*Ninguém nasce mulher, torna-se mulher*”. Ver, a esse respeito, BORGES, Joana Vieira. *Op. cit.*

<sup>746</sup> MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000 (Coleção Bahianas, 5).

<sup>747</sup> *Cadernos Pagu*, (12), 1999. *Op. cit.*

feminista em meados do século XX<sup>748</sup>. Para ela, as leitoras de *O segundo sexo* – militantes naqueles anos entre 1960 e 1970 e que o tomaram como uma referência para o movimento – eram muito jovens na época em que o livro foi lançado, e afirma: “Kate Millett, por exemplo, não me cita nenhuma vez em seu trabalho. Pode ser que elas tenham se tornado feministas pelas razões que eu explico em *O segundo sexo*, mas elas descobriram essas razões em suas experiências de vida, não em meu livro.”

Simone admite ficar lisonjeada com o fato de elas o terem “descoberto” mais tarde. Para ela, *O segundo sexo* teria se tornado um referencial teórico para o feminismo após a década de 1950. Entretanto, a autora não desconsidera a parcela mulheres mais velhas na década de 1950 que se sentiram de alguma maneira influenciadas pelas teses defendidas em seu trabalho, e cita como exemplo o caso de Betty Friedan, autora norte-americana que tinha vinte e oito anos em 1949, e que dedicou a ela seu livro *The feminine mystique*, publicado em 1963.

Nesse sentido, após termos analisado o contexto de escrita, produção e, posteriormente, a circulação do livro na Argentina e no Brasil, o que busquei compreender neste capítulo não foram os momentos das primeiras leituras feministas de *O segundo sexo*, mas os momentos do livro; as formas com que ele foi se constituindo historicamente como um “clássico feminista” que perdura até os dias de hoje nas inúmeras referências que lhe são feitas em diferentes espaços, sobretudo nas publicações. Muito provavelmente, Simone ficaria ainda mais embevecida por saber que seu livro é ainda hoje (re)descoberto pelos movimentos feministas.

Assim como Simone de Beauvoir e *O segundo sexo*, Betty Friedan também integra a relação de autoras/textos canônicos para o feminismo, ao menos para uma geração de feministas argentinas e brasileiras. Em *It changed my life*<sup>749</sup>, publicado em 1976, Betty Friedan reúne uma série de textos que abordam suas impressões sobre os rumos que o movimento feminista e, principalmente, algumas feministas estavam adotando naqueles anos de 1970. Nesse livro, Friedan coloca suas opiniões sobre as reivindicações que estavam em pauta para o feminismo norte-americano, e se declara decepcionada e ressentida com um movimento do qual se sentia grata e que ajudou a se desenvolver<sup>750</sup>.

<sup>748</sup> BEAUVOIR, Simone de. 1976, *Op. cit.*

<sup>749</sup> FRIEDAN, Betty. *It changed my life: writings on the women's movement*. NY: DELL Publishing, 1977.

<sup>750</sup> *Ibidem*, p. 213.

A entrevista que realizou com Simone de Beauvoir, publicada no livro, é uma mostra desse sentimento; um choque entre a figura que havia idealizado da autora francesa e sua obra entre os anos de 1950 e 1960, e de suas opiniões a respeito dos caminhos tomados pelo movimento feminista em meados dos anos 1970.<sup>751</sup>

#### 4.2 BETTY FRIEDAN E *MÍSTICA FEMININA* NO BRASIL E NA ARGENTINA

Existe uma série de publicações nacionais e estrangeiras que compilam as trajetórias de “mulheres que fizeram a diferença para a história” ou das “personalidades do feminismo”, ainda que, em alguns casos, essas não sejam suas problemáticas centrais.<sup>752</sup> Esses trabalhos mapeiam diferentes informações sobre as histórias de vida de algumas feministas – a maior parte delas reconhecidas em seus países, e até mesmo internacionalmente –, destacando o pioneirismo em seus comportamentos e ideias. Sem desconsiderar a importância destas produções na divulgação dos feminismos para um público de leitoras e leitores leigos, e como facilitadoras para futuras leituras, destaco que minhas atenções se voltam a elas no sentido de perceber como esse tipo de trabalho<sup>753</sup> define quem são “as feministas”, e o que identificam como os textos “clássicos do feminismo”.

Muitas das autoras citadas ao longo desta tese são destaques nesse tipo de publicação como, por exemplo, Simone de Beauvoir e Betty Friedan. Caracterizando-as muitas vezes a partir da concepção de “mulheres à frente de seu tempo” – o que é discutível, uma vez que os

---

<sup>751</sup> Ibidem, p. 391-406.

<sup>752</sup> Entre as publicações que indicam as personagens do feminismo no Brasil, destaco: *O que é feminismo* (1980), *Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* (1980), *Breve história do feminismo no Brasil* (1993), e *Uma história do feminismo no Brasil* (2003). Entre os internacionais: *La liberación de la mujer* (Barcelona, 1973), *História das Mulheres no Ocidente* (c1990), *Feminism: from Mary Woolstonecraft To Betty Friedan* (New Delhi, 2007), para citar apenas alguns trabalhos referenciados por esta tese.

<sup>753</sup> Neste sentido considero igualmente relevante para a análise as reportagens, artigos, entrevistas, programas televisivos, e diferentes meios de informação, feministas ou não, que buscam determinar autoras e leituras canônicas para um feminismo pensado de modo universal. Cito alguns exemplos, *Veja*, abril de 1971 (entrevista com Friedan) e *Caderno +Mais!* Folha de SP, São Paulo, domingo, 12 de fevereiro de 2006 (autoras feministas comentam a morte da autora).

contextos vivenciados por elas propiciaram e até mesmo fomentaram suas ações e pensamentos—, essas publicações vão além do mero caráter informativo, uma vez que (re)elaboram, reiteram, e legitimam autoras e seus textos como canônicos para “o feminismo”, entendido no singular. Betty Naomi Goldstein, nascida em 1921, na cidade de Peoria em Illinois aparece nessas publicações como Betty Friedan, “a pioneira” ou “a maior representante” do movimento feminista norte-americano dito de “segunda onda”.

Sua mãe, Miriam, largou um emprego em um jornal feminino para tornar-se mãe e dona-de-casa, o que teria frustrado, bem como aguçado o olhar de Friedan, de acordo com o que narra a própria autora em suas memórias escritas trinta anos após a publicação de *The feminine mystique*. Influenciada ou não pela trajetória da mãe, o certo é que em sua juventude tentou conciliar o casamento com a vida profissional.

Terminou seus estudos secundários em Peoria, em 1938, e durante a universidade frequentou círculos radicais marxistas e judaicos, foi diretora de um jornal acadêmico, até graduar-se *Summa Cum Laude*<sup>754</sup> em Psicologia, no ano de 1942. Enquanto estudava no Smith College, sentia-se angustiada e dividida quanto a ter que decidir entre seus estudos e sua vida amorosa, sentimento esse compartilhado com outras moças da mesma época. Logo após a graduação, ainda no ano de 1942, foi à Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde cursou o mestrado em Psicologia com bolsa de estudos. No ano seguinte, ofereceram-lhe mais uma bolsa, dessa vez para o doutorado, mas Friedan ficou dividida entre os estudos e o casamento. Escolheu o último: “(...) durante muitos anos não consegui ler uma só palavra da ciência que no passado julgara ser o objetivo de minha vida. Era demasiado penosa a lembrança da perda”.<sup>755</sup>

Mesmo que desistindo dos estudos por medo de “ficar só”, Friedan negava ter o mesmo destino da mãe, e por essa razão não deixou de trabalhar. Seguiu para New York onde, a partir de 1943, passou a escrever a coluna “Wartime Living” para *The Federate Press*, uma associação de periódicos sindicais da qual foi demitida três anos depois por conta do retorno dos homens aos postos de trabalho após o fim da Segunda Guerra. Em 1946, conseguiu outro emprego como jornalista, agora para o *U.E News*, publicação oficial da United Electrical Radio and Machine Workers of America, onde teve a oportunidade de entrevistar

<sup>754</sup> Expressão em latim que significa “Com a Maior das Honras”, utilizada nos Estados Unidos como distinção máxima nos títulos universitários.

<sup>755</sup> FRIEDAN, Betty. 1971. *Op. cit.*, p. 63.

operárias de uma fábrica em New Jersey e constatar a desigualdade entre homens e mulheres naquele espaço.<sup>756</sup>

Quando completou 26 anos, conheceu Carl Friedman<sup>757</sup>, um produtor de teatro. Casaram-se em 1947, e se divorciaram em maio de 1969. Em suas memórias, publicadas em 2000 sob o título *Life So Far*, Friedan sugere ter sofrido agressões do marido durante os trinta e dois anos em que estiveram juntos, fatos que Carl negou em entrevista a *Times* após a circulação do livro, afirmando que as marcas deixadas por suas mãos, indicadas pela escritora, foram de autodefesa durante as brigas do casal. Posteriormente, Friedan respondeu aos questionamentos produzidos em torno da polêmica, durante o programa televisivo *Good Morning America*, afirmando que temia escrever sobre isso devido aos possíveis comentários sensacionalistas fora de contexto que poderiam surgir, e que não foi esposa de um marido agressor e nem uma vítima passiva: “(...) nós brigamos muito, e ele era maior do que eu”, explicou.<sup>758</sup>

Em 1948, um ano após o casamento, Friedan teve seu primeiro filho, Daniel. Em 1952, durante uma crise econômica, e grávida de seu segundo filho, Jonathan, foi demitida da redação do *U.E News*. Passou então a ser dona-de-casa em um subúrbio de classe-média do Queens, e mesmo cuidando dos garotos e grávida de Emily – nascida em 1956 – continuou a escrever artigos, dessa vez para revistas femininas como, por exemplo, *McCall's* e *Ladie's Home Journal*<sup>759</sup>. Contudo, não foi a “típica dona-de-casa norte-americana” retratada nos anúncios comerciais e nas revistas femininas dos anos 1950.

---

<sup>756</sup> Cf. FRIEDAN, Betty. *Mi vida hasta hora*. Trad. Magali Martínez. Madrid: Cátedra, 2003, p. 84.

<sup>757</sup> Betty adotou o sobrenome Friedman durante pouco tempo, após seu casamento. Em meados dos anos 1950, quando começava a se firmar como escritora, Betty passou a assinar seus textos com Friedan, sobrenome pelo qual se tornou conhecida. Cf. HOROWITZ, Daniel. *Betty Friedan and the making of The feminine mystique: the American left, the cold war, and modern feminism*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1998. (Culture, politics and cold war), p. 260.

<sup>758</sup> Cf. SHUKLA, Bashker A. *Feminism: from Mary Woolstonecraft To Betty Friedan*. New Delhi: Sarup & Songs, 2007, p. 110.

<sup>759</sup> Betty Friedan elabora uma análise dos discursos sobre as mulheres de ambas as revistas femininas citadas, entre outras, no segundo capítulo de *Mística Feminina*, intitulado “A heroína doméstica”. FRIEDAN, Betty. 1971. *Op. cit.*, p. 32-61.

No Prefácio de *Mística Feminina*, Betty Friedan narra que sua investigação sobre a “mística” começou quando percebeu que existia naquele momento “algo de muito errado na maneira de viver da americana”<sup>760</sup>, e pensou, sobretudo, a partir de sua própria experiência como esposa e mãe de três crianças, que ao mesmo tempo tinha um emprego e anseios que lhe afastavam do ambiente doméstico. De acordo com o que afirma em *The feminine mystique* e em outros textos e entrevistas, o distanciamento da casa e dos filhos para exercer um trabalho que não lhes envolvia diretamente lhe causava um sentimento estranho de remorso e desajustamento entre às projeções sociais determinadas para as mulheres americanas de sua geração e aquilo que vivenciavam subjetivamente em seus cotidianos domésticos.

No décimo encontro da turma de graduadas do Smith College, Friedan resolveu aplicar um questionário<sup>761</sup> com as ex-colegas de classe que tratava de temas como educação, experiências posteriores à universidade, e a satisfação com suas vidas pessoais naquele momento. Os resultados do levantamento indicaram a perda do potencial intelectual de suas ex-colegas – agora esposas, donas-de-casa e mães – e a instigaram a ampliar a pesquisa com universitárias e outras mulheres. Friedan reuniu suas análises em formato de artigo e o apresentou a algumas revistas femininas durante o ano de 1958. O estudo foi rejeitado por todos os editores aos quais havia sido submetido para um parecer. Decidiu então reescrever algumas partes do artigo e aprofundá-lo. Em 1963, o estudo se tornou um livro – o primeiro da escritora – intitulado *The feminine mystique* que, mesmo rejeitado pela imprensa anteriormente, tornou-se rapidamente um *best-seller*, atingindo a marca de 1,5 milhões de exemplares vendidos no ano de 1970.<sup>762</sup> Friedan publicou posteriormente *It changed my life: writings on the women’s movement* (1976), *The Second Stage* (1981), *The Foudation Age* (1993), e suas memórias *Life so Far: a memoir* (2000).

Através da pesquisa para a escrita de *The Feminine Mystique*, Friedan detectou na fala de outras mulheres que o mal-estar que elas sentiam e não conseguiam definir – que designou como “o problema

---

<sup>760</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>761</sup> Em suas memórias, Betty Friedan afirma que elaborou o questionário com a ajuda de duas colegas Mario Ingersoll Howell e Anne Mather Montero. Cf. FRIEDAN, Betty. 2003. *Op. cit.*, p. 130.

<sup>762</sup> GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. (ed.). *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. 2nd. New York: Blackwell Publishing, 2009 (Blackwell readers in sociology), p. 33.



sem nome” – era também resultado da inadaptabilidade da educação que receberam com a imagem da mulher americana produzida pela “mística feminina” orientada pelas famílias de classe média e amplamente divulgada pela mídia.

A partir de meados dos anos 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países que haviam mobilizado homens e mulheres para defenderem suas nações durante os conflitos, passaram a convocar as mulheres para o regresso aos lares e aos cuidados com a família, objetivando a reconstrução nacional. De acordo com Françoise Thébaud, a década de 1950 assistiu ao “apogeu da mãe-dona-de-casa”, condicionada ideologicamente pela mídia e pelos psicanalistas, e esse movimento foi:

(...) denunciado em 1963 por Betty Friedan em *The feminine mystique*, o **livro sobre as mulheres mais vendido no mundo, um dos textos fundamentais do feminismo** depois de *A Room of One's Own* de Virginia Woolf (1929) e *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949).<sup>763</sup>

A “era de ouro”, vivenciada pela economia dos países capitalistas desenvolvidos anglo-americanos na segunda metade do século XX, combinou explosão econômica com “revolução tecnológica”, tornando o que antes era luxo de poucos em um padrão de conforto ocidentalmente entendido como “moderno” e amplamente desejado por meio da aquisição, por exemplo, de eletrodomésticos e produtos de higiene pessoal.<sup>764</sup> As atenções do mercado se voltaram às “rainhas do lar”, ou seja, às mulheres que procuravam a realização nos “papéis de mães-esposas-donas-de-casa” encarnando o ideal de feminilidade estampado nas revistas femininas, nos programas televisivos e nas propagandas publicitárias daqueles anos.

Nesse contexto, sentindo-se incapaz de nomear “o mal” que sentia, mas não totalmente imersa na “mística” que viria a detectar posteriormente, Friedan se lançou a entender por que, naqueles idos dos anos 1950, as mulheres começavam a se desinteressar pelas

---

<sup>763</sup> THEBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: O século XX. Porto: Edições Afrontamento / São Paulo: EBRADIL, c1990, p. 16. [Grifos meus]

<sup>764</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. Os anos dourados. In: \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos*. 2ª ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 257-261.

universidades, fazendo dos estudos apenas uma atividade que preenchia o tempo intermediário entre a vida de solteira e a realização do casamento. A questão central elaborada e respondida pela autora em *Mística Feminina* é: por que, mesmo depois da passagem pela universidade, pela oficialização do casamento, pelo nascimento dos filhos, e da construção de um lar confortável do qual se dedicavam totalmente, as mulheres da classe-média norte-americana sentiam uma insatisfação constante que as faziam procurar por ajuda médica? O que significava aquele genérico diagnóstico médico da “síndrome da dona de casa”?<sup>765</sup>

Na década de 1960, quando o “problema sem nome” extravasou o âmbito subjetivo e irrompeu os consultórios médicos, o “mal”, de acordo com Friedan, foi superficialmente explicado como “o problema da dona-de-casa culta”. Ou seja, o sentimento de frustração estaria restrito àquelas que tiveram algum contato com a educação superior ou outros anseios divergentes ao que era apregoado pela “mística”. Dessa maneira, surgiram algumas sugestões para manter “um casamento feliz” como, por exemplo, proibir o ingresso das mulheres nas universidades, aceitar o fato como inerente da “condição feminina”, ou mesmo pintar os cabelos e jogar *bridge*.<sup>766</sup> As revistas femininas se encarregaram de divulgar “receitas” de como conseguir e manter um marido, como ser mais feminina, como educar os filhos, como ser uma boa dona-de-casa, etc. Em nota de rodapé, Friedan explica de que forma chegou ao conceito da “mística feminina”, bastante citado nos estudos feministas a partir de então:

Percebi pela primeira vez o problema sem nome, e seu possível relacionamento com que acabei batizando de ‘mística feminina’ em 1957, quando preparava um questionário intensivo e dirigia uma pesquisa de minhas colegas de classe do Smith College, quinze anos após a graduação<sup>767</sup>.

Para a autora, o “problema sem nome” era a chave para questionar e compreender a frustração feminina silenciada pela “mística” no contexto do *american way of life*. Assim, reconheceu arrependida, ter se eximido dessa causa por tanto tempo, ajudando a criar a imagem da “heroína doméstica” e da “mulher consumidora” por

<sup>765</sup> FRIEDAN, Betty. 1971. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>766</sup> *Ibidem*, p. 23 e 58.

<sup>767</sup> *Ibidem*, p. 28.

meio de seu trabalho como jornalista nas redações de revistas femininas.<sup>768</sup> Até o fim dos anos 40, de acordo com Friedan, as mulheres desejavam ter carreiras profissionais, mas depois disso as revistas começaram a alertar que o emprego e a educação superior estavam levando as mulheres à masculinização, à falta de cuidado com a educação dos filhos (relegados à delinquência), à insatisfação sexual, etc. Na editora em que trabalhava, afirma: “(...) andávamos sempre a procura de meios para ajudar as mulheres a aceitarem seu papel feminino”.<sup>769</sup> Por conta desses julgamentos, muitas mulheres retornaram aos lares, mas não totalmente convictas da função de seus “papéis” na sociedade.

Houve ainda muitos psicólogos e psiquiatras da época que destacaram possibilidades científicas no sentido de provar que o “problema sem nome” era resultado de uma insatisfação sexual. Contudo, Friedan defendeu em *The feminine mystique* que o “problema” era relativo à questão de identidade, pois as mulheres não se entendiam como sujeitos para além da sua anatomia. Ou seja, seguiam os padrões de “feminilidade” elaborados e impostos pela “mística”, sem reconhecerem seus anseios individuais divergentes a ela. Friedan afirma que os problemas sexuais eram consequências da “mística feminina”, e difíceis de serem combatidos por receberem o respaldo de uma série de “teóricos da feminilidade”, para os quais a sexualidade era a força propulsora da personalidade. Na penúltima página do livro, conclui sobre a futura geração de mulheres:

Quando mães realizadas as conduzirem à segurança de sua condição de mulher não será necessário esforçar-se por ser feminina. Poderão evoluir à vontade, até que por seus próprios esforços encontrem sua personalidade. Não precisarão de atenção de um rapaz ou de um homem para se sentirem vivas. E quando não mais precisarem viver através do marido e dos filhos, os homens não temerão o amor e a força da mulher, nem precisarão de suas fraquezas para provar a própria masculinidade.<sup>770</sup>

---

<sup>768</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>769</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>770</sup> Idem, p. 324.

Três anos após a publicação de *The Feminine Mystique*, Friedan ajudou a fundar o U.S. National Organization for Women (NOW) e, junto com Anna Pauline (Pauli) Murray – primeira afro-americana episcopisa da Igreja Anglicana –, redigiu o estatuto da organização, formada principalmente por mulheres da classe-média.<sup>771</sup> Naquele momento, a principal agenda da NOW era garantir o cumprimento legal dos direitos das mulheres, bem como continuar reivindicando outros ainda não conquistados, como a legalização do aborto, por exemplo.

Em 1970, Friedan liderou a famosa Greve Nacional das Mulheres pela Igualdade, que ocorreu em várias cidades norte-americanas no dia 26 de agosto, reunindo nas ruas milhares de mulheres em marchas. A grande imprensa – inclusive a brasileira, como veremos mais adiante – ridicularizou a manifestação ao máximo no intuito de desqualificar o movimento das mulheres como legítimo, utilizando-se para tanto a imagem da feminista como uma mulher “feia, mal amada e lésbica”. Logo após esse evento, Friedan deixou a NOW, renunciando a direção da entidade, por divergências com outras feministas da organização em relação às pautas do movimento.<sup>772</sup> Um ano depois, fundou com outras feministas, entre elas Gloria Steinem, a National Women’s Political Caucus (NWPC). Em 1973 organizou o Congresso Feminista Internacional e ajudou a fundar uma organização de consultores financeiros e banqueiros para gerir o patrimônio das mulheres, o *Trust Company*. Ainda nesse ano, auxiliou na criação da National Association for Repeal of Abortion Laws (NARAL), grupo que se mobilizou em prol da aprovação das leis favoráveis à legalização do aborto.<sup>773</sup> Ou seja, estas são apenas algumas das atuações de Friedan que marcaram uma trajetória bastante atuante – e diria até polêmica – nas mobilizações sociais durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos.

Inicialmente, após a publicação de *The feminine mystique*, Betty Friedan se opôs a equiparar o feminismo ao movimento de lesbianas,

---

<sup>771</sup> SHUKLA, Bashker A. *Op. cit.*, p. 111.

<sup>772</sup> Por ocasião da morte de Friedan, em fevereiro de 2006, a NOW publicou em seu site depoimentos onde as pessoas narram suas impressões em relação a vida e ao trabalho da autora para o feminismo. Disponível em: <<http://www.now.org/history/friedan-tribute-compilation.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

<sup>773</sup> Sobre a trajetória de Betty Friedan, ver ainda HENDERSON, Margaret. Betty Friedan (1921-2006). *Australian Feminist Studies*, v.22, n.53, p. 163-166, July, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08164640701361725>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

recusando-se a colocar nas pautas de discussões da NOW as reivindicações das lésbicas, alegando que essas formariam um subgrupo dentro do movimento feminista. Incluir a parcela de mulheres lésbicas e suas demandas poderia, em sua concepção – não partilhada pelas integrantes da NOW em sua totalidade –, ameaçar a imagem da organização.<sup>774</sup>

Anos depois, no final da década de 1970, mudou de opinião em relação ao movimento lesbiano, e se arrependeu de ter inventado o termo “ameaça lilás” durante um encontro da NOW, em 1969. A expressão referia-se à parcela de lésbicas que desejavam equiparar o feminismo ao movimento lesbiano, e foi, posteriormente, empregada por ativistas dos direitos homossexuais, sendo utilizada ainda para dar nome a um grupo de lésbicas feministas radicais.<sup>775</sup> Em 1977, na cidade de Houston, na Conferência Nacional das Mulheres, evento para discutir a plataforma das mulheres na ONU, Friedan aprovou a moção de apoio aos direitos das lésbicas. Há rumores de que milhares de mulheres, vindas de diferentes regiões do país, debateram acaloradamente as pautas colocadas, e quando Friedan tomou a palavra para prometer seu apoio ao movimento lesbiano, muitas aplaudiram e soltaram balões lilases.<sup>776</sup> Apesar das resistências, a moção foi aprovada, tornando-se um momento decisivo para o movimento de mulheres lésbicas, e para a trajetória de Betty. Contudo, essa questão não foi superada por todas as feministas daquela época.

Três dias após a morte de Betty Friedan, em obituário intitulado “The Betty I knew”, publicado no jornal *The Guardian* do dia 07 de fevereiro de 2006, a feminista australiana Germaine Greer não poupou a autora de *The feminine mystique* de críticas em relação aos seus posicionamentos e temperamento. Greer afirma que Betty Friedan acreditava que tinha modificado praticamente sozinha o curso da história, e se considerava uma figura transformadora para o feminismo. De acordo com Greer, parte de seu comportamento decorria dessa crença que, quando questionada, fazia Friedan exteriorizar seu temperamento difícil<sup>777</sup>.

---

<sup>774</sup> NORONHA, Joanna Vieira. *De Desdêmona à Alice: gênero, ação política e violência doméstica*. Dissertação [Mestrado em Direito]. Rio de Janeiro: PUC-RIO, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2010, p. 31

<sup>775</sup> Cf. *Ibidem*, p. 31-32.

<sup>776</sup> Cf. SHUKLA, Bashker A. *Op. cit.*, p. 111-112.

<sup>777</sup> Nesta reportagem, Germaine Greer ressalta que Betty Friedan era “egoísta”, e descreve situações que teria vivenciado com a autora norte-americana durante

No obituário, Germaine Greer alega que escreveu *The female eunuch* (1970) como resposta às questões defendidas por Betty Friedan em *The feminine mystique*. No capítulo “Em busca do sexo”, Friedan corrobora a opinião de alguns especialistas – como, por exemplo, Kinsey – de que à medida que as mulheres passaram a se preocupar demasiadamente com a realização sexual, o interesse dos homens pelo tema diminuía. A excessiva preocupação com a sexualidade humana, fomentada pelo discurso midiático da “mística”, teria transformado as mulheres em seres “ávidos por sexo” que, por sua vez, veriam seus companheiros apenas como “objetos sexuais”. A consequência disso, de acordo com a autora norte-americana, em diálogo com alguns estudiosos sobre o tema, estaria relacionada à hostilidade masculina às mulheres (especialmente às esposas), bem como a feminização dos filhos por parte do amor sufocante das mães “parasitas”. Para Friedan, naquele momento ocorria um aumento de “sexo despersonalizado”, ou seja, relações sexuais prematuras e sem vínculos afetivos:

A irrealidade rasa, a imaturidade, a promiscuidade, a falta de satisfação humana duradoura que caracterizam a vida do invertido sexual manifestam-se também em todos os seus outros interesses. Essa falta de compromisso pessoal com o trabalho, os estudos, a vida não-sexual é nitidamente “feminina”. Como as filhas da mística esses filhos passam a maior parte da vida em fantasias desse teor, os tristes e alegres homossexuais talvez sintam afinidade com as jovens donas de casa ávidas de sexo.<sup>778</sup>

Publicados no ano de 1970, *The Female Eunuch*, de Germaine Greer, *The Dialectic of Sex*, de Shulamith Firestone, e *Sexual Politics*, de Kate Millett, são três exemplos de produções feministas que se voltaram exatamente para aquilo que Betty Friedan por um lado reiterou e por outro ignorou em *The feminine mystique*: o núcleo familiar e a libertação sexual das mulheres como pauta primordial para a luta feminista, respectivamente. Para Friedan, o casamento e a família deveriam ser transformados, mas não abolidos. Defendia ainda a profissionalização – o desenvolvimento intelectual das mulheres para além do lar – é que traria a libertação sexual das mulheres. Logo, as políticas sexuais

---

uma viagem que fizeram juntas ao Irã em 1972. Idem.

<sup>778</sup> FRIEDAN, Betty. 1971. *Op. cit.*, p. 237-238.

defendidas por uma parcela de feministas naquela época, seriam, em sua opinião, secundárias em relação aos demais direitos em demanda pelo movimento feminista.

Uma parte da repercussão da autora norte-americana e seu livro para a história do feminismo ocidental pode ser avaliada a partir das críticas feministas que recebeu a partir da década de 1970 pelos movimentos de lesbianas e de feministas radicais, que colocaram no centro da discussão a revolução sexual e a necessidade de se abolir a família nuclear. Friedan foi algumas vezes acusada de falar em nome das mulheres da classe-média, ignorando as “minorias”, e ainda por insistir na vida em parceria com os homens (casamento).<sup>779</sup>

Betty Friedan morreu de insuficiência cardíaca em sua casa, na cidade de Washington, no dia 04 de fevereiro de 2006, mesmo dia em que completou 85 anos. As notícias sobre sua morte reacenderam nos debates feministas algumas questões desenvolvidas em *The feminine mystique*, ainda que em sua maioria proponham apenas uma revisão da trajetória e importância da autora para o movimento feminista. As homenagens – assim como as críticas – que circularam tanto nos meios feministas como nas mídias em geral por ocasião de sua morte, reforçam a ideia da autora e seu livro como “ícones”, e são fenômenos cruciais para percebermos sua consagração para “o feminismo” brasileiro e argentino.

#### 4.2.1. A circulação de *La mística de la feminidad* na Argentina: edições espanholas

Na investigação realizada nas bibliotecas, comércios de livros usados e livrarias de Buenos Aires, não encontrei nenhuma referência que indicasse a edição de *The feminine mystique* na Argentina. Os exemplares encontrados nos acervos pesquisados foram todos – a exceção de um exemplar norte-americano – traduzidos, editados e publicados na Espanha, por essa razão, o contexto de sua produção nos remete a um outro espaço.

A primeira edição espanhola de *The feminine mystique* foi publicada em Barcelona pela Ediciones Sagitario, em 1965, e só recebeu uma nova edição quase dez anos depois pela Biblioteca Júcar, em

---

<sup>779</sup> Cf. FOX, Margalite. Betty Friedan, Who Ignited Cause In’ “Feminine Mystique”, Dies at 85. *The New York Times*, NY, February, 5, 2006. Disponível em:<http://www.nytimes.com/2006/02/05/national/05friedan.html?pagewanted=1&r=1>>. Acesso em: 13 nov. 2012. (Tradução livre).

Madrid, no ano de 1974. Em um primeiro momento, questionamos como um texto tão alardeado nos Estados Unidos na primeira metade da década de 1960 teria encontrado ambiente para ser editado duas vezes na Espanha, sob o regime autoritário do general Francisco Franco (1939-1976). Contudo, devemos considerar algumas características do contexto vivenciado pela sociedade espanhola entre a década de 1960 até a morte de Franco.

Em virtude das necessidades econômicas e dos planos desenvolvimentistas implantados pelo Estado nesse período, setores dos movimentos sociais perceberam um momento viável para a retomada de algumas discussões como, por exemplo, as relacionadas ao feminismo. A promulgação da Ley de Derechos Políticos, Profesionales y de Trabajo de la Mujer, em 15 de julho de 1961, é um sinal de que o Estado estava reajustando o significado do “papel da mulher” na sociedade por conta de interesses econômicos. Se antes, ao final da década de 1939, com a ascensão do general Franco ao poder, foi interessante política e economicamente produzir o discurso das mulheres em função do biológico (castidade/maternidade) e obediência – isolando-as legalmente nos lares<sup>780</sup> –, a partir da década de 1960 o que se assiste é uma (re)significação da ideia de trabalho feminino extra-doméstico pelo Estado espanhol.

As discussões feministas retomadas nesse momento refletiram duas vertentes diferentes: uma formada a partir dos movimentos de luta antifranquista, lideradas pelos partidos políticos a partir da clandestinidade (“dupla militância”), e outra ligada aos grupos católicos progressistas que defendiam a luta das mulheres, e entre esses grupos destaca o Movimiento Democrático de Mujeres (MDM, 1963) e Seminario de Estudios Sociológicos de la Mujer (SESM, 1960), respectivamente.<sup>781</sup> Ambos ajudaram a fomentar as discussões sobre a

---

<sup>780</sup> A legislação trabalhista espanhola (Fuero del Trabajo), de 09 de junho de 1938, declara proibido o trabalho noturno e sob regulamentação o trabalho a domicílio, ambos realizados por mulheres. Ainda em relação às mulheres, uma lei promulgada em 18 de Julio de 1938 (Ley de Bases) estabeleceu subsídios familiares para os casais que tivessem filhos e outra em 24 de janeiro de 1941 (Ley de Bases) designou como delitos sexuais graves o aborto e toda forma de publicidade favorável à contracepção. Cf. GOMEZ, Aurora Morcillo. Por la senda del franquismo. *Historia* 16, n. 145, p. 86-90, Madrid, 1988. Disponível em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/morcillo/mujerfranquismo.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

<sup>781</sup> Ver, a esse respeito, SALAS, María. Una mirada sobre los sucesivos feminismos. In: *Mujeres en rede – El periódico feminista*. Disponível em:



atuação das mulheres naqueles anos de tímida abertura política, assim como auxiliaram na tradução e divulgação de textos feministas como, por exemplo, a primeira edição de *La Mística de la Feminidad*.

O SESM, fundado por María Laffitte em 1960, teve em sua formação inicial as seguintes integrantes: Lili Álvarez, María del C. Alange, Consulelo de la Gándara, María Salas, Pura Salas Larrazabal, Concepción B. Sierra e María Jimenez de O. del Valle. Todas as participantes eram mulheres universitárias e/ou que exerciam alguma profissão, requisitos esses obrigatórios para garantir o respaldo científico e intelectual discussões e ações do grupo. Os encontros para o debate e compartilhamento de leituras ocorriam ilegalmente todas as semanas na casa de Laffitte, uma vez que o grupo teve o pedido de permissão oficial para a realização de reuniões negado pelo regime. Mesmo na clandestinidade, o grupo conseguiu editar uma série de artigos e dois livros durante o regime franquista: *Habla la mujer: Resultados de un sondeo en la Juventud actual* (1967) e *Mujer y aceleración histórica* (1971), ambas pelo editorial Cuadernos para el Diálogo, que teve, inicialmente, uma proposta religiosa conciliatória com os grupos progressistas da Igreja.<sup>782</sup>

Outra agrupação importante para o feminismo espanhol foi a Asociación para la Promoción y Evolución Cultural (APEC), fundada em 1975 por Pilar de Yzaguirre. A primeira ação realizada pela APEC foi levar Betty Friedan à Espanha para uma conferência na Fundación March, que colaborou financeiramente com o evento. De acordo com María Salas, o sucesso do evento foi “estrondoso”, uma vez que a autora norte-americana – em suas palavras – “estaba entonces en la ‘cresta de la ola’”.<sup>783</sup>

Lili Álvarez<sup>784</sup>, que foi integrante do SESM, escreveu o prólogo da primeira edição de *La mística de la feminidad*, que inicia com a

---

<[http://www.nodo50.org/mujeresred/feminismo-maria\\_salas.html](http://www.nodo50.org/mujeresred/feminismo-maria_salas.html)>. Acesso em: 05 nov. 2012.

<sup>782</sup> OLLEROS, Carmen Armada. El primer Seminario de Estudios Sociológicos de las Mujeres: María Laffitte y Pérez del Pugar. In: *IX Congreso Iberoamericano de ciencia, tecnología y género*. Espanha: OIE, 2012. Disponível em:

<[http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/Armada\\_Ollerros.pdf](http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/Armada_Ollerros.pdf)>. Acesso em 05 nov.2012.

<sup>783</sup> “estava então na ‘crista da onda’” (Tradução livre). SALAS, María. *Op. cit.*

<sup>784</sup> Elia María González-Álvarez y López-Chicheri, conhecida como Lili Álvarez, foi tenista internacionalmente reconhecida, escritora e jornalista espanhola. Faleceu em 1998, em Madrid, aos 95 anos.

seguinte frase: “Creo que debí ser la primera em España a leer este libro sorprendente. Hará pronto un par de años me lo trajeron de los Estados Unidos. Era el libro del día.”<sup>785</sup>. Adiante, compara *The feminine mystique a O segundo sexo*:

(...) el talento y la ciencia de Betty Friedan son de primera magnitud y no tendría reparo alguno em equiparar y poner este libro suyo muy junto al de la pensadora existencialista Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*. No tiene el vuelo filosófico de éste, es mucho más práctico o pragmático, así como es natural al genio anglosajon, pero es igual fuerza y penetración. Indudablemente son los dos **grandes libros** actuales escritos por mujeres acerca de la mujer.<sup>786</sup>

Álvarez afirma que enquanto Simone de Beauvoir partiu da teoria do “Outro” para “interpretar o caso da mulher”, Betty Friedan, ao contrário, não desenvolveu nenhuma teoria para elaborar suas reflexões sobre a mística feminina vivenciada pelas mulheres norte-americanas de sua geração e “intuída” por ela por meio de suas experiências cotidianas.<sup>787</sup>

Para a autora do prólogo, Betty Friedan é uma “grande destruidora de mitos” e seu livro é “assombroso”<sup>788</sup>. É bastante clara a comparação que Álvarez faz entre Simone e Betty: ao contrário da primeira, a última não abriu mão do matrimônio e da maternidade, “o

---

<sup>785</sup> “Creio que devo ter sido a primeira na Espanha a ler este livro surpreendente. Faz uns anos me trouxeram dos Estados Unidos. Era o livro do momento.”(Tradução livre). ALVAREZ, Lilí. Prólogo. In: FRIEDAN, Betty. *La mística de la femininad*. Trad. Carlos R. Dampierre. 1 ed. Madrid: Biblioteca Júcar, 1974, p. 12.

<sup>786</sup> “(...) o talento e a reflexão de Betty Friedan são de primeira magnitude e não teria problema algum em equiparar e colocar esse seu livro lado a lado ao da pensadora existencialista Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*. Não tem o debate filosófico deste, é muito mais prático ou pragmático, assim como é natural ao pensamento anglo-saxão, mas é de igual força e penetração. Sem dúvida, são os dois **grandes livros** atuais escritos por mulheres sobre a mulher.” (Tradução livre). Idem. (Grifos meus).

<sup>787</sup> Constam, ao final do prólogo assinado por Lilí Alvarez, o local e data: Madrid, fevereiro de 1965. ALVAREZ, Lilí. *Op. cit.*

<sup>788</sup> Ibidem, p. 24-25.

que lhe confere um sentido inequivocamente positivo”.<sup>789</sup> Aqui temos que destacar a trajetória intelectual de Álvarez para entendermos o motivo de sua empatia com Friedan: as reflexões da autora relacionam, especialmente, temas como o feminino, o feminismo e a religiosidade secular.

Em uma entrevista concedida ao periódico *El País*, em novembro de 1979, Álvarez afirma que, ainda que a chamem de feminista, considera-se “parejista”<sup>790</sup>, ou seja, alguém que defende “o desenvolvimento plenamente humano do encontro entre um homem e uma mulher”.<sup>791</sup> Na mesma entrevista, afirma que a religião tem grande importância em sua vida, e se identifica com a ala progressista, uma vez que apoia o divórcio, o uso de contraceptivos, e defende o aborto terapêutico.

A tradução de *The feminine mystique* na Espanha foi realizada pelo escritor Carlos R. Dampierre, que conquistou anos depois, em 1980, o Premio Nacional de Traducción Fray Luis de León na modalidade línguas românicas por uma tradução dos *Opúsculos satíricos y filosóficos* de Voltaire, publicado na coleção “Clásicos da Ediciones Alfaguara”. Dampierre traduziu, posteriormente, em 1967, *La pareja: Un nuevo conocimiento del amor* (título original *Le couple*, 1963), de Suzanne Lilar, igualmente prefaciado por Lili Álvarez e publicado pela editora Sagitario, o que nos permite concluir que a editora estava conseguindo publicar a temática nos anos 1960, mesmo durante o regime franquista.

Na Argentina, encontrei poucos exemplares dos livros de Betty Friedan nos acervos levantados para a pesquisa. A Biblioteca Nacional possui apenas um exemplar de *La Mística de la Feminidad*, publicada pela editora Júcar em 1974, e doada ao acervo pelo poeta e crítico-literário Ernesto Romano, em 28 de outubro de 2010.<sup>792</sup> A capa dessa edição traz a pintura a óleo de John Holmes, intitulada “La mujer

---

<sup>789</sup> Ibidem, p. 25

<sup>790</sup> Termo usado para identificar-se como partidária do matrimônio.

<sup>791</sup> Cf. CALLEJA, Miguel Ángel. Lili Álvarez: una contestaria de 74 años. *El País*, Madrid, 20 de novembro de 1979.

<sup>792</sup> Em Buenos Aires, encontrei apenas três exemplares desta mesma edição impressa em 1974 pela Biblioteca Júcar distribuídos em três dos acervos pesquisados: a Biblioteca Nacional, a Biblioteca del Congreso de la Nación, e o Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CeDInCI). O exemplar da Biblioteca del Congreso de la Nación foi doado ao acervo no ano de 1995, e o exemplar do CeDInCI é o único livro de Betty Friedan no qual encontrei marcas de leitura.

eunuco”. Na imagem, colorida em fundo preto, tem-se um torso separado da cabeça e dos membros de uma mulher branca, suspenso por uma barra que atravessa o tronco por entre o espaço onde estariam os braços, como se fosse uma roupa em um cabide. Curiosamente, a mesma imagem foi utilizada para estampar a capa da primeira edição inglesa de *The female eunuch*, de Germaine Greer, publicada pela editora inglesa Paladin. A pintura de John Homes recebeu diferentes leituras gráficas com o passar dos anos, dando origem a uma série de desenhos mais simples e modernos para sugerir a mesma problemática: a situação das mulheres.

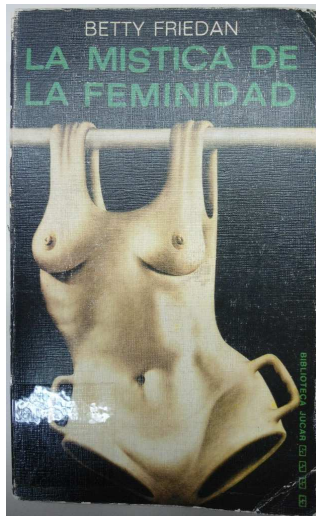


Figura 19 – *La mística de la feminidad*. Madrid: Júcar, 1974 [Capa]. Exemplar do acervo da Biblioteca Nacional de la República Argentina.

O único exemplar de *La mística de la feminidad*, publicado no ano de 1965 em Barcelona, pertence à biblioteca do IIEG, e foi doado ao acervo pela professora e historiadora Dora Barrancos. Na Biblioteca de Filosofia da UBA encontrei uma edição inglesa, publicada pela Penguin books Ltd. e pela C. Nicolls & Company Ltd., adquirido por subsídio de pesquisa (UBACyT)<sup>793</sup> pela professora María Isabel Santa Cruz para um projeto desenvolvido entre os anos de 1988 e 1989<sup>794</sup>.

<sup>793</sup> São projetos de pesquisa reconhecidos pela UBA, e coordenados e dirigidos

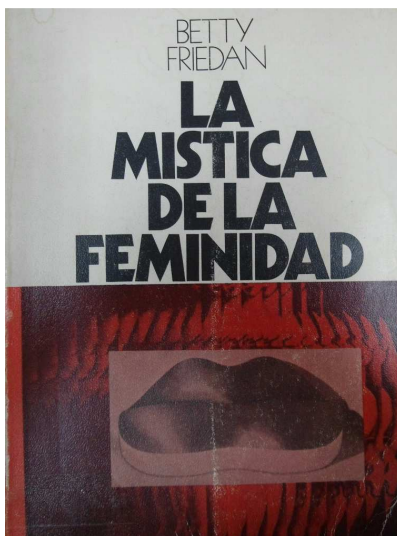


Figura 20 – *La mística de la feminidad*. Barcelona: Sagitario, 1965[Capa]. Exemplar do acervo do IIEG/UBA.

A respeito de outros textos de Betty Friedan, a Biblioteca Central da Facultad de Filosofía possui apenas um exemplar de *It changed my life*, publicado em 1976 pela editora nova-iorquina Random House, que indica em sua ficha de empréstimos apenas uma retirada realizada por Dora Barrancos, contudo sem data.

Em relação aos exemplares de *La Segunda Etapa* nas bibliotecas de Buenos Aires, encontrei apenas um, também no acervo da Biblioteca de Filosofia da UBA. A edição em questão, assim como a versão inglesa de *The feminine mystique* citada anteriormente, possui um carimbo que indica que o livro – publicado originalmente pela editora espanhola Plaza & Janes, em 1983 – foi adquirido por intermédio das professoras Gladys Palau e Diana Helena Maffía, ambas do Departamento de

---

por docentes da instituição.

<sup>794</sup> O projeto em questão trata-se de “Género y Razón: examen de la controversia en el feminismo filosófico contemporáneo”, dirigido pela professora María Isabel Santa Cruz, com participação da professora Diana Helena Maffía, e financiado pelo CONICET e UBACyT.

Filosofia, para fins de pesquisa institucional (UBACyT) entre os anos de 1991 e 1993.<sup>795</sup>

Esses vestígios dos livros nas bibliotecas da UBA – especialmente no acervo da Filosofia – indicam as professoras argentinas que trabalharam com a temática feminista e dos estudos sobre a mulher no final dos anos 1980, e mapeiam parte da circularidade acadêmica de Betty Friedan na Argentina. Ainda que os estudos da mulher e de gênero fossem somente incorporados massivamente nas universidades argentinas em meados dos anos 90, os centros de estudo de gênero começaram a existir no âmbito universitário já nos primeiros anos dessa década.<sup>796</sup>

Encontrei no comércio de livros usados dois exemplares que podem servir de amostras da circulação de Betty Friedan e *La mística de la feminidad* no país. Um deles é um exemplar da coleção *Transformaciones – Enciclopedia de los grandes fenomenos de nuestro tiempo*<sup>797</sup>, editada pelo Centro Editor de América Latina em Buenos Aires, publicado a partir de 1971, e amplamente vendida nos

---

<sup>795</sup> O projeto citado se refere a “Ciencia y Etica desde la Teoría del Género” do Instituto de Filosofía da UBA, no qual a professora Gladys Palau foi diretora, financiado por UBACyT.

<sup>796</sup> Cf. MAFFÍA, Diana (et alli.). *Feminismo Argentino y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros*. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Volumen 1. 1ª Ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010, p. 289.

<sup>797</sup> Essa coleção reúne ao todo 110 fascículos que começou a ser publicada em 1971 e vendida principalmente nos “kioskos” (bancas de jornais e revistas argentinas), dirigida por Hugo Rapoport. Todos os fascículos formaram juntos uma coleção de 11 volumes. De acordo com o diretor, a coleção surgiu em um momento político oportuno para a atuação das esquerdas (fim do período militar de Juan Carlos Onganía), e que os autores(as) que elaboraram os fascículos percebiam no projeto uma maneira de mobilizar o debate. O serviço de inteligência do regime ditatorial argentino concluiu que estas publicações infringiam a Constituição do país, e decretou a queima dessa e de outras coleções do CEAL em 1980, em um terreno baldio na cidade de Sarandí, zona sul da região metropolitana de Buenos Aires. Encontrei no comércio de livros usados outros números com os seguintes títulos/temas: “La revolución sexual” (25); “Historia del Movimiento Obrero”(40); “Teleteatro, Radioteatro y Fotonovela: el género rosa” (55); “La crisis de la familia”(82) e “La mujer em la revolución”(97), este último de autoria de Otilia Vainstock e Mirta Henault. Ver, a esse respeito, GOCIOI, Judith. *Más libros para más: colecciones del Centro Editor de América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2007, p. 167-168.

“kioskos”<sup>798</sup>. Nesse fascículo, o tema proposto é “La condición de la mujer: opresión y liberación”, assinado pela escritora e tradutora Marisa Cortazzo<sup>799</sup>. Apesar de iniciar o texto fazendo referência às marchas das mulheres organizadas nos Estados Unidos em 26 de agosto de 1970, e de analisar a atuação do movimento feminista norte-americano, Cortazzo só irá mencionar Betty Friedan em duas frases curtas: uma para informar a publicação em 1963 de *Mística Femenina* (e aqui notamos uma tradução livre do título realizada pela autora), e outra para destacar a fundação da NOW, em 1966. Cortazzo não lista Betty Friedan e seu livro nas referências bibliográficas ao final do fascículo, onde estão presentes outros(as) autores(as) como, Marx, Engels, Juliet Mitchell, Carla Lonzi, Jorge Gissi, Simone de Beauvoir, Evelyn Red, Shulamith Firestone, Peggy Morton, Joan Jordan, etc. Ao longo do texto encontramos, em destaque, passagens extraídas dos trabalhos de Isabel Largaía, Carla Lonzi e Jorge Gissi.

O outro é um exemplar especial da revista *Cuadernos para el diálogo*, publicado em Madrid no ano de 1965, e que traz como tema “La Mujer”.<sup>800</sup> Os exemplares especiais da revista, conhecidos como “Extraordinários”, tinham a proposta de aprofundar temáticas em voga no momento, e por isso tiveram grande aceitação na época, tanto nacional como internacional.<sup>801</sup> Esse número, em especial, fomentou divergências entre o conselho editorial e o diretor da revista. De acordo com Javier Soro, por conta dessa desavença, o editorial, predominantemente masculino, acabou diminuindo a incorporação de

---

<sup>798</sup> Bancas de revistas e jornais bastante popular na Argentina.

<sup>799</sup> CORTAZZO, Marisa. *La condición de la mujer: opresión y liberación*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972 (Transformaciones: enciclopédia de los grandes fenomenos de nuestro tiempo, 66).

<sup>800</sup> Esta revista foi editada entre os anos de 1963 e 1978, e foi dirigida por Joaquín Ruiz-Giménez. À medida que o momento da abertura política espanhola se aproximava, a revista, inicialmente, de caráter democrata cristão que dava espaço também para os discursos da direita conservadora espanhola, passou a adotar gradativamente um discurso cada vez mais próximo à esquerda socialista do país. *Cuadernos para el diálogo*, Extraordinario II – La Mujer, Madrid, Editorial Cuadernos para el diálogo, diciembre de 1965.

<sup>801</sup> Ver a esse respeito, SORO, Javier Muñoz. *Cuadernos para el diálogo (1963-1976): una historia cultural del segundo franquismo*. Madrid: Marcia Pons, Editores de Historia, 2006, p. 39 e 243, e TORREGO, Francisco Javier Davara. *La aventura informativa de los Cuadernos para el diálogo. Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, Universidad Complutense de Madrid, outubro 2004, p. 205.

mulheres, assim como interrompeu até a década de 1970 a discussão da temática pela editora.<sup>802</sup> Apesar de não conseguir precisar a entrada dessa publicação na Argentina, o certo é que muito provavelmente tenha circulado no país naquele momento, assim como outros livros editados na Espanha, como vimos anteriormente, foi o caso de *La mística de la feminidad*.

Esse caderno, que reflete a tensão entre as propostas feministas e as marxistas sobre a questão da revolução social, traz um artigo assinado por Betty Friedan e informa, ao final do texto, que se trata de uma compilação de fragmentos dos capítulos de *La Mística de la Feminidad*, publicado em Barcelona no mesmo ano<sup>803</sup>. Intitulado “La regresion del feminismo”, o artigo em questão tem por objetivo esboçar a trajetória do movimento feminista destacando alguns debates analisados por Friedan. No capítulo anterior, vimos como esse tipo (re)organização de um novo texto a partir da publicação original foi uma forma adotada pelos grupos feministas para divulgar leituras em destaque para o movimento.

Ambas as edições tem caráter informativo, ou seja, são compostas por textos em diferentes formatos que tem por objetivo mapear as principais discussões da época sobre os temas propostos, e divulgar leituras a partir da publicação, e até mesmo pela tradução, de fragmentos de outros textos. Tanto o periódico argentino quanto o espanhol tiveram ampla circulação em seus países, e acredito que servem como amostras da divulgação de Betty Friedan e *La mística de la feminidad* na Argentina.

Em relação às ressonâncias da autora/livro nos periódicos feministas, as referências são igualmente escassas. Na revista *Brujas*, até meados dos anos 1980, o nome de Betty Friedan aparece apenas uma vez em 1986, em artigo intitulado "Ser feminista del Primer Mundo en el Tercer Mundo", de Nancy Saporta Sternbach, professora do Departamento de Espanhol e Português do Smith College, onde Friedan também estudou. No texto em questão, a autora cita Betty e *The feminine mystique* como um caso exemplar de “atitude imperialista” no feminismo.<sup>804</sup>

*Personas* também deu pouco destaque a Betty Friedan. As únicas menções à autora estão apenas no primeiro número do periódico de

<sup>802</sup> Cf. SORO, Javier Muñoz. *Op. cit.*, p. 192-193.

<sup>803</sup> Apresenta também um artigo escrito por Lilí Alvarez, intitulado “La valorización de la ama de casa”. Cf. *Cuadernos para el diálogo*, 1965, *Op. cit.*, p. 28-30.

<sup>804</sup> *Brujas*, ano IV n. 10, p. 12, nov. 1986.



1974. Em artigo, sem autoria, intitulado "Qué es la liberación de las mujeres?", aparece uma citação entre aspas atribuída a Betty Friedan, mas sem referência ao texto de onde foi extraída, a mesma situação que ocorre com Simone de Beauvoir.<sup>805</sup> Ainda nesse número do *Persona*, o nome de ambas as autoras aparecem juntos novamente no texto "La profesión: ama de casa", de Maria Elena Oddone, que cita "O segundo sexo" nas referências bibliográficas e Betty Friedan e *La Mística de la Femenidad* no corpo do texto.<sup>806</sup>

\*\*\*\*\*

Na Argentina, entre os anos 1960 e 1980, observamos que a ressonância de *La mística de la feminidad*, assim como a repercussão de Betty Friedan, podem ser consideradas pouco evidentes se compararmos à circularidade alcançada por *El segundo sexo* e Simone de Beauvoir no país.

Nos acervos pesquisados foram encontrados ao todo apenas quatro exemplares em espanhol e um em inglês de *The feminine mystique*, pouco perto dos vinte exemplares de *Le deuxième sexe*, e dos oito de *A room of one's own*, de Virginia Woolf, por exemplo, que receberam inclusive maior destaque na imprensa em geral e feminista. A circulação de Friedan e *La mística de la feminidad* nos periódicos também foi pontual.

A ausência de uma tradução argentina de seu livro pode indicar tanto a aceitação da versão espanhola pelas leitoras argentinas, como ainda certo desinteresse pelo texto entre os anos 1960 e meados de 80, visto que a aquisição do livro para pesquisas acadêmicas se deu, sobretudo, a partir do final dos anos 80, quando os estudos sobre a mulher e o feminismo passaram a ter espaço nas universidades argentinas.

Outra explicação possível é o fato de que Betty Friedan não teve, assim como Virginia Woolf, uma editora/escritora que a divulgasse no país, como foi o caso de Victoria Ocampo, de Lili Álvarez na Espanha, e Rose Marie Muraro no Brasil. Tampouco era conhecida como autora antes da publicação de *The feminine mystique*, o que a difere em relação à Simone de Beauvoir, autora consagrada antes da publicação de *Le deuxième sexe*, em 1949. Da mesma forma, não há informações de que a autora norte-americana tenha visitado o país.

---

<sup>805</sup> *Persona*, ano I n. 1, p. 07, out. 1974.

<sup>806</sup> *Ibidem*, p. 25-27.

Mas há algo de semelhante se pensarmos a respeito das escritoras que divulgaram *The feminine mystique* na Espanha e no Brasil. Assim como Lilí Álvarez, Rose Marie Muraro também era ligada à linha progressista da Igreja Católica nessa época, e ambas apresentaram e divulgaram, por meio da escrita dos prólogos, a primeira edição do livro de Friedan em seus países. Ambas se identificaram com o discurso moderado adotado pelo feminismo liberal da autora norte-americana em relação às questões como sexualidade, maternidade e família.

#### 4.2.2 A repercussão de Betty Friedan e da *Mística Feminina* no Brasil: marcas de uma visita polemizada.

No Brasil, o contexto da publicação de *The feminine mystique*, em 1971, foi marcado pela visita da autora ao país para a divulgação de seu trabalho, assim como ocorreu na Espanha quatro anos depois. Traduzido para o português-brasileiro por Áurea B. Weissenberg<sup>807</sup>, sob o título *Mística Feminina*, o livro recebeu o prólogo de Rose Marie Muraro, responsável pela vinda e recepção de Friedan no Brasil. Para Muraro, o “feminismo à brasileira” começou com a vinda da autora norte-americana ao país.<sup>808</sup> No prólogo do livro, enfatiza a importância de sua publicação:

Com êste [sic] livro, a mulher americana começou a tomar consciência da manipulação de que vinha sendo vítima. E começou a reagir. Assim chegamos à quarta fase da sociedade de consumo: a revolta. “E o que tudo isso nos ajudou a ver com mais clareza foi o papel da mulher na construção da sociedade. Ela ao mesmo tempo pode ser um elemento libertador ou alienador. É libertador quando, como aconteceu na África e nos países socialistas, assume na sociedade tarefas condizentes com a sua condição (veja-se “A Mulher na Construção do Mundo Futuro”, Vozes, 1969, 5ª edição). É alienador quando, como nos Estados Unidos e outras sociedades desenvolvidas, é manipulada e através dela toda

<sup>807</sup> Não foi encontrada nenhuma informação a respeito da tradutora.

<sup>808</sup> MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1999, p. 165.

[sic] a sociedade, em favor da manutenção do poder por uma minoria privilegiada.<sup>809</sup>

Em *Memórias de uma mulher impossível*, Rose afirma que leu em 1969 uma versão em inglês do livro de Friedan por indicação de uma pessoa a quem chama por Madre Cristina, e que de súbito teve a ideia de traduzi-lo. Em relação a sua leitura do texto, destaca:

Ali eu via o homossexualismo [sic], que estava por baixo de tudo. (...). Tive essa intuição naquele momento, com o livro de Friedan que não foi feito para revelar o poder *gay*, mas no fundo do livro aparecia uma sociedade homossexual. Ou monossexual, o que vem a ser a mesma coisa. (...). Quando descobri que era verdade, achei terrível, não porque rejeite o homossexualismo, mas porque sonho que a sociedade deve ser governada pelos princípios femininos e masculinos juntos. Sou aliada dos homossexuais porque eles também são grandes oprimidos. Mas não quero uma sociedade em que homem e mulher sejam distanciados.<sup>810</sup>

*The feminine mystique*, Friedan sugere que uma das “consequências da mística” para a sociedade norte-americana estaria ligada ao aumento da visibilidade da homossexualidade no país. Ou seja, relaciona os desejos homossexuais aos das mulheres que vivem sob a “mística”: ambos infantis, temerosos pela chegada da velhice, e que se tornam ávidos por sexo no intuito de alcançarem uma estabilidade em suas relações. Apesar da opinião de Friedan sobre as relações entre a “mística” e a homossexualidade, sobretudo a masculina, não ter se destacado nas discussões brasileiras e argentinas sobre o livro entre os anos de 1960 e 1980, observamos anteriormente que nos anos 70 nos Estados Unidos suscitou um acalorado debate entre diferentes vertentes do feminismo que se opunham à concepção de que pensar as questões sexuais diminuiria o potencial político do movimento.

A editora Vozes, responsável pela publicação de *Mística Feminina*, foi fundada em 05 de março de 1901, em Petrópolis, pelo Frei Inácio Hinte, e iniciou suas atividades imprimindo livros didáticos com

<sup>809</sup> FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.

<sup>810</sup> MURARO, Rose Marie. 1999. *Op. cit.*, p. 166.

o nome de Typographia da Escola Gratuita São José. Das cartilhas escolares, a Vozes passou à edição de obras de caráter litúrgico, mas não abriu mão de investir em outras áreas como, por exemplo, romances populares. Ainda em 1907, criou uma revista com a proposta de estimular o debate cultural no país intitulada *Vozes de Petrópolis* que, sob a coordenação dos franciscanos, circulou com boa receptividade nos meios acadêmicos e religiosos. Em 1911 a editora adotou o nome da revista – *Vozes de Petrópolis* – e, posteriormente, na década de 1940, foi a publicação periódica que mudou de nome e passou a se chamar *Revista de Cultura Vozes*, com circulação bimestral, e editada até os dias de hoje<sup>811</sup>. Cabe ressaltar que foi no ano de 1939 que a editora foi registrada como Editora Vozes Ltda.

Em meados do século XX, a editora produzia apenas livros para venda através de catálogos. Contudo, a partir desse momento, a Vozes passou a expandir suas unidades nas cidades do eixo Rio, São Paulo e Belo Horizonte, dando continuidade a esse crescimento em outras cidades brasileiras na década de 1960, como é o caso de Porto Alegre, que recebeu uma unidade da editora em 1968. Durante o regime militar a editora ampliou suas filiais, assim como traduziu e publicou as *Obras Completas*, de Carl Gustave Jung, *O corpo fala*, de Pierre Veil, *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, *1964 – A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss, *Mística Feminina*, de Betty Friedan, entre outros textos. Em 1985, a Vozes publicou *Brasil Nunca Mais*. Na década de 1990 a editora aumentou a quantidade de lançamentos e a abrangência de seu catálogo pelo território nacional, inaugurando, inclusive, uma sucursal em Portugal, e se destacando nas atividades de edição, gráfica, distribuição e estabelecimento de livrarias próprias do selo, como é o caso da filial de Florianópolis, de 1997.

Em 1964, início da ditadura militar, a Vozes aparecia em 3º lugar entre as empresas nacionais do setor, com apenas 22 livros publicados.<sup>812</sup> Ao final dos anos 60, com um mercado editorial universitário relativamente promissor, a editora começou a investir com força nesse segmento, sobretudo em ciências humanas, área que a editora procurou direcionar suas produções desde a sua criação, e que ao final dos anos 90 representava 50% de sua produção. Durante a década de 1970, a Vozes alcançou o total de 15 milhões de exemplares vendidos, e no ano de 1985 – marco da redemocratização – a editora

---

<sup>811</sup> Ibidem, p. 170-171.

<sup>812</sup> PAIXAO, Fernando (coord.). *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 170-171.

atingiu a quantidade de 400 títulos editados. Em 1995, a editora faturou cerca de 18 milhões, publicando 30 títulos novos por mês e detendo quase 70% do mercado de livros católicos, inclusive de autores ligados à Teologia da Libertação.

Apesar da política de repressão ter agido duramente em relação às produções de ciências sociais e políticas, o crescimento do comércio livreiro no Brasil foi bastante significativo entre 1964-1973. Em 1969, a Vozes tinham em seu catálogo 84 títulos.<sup>813</sup> Durante a crise petrolífera de 1973 - que fez os preços dos livros subirem e as editoras buscarem meios para baratear o custo das edições - a Vozes e as demais casas editoriais diminuíram o número de novos títulos<sup>814</sup>. Um ano depois, iniciou-se um período que, sob a responsabilidade do ministro da Justiça de Geisel, Armando Falcão (1974 e 1979), ficou conhecido como o momento do regime militar em que se aplicou de maneira mais efetiva a censura em relação à crítica política do governo e aos costumes sexuais (principalmente a literatura erótica), atingindo aproximadamente a taxa de 500 títulos censurados no ano de 1978.<sup>815</sup> Por outro lado, ao final de 1979, a Vozes era a editora brasileira com maior produção, totalizando a publicação de 216 títulos naquele ano. Entre os anos 1980 e 1983, a editora figurava ora em segundo lugar ora em terceiro no índice que apontava produção livreira no país, e entre o período de 1983 a 1985, ocupou sempre o terceiro lugar, totalizando no último ano a publicação de 546 títulos<sup>816</sup>.

A editora cresceu durante a ditadura militar a partir da edição de livros de crítica social, explorando o fato de ser uma editora religiosa ligada à Igreja Católica e com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dessa maneira, conseguiu manter os censores a certa distância de suas publicações durante o período de maior recrudescimento do regime. Contraditoriamente, em 1986, logo após a abertura política, a ala conservadora da Igreja Católica trocou a direção da editora e passou a acompanhar de perto suas publicações. Nesse momento, figuras importantes da Vozes como o diretor Frei Ludovico, e os editores Rose Marie Muraro e Leonardo Boff, foram exonerados de seus cargos na Vozes<sup>817</sup>. Ainda assim, Muraro, que passou a integrar o

---

<sup>813</sup> HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 574.

<sup>814</sup> *Ibidem*, p. 590.

<sup>815</sup> *Ibidem*, p. 591.

<sup>816</sup> *Ibidem*, p. 658-659.

<sup>817</sup> Posteriormente, Rose Marie Muraro funda sua própria editora, a “Espaço e Tempo”, e mais tarde, na década de 1990, funda a editora “Rosa dos Tempos”.

quadro da editora em 1969, considera em suas memórias o fato de a Vozes ter conseguido “sobreviver” à ditadura um “milagre”.<sup>818</sup>

A visita de Betty Friedan ao Brasil em 1971 fez parte das comemorações dos setenta anos da editora Vozes. Rose Marie Muraro, então responsável pelo departamento editorial, sugeriu ao diretor trazer um autor estrangeiro para as comemorações. A editora escolheu Friedan porque, diante dos gastos com a vinda de outros autores publicados pela editora como, por exemplo, Michel Foucault e Norman O. Brown, a autora norte-americana era “menos dispendiosa”, uma vez que solicitou apenas o pagamento das despesas<sup>819</sup>. De acordo com Muraro, “quando ela chegou, encontrei uma mulher feia, agressiva. Morri de susto!”<sup>820</sup> A autora brasileira destaca em seus escritos memorialísticos a aparência de Friedan, tal como foi amplamente divulgado pela mídia brasileira na época:

Ela era muito feia e agressiva, e daí em diante passou a fazer parte do inconsciente coletivo brasileiro como o modelo de mulher que as outras, as que quisessem continuar femininas, não deveriam imitar. Até hoje, nos mais recôncavos cantos deste país, sua figura é conhecida, ridicularizada e temida por homens e mulheres.<sup>821</sup>

Ao pesquisar os periódicos cariocas *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Opinião* e *Diário de Notícias*, e exemplares da revista *Veja*, publicados entre 1970 e 1985, encontramos um número considerável de referências à Betty Friedan, especialmente em 1971. Ainda que a qualifiquem na maior parte das vezes como a “líder do feminismo norte-americano” ou a “teórica mais importante do feminismo”, há igualmente uma série de adjetivos pejorativos empregados para caracterizar sua aparência e personalidade: “feia”, “displicente” “agressiva”, “fala aos berros”, “exalta-se facilmente”, “arrogante”, “exagerada”, “quando fala gesticula muito, parece que quer brigar”, “raivosa”, “desajustada sexualmente”, “antipática”, e “famigerada”, para citar alguns exemplos. Se antes da visita da autora os periódicos se limitaram apenas a associar seu nome à organização de uma “greve de sexo” e à “queima de

<sup>818</sup> MURARO, Rose Marie. 1999. *Op. cit.*, p. 185-186.

<sup>819</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>820</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>821</sup> MURARO, Rose Marie. *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990, p. 17.

*soutiens*”<sup>822</sup>, marcada para o dia 26 de agosto de 1970 nos EUA, após 1971, passaram a acompanhar seus passos e suas declarações e, na maioria das vezes, detratando suas concepções sobre as lutas feministas e sua aparência.

Os periódicos noticiaram sem maiores alardes o lançamento de *Mística Feminina*, ocorrido no dia 14 de abril no Museu de Arte Moderna, e seguiram Rose Marie Muraro e Betty Friedan durante as atividades organizadas pelo Rio de Janeiro. Contudo, um dia antes do lançamento, os periódicos divulgaram a polêmica palestra da autora norte-americana com as mulheres brasileiras no salão nobre da Escola Ana Néri. Em reportagem intitulada “Betty Friedan: nós não estamos contra os homens”, o *Correio da Manhã* informou que os(as) jornalistas e o público de mulheres presentes se revoltaram contra a convidada por entenderem que, de maneira arrogante e agressiva, Friedan defendia que as mulheres abrissem mão da feminilidade para competir com os homens. O restante da notícia narra as confusões e tentativas frustradas de Rose Marie Muraro para apaziguar os ânimos, até o momento que Friedan abandonou o debate justificando-se: “as perguntas [da imprensa] são contra o que penso e tudo que prego”.<sup>823</sup>

Iniciava-se assim um período, que se estenderia até 1983, em que Betty Friedan passou a ser noticiada nas páginas desses periódicos, com raras exceções, de maneira pejorativa, sendo associada sempre à imagem da feminista radical, feia, mal-amada, sexualmente mal resolvida, que tinha por objetivo masculinizar as mulheres e colocá-las contra os homens.<sup>824</sup> Para tanto, a imprensa se valeu também da opinião de algumas mulheres nessas reportagens, no intuito de mostrar que as brasileiras também rejeitaram as ideias colocadas por Friedan.<sup>825</sup>

---

<sup>822</sup> Para citar alguns exemplos: “Americanas em greve de sexo”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1970, p. 13; “24 horas de greve feminina”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1970, p. 13; e “Greve de sexo agita EUA”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1970, p. 14.

<sup>823</sup> Cf. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1971, p. 5.

<sup>824</sup> A coluna “Heron Domingues, com as notícias”, do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, foi um espaço que, até o final do ano de 1971, direcionou fortes críticas à Betty Friedan, afirmando, inclusive, que a autora não era bem vinda ao país caso tivesse o objetivo de fomentar o feminismo aqui. Ver, a esse respeito, “Recado a Miss Friedan para evitar problemas”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1971, p. 8.

<sup>825</sup> Ver, a esse respeito, SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Rev. Estud. Fem.* 2005, vol.13, n.3, p.

Falando em nome do Conselho Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), Romy Medeiros afirmou ao *Diário de Notícias*, que Friedan não teve boa receptividade, e que as mulheres brasileiras não pretendiam competir com os homens, ideia que também ganhou destaque na fala de Rose Marie Muraro, naquela época relações públicas do CNMB, ao dizer que “a participação da mulher no Brasil é essencialmente feminina e não masculina”<sup>826</sup>. Ainda que tenha confirmado anos depois que “ser feminista no Brasil em 1971 não foi fácil”, após o retorno de Friedan aos EUA, percebemos que Rose Marie Muraro se apressou em deixar às claras suas diferenças com Betty Friedan, a fim de minimizar sua execração pública. Muraro conclui sobre a repercussão de *Mística Feminina* no Brasil: “o livro não vendeu essas coisas porque ainda era muito assustador”<sup>827</sup>.

A entrevista de Betty Friedan ao *Pasquim* talvez foi o episódio de maior repercussão na época sobre a autora no Brasil, e que, ao mesmo tempo em que ajudou a construir sua imagem como da feminista “feia, mal amada e lésbica”, por outro, foi o estopim da execração de Millôr Fernandes pelas feministas brasileiras.

No número 94 d’*O Pasquim*, publicado em abril de 1971, Betty Friedan destacou o interesse em conhecer a “situação da mulher e dos brasileiros em geral”, assim como justificou a viagem ao país por ocasião do lançamento de *Mística Feminina*: “(...) eu vim porque o meu livro está sendo lançado aqui e me disseram que está começando um movimento de libertação da mulher aqui e quiseram que eu viesse pra falar sobre o problema em geral”<sup>828</sup>.

Ao longo de toda a entrevista Friedan é provocada e instigada a responder perguntas de duplo-sentido como, por exemplo, uma das realizadas por Millôr Fernandes, “Você está mais fascinada pelas mulheres brasileiras ou pelos homens brasileiros?”, ou ainda a seguinte intervenção de Flávio Rangel, “Você disse que está se informando sobre a posição da mulher brasileira. Que espécies de posições você já encontrou?”. Irritada, Friedan se negou a responder às provocações, e afirmou que sua “revolução é séria” e não admitiria esse tipo de insinuações: “eu só não quero é que o movimento de libertação das mulheres seja encarado como uma piada”<sup>829</sup>. No entanto, Millôr volta a

599-609.

<sup>826</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1971, p. 8.

<sup>827</sup> MURARO, Rose Marie. 1999. *Op. cit.*, p. 166-169.

<sup>828</sup> *O Pasquim*, número 94, Rio de Janeiro, 22 a 28 de abril de 1971, p. 06.

<sup>829</sup> Idem.



afrontá-la ao identificar o movimento como o responsável pela “queima de *soutiens*”, amplamente divulgada na mídia impressa, em uma marcha realizada no dia 26 de agosto.

Betty Friedan e Millôr Fernandes protagonizam um verdadeiro “cabo de guerra” que quase pôs fim à entrevista. Furiosa, Friedan afirmava a um Millôr insistente que o ato teria sido planejado por agentes da CIA infiltradas no movimento com o objetivo de ridicularizá-lo.<sup>830</sup> Mais uma vez a autora se mostrou contrária a essa identificação do movimento, e enfatizou que a marcha foi organizada, inclusive, com o intuito de mostrar que o movimento de libertação das mulheres era um “movimento sério” e legítimo. Ainda nesse sentido, atentou para a diversidade de opiniões dentro do que denomina singularmente como movimento de libertação da mulher, negando-o como uma “organização” com um “pensamento integrado”, como defendia Paulo Francis. Ao final da entrevista, em um texto curto intitulado “Francis X Friedan”, o jornalista comenta a ocasião do encontro e ressalta que “gostou” da conversa com Betty, sobretudo pelo fato da autora ter se colocado como igualitarista.<sup>831</sup>

Para além da “zombaria”<sup>832</sup>, a mídia impressa também ajudou a divulgar *Mística Feminina* a partir da publicação de entrevistas mais sérias com a autora sobre suas ideias, bem como de trechos do livro. No caderno “Anexo”, do jornal *Correio da Manhã* do dia 14 de abril de 1971 – data do lançamento de *Mística Feminina* no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro –, foi publicado na íntegra o terceiro capítulo do livro de Friedan, intitulado “A crise de identidade da mulher”<sup>833</sup>, e no *Jornal do Brasil*, de 29 de junho de 1975, em caderno especial, o periódico falou da visita de Betty Friedan a Paris, e publica a tradução da entrevista da autora com Simone de Beauvoir<sup>834</sup>. Em 1975,

---

<sup>830</sup> Idem.

<sup>831</sup> Neste texto, assim como na entrevista, Paulo Francis critica Kate Millett e Ti-Grace Atkins, às quais denomina como feministas “extremistas” e “muito preocupadas com problemas sexuais de uma maneira obsessiva”. Ibidem, p. 07.

<sup>832</sup> Termo utilizado por Rachel Soihet para explicar a acolhida negativa que Betty Friedan recebeu por parte da imprensa brasileira, sobretudo d’*O Pasquim*, na ocasião da visita da autora ao país em 1971. Cf. SOIHET, Rachel. 2005. *Op. cit.*

<sup>833</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1971.

<sup>834</sup> Entrevista esta que foi publicada no livro *It changed my life*, de Betty Friedan, em 1976. No periódico brasileiro, a autoria da tradução não foi referenciada. Ver, a esse respeito, “O dilema feminino: um diálogo entre Simone de Beauvoir e Betty Friedan”. Caderno Especial. *Jornal do Brasil*, Rio

por ocasião do Ano Internacional da Mulher, a repercussão sobre Betty Friedan foi retomada pelos periódicos. A escritora Nélide Piñon, lamentou que a autora norte-americana tenha vindo cedo demais ao Brasil, quando as mulheres, afirma, “nem sequer tinham lido *Mística Feminina*” e perderam a chance de um diálogo propositivo, preferindo “crucificá-la” por sua feiura.<sup>835</sup>

Na entrevista para as “páginas amarelas” da revista *Veja*, publicada em 27 de abril de 1971, quando questionada sobre a repercussão sobre sua aparência lamenta, “É só isso que sabem dizer ao meu respeito?”<sup>836</sup> Entretanto, observamos uma mudança gradual na postura da revista em relação à autora apenas recentemente. Em uma edição especial de setembro de 2003, a revista reproduz parte da entrevista publicada em 1971, sob o título “Elas conquistaram o mundo”, com a seguinte afirmação: “(...) Betty Friedan está para o movimento feminista como Picasso para a arte moderna ou Lênin para o comunismo: é o nome que personifica uma revolução”.<sup>837</sup> Em dezembro 2006, ao fazer a retrospectiva do ano, a revista lembra a morte de Betty Friedan, e emite a nota: “(...) angariou a ira das feministas raivosas por se recusar a queimar sutiãs e lançar anátemas contra o casamento, o capitalismo e ‘tudo isso que está aí’. Foi o preço por ter mantido a razão”<sup>838</sup>. Ou seja, após a publicação de *A segunda etapa*, a postura dos periódicos em geral já dava sinais de uma “trégua” com a autora, mas foi apenas a partir dos anos 2000 que a figura de Friedan recebe tamanha modificação que as “outras feministas” é que passam a ser identificadas como “raivosas” e “irracionais”<sup>839</sup>.

---

de Janeiro, 29 de junho de 1975, p. 10.

<sup>835</sup> Cf. “A brasileira, essa desconhecida”, Caderno Tendências e Cultura. *Opinião*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1975, p. 19.

<sup>836</sup> FRIEDAN, Betty. Guerra às panelas. Entrevista concedida a Ronald de Freitas. *Veja*, edição 137, p. 3, 27 de abril de 1971.

<sup>837</sup> Especial 35 anos. *Veja*, Edição comemorativa de aniversário, setembro de 2003, p. 86.

<sup>838</sup> *Veja*, edição 1989, 30 de dezembro de 2006, p. 121.

<sup>839</sup> O jornal *Folha de S. Paulo*, de 12 de fevereiro de 2006, dedicou uma parte do caderno “Mais!” para homenagear Betty Friedan, publicando um texto da professora Margareth Rago, da Universidade Estadual de Campinas (SP), intitulado “Sexo Plural”, e a reprodução de breves comentários escritos por Camille Paglia e Naomi Wolf, publicados originalmente no jornal inglês *The Guardian* por ocasião da morte de Betty Friedan. Cf. *Folha de S. Paulo*, de 12 de fevereiro de 2006, p. 10

A repercussão da morte de Betty Friedan, em 04 de fevereiro de 2006, também suscitou a reflexão sobre sua trajetória em algumas publicações feministas, como, por exemplo, os textos *in memoriam* publicados na *Revista Estudos Feministas*<sup>840</sup> e na revista *Gênero*.<sup>841</sup> Desconheço uma edição comemorativa por parte das editoras feministas que tenha proposto discutir as questões levantadas pela autora em *Mística Feminina*, aos moldes do que foi realizado em relação aos cinquenta anos de *O segundo sexo* no Brasil<sup>842</sup> e aos sessenta anos do livro na Argentina.<sup>843</sup>

\*\*\*\*\*

A ressonância de Betty Friedan no Brasil foi maior não só em relação à Argentina, mas até mesmo mais publicizada do que a “apática” repercussão de Simone de Beauvoir e a publicação de *O segundo sexo* no Brasil, em 1960. Entretanto, ao longo do tempo, ao passo que a polêmica em relação à Betty Friedan foi perdendo força no Brasil, Simone de Beauvoir e *O segundo sexo* foram ganhando destaque nos estudos sobre as mulheres e as relações de gênero em ambos os países, diria até que “eclipsando” a autora norte-americana.

O número de edições de *O segundo sexo*, tanto no Brasil como na Argentina, é superior à cifra de *Mística Feminina*. No Brasil, ainda que a autora tenha vindo ao país lançar seu livro no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, realizando uma série de entrevistas a diferentes meios de comunicação e um ciclo de palestras bastante “agitado”, a Vozes não voltou a publicar a *Mística Feminina*, nem em comemoração aos 30 anos em 2001, e nem mesmo por ocasião da morte da autora em 2006.

---

<sup>840</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol.14, n.1, p.287-293, jan./abr. 2006.

<sup>841</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. Betty Friedan (1921-2006). *Gênero*, Niterói, v.6, n.2 – v.7, n.1, p. 17-18, 1. – 2. Sem. 2006.

<sup>842</sup> MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). 2000. *Op. cit.* e *Cadernos Pagu*, (12), 1999. *Op. cit.*

<sup>843</sup> CAGNOLATI, Beatriz; FEMENÍAS, María Luisa (comp.). 2011, *Op. cit.*

### 4.3 PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AUTORAS E LIVROS: SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS “CLÁSSICOS” FEMINISTAS

Ao longo desse capítulo, busquei compreender como *O segundo sexo* e *Mística Feminina* circularam a partir dos suportes impressos, de que maneira teria se dado o contato desses textos e suas autoras com público – não necessariamente feminista –, e quais os possíveis caminhos percorridos por eles até serem amplamente reconhecidos como “clássicos” para uma história intelectual feminista brasileira e argentina entre as décadas de 1960 e 1980. Nesse sentido, o objetivo era compreender os textos como parte de uma história social e cultural dos impressos feministas em ambos os países. Ou seja, narrar uma “história do livro” atentando, sempre que as fontes assim o permitissem, para alguns dos elementos constitutivos da trajetória histórica desses textos: autoras, editoras, tradutores, leitoras e leitores, fossem esses também escritores, críticos literários, ou apenas “leitores-comuns”. Se a história do livro se interessa inicialmente por cada etapa desse processo e, posteriormente, pelo processo como um todo<sup>844</sup>, aventuro-me agora a esboçar algumas possíveis conclusões.

*O segundo sexo* e *Mística Feminina*, assim como suas autoras, foram selecionados como referências para o debate feminista a partir dos anos 1960, e entendidos como representativos para um movimento feminista tomado como universal. Enquanto estiveram/estejam associados aos ideais feministas entendidos coletivamente, permaneceram/permanecerão, em maior ou menor grau, parte das ditas leituras “clássicas” para os movimentos no Brasil e Argentina até os dias atuais.

Não podemos desconsiderar, no entanto, os contextos históricos da entrada desses textos/autoras nesses países a partir do final dos anos 1950, bem como as ilimitadas influências externas a qual estiveram submetidos até o final dos anos 1980: o escrutínio dos críticos, a análise dos resenhistas, o crivo nem sempre amistoso da imprensa, a conjuntura econômica e social do mercado editorial, etc., todas essas esferas contribuíram para a construção do “clássico”. A análise do contexto de escrita, edição e circulação em diferentes temporalidades e espaços (bibliotecas particulares, institucionais, universitárias e nos meios de

---

<sup>844</sup> Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 112.

comunicação audiovisuais e, especialmente, impressos) possibilitaram um mapeamento das ressonâncias argentinas e brasileiras de *O segundo sexo* e *Mística Feminina*, e suas autoras.

Por meio da divulgação, por vezes bastante polêmica, a respeito dos textos e suas respectivas autoras – nas páginas da imprensa feminista e não feminista, nos paratextos elogiosos publicados junto às edições, na publicação de partes significativas dos textos oferecidos à leitura em outros suportes, no interior das pesquisas sobre as mulheres nas universidades, nos escritos memorialísticos e entrevistas concedidas por ambas as autoras e pessoas ligadas à publicação de seus textos em diferentes países –, percebemos parte crucial do processo de edificação de um “clássico”. Todos os vestígios de circulação dos livros analisados ao longo deste capítulo compõem a trajetória de *O segundo sexo* e *Mística Feminina*, bem como de suas autoras, no Brasil e Argentina em um momento específico na história desses países: os períodos das ditaduras militares.

Ao refletir sobre alguns dos aspectos da divulgação que destacaram a relevância das autoras e de seus escritos para os feminismos de ambos os países, não ignorei os elementos que desprenderam dos textos, ou seja, a comunicabilidade sociocultural que os debates levantados pelas palavras impressas nesses trabalhos suscitaram/suscitam nos contextos vivenciados pela geração de feministas consideradas nesta tese. Não foram poucas as entrevistadas que citaram *O segundo sexo* e *Mística Feminina* como representativos para suas identificações com os feminismos, e lembro ainda as demais entrevistadas que, embora os tenham qualificado de maneira negativa, os classificaram como leituras “obrigatórias”, aquelas as quais “tinham que ler” naquele período.

O interesse não foi de identificar o quão genuínos, verdadeiros e coerentes foram os sentidos dados às leituras atribuídos pelas leitoras feministas em relação aquilo que foi vivenciado nos contextos conforme as fontes investigadas. Meu olhar neste capítulo se ateve aos limites e fronteiras que esses elementos da produção, circulação, e divulgação dos textos impuseram à apropriação dos mesmos por parte de suas leitoras, no intuito (nem sempre eficaz como sabemos) de “controlar” os sentidos dados pelas leitoras.

A partir da reflexão sobre *Mística Feminina* no Brasil, por exemplo, vimos que a construção do “clássico” não deriva apenas do sucesso das vendas dos exemplares e pela quantidade do número de edições, mas pode ocorrer, inclusive, pela ênfase dada pela imprensa por meio da recorrente referência à sua autora. O livro de Betty Friedan no

país, ainda que traga em destaque na capa a seguinte indicação “o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas”, impondo de saída a concepção de que se tratava de um livro importante para o feminismo estadunidense, não fez dele um sucesso de vendas no Brasil na época, e nem mesmo recebeu, até o momento, uma nova edição além da primeira publicada.



Figura 21 – *Mística Feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971[Capa]. Acervo particular.

Por outro lado, vimos que a visita da autora norte-americana ao país em 1971 teve maior destaque dos meios de comunicação da época do que a visita de Simone de Beauvoir quase dez anos antes. No entanto, ao longo do tempo, a autora francesa e *O segundo sexo* “ofuscaram”, em certa medida, Betty Friedan em relação ao cânone literário feminista brasileiro.

Na Argentina, *La mística de la feminidad*, ainda que apareça com frequência nas narrativas das feministas entrevistadas, poderia ter sua circulação e divulgação no país classificada como “silenciosa” e “apática” em relação, por exemplo, a *El segundo sexo* e Simone de Beauvoir, e até mesmo a *Un cuarto propio*, de Virginia Woolf, autora amplamente divulgada no país pela escritora e editora Victoria Ocampo. Nesse sentido, como entender a recorrência desse livro nas falas das

feministas argentinas entrevistadas atualmente? Levaram em consideração a ressonância de *La mística de la feminidad* expressas nos periódicos e nas produções bibliográficas feministas daquele momento (como vimos no capítulo anterior), e/ou teriam avaliado a repercussão internacional das autoras e seus trabalhos encontrados, por exemplo, em publicações que listam os livros “mais importantes” para a história da humanidade, transformando-os em verdadeiros “monumentos” literários<sup>845</sup>? Provavelmente, tenham levado em consideração suas apreensões pessoais, mas também é bastante possível que tenham considerado as “coerções” colocadas por críticos(as), escritores(as), jornalistas, biógrafos(as), editores(as), tradutores(as), vendedores(as), professores(as), e outros leitores(as) que em diferentes espaços selecionam e indicam o que é ou não uma leitura relevante, edificando o que merece ou não ser lido.

A experiência íntima das leitoras, tal como ocorreu naqueles anos, escapa ao nosso alcance, e talvez pouco tenha a ver com a “história das leituras feministas” forjada ao longo do tempo. Desse modo, o contexto social e cultural da produção e difusão de *O segundo sexo* e *Mística Feminina* problematizadas nos diferentes meios de comunicação da época – tanto em sua materialidade comercial quanto veículos de ideias feministas no Brasil e Argentina entre os anos 1960 e 1980–, foi o cerne do que busquei problematizar neste capítulo, no intuito de compreender como esses textos e suas autoras, e não outros(as), foram adotados por uma geração de feministas como leituras “clássicas” para os feminismos em seus países. Como nos lembra de Robert Darnton, “a elaboração do significado tem lugar tanto nas ruas quanto nos livros”<sup>846</sup>. Nesse sentido, estendi minhas análises às “redes

---

<sup>845</sup> Em 1998 o escritor inglês Martin Seymour-Smith, publicou uma lista com os 100 livros, considerados por ele, como “de fundamental influência” para o pensamento humano, e não os mais populares. Entre os títulos sugeridos pelo autor figuram *O segundo sexo* e *Mística Feminina*. Existem outras publicações, e até mesmo listas elaboradas por periódicos, com este mesmo objetivo: indicar leituras “relevantes” para determinado tema, país, ou grupo de leitores. Selecionei o livro de Seymour-Smith como apenas ilustrativo deste tipo de produção. Cf. SEYMOUR-SMITH, Martin. *Os 100 livros que influenciaram a humanidade: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade*. Trad. Fausto Wolff. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010 (Coleção 100), p.13-22.

<sup>846</sup> Cf. DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 196.

de comunicação do cotidiano” para perceber como essa esfera tem participação na edificação dos “clássicos”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Robert Darnton compara a história do livro a uma “exuberante floresta tropical”, da qual o “explorador mal consegue atravessá-la” diante da abundância dos organismos encontrados e dos desafios que lhe são apresentados em sua aventura. Michel de Certeau compara a leitura à uma “operação de caça”, na qual nós, os(as) “caçadores(as)”, conseguimos capturar apenas suas determinações, ou seja, os “rastros” deixados através de uma série de elementos.

Ao longo desses anos de pesquisas e escrita da tese, esses autores, com suas alegorias a respeito da história do livro e da leitura, ajudaram-me nos momentos de angústia em que me vi diante de um farto conjunto de fontes sobre os feminismos no Brasil e na Argentina entre as décadas de 1960 e 1980. Como considerar ao mesmo tempo os elementos que constituem a história do livro (autoras, editoras, tradutores(as), leitoras, críticos, elementos presentes nas capas, etc.) e atentar aos vestígios das práticas de leitura e às ressonâncias das apropriações dos textos que se ofereciam a minha interpretação? A história que procurei tecer durante este trabalho se interessou por cada etapa dessa “aventura” e, ao mesmo tempo, pelo processo como um todo, buscando sempre decifrar os fragmentos encontrados durante essa “caçada”, no confronto entre o pessoal e coletivo; o particular e geral.

Após refletirmos sobre a formação dos movimentos feministas de Brasil e Argentina durante os períodos das ditaduras militares, percebemos que a atuação feminina nesses contextos foi múltipla, ainda que para a maioria estivesse especialmente vinculada às delicadas questões socioeconômicas e política de seus países. Nesse sentido, as feministas, (re)inventaram os feminismos que vinham da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Naquele momento, os “grupos de reflexão” e “conscienciación”, por exemplo, não tiveram as mesmas pautas dos movimentos europeus e estadunidenses, ainda que partilhassem de uma mesma metodologia. O contexto repressivo e as crises econômicas fizeram com que essas mulheres vivessem suas juventudes e a formação de suas identidades feministas de maneira diferenciada em relação a elas mesmas, mas significativamente diversa em comparação às jovens francesas, italianas, alemãs, inglesas e norte-americanas.

Ao confrontarmos criticamente as atuações e práticas feministas adotadas por essas mulheres, concluímos que o feminismo de fato se conjuga no plural. Nesse sentido, atentamos para a complexidade de suas vivências no interior de “múltiplas militâncias” – seja nos

movimentos político partidários, nos grupos armados, nos movimentos de mulheres, nos movimentos estudantis e sindicais, etc. –, para que, em um segundo momento, esses elementos nos auxiliassem na interpretação dos vestígios de suas leituras.

Compreendemos que as experiências vividas no âmbito pessoal e coletivo apenas delineiam as características assumidas por essa “comunidade interpretativa” das ideias feministas que foram debatidas no decorrer daqueles anos. A experiência íntima das leitoras com os textos se esquia de nós; nesse caso, o que procuramos fazer é perceber os indícios dessas experiências a partir da contextualização social da leitura.

As semelhanças que as aproximam são destacadas nas capacidades de leituras compartilhadas majoritariamente por elas como, por exemplo, o pertencimento massivo às classes médias, a conclusão dos estudos no ensino superior, o domínio de duas ou mais línguas, o fácil acesso aos livros e a grupos – familiares e/ou de amigos – onde puderam debater suas leituras, a profissionalização nas universidades e/ou nos movimentos sociais, e a inserção nas produções escritas sobre os feminismos. Todas as entrevistadas, de alguma maneira, tiveram a possibilidade de participar ativamente da produção e circulação do conhecimento na época, estando em contato permanente com bibliografias, inclusive em outras línguas. A partir desses elementos contextuais e característicos dessa comunidade de leitoras, foi possível constituirmos a corporeidade sociocultural que essa geração compartilha por meio de suas memórias e de suas escritas sobre os feminismos dos anos 1960 aos 1980.

Em relação às práticas de leitura, percebemos a importância dada nos testemunhos à tradução de textos; à elaboração e distribuição de folhetos informativos; à formação de grupos editoriais e à produção de periódicos; à organização de reuniões clandestinas em locais alternados para que textos pudessem ser debatidos; o contato com as amigas exiladas e com os materiais vindos do exterior; etc. A tradução de textos que circulavam na época, em sua grande maioria realizada por elas mesmas em seus grupos, podem ser entendidos, por um lado, como uma forma de preencher as lacunas de certos debates em seus países – suscitando novos questionamentos –, e por outro, no sentido de legitimarem teoricamente suas discussões perante aos feminismos ditos “estrangeiros”. As leituras realizadas nos diferentes espaços das universidades, nas bibliotecas municipais, nos cafés, nos trajetos pela cidade, em seus quartos de solteiras, entre as pausas com o cuidado com os filhos e com a casa, nos debates com as companheiras de militância,

com as amigas e familiares, e nos exílios internos ou em outros países, compõem o quadro das práticas de leituras dessa comunidade particular de leitoras.

Através das narrativas memorialísticas de brasileiras e argentinas a respeito de suas leituras de identificação com os feminismos, percebemos especialmente uma série de autoras e textos que são mencionados e, em algumas situações, caracterizados como: leituras “mais acadêmicas”, “leituras mais simples”, “leituras individuais e solitárias”, “leituras de combate”, entre outras. Essas adjetivações atribuídas às leituras estão geralmente vinculadas à coerência que essas leitoras buscam dar às atividades que desenvolviam na época junto aos grupos de resistência político-partidária, aos movimentos de mulheres, estudantis, profissionais, ou mesmo às experiências vividas nas esferas pessoais. A maioria das feministas dessa geração procurou respaldar suas formações nos movimentos referenciando determinadas autoras e textos. Nessas situações, percebemos que a leitura exerce um papel legitimador. Algumas leituras, ainda que sejam tratadas por algumas entrevistadas como “periféricas”, ou seja, sem tanta importância naquele momento de luta contra as ditaduras militares e problemas socioeconômicos, mesmo assim são referenciadas. Ou seja, diante das entrevistadoras, que são reconhecidas por elas como interlocuções autorizadas do que podemos considerar um campo de estudos de gênero e feminismos na América Latina, as entrevistadas buscam sinalizar as leituras que lhes pareçam coerentes aos contextos e às identificações com os feminismos “possíveis” para aquela época, e que sejam ao mesmo tempo dadas como legítimas aos “olhos” das demais feministas de sua geração e estudiosas sobre o tema.

Aquelas que se colocam como mais ligadas às militâncias de esquerda e aos problemas políticos da época citaram, especialmente, autoras como Juliet Mitchell, Alexandra Kollontai, Heleieth Saffioti, entre outras, que são notoriamente reconhecidas por terem dialogado em seus textos com os debates marxistas e socialistas. Em relação à revolução dos costumes, mencionaram textos que contestassem às concepções conservadoras em relação aos corpos, prazer e às sexualidades como, por exemplo, o *Relatório Hite*, *Relatório Master & Johnson*, e autoras como Shulamith Firestone, Germaine Greer e Kate Millet.

Cada uma das entrevistadas relacionou essas autoras citadas com as experiências que vividas na época, das mais coletivas – como as resistências às ditaduras – às mais pessoais – como a maternidade, o casamento, o divórcio, os estudos, o relacionamento com parentes e

amigos, etc. As singularidades das trajetórias extrapolam o contexto histórico percebido como igual a todas. Em suas menções sobre as leituras de identificação com os feminismos, brasileiras e argentinas traçam os contornos do que entendo como o catálogo de uma “biblioteca imaginária” de textos feministas: dos mais “simples” como *Mulher – objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart, *As mulheres em movimento*, de Rosiska Darcy Oliveira, até os considerados “clássicos” – “leituras obrigatórias” – como é o caso de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e *Mística Feminina*, de Betty Friedan. O número de autoras e textos mencionados nas falas das entrevistadas é diverso, mas Simone de Beauvoir e Betty Friedan foram as mais citadas em ambos os países, acompanhadas por Virginia Woolf na Argentina, e Heleieth Saffioti no Brasil, sendo que as duas primeiras são alçadas como “clássicas” para os movimentos feministas até os dias de hoje.

A partir das maneiras do ler - analisadas por meio de uma seleção de publicações de temáticas feministas produzidas por essa geração de brasileiras e argentinas entre as décadas de 1970 e 1980 e que fazem referência direta às autoras e títulos citados nos depoimentos – foi possível refletirmos sobre os processos que consolidam e legitimam certas autoras e textos como leituras de identificação com os feminismos em ambos os países para um grupo de leitoras específico.

As ilustrações das capas, os recursos utilizados para ressaltar as “palavras de ordem” e os “lugares-comuns” das lutas feministas em ambos os países, como vimos, afetam o que é lido, uma vez que foram mencionados nas falas e nos escritos. Expressões como “o segundo sexo”, “o problema que não tem nome”, “a mística feminina”, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, entre outras marcas, foram (e ainda são) utilizadas de maneira consciente, fazendo com que algumas sentenças sejam imediatamente assimiladas a ideias mais amplas, às autoras reconhecidas e aos textos ditos “clássicos”, sem que seja necessário contextualizá-los. A partir da reflexão sobre a leitura dos textos ditos “clássicos” até o trabalho interpretativo que empregaram em seus escritos, observamos uma trajetória que complexifica as tensões que se colocam entre o escrito, o lido e o dito.

Para analisarmos amplamente os processos de produção e manutenção dos “clássicos” na formação de um “cânone” de leituras feministas, selecionei apenas duas autoras, destacadamente as mais citadas e referenciadas tanto nas falas quanto nas produções escritas: Simone de Beauvoir, com *O segundo sexo* no Brasil e *El segundo sexo* na Argentina, e Betty Friedan, com *Mística Feminina* e *La mística de la feminidad*, respectivamente. Para tanto, observei a presença dos livros

nas esferas de produção e circulação dos mesmos, pesquisando as edições nos acervos, nas referências feitas nos periódicos, nos documentos produzidos pelos grupos, etc. A presença dos livros nos ofereceram pistas sobre o significado que esses tiveram para essa comunidade leitora em ambos os países.

As ressonâncias de Simone e Betty não se restringiram aos espaços feministas. Pelo contrário, foram reconhecidos por esses, principalmente, a partir de meados dos anos 1970. Os caminhos percorridos por *O segundo sexo* e *Mística Feminina* até suas inserções como “clássicos” para os movimentos feministas de ambos os países se deu de maneira lenta, acompanhando as repercussões nacionais e internacionais sobre essas autoras por meio de diferentes intermediários culturais (jornais, revistas, televisão, etc.).

O entendimento do que é um “clássico” feminista não depende apenas do conteúdo e da qualidade dos livros, do número de vendas, da quantidade de edições, mas vimos que é ainda diretamente influenciado pela repercussão e idealização de suas autoras. As ressonâncias, por vezes acaloradas – tanto positivas quanto negativas –, dos textos e suas autoras nos meios feministas e não feministas, foram cruciais no processo de edificação dos “clássicos” ao longo dos anos. Contudo, nada nos garante que essas autoras e seus textos sejam “clássicos” inquestionáveis. Esses livros hão de permanecer infinitamente nesse panteão?

No Brasil, como vimos, a *Mística Feminina* não foi um sucesso de vendas, e sua repercussão nos meios feministas se deu alguns anos após a vinda de Betty Friedan ao Brasil em 1971. Na Argentina, a repercussão do livro de Betty Friedan pode ser classificada como “apática” em relação a *Un cuarto propio* de Virginia Woolf, ao menos no período analisado. É nesse sentido que precisamos perceber outros elementos para entendermos por que essas autoras e esses textos e não outros, além da necessidade de nos legitimarmos por meio da leitura para validarmos nossas identificações intelectuais com determinados grupos. A indicação de um texto e/ou autora como “clássicos” não é aleatória, mas está inscrita em um processo complexo que remonta aos paradigmas compartilhados por uma comunidade de leitores(as) específicos(as). Nesse sentido, o poder de permanência dos “clássicos” se dá enquanto existir interesse e um investimento por parte de seus leitores e leitoras.

Esta tese teve por objetivo problematizar a história das leituras e dos livros para uma comunidade de leitoras feministas em particular não para constatar se estavam certas ou erradas nas escolhas que fizeram a

respeito de suas leituras e nos sentidos que deram a elas (se é que essas leituras foram realizadas pela maioria naquele momento, ou ainda que tiveram de fato a significação que lhes foi atribuída nas entrevistas concedidas anos depois). Também não foi intenção da pesquisa concluir que os feminismos nesses países foram conduzidos apenas por essas leituras; por essas autoras tomadas como “clássicas” de um feminismo entendido como universal. Quis perceber os percursos que as leituras tomaram até se tornarem “clássicas”, e a disposição dos capítulos reflete esse trajeto de pesquisa.

Como afirma Robert Darnton, “qualquer obra que se cristaliza como um clássico pode sofrer de um endurecimento das artérias”. Dessa maneira, considerando o “perigo” de um “clássico” tornar-se um empreendimento intelectual sem maiores estímulos, julgando-se a palavra final sobre o tema, procurei problematizar uma parte da história intelectual dos feminismos brasileiros e argentinos. Obviamente, outras leituras foram escamoteadas nas falas e nas escritas dessa geração de feministas como romances, revistas femininas, autoras menos “célebres”, entre outras que não encontraram condições propícias para serem enunciadas como legítimas. No processo de seleção das leituras feministas, as leituras “invisíveis” ficam como estímulo para um próximo estudo.

## **FONTES**

### **Entrevistas**

#### **Brasileiras**

ARAÚJO, Hildete Pereira de Melo Hermes de. Niterói, RJ: 03 jan. 2005. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Flávia Esteves, Erika Ferreira.

AZEVEDO, Eulália. Salvador/BA: 03 dez. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maria Cristina Athayde e revisada por Luciana F. Klanovicz. Acervo do LEGH/UFSC.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Florianópolis/SC: 27 nov. 2003. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Joana Vieira Borges, revisada por Luciana F. Klanovicz, e corrigida pela entrevistada.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Florianópolis, SC: 26 nov. 2003. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maria Cristina Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

BARSTED, Leila Linhares. Rio de Janeiro: 13 abr. 2004. Entrevista concedida a Rachel Soihet e Cecília Chagas.

BECK, Anamaria. Florianópolis/SC: 1º jul. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

BLAY, Eva Alterman. São Paulo/SP: 04 ago. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Gabriel Jacomel, revisada por Luciana F. Klanovicz. Acervo do LEGH/UFSC.

BRITO, Ângela Xavier. Paris: 28 nov. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni e Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, e revisada por Maria Cristina Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

CASTILHO, Clair. Florianópolis, SC: 11 jul. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

CASTILHO, Inês. São Paulo: 04 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni, revisada por Maria Cristina Athayde e corrigida pela entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC.

COSTA, Albertina de O. 26 ago. 2006. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Soraia Caroline de Mello. Acervo do LEGH/UFSC.

COSTA, Suely Gomes da. Florianópolis,SC: 17 fev. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maise Caroline Zucco, revisada por Luciana F. Klanovicz, e corrigida pela entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC.

DICKIE, Amélie. Florianópolis, SC: 11 ago. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

FERNANDES, Maria Risolete. 28 nov. 2003. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Acervo do LEGH/UFSC.

GUIVANT, Júlia. Florianópolis, SC: 01 ago. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

HEILBORN, Maria Luiza. Rio de Janeiro: 11 abr. 2005. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Flávia Esteves, Erika Ferreira, Nataraj Trinta.

LAGO, Mara. Florianópolis, SC: 30 jul. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

LISBOA, Regina. Florianópolis, SC: 08 ago. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.



MALHEIROS, Eglê. Florianópolis, SC: 11 jul. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

MENICUCCI, Eleonora. Cárceres/MT: 14 out. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Joana Vieira Borges, revisada por Luciana F. Klanovicz, e corrigida pela a entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC..

MIGUEL, Sônia Malheiros. Florianópolis, SC: 17 jan. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Soraia Caroline de Mello e revisada por Luciana F. Klanovicz. Acervo do LEGH/UFSC.

MOTTA, Alda Britto. Salvador/BA: 03 dez. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maise Caroline Zucco, revisada por Luciana F. Klanovicz, e corrigida pela a entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC.

MOTT, Maria Lúcia. Florianópolis, SC: 25 mar. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maria Cristina Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

ODILA, Maria. 24 jun. 2005. Entrevista concedida a Roselane Neckel e transcrita por Veridiana Bertelli. Acervo do LEGH/UFSC.

PAULILO, Maria Inês da Silveira. Florianópolis, SC: 18 ago. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

PIMENTEL, Silvia. Santo Amaro, SP: 26 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Gabriel Jacomel e Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, revisada por Maria Cristina Athayde e corrigida pela entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC.

PRADO, Yolanda Serquim da Silva. São Paulo/SP: 05 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Joana Vieira Borges. Acervo do LEGH/UFSC.

RAGO, Margareth Luzia. Florianópolis/SC: 19 abr. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Acervo do LEGH/UFSC. Disponível

em: [http://www.ieg.ufsc.br/entrevista\\_detalhe.php?id=8](http://www.ieg.ufsc.br/entrevista_detalhe.php?id=8). Acesso em 20 mai. 2010.

REIS, Ana Regina Gomes dos. Salvador, Bahia: 09 dez. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Juliano Malinverni, revisada por Maria Cristina Athayde, e corrigida pela entrevistada.

ROCHA, Maria José Pereira. Goiás: 20 mai. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e revisada por Luciana F. Klanovicz. Acervo do LEGH/UFSC.

SAFFIOTI, Heleieth. São Paulo, SP: 02 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro. Acervo do LEGH/UFSC.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Salvador/BA: 03 dez. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e transcrita por Juliano Malinverni. Acervo do LEGH/UFSC.

SELL, Teresa. Florianópolis, SC: 13 jul. 2003. Entrevista concedida e transcrita por Janine Petersen e revisada por Maria Cristina de O. Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

SOIHET, Rachel. Florianópolis/SC: 02 set. 2004. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Maria Cristina Athayde. Acervo do LEGH/UFSC.

TEIXEIRA, Analba Brasão. Florianópolis/SC: 18 mar. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, transcrita por Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira. Acervo do LEGH/UFSC.

TELES, Maria Amélia. São Paulo, SP: 24 ago. 2005. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e transcrita por Soraia Caroline de Mello, Maria Cristina Athayde e Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira. Acervo do LEGH/UFSC.

TOSCANO, Moema. 16 fev. 2005. Entrevista concedida a Roselane Neckel e transcrita pela Maria Cristina Athayde, revisada por Luciana F. Klanovicz, e corrigida pela a entrevistada. Acervo do LEGH/UFSC.

STUDART, Heloneida. Rio de Janeiro, RJ: 16 fev. 2005. Entrevista concedida a Roselane Neckel, transcrita por Juliano Malinverni e revisada por Luciana F. Klanovicz. Acervo do LEGH/UFSC.

WANDA DEIFELT. Estados Unidos: 28 mar. 2008. Entrevista concedida a Claudete Beise Ulrich, realizada e recebida via-email. Acervo do LEGH/UFSC.

### **Argentinas**

BARRANCOS, Dora. Buenos Aires, Argentina: [s/d]. Entrevista concedida a Roselane Neckel, transcrita por Vivian Barbosa Moretti e Margareth Victória Kolb e revisada por Yarssan Dambrós. Acervo do LEGH/UFSC.

BORIA, Adriana. Córdoba, Argentina: 27 out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolf e transcrita por Juliano Malinverni da Silveira. Acervo do LEGH/UFSC.

CALVERA, Leonor. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Argentina: 27 out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e transcrita por Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira. Acervo LEGH/UFSC.

CIRIZA, Alejandra. Florianópolis: 05 mai. 2009. Entrevista concedida a Joana Vieira Borges e Maise Caroline Zucco, e transcrita por Joana Vieira Borges.

FEMENÍAS, María Luisa. Córdoba/Argentina: 25 out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e transcrita por Gabriela Miranda Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

HENAUULT, Mirta. Buenos Aires/Argentina: 23 fev. 2007. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga, transcrita por Soraia Caroline de Mello, e revisada por Luana Lopes. Acervo do LEGH/UFSC.

IBARLUCÍA, Blanca. Buenos Aires/Argentina: [s/d]. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, transcrita por Gabriel Miranda Marques e revisada por Luana Lopes. Acervo LEGH/UFSC.

OLLER, Lucrecia. Argentina: 24 fev. 2007. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga e transcrita por Gabriela Miranda Marques. Acervo do LEGH/UFSC.

MALISA. Argentina: 27 out. 2006. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, transcrita por Vivian Barbosa Moretti e revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. Acervo LEGH/UFSC.

POLIDO, Nora. Argentina. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Acervo LEGH/UFSC.

TARDUCCI, Monica. Buenos Aires, Argentina: 22 nov. 2007. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e transcrita por Lilian Back. Acervo LEGH/UFSC.

TORRES, Sara. Entrevista concedida e transcrita por Ana Maria Veiga. Acervo do LEGH/UFSC.

## **Periódicos**

### **Brasil**

*Brasil Mulher* (Londrina, 1975-1980)  
(16 edições regulares e mais quatro edições “extras”)

Nós Mulheres (São Paulo, 1976-1978)  
(números de 1 a 8, junho de 1976 a julho 1978)

*Mulherio* (Rio de Janeiro, 1981-1988).  
Do ano I – Março/Abril 1981 ao ano VIII Abril/Maio 1988 (ao todo 39 números publicados)  
Totalmente digitalizado e disponível em  
<http://www.fcc.Org.br/mulherio/capas2.html>. Acesso em: 10 jun. 2010.

### **Argentina**

*Persona - Movimiento de liberación femenina*.  
ano 1 – nº 1, Octubre, 1974;  
ano 1 – nº 2, Noviembre, 1974;

ano 1 – nº 3, Diciembre, 1974;  
ano 2 – nº 5, 1975

*Persona*

nº 2, 1980;  
nº 4, 1980;  
nº 1, 1983;  
nº 16, set. 1986;

*Brujas – Publicación Feminista*

ano 1 – Número: 1;  
ano 2 – Número: 4, 1984;  
ano 2 – Número: 5, 1984;  
ano 2 – Número: 6, noviembre de 1984.  
ano 3, nº 9, 1985;  
ano 4, nº 10, 1986;  
ano 5, nº 11, 1987;  
ano 6, nºs. 12 e 14, 1988.

**Algumas publicações (“produções textuais feministas”)  
Brasil**

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. v.1. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1961.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *A experiência vivida* v.2. Trad. Sergio Millet. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1967.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Sergio Millet. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1970.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Trad. Sergio Millet. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Sergio Millet. São Paulo: Círculo do Livro [1970-1990?].

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Trad. Sergio Millet. São Paulo: Círculo do Livro [1970-1990?].

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Sergio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198-].

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Trad. Sergio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198-].

\_\_\_\_\_. *O segundo sexo*. 2 v. Trad. Sergio Millet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

## Argentina

BEAUVOIR, Simone de. *El segundo sexo*. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Psique, 1954.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Leviatán, 1957.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1975.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1977.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.1. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1987.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v.2. Trad. Pablo Palant. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1987.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2 v. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

FRIEDAN, Betty. *La mística de la feminidad*. Trad. Carlos R. Dampierre. 1ª ed. Madrid: Biblioteca Júcar, 1974.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Barcelona: Sagitario, 1965.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB): SP: FAPESP, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

ACCIAIUOLI, Margarida. Fernando Lemos: um artesão dos tempos modernos. In: ACTAS DO VII COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO. *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 231-138.

AGUIRRE, Angélica [et. alli.] *La mujer y el feminismo en Argentina*. Buenos Aires: CEM, 1980.

ALANIS, Ladis. Mujeres socialistas en UFA: entrevista a Ladis Alanis. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 78-82, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Maria Hermínia.T.; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil, vol. 4).

ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: \_\_\_\_\_.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVAREZ, Victoria. El encierro en los campos de concentración. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Historia de las Mujeres en Argentina*. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Historia, género y política en los 70'*. 1ª ed. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Tese (Doutorado em História) – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumara: Fundação Roberto Marinho, 2007.

\_\_\_\_\_. *Lutas democráticas contra a ditadura*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *A Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

ARIES, Philippe; DUBY, George (Orgs.). *História da vida privada*. Vol. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ASCHER, Carol. *Simone de Beauvoir: uma vida em liberdade*. Trad. Salvyano Cavalcanti de Paiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. *Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre os periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

BAEZ, Fernando. *História Universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Trad. Leo Schlafman Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BALDWIN, Geoffrey P. A tradução da teoria política na Europa Moderna. In: BURKE, Peter; HSIA, Po-chia R (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.



BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. A literatura como conhecimento: leituras e releituras. *Signótica*, 8, p. 35-43, jan/dez, 1996.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos*. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mujeres entre la casa y la plaza*. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

\_\_\_\_\_. Feminismo y Estudios Feministas en Argentina. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

BASTOS, Natalia de Souza. “Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo”: a militância feminina em organizações da esquerda armada. (Brasil, anos 1960-1970). *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 8, n.2, p. 43-71, 1. sem. 2008.

BAZÁN, Claudia. B. Visibility of International Recommendations for Legal Deposit of Publications in National Legislations. *International Federation of Library Associations and Institutions*. Disponível em: [http://archive.ifla.org/VII/s1/pub/legal\\_deposit\\_2004-e.pdf](http://archive.ifla.org/VII/s1/pub/legal_deposit_2004-e.pdf). Acesso em: 20 dez. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. Simone de Beauvoir: *O segundo sexo* 25 anos depois. [Jan.-Fev., 1976]. [s.l]: *Society*, p. 79-85. Entrevista concedida a John Gerassi. In: CAMPELO, Wagner. *Simone de Beauvoir*. Disponível em: <[http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos\\_p02.htm](http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos_p02.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2012 [Tradução do autor].

BELLOTTI, Magui. Feminismo Socialista en los setenta. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 78-82, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História & ... Reflexões, 3).

BELUCCI, Mabel. El Movimiento de Madres de Plaza de Mayo. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Historia de las Mujeres en Argentina*. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Las 343 Sinvergüenzas*. REBELIÓN. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/mujer/030517bellucci.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

BIANCHI, Susana. Madres de la Plaza de Mayo. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las Mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madri: Cátedra, 1994.

BLAY, Eva. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais; Faculdade de Filosofia Letras e Ciências. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1973.

BOHOSLAVSKY, Ernesto (et. al.). (Comp.). *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. Vol. 1. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010 (Colección Humanidades).

BONDER, Gloria. *Los estudios de la mujer y la critica epistemológica a los paradigmas de las Ciencias Humanas*. Edición limitada destinada a circulación interna. N. 42. Buenos Aires: Centro de Estudios de la Mujer, 1982.

BORGES, Joana Vieira. *Para além do “tornar-se”*: ressonâncias das leituras feministas de *O segundo sexo* no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 17-32, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2006, vol.23, n.2, pp. 331-353. ISSN 0102-3098. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009> Acesso em: 13 nov. 2011.

BURKE, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter; HSIA, Po-chia R. (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Identificación fantasmática y la asunción del sexo. In: \_\_\_\_\_. *Cuerpos que importan*. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2002.

CADERNOS PAGU. *Debate: Gênero, Trajetórias e Perspectivas*. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.11, 1998.

\_\_\_\_\_. *Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX*. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, 1999.

CAGNOLATI, Beatriz; FEMENÍAS, María Luisa (comp.). Simone de Beauvoir. *Las encrucijadas de “el outro sexo”*. 1ª ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2011.

CALLEJA, Miguel Ángel. Lili Álvarez: uma contestaria de 74 años. *El País*, Madrid, 20 de novembro de 1979.

CALVERA, Leonor. *Mujeres y Feminismo en Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa Feminista Brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). USP, São Paulo, 2004.

CORTAZZO, Marisa. La condición de la mujer: opresión y liberación.

*Transformaciones*: enciclopédia de los grandes fenomenos de nuestro tiempo, n. 66. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972.

CÁTEDRA LIBRE DE GÉNERO Y CLASE ALCIRA DE LA PEÑA.

Disponível em:

[http://www.mujieneroyclase.com.ar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48:la-mujer-visible&catid=37:genero-y-clase&Itemid=9](http://www.mujieneroyclase.com.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=48:la-mujer-visible&catid=37:genero-y-clase&Itemid=9) Acesso em: 01 nov. 2011.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 16ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Cap. XII.

CHAPERON, Sylvie. Auê sobre *O segundo sexo*. CADERNOS PAGU. *Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX*. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12. 1999.

\_\_\_\_\_. A segunda Simone de Beauvoir. Tradução de Carmem Caccaiirro. *Novos Estudos*. N. 57, p. 103-123. Julho de 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, [Memória e Sociedade].

\_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição. São Paulo: Martins fontes, 2001. (O homem e a história).

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história*: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborite. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro*: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.

\_\_\_\_\_. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CIRIZA, Alejandra. *Memoria, Experiencia Política y Testimonio*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

COLECTIVO EDITORIAL MUJER. Simone de Beauvoir (1908-1986). *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 6, n.1 e vol. 7, n. 2, p. 13-15, 1 e 2. sem. 2006.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, 39.

COOKE, John William. *Correspondencia Perón – Cooke*, compilado por Eduardo Luis Duhalde. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira. Betty Friedan (1921-2006). *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 6, n.1 e vol. 7, n. 2, p. 17-18, 1 e 2. sem. 2006.

\_\_\_\_\_. (et alli.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Projeto Memórias do Exílio, vol. 2).

\_\_\_\_\_. *A volta ao lar segundo Betty Friedan*. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, volume 2, número 2, p. 19-22, 1983.

\_\_\_\_\_; BARROSO, Carmen (Orgs.). *Mulher, Mulheres*. 1ª edição. São Paulo: Cortez Ed.; FCC/DPE, 1983. vol. 1, 135 p. Disponível em: <http://www.fcc.Org.br/biblioteca/bibliotecaAnotada.html>. Acesso em 20 mai. 2010.

COSTA, Ana Alice Alcantara Costa. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 5, n.2, p. 09-35, 1. sem. 2005.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução, transnacionalismo. In: \_\_\_\_\_.; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 187-196.

\_\_\_\_\_.; MALUF, Sônia Weidner. Feminismo fora do centro: entrevista com Ella Shohat. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, vol. 9, n. 1, p. 147-163, 2001.

COSTA, Cristiane. A tradição beauvorista. *Veredas*, v. 4, n. 39, P. 23, mar. 1999.

CRUZ, Clara Agustina Suárez. Literatura e história na narrativa de autoria feminina. Os espelhos e as máscaras. *Revista de Literatura, História e Memória*, UNIOESTE/Cascavel, vol. 4, nº 4, p. 21-28, 2004.

CRUZ, María Isabel Santa; ROULET, Margarita; BACH, Ana María. Filosofía feminista y utopia: una alianza poderosa. FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). *Perfiles del feminismo Iberoamericano 2*. Buenos Aires: Catálogos, 2005.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16 (1), p. 271-273, janeiro-abril, 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (História, 2).

\_\_\_\_\_.; GLIK, Mônica Sol. Leituras para não lembrar de (outras) guerras: a circulação das novelas sentimentais de Corin Tellado (1965-1975). Anais Eletrônico do *Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de nacionalização no Sul do Brasil*. 09 a 11 de maio de 2005. Centro de Ciências da Educação FAED/UDESC. Fpolis/SC. Disponível em: <http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/>. Acesso em 01 mar. 2010.

D'ANTONIO, Débora. Lo viril como garantía de Victoria y la erotización de la dominación. Mujeres carceleras durante la última dictadura militar argentina. In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Historia, género y política en los 70'*. 1ª ed. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992 (Biblioteca Básica), p.199-236.

\_\_\_\_\_. O que é a história dos livros? In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. Série História e Memória do Jornalismo.

\_\_\_\_\_. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol.14, n.1, p.287-293, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

DUARTE, João Ferreira. Cânone. In: CEIA, Carlos (Coord.). *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt> . Acesso em: 06 fev. 2013. ISBN: 982-20-0088-9.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. v. 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.

ECK, Hélène. As mulheres francesas no regime de Vichy. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5: O Século XX. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1995.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FELITTI, Karina Alejandra. El placer de elegir. Anticoncepción y liberación sexual en los 60's. In: LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Historia de las Mujeres en Argentina*. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000.

FEMENÍAS, María Luisa. (Comp.). *Feminismos de París a La Plata*. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

\_\_\_\_\_. (Comp.). *Perfiles del feminismo Iberoamericano 2*. Buenos Aires: Catálogos, 2005.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Trad. Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976 (publicado originalmente em 1970 sob o título *The dialectic of sex*).
- FRANCIS, Claude; GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Trad. Oswaldo Barreto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- FREIRE, Paulo (et al.). *Vivendo e Aprendendo: experiência do IDAC em educação popular*. 2ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.
- FRIEDAN, Betty. *Mi vida hasta hora*. Trad. Magali Martínez. Madrid: Cátedra, 2003.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de *O segundo sexo*, a quantas anda o feminismo na França? : Uma entrevista com Michelle Perrot. *Estudos Feministas*. Florianópolis. Vol. 11. Nº. 2. Jul/Dez, p.509-521, 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira... [et al.], (Orgs.). *História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GAMBA, Susana Beatriz; BARRANCOS, Dora; GILBERTI, Eva; MAFFÍA, Diana (Coord.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- GARGALLO, Francesca. El movimiento feminista en México: de los grupos locales de autoconciencia a las redes internacionales. FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). *Perfiles del feminismo Iberoamericano 2*. Buenos Aires: Catálogos, 2005.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GILBERTI, Eva; FERNANDEZ, Ana María (Comp.). *Las mujeres y la violencia invisible*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

GOCIOI, Judith. *Más libros para más*: colecciones del Centro Editor de América Latina. 1ª ed. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2007.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. In: *Relações de gênero X Relações de sexo*. Departamento de Sociologia. Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Feminismo e autoritarismo*: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. Espaces féminins et espaces féministes em Amérique Latine: quelques réflexions. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 26, p.103-126, 1982.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História &... Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Sergio Milliet Crítico de Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. (Org). *Sergio Milliet: 100 anos: Trajetória, Crítica de Arte e Ação Cultural*. São Paulo: IMESP - IMPRENSA OFICIAL, 2005.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. (ed.). *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. 2nd. New York: Blackwell Publishing, 2009 (Blackwell readers in sociology).

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GRAMMATICO, Karin. Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Historia, gênero y política em los 70'*. 1ª ed. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

GRAMUGLIO, Maria Teresa. SUR: Uma minoria cosmopolita na periferia ocidental. *Tempo social*, vol.19, no.1, São Paulo, Jun. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702007000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000100004)>. Acesso em: 20 jun. 2008.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos (1964-85)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREER, Germaine. *Sexo e Destino: a política da fertilidade humana*. Trad. Alfredo Barcelos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987 (publicado originalmente em 1984 sob o título *Sex and Destiny: the politics of human fertility*).

\_\_\_\_\_. *A mulher eunuco*. Trad. Eglê Malheiros. São Paulo: Artnova, 1971 (publicado originalmente em 1970 sob o título *The Female Eunuch*).

GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; PORTO, Rozeli (Orgs.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

GRUPO CERES. *Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUILLÉN, Claudio. *O sol dos desterrados: literatura e exílio*. Trad. Maria Fernanda Abreu. Lisboa: Editorial Teorema, 2005.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lúcio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998, p.205-216.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 17, n. 1, p. 215-241, jan.-abr., 2009.

HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. *Las mujeres dicen basta*. Buenos Aires: Nueva Mujer, 1979.

HENDERSON, Margaret. Betty Friedan (1921-2006). *Australian Feminist Studies*, v.22, n.53, p. 163-166, July, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08164640701361725>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

HIRATA, Helena... [et al.]. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009,

HOBSBAWM, E. Guerra Fria. In: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem - CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOROWITZ, Daniel. *Betty Friedan and the making of The feminine mystique: the American left, the cold war, and modern feminism*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1998. (Culture, politics and cold war).

JELIN, Elizabeth. Perspectivas e desarrollos convergentes: derechos humanos, memorias e gênero en las ciencias sociales latinoamericanas. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto (et. al.). (Comp.). *Problemas de historia reciente del Cono Sur*. Vol. 1. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010 (Colección Humanidades).

JOFFILY, Mariana. Os *Nunca Más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUCSP, 2005.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo (SP): Global, 1982 (escrito na década de 1910).

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LARGUIA, Isabel; DUMOULIN, John. *La mujer nueva. Teoría y práctica de su emancipación*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988 (Bibliotecas Universitarias).

\_\_\_\_\_. Hacia una ciencia de la liberación de la mujer. *Revista Casa de las Américas*, números 65-66, marzo-junio, La Habana, Cuba: 1971.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 234-241, jan.-jun., 2003.

LIMA, Perla Zayas de. *Diccionario de directores y escenógrafos del teatro argentino, 1950-1990*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991.

LITTAU, Karin. *Teorías de la lectura: libros, cuerpos y bibliomanía*. 1ª ed. Trad. Elena Marengo. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LOBO, Luiza. Simone de Beauvoir e depois. *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, v.1, n.2, p.49-60, 1. sem. 2001.

LONZI, Carla. *Escupamos sobre Hegel: y otros escritos sobre Liberación Femenina*. Trad. Julio Villarroel. Buenos Aires: La Pléyade, 1978 (publicado originalmente em 1974 sob o título *Sputiamo su Hegel e altri scritti*).

LOZANO, Fernanda Gil (et al.). *Historia de las Mujeres en Argentina*. Siglo XX. Buenos Aires: Taurus, 2000.

\_\_\_\_\_. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI*. Madrid: Cátedra, 1994.

\_\_\_\_\_. *Feminismo en la Argentina de los 70 y 80*. In: AGENDA DE LAS MUJERES – El portal de las Mujeres Argentina, Iberoamericanas y del Mercosul. Disponível em: <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=771>. Acesso em 15 ago. 2011

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-151.

MAFFÍA, Diana (et alli.). Feminismo Argentino y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Volumen 1. 1ª Ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). *Karl Manheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. In: *Cadernos AEL – Mulher, história e feminismo*. N. ¾, p. 45-67, 1995/1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: EDUSC, 2000.

MELER, Irene (et alli). Feminismos Argentina y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Volumen 1. 1ª Ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.

MENDES, Ricardo. Fernando Lemos: um olhar moderno sobre a fotografia nos anos 40, entre Brasil e Portugal. *Revista D'Art*. Publicação Cultural da Divisão de Pesquisas. São Paulo, Centro Cultural

de São Paulo, n. 6, 2000. Disponível em:

<http://www.centrocultural.sp.gov.br/linha/dart/revista6/lemos.htm>.

Acesso em: 25 set. 2012.

MENDEZ, Natália Pietra. Com a palavra, *O segundo sexo*: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. In: *Revista Civilização Brasileira*. Ano III. Nº. 14. Julho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. Bimestral. (publicado originalmente na *New Left Review*, no. 40, December 1966 sob o título *Women: The Longest Revolution*).

\_\_\_\_\_. Mulheres: a revolução mais longa. *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 6, n.1 e vol. 7, n. 2, p. 17-18, 1 e 2. sem. 2006.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. Trad. Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 (Coleção História & Historiografia).

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

\_\_\_\_\_. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, n.11, p. 89-97, 2000.

\_\_\_\_\_. O Golpe de 1964: testemunhas de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORANT, Isabel (Dir.). *Historia de las Mujeres en España y América Latina*: del siglo XX a los umbrales del XXI. Madri: Cátedra, 1994.

MORENO, Maria. La siempreviva. *Página 12*. Suplemento Las 12 / Argentina. Disponível em:  
<<http://www.pagina12.com.ar/1999/suple/las12/99-08-13/nota1.htm>>.  
Acesso em: 26 mai. 2008.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000 (Coleção Bahianas, 5).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os seis meses em que fui homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mulher na construção do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1966.

\_\_\_\_\_. *Libertação sexual da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *Sexualidade da mulher brasileira, corpo e classe social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

NARI, Marcela María Alejandra. No se nasce feminista, se llega a serlo. Lecturas y recuerdos de Simone de Beauvoir en Argentina, 1950 y 1990. *MORA – Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. Nº 8. Diciembre 2002.

\_\_\_\_\_. Feminist Awakenings. In: NOUIZELLES, Gabriela; MONTALDO, Graciela (Editors). *The Argentina Reader: History, Culture, Politics*. 2<sup>nd</sup> printing. USA: Duke University Press, 2004.

NAVARRO, Marysa. Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 12, n. Especial, p. 59-62, 2004.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima - a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História). PUC/SP, São Paulo, 2004.



- NORONHA, Joanna Vieira. *De Desdêmona à Alice: gênero, ação política e violência doméstica*. Dissertação [Mestrado em Direito]. Rio de Janeiro: PUC-RIO, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2010.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. Trad. Alexandra de Mello e Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. As mulheres em movimento: ler a própria vida, escrever a própria história. In: FREIRE, Paulo (et al.). *Vivendo e Aprendendo: experiência do IDAC em educação popular*. 2ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.
- OLLER, Lucrécia; RAZNOVICH, Diana. *Manual de Instrucciones para Mujeres Golpeadas*. 1ª ed. Buenos Aires: Lugar de Mujer, 1987.
- OLLEROS, Carmen Armada. El primer Seminario de Estudios Sociológicos de las Mujeres: María Laffitte y Pérez del Pugar. In: *IX Congreso Iberoamericano de ciencia, tecnología y género*. Espanha: OIE, 2012. Disponível em: [http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/Armada\\_Olleros.pdf](http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/Armada_Olleros.pdf). Acesso em 05 nov.2012.
- PAIXÃO, Fernando (Coord.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção histórias de leituras).
- PRADO, Danda. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO, Maria L. C. Repensando a história comparada na América Latina. *Revista de História*. Departamento de História da Universidade de São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP. Número 153 (Terceira Série), p. 11-33, 2º semestre, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: \_\_\_\_\_; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

\_\_\_\_\_.; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

\_\_\_\_\_. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: ROLAND, Denis; REIS Daniel Aarão (Org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne* – Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene; RAMOS, Tânia R. O. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007, p. 307-328.

\_\_\_\_\_. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n.1.2005.

\_\_\_\_\_. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *A Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

PETIT, Michèle. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

REICH, Wilhelm. *A revolução Sexual*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar*, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011, p. 36.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *O fantasma da revolução*. São Paulo: UNESP, 1993.

RISÉRIO, Antonio. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: (Vários autores). *Anos 70 – trajetórias*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e Subjetividade: Saberes nômades*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- ROMANO, Luiz Antônio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. Campinas, SP: Mercado das Letras: São Paulo: Fapesp, 2002.
- ROWLEY, Hazel. *Tê-tê-à-Tête*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.
- SALAS, María. Una mirada sobre los sucesivos feminismos. In: *Mujeres en rede – El periódico feminista*. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/mujeresred/feminismo-maria\\_salas.html](http://www.nodo50.org/mujeresred/feminismo-maria_salas.html)>. Acesso em: 05 nov. 2012.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SHUKLA, Bashker A. *Feminism: from Mary Woolstonecraft To Betty Friedan*. New Delhi: Sarup & Songs, 2007, p. 110.
- SCHUTTE, Ofelia. *Cultural identity and social liberation in Latin American Thought*. USA: State University of New York Press, 1993.
- SCHWARTZ, Alejandra Giselle; GARRIDO, Hilda Beatriz. Las mujeres en las organizaciones armadas de los’ 70. La militancia en Montoneros. *Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: Ed. UFF, vol. 8, n.2, p. 103-128, 1. sem. 2008.
- SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Trad. José Sanz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *A Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione L. da.; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Jul/Dez. p. 05-22. Porto Alegre, 1990.

SEYMOUR-SMITH, Martin. *Os 100 livros que influenciaram a humanidade: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade*. Trad. Fausto Wolff. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010 (Coleção 100).

SILVA, Carmen da. *A arte de ser mulher: um guia moderno para o seu comportamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

\_\_\_\_\_. *O homem e a mulher no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

\_\_\_\_\_. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985 (publicado originalmente em 1984)

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: (Org) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, vol. 13, n. 3, p. 591-611, set.-dez., 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*.

Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-279 e GONÇALVES, Andréa Lisly. *História &... Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sol: EDUNISC, 2006.

SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P. B. (Org.). *Uma história para contar: A Pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.

SORO, Javier Muñoz. *Cuadernos para el diálogo (1963-1976): una historia cultural del segundo franquismo*. Madrid: Marcia Pons, Editores de Historia, 2006.

STUDART, Heloneida. *Mulher – Objeto de cama e mesa*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1974.

SUPLICY, Marta. *Reflexões sobre o cotidiano*. [S.L]: Espaço e Tempo, 1986.

\_\_\_\_\_. A condição da mulher: amor – paixão – sexualidade (artigos). 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (publicado originalmente em 1984)

TARCUS, Horacio. El Mayo argentino. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, vol. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TORREGO, Francisco Javier Davara. La aventura informativa de los Cuadernos para el diálogo. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, Universidad Complutense de Madrid, octubre 2004, p. 205.

TORRES, Sara. Mujeres socialistas en UFA: outra mirada. Entrevista a Sara Torres. *Brujas*, Publicación Feminista, Año 25, n. 32, p. 88, ATEM “25 de noviembre”. Octubre, 2006.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ULRICH, Claudete Beise. Mulheres e homens luteranos: leituras feministas e identificações com os feminismos em tempos de ditadura militar no Brasil (1964-1989). *História Oral*, vol. 12, n. 1-2, p. 59-86, jan.-dez. 2009.

VÀZQUEZ, Olga Castro. Ideoloxías textuais e paratextuais nas traducións de *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir. *Viceversa*, Revista Galega de Tradución, (12), p. 62-63, 2006.

VASSALO, Alejandra. “Las mujeres dicen basta”: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea (et alli). (Comp.). *Historia, género y política en los 70’*. 1ª ed. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

WASSERMANN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964. In: \_\_\_\_\_; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (Orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

WILLSON, Patricia. *La Constelación del Sur: traductores y traducciones en la literatura argentina del siglo XX*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentinos, 2004.

WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Bertrand Brasil, 2001.

WOOLF, Virginia. *Un cuarto propio y otros ensayos*. Trad. Jorge Luis Borges. *Sur*, ano 06. n.16, n. 17, n. 18. Buenos Aires, jan/1936 (publicado originalmente em 1928 sob o título *A room of one's own*).

WOOLF, Virginia, *Un cuarto propio*. Buenos Aires: Ediciones Sur, 1966.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1985.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha. *Rev. Bras. de Hist.*, São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 54, p.19-38, jul.-dez. 2007 (Semestral).

\_\_\_\_\_. Jogos de gênero na luta de esquerda armada no Brasil: 1968-1973. In: \_\_\_\_\_. FÁVERI, Marlene; RAMOS, Tânia R. O. *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

\_\_\_\_\_. Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *A Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

ZUCCO, Maise Caroline. *Mulheres, feminismo em Florianópolis e suas relações com outros espaços de poder no território brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFSC. Florianópolis, 2008.



## APÊNDICE 1 – TABELAS DE LEITURAS/AUTORAS

### Autoras citadas pelas feministas argentinas x número de menções

“Antígona”, Sófocles	1
Alejandra Pizarnick	1
Alexandra Kollontai	2
Betty Friedan espontânea	2
Betty Friedan induzida	1
Carla Lonzi	2
Clara Zétkin	1
F. Engels.	1
Flora Tristán	1
Germaine Greer	1
Juana Azurduy	1
Juana Manuela Gorriti	1
Juliet Kirkwood	1
Juliet Mitchel	2
Kate Millet	2
Manuela Sáenz	1
Margaret Mead	2
Margaret Randall	1
Mary Wollstonecraft	1
S. Firestone.	1
Simone de Beauvoir esp.	5
Simone de Beauvoir ind.	4
Virginia Woolf	3

### Autoras citadas pelas feministas brasileiras x número de menções

Adriana Ritcher	1
Andrée Michel	2
Alexandra Kolontai	4
Ângela Davis	1
Betty Friedan esp.	6
Betty Friedan ind.	4
Carmen da Silva	7
Carmen da Silva ind.	1
Clara Zétkin	1

Colette Dowling	1
Christine Dupont	1
Danda Prado	1
Donna Haraway	1
Elena Gianini Belotti ind.	1
Elena Gianini Belotti esp.	1
Elisabeth S. Fiorenza	1
Ercilia Cobra	2
Evelyne Sullerot	1
Fanita Back	1
Françoise Collin	1
Françoise Segan	1
F. Engels esp.	3
F. Engels ind.	1
Gayle Rubin	1
Germaine Greer esp.	1
Germaine Greer ind.	1
Heleieth Saffioti	6
Heloneida Studart	1
Joan Scott	1
John Stuart Mill	1
Juliet Mitchel	4
Kate Millet	1
L. Irigaray	1
Margareth Mead	2
Marilena Chauí	1
Martha Suplicy	2
Mary Daly	1
Marilyn French	1
Nancy Chodorow	1
Nicole Mathieu	1
Relatório Hite ind.	1
Relatório Hite esp.	1
Rosa Luxemburgo	1
Rose Marie Muraro	5
Rosemary Radford Ruether	1
Sheila Robotham	1
S. Firestone.	4
Simone de Beauvoir esp.	25

Simone de Beauvoir ind.	8
Viola Klein	2
Virginia Woolf	2
W. Reich	1

Esp.: informada de maneira espontânea.

Ind.: informada de maneira induzida.

\*Tabelas elaboradas pela autora.